

ANAIS

ISBN | 978-65-85729-11-6

XI Jornada Científica de Serviço Social

O Serviço Social e o debate da relação de classe, étnico-racial e de gênero no cotidiano da formação e do trabalho profissional



PROGRAMA DE
EXTENSÃO
MEMÓRIA DO
SERVIÇO SOCIAL
NO PIAUÍ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

UFPI 2025



FAPEPI
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO PIAUÍ







Anais

XI Jornada Científica de Serviço Social

O Serviço Social e o debate da relação de
classe, étnico-racial e de gênero no
cotidiano da formação e do trabalho
profissional

2025. Todos os direitos desta edição reservados ao comitê organizador. A reprodução integral ou parcial do texto poderá ser feita mediante a autorização dos organizadores e consentimento de seus respectivos autores.

Imagens: Canva/IA.

"Os conteúdos dos artigos publicados são de total responsabilidade dos autores e autoras."

Realização



Apoio



Expediente

Editor / Coordenador da Edição:

Edson Rodrigues Cavalcante

Design Editorial

Edson Rodrigues Cavalcante

Design Gráfico e Capa

Ana Kelma Cunha Gallas

Revisão do volume

Ana Kelma Cunha Gallas

Editoração

Edson Rodrigues Cavalcante

Conselho Editorial

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Teresa Cristina Moura Costa

Ellayne Karoline Bezerra da Silva

Lucia da Silva Vilarinho

Rosilene Marques Sobrinho de França

Formatação dos artigos

Edson Rodrigues Cavalcante

TI Publicações OMP Books

Eliezyo Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário Edson Cavalcante CRB 1649/3

AN532 XI JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL

Anais: XI JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL: O Serviço Social e o debate da relação de classe, étnico-racial e de gênero no cotidiano da formação e do trabalho profissional/ PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; COSTA, Teresa Cristina Moura. (Orgs.). Teresina: Editora Lestu, 2025.

490 p.; online.

ISBN: 978-65-85729-11-6

1. Serviço Social. 2. Estado. 3. Sociedade. 4. Jornada Científica. 5. Classe. 6. Relações Étnico-racial. 7. Relações de Gênero.

I. Organizadora (es). II. Título. III. Localidade.

CDD: 360.

Índices para catálogos sistemáticos:

Serviço Social: Estado: Sociedade.



FICHA TÉCNICA

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira – Coordenadora Geral
Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa – Presidente do Comitê Científico
Profa. Dra. Cassandra Maria Bastos Franco
Profa. Dra. Ellayne Karoline Bezerra da Silva
Profa. Dra. Iracilda Alves Braga
Profa. Dra. Léia Lima Soares
Profa. Dra. Lucia da Silva Vilarinho
Profa. Dra. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro
Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO ORAL

Profa. Dra. Mauriceia Ligia Neves da Costa Carneiro
Renata Schynaider Alves de Sousa

COMISSÃO DE MINICURSOS

Profa. Dra. Iracilda Alves Braga
Giovana Araújo Oliveira
Karla Vianna Azevedo de Oliveira

COMISSÃO DE MONITORIA

Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França
Lucélia de Oliveira Silva

COMISSÃO DE LANÇAMENTO DE LIVROS/CULTURAL

Profa. Dra. Léia Lima Soares
Profa. Dra. Cassandra Maria Bastos Franco

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira
Dafne Dias Lages Monteiro

COMISSÃO DE SECRETARIA, INSCRIÇÕES E CERTIFICADOS

Profa. Dra. Ellayne Karoline Bezerra da Silva

Letícia Bispo Carvalho

Adrízia Victória Campos da Silva

Sayonara Genilda de Sousa Lima

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa

Carla Gabriela Nobre da Silveira

Grazyely de Fátima Campos Teles

Mayra de Sousa Gomes

Renata Schynaider Alves de Sousa

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa

Profa. Dra. Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Profa. Dra. Ellayne Karoline Bezerra da Silva

Profa. Dra. Lucia da Silva Vilarinho

Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França

Ana Maria Cunha Iêdon

Gleyson Willian Silva Carneiro

PARECERISTAS

Andrea Alice Rodrigues Silva

Albany Mendonça Silva

Ana Rojas Acosta

Ana Valéria Matias Cardoso

Cassandra Maria Bastos Franco

Conceição de Maria Sousa Batista Costa

Edineia Figueira dos Anjos Oliveira

Elaine Ferreira do Nascimento

Ellayne Karoline Bezerra da Silva

Iracilda Alves Braga
Guiomar de Oliveira Passos
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
Laína Jennifer Carvalho Araújo
Léia Lima Soares
Lila Cristina Xavier Luz
Lucia Cristina dos Santos Rosa
Lucia da Silva Vilarinho
Marfisa Martins Mota de Moura
Maria Aparecida Milanez Cavalcante
Maria do Rosário de Fátima e Silva
Masilene Rocha Viana
Mauricéia Lígia Neves da Costa Carneiro
Rosilene Marques Sobrinho de França
Sofia Laurentino Barbosa Pereira
Teresa Cristina Moura Costa
Zaira Sabry Azar

MONITORES

Ágata Richele Soares de Oliveira
Ana Beatriz Pereira Carvalho
Antonia Camille Severiana Maciel
Ayla Alice Sena Ribeiro
Barbara Monteiro Silva Farias
Breno Rocha Gonçalves
Bruna Estefany Alves da Silva
Dandara Lavinne da Silva Costa
Elaine Ferreira de Sousa
Gabriela de Fátima Moura Bezerra
Izadora Aguiar de Santana
João Pedro Meneses de Moura
Lara Melissa Tavares Ribeiro
Laura Maria Neves dos Santos

Letícia Costa Silva

Leticia Gualter Mesquita de Sousa

Mairla Vitória de Sousa Silva

Maria Clara Ribeiro dos Santos Cardoso

Maria Eduarda Oliveira Holanda

Maria Eduarda Pinheiro Freitas

Maria Gabriele Vieira Moura

Maria Luiza Alves Lima

Maria Ricardina de Alencar neta

Mariana de Oliveira Santiago

Marina Daniel e Silva

Naará Alves de Abreu

Renatha Victoria de Menezes Xavier

Sabrina Rodrigues da Silva Fernandes

Tátyla Gomes de Carvalho

Yasmin Ferreira de Lima



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A XI Jornada Científica de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) aconteceu entre os dias 28 e 30 de maio de 2025, consolidando-se como um importante espaço de debate, produção e socialização de conhecimentos no campo do Serviço Social e das políticas públicas. Este é um evento realizado desde 2007 pela Coordenação de Curso de Serviço Social e pelo Departamento de Serviço Social, com o apoio de profissionais da área.

Nessa edição, o evento foi promovido pelo Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”, em parceria com a Coordenação de curso, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, do Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI) e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Programa constitui um importante produto do Projeto de Pesquisa intitulado “História e Memória do Serviço social no Piauí” que tem o objetivo reconstituir a trajetória do Serviço Social no Piauí, com ênfase no curso da Universidade Federal do Piauí e vincula-se ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Questão Social – NEPESS.

A continuidade da Jornada Científica, reafirma o compromisso histórico da UFPI com a formação crítica e a reflexão qualificada sobre os desafios contemporâneos que atravessam a profissão e a realidade social. Com o tema “O Serviço Social e o debate da relação de classe, étnico-racial e de gênero no cotidiano da formação e do trabalho profissional”, contemplou uma rica programação composta por conferências, mesas redondas, minicursos, apresentações de trabalhos científicos, lançamentos de livros e atividades culturais. Além disso, contou com a presença de docentes referência para o Serviço Social brasileiro, como a professora Joana Valente, presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), professora Iara Fraga, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), professor José Ribamar da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dentre outros.

A XI Jornada de Serviço Social reuniu docentes, discentes, assistentes sociais, pesquisadores/as e profissionais das políticas públicas, oriundos/as do Piauí e de diversas regiões do Brasil. Foram mais de 250 pessoas inscritas, sendo 42% estudantes de serviço social da UFPI, 18% assistentes sociais, 10% bacharéis em serviço social, 8% estudantes de pós-graduação de outras instituições, 7% discentes de pós-graduação da UFPI, 4% discentes de serviço social de outras instituições, além de docentes e estudantes de outros cursos da UFPI e outros profissionais.

Os debates propostos nesta XI Jornada perpassam temas fundamentais para o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, como justiça ambiental, capitalismo dependente, questão social, clientelismo e políticas sociais. A diversidade de atividades e de vozes participantes reafirma a importância da pluralidade de saberes e da construção coletiva do conhecimento, reconhecendo a centralidade das dimensões de classe, raça, etnia e gênero na análise da realidade social, na atuação e na formação profissional.

Essa edição da Jornada contou com 81 trabalhos submetidos, sendo 65 aprovados. Quanto à distribuição por eixos, foram: 17 no Eixo III- Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional; 15 no Eixo VII – Serviço Social e relações de exploração / opressão de gênero, raça, etnia e sexualidades; 09 no Eixo I -Trabalho, questão social e serviço social; 09 trabalhos no Eixo II – Política social e serviço social; 09 no Eixo VIII - serviço social e gerações: infância, juventude, velhice e envelhecimento. Todos os trabalhos passaram por avaliação às cegas por pareceristas de renomada competência na área vinculados a várias instituições de ensino superior.

Os Anais da XI Jornada Científica de Serviço Social da UFPI reúnem os trabalhos apresentados na modalidade de comunicação oral, fruto de pesquisas, estudos teóricos, relatos de experiências profissionais, de estágio supervisionado e de extensão, contribuindo para a difusão da produção acadêmica e científica da área. Ao registrar e divulgar essa produção, busca-se fortalecer o intercâmbio entre universidades, centros de pesquisa e profissionais, ampliando o acesso aos debates e às reflexões construídas no evento.

Assim, mais do que um espaço de formação e socialização de saberes, a XI Jornada se consolida como um movimento coletivo de resistência e afirmação do compromisso do Serviço Social com a justiça social, os direitos humanos e a emancipação humana, reafirmando sua relevância acadêmica, política e social na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Coordenadora Geral da XI Jornada Científica de Serviço Social

Teresa Cristina Moura Costa

Presidente do Comitê Científico da XI Jornada Científica de Serviço Social

SUMÁRIO

SUMÁRIO

EIXO 1 - Trabalho, questão social e serviço social

- 1** **A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO** 29
ERLANIR PEREIRA DA SILVA
ANA CLEIA SILVA PEREIRA
- 2** **A PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS** 33
ADA MÁRCIA RÊGO BASTOS
SARAH LETÍCIA PACHÊCO CALAÇA
- 3** **A/O ASSISTENTE SOCIAL NAS EQUIPES DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS TERAPÊUTICAS APLICÁVEIS À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI** 41
NATÁLIA MAYRA DA SILVA SANTOS
- 4** **AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL** 47
DANIELE DE JESUS BRANDÃO
ILANA SILVA SANTOS DA SILVA
THAIELLE VITÓRIA MASCARENHAS
- 5** **IMPORTÂNCIA DO PET SAÚDE EQUIDADE PARA A FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE E A EXPERIÊNCIA NA COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE** 49
FRANCISCA MIKAELLY DA COSTA CUNHA
HYANDRA VITÓRIA SOUSA BARROS
LUCIA DA SILVA VILARINHO
NORMA SUELI MARQUES DA COSTA ALBERTO
ÂNGELO BRITO RODRIGUES
- 6** **NOVA ESCRAVIDÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: a reinvenção da exploração do trabalho na era transnacional** 57
JOÃO PEDRO MENESES DE MOURA
DANDARA LAVINNE DA SILVA COSTA DANTAS
RENATA SCHYNAIDER ALVES DE SOUSA
MASILENE ROCHA VIANA
- 7** **RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE: equidade em saúde** 65
AMANDA MARIA RICARDINA NUNES OLIVEIRA
CARLOS EDUARDO LAURINDO BEZERRA
GISELA MARIA SILVA DE BRITO
LETÍCIA MARIA NASCIMENTO DE SOUSA
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA
- 8** **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR (CMAM): uma análise da prática profissional** 71
ANA BEATRIZ PEREIRA CARVALHO
ANTONIA CAMILLE SEVERIANA MACIEL
BENIELLEN SOARES SILVA
ISABELLE SANTOS DE SOUSA
ELLAYNE KAROLINE BEZERRA DA SILVA

9	SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: considerações sobre experiências do Estágio Curricular I FRANCISCA MIKAELLY DA COSTA CUNHA MARIA VITÓRIA MOURA LEAL SOLIMAR SANTOS SILVEIRA	77

EIXO 2 - Política social e serviço social

10	A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE DESOSPITALIZAÇÃO: uma experiência de estágio supervisionado no Hospital Universitário - UFPI HELLEN BEATRIZ DA SILVA ARAÚJO LILLIAN THAIS MOURA DOS SANTOS JOANA DARC LIMA SILVA	87
11	AÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO SOCIAL” ISAMARA MARIA DE JESUS SANTOS E SILVA ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA	95
12	AUXÍLIO NATALIDADE COMO DIREITO: um relato da ação extensionista com usuárias da Assistência Social MARIA CARLA DE SOUSA CAMPELO MARIA GUADALUPE DE ARAÚJO VELOSO LIMA FREITAS MARIA DO SOCORRO GOMES FERREIRA SILVA TAMIRES NOGUEIRA SANTOS	99
13	DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PAIF NO CRAS SUL IV DO MUNICÍPIO DE TERESINA (PI) MARIA CLARA MARTINS SILVA NÁDYA GRAYFF XAVIER DE SOUZA LUCELIA DE OLIVEIRA SILVA MARIA GUADALUPE DE ARAÚJO VELOSO LIMA FREITAS TERESA CRISTINA MOURA COSTA	107
14	O ESTIGMA DO “DROGADO”: percepções a partir da experiência no Projeto de Extensão “Fala Rapaziada” EVELINE DE SOUSA SOARES RAYNARA DA SILVA NASCIMENTO MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR	113
15	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS IMPACTOS NA VIDA DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE II NO RECÔNCAVO DA BAHIA ILANA SILVA SANTOS DA SILVA	121
16	O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: um estudo sobre os desafios da intersectorialidade CLÁUDIA FERNANDA MACHADO PONTES MAURICÉIA LÍGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO	127
17	POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA: importância do escritório social no processo de reintegração social no Brasil GILDERNILDO DE OLIVEIRA FERREIRA IONARA DA SILVA SOARES	135

18	PROJETO DE EXTENSÃO DIÁLOGOS COM O SUAS NO CRAS SUL II E O FORTALECIMENTO DO PAIF: uma experiência com as famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA GLEYSON WILLIAN SILVA CARNEIRO JULIETY NUNES CARDOSO CAMPELO LAYANE NAYRA CARNEIRO DA SILVA TERESA CRISTINA MOURA COSTA	143

EIXO 3 - Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

19	A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: experiências do estágio supervisionado no CAPS II Leste BRENO ROCHA GONÇALVES RENATHA VICTÓRIA DE MENEZES XAVIER	153
20	A IMPORTÂNCIA DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: reflexões sobre as contribuições nos processos de trabalho nas escolas, à luz da Lei nº 13.935/19 KELLYANE DO NASCIMENTO MUNIZ MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA	161
21	A INTERFACE DO SERVIÇO SOCIAL E A META DE COMUNICAÇÃO EFETIVA NO ÂMBITO DA SAÚDE SAMILLE GARDÊNIA DA ROCHA PEREIRA LORAINÉ MARIA DA ROCHA CAVALCANTE JOANA D'ARC SILVA LIMA	167
22	A PREDOMINÂNCIA DE DISCENTES DO GÊNERO FEMININO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPI ISABELLE SANTOS DE SOUSA KAMILLY DUARTE SOUSA	175
23	DEBATE RACIAL, MARXISMO E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: um olhar através dos núcleos de fundamentação MARIA ISABEL SOARES BARROS MARIA NIEGIA LOURENÇO DA SILVA SANDRIELY MARIA OLIVEIRA SILVA	181
24	DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL ANA CRISTINA DOS ANJOS SANTOS MANOELA REBECA DA SILVA DE SOUZA	189
25	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: entre a formação profissional e a lógica institucional LARA MELISSA TAVARES RIBEIRO NAARÁ ALVES DE ABREU	197
26	FORTALECENDO VÍNCULOS E DIREITOS: relato de experiência do primeiro encontro no CRAS SUL I em Teresina AGNES DA COSTA LIMA ANA MARIA CUNHA IÊDON VANESSA BEZERRA DA CUNHA WELMA MARIA PEREIRA RODRIGUES	201

27	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO TÁTYLA GOMES DE CARVALHO WÂNIA SULAMITA CAMPOS SILVA	207
28	O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS DE USUÁRIOS(AS) ONCOLÓGICOS(AS) EM CUIDADOS PALIATIVOS LOURDES VITÓRIA DE MELO VELOSO SILVA ELLYNE KAROLINE BEZERRA DA SILVA	213
29	PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ATENÇÃO BÁSICA: experiências e contribuições em uma UBS MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS NYCOLLY HENKEL BEZERRA PONTES SÂMIA LUIZA COELHO DA SILVA IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER NAYRANA KELLY DE ARAUJO SILVA	219
30	PERCURSOS ACADÊMICOS DOS(AS) DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI DE 2012 A 2024 DANDARA LAVINNE DA SILVA COSTA RENATA SCHYNAIDER ALVES DE SOUSA DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO MARIANA ROCHA MENEZES SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA	225
31	QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL QUILOMBOLA NA FORMAÇÃO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: um debate em aberto MÁRCIA REGINA GALVÃO DE ALMEIDA ELAINE FERREIRA DO NASCIMENTO	233
32	(RE)CONSTRUINDO SABERES PARA OUVIR VOZES: educação permanente de assistentes sociais em um hospital psiquiátrico no Ceará MATHEUS DA COSTA MOTA TAHIANA MENESES ALVES BRUNA RAYANNE PINHEIRO BENTES ANA LARISSA DE BRITO BRAGA	241
33	RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CATALOGAÇÃO DE LIVROS PARA O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ RENATA SCHYNAIDER ALVES DE SOUSA FRANCISCA LORRANA DOS SANTOS SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA	249
34	SERVIÇO SOCIAL EM FRAGMENTAÇÃO: efeitos que afetam a profissão LARA MELISSA TAVARES RIBEIRO NAARÁ ALVES DE ABREU	257
35	SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: análise a partir do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí GLEYSOM WILLIAN SILVA CARNEIRO ISADORA RAVENNA DE BRITO PEDREIRA	261

EIXO 4 - Movimentos sociais e Serviço Social

- 36** **ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS NA LUTA PELA SAÚDE MENTAL NO PIAUÍ**
LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA
MARTA EVELIN CARVALHO
THAIS DE ANDRADE ALVES GUIMARÃES 271

EIXO 5 - Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social

- 37** **OS IMPACTOS DA GRILAGEM DE TERRAS NA VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS**
LOHANNA DANNYELLE DE MELO DUARTE 281

- 38** **RECÔNCIVO QUILOMBOLA:** considerações sobre os dados no censo, tabulador do cadastro único e Fundação Palmares
MARIA APARECIDA SALES BARBOSA
SIDILEI CARDOSO DE SOUSA
MARIA BEATRIZ SALES BARBOSA 285

EIXO 6 - Ética, direitos humanos e Serviço Social

- 39** **O ACESSO A INFORMAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA:** a experiência da extensão universitária no âmbito do PRAIDIH/UFPI
EDIMARA KALINE DE JESUS FARIAS
SÂMIA RAQUEL LOPES MARTINS
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA 295

- 40** **OS DESAFIOS DA MATERNIDADE NO CÁRCERE E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESSE CONTEXTO**
SARAH LETÍCIA PACHÊCO CALAÇA 301

- 41** **SERVIÇO SOCIAL E CAPACITISMO:** uma perspectiva histórico-crítica
GIOVANA ARAÚJO OLIVEIRA
GRAZYELY DE FATIMA CAMPOS TELES
LETÍCIA BISPO CARVALHO 309

EIXO 7 - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades

- 42** **A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL:** entre a lei e a prática
MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA
RÚBIA MARIA VIEIRA E SILVA 317

- 43** **ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS E MÃES NO ENSINO SUPERIOR:** desafios e perspectivas no Serviço Social
LETÍCIA GOMES 323

- 44** **CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A SEGURANÇA:** atuação do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da UESPI
MALENA ARAÚJO ALVES DE LIMA
JAYANE MARIA FERREIRA CARVALHO
VITÓRIA ANTÃO DE CARVALHO ROSA 329

- 45** **DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E A PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR** 337
RAISSA GOMES GUERREIRO
- 46** **ENCARCERAMENTO NO BRASIL:** desigualdades estruturais no processo do cárcere 341
ANANDA INGRED RODRIGUES DE OLIVEIRA
CYNTHIA LEAL FRANÇA
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
SARAH LETÍCIA PACHECO CALAÇA
- 47** **“MÃE, ESPOSA, DONA DO LAR”:** uma análise sobre a construção social da figura feminina na sociedade e a violência sofrida por elas 349
FRANCISCO DE SOUZA CAVALCANTE NETO
IONARA DA SILVA SOARES
MAYANNE DE CARVALHO SANTOS
JOELMA DA SILVA LOPES
- 48** **MULHERES E VIDA NAS RUAS:** a realidade das mulheres em situação de rua no Brasil 355
RÚBIA MARIA VIEIRA E SILVA
MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA
- 49** **O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS** 361
ANTONIA CAMILLE SEVERIANA MACIEL
MARINA DANIEL E SILVA
- 50** **O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO DOS INDÍGENAS DA ETNIA WARAO:** um relato de experiência 367
HELLEN BEATRIZ DA SILVA ARAÚJO
IOLANDA MACÊDO DE ARAÚJO DA SILVA
- 51** **PET SERVIÇO SOCIAL:** a extensão como ferramenta de debate sobre raça e gênero 375
BEATRIZ SANTOS TEIXEIRA DA SILVA
ELLEN DAYENE DOS SANTOS MOURA
LOURDES VITÓRIA DE MELO VELOSO SILVA
VÍVIAN MARIA ALMEIDA DE AMORIM
ISADORA LEÃO PINHEIRO
IRACILDA ALVES BRAGA
- 52** **POLÍTICAS CULTURAIS E GÊNERO NO HIP-HOP:** desafios e estratégias de resistência feminina 383
LUANA DA SILVA SANTOS
DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA
- 53** **POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** aproximações com a realidade a partir dos dados do Censo do IBGE e do CadÚnico 391
EDIMARA KALINE DE JESUS FARIAS
SÂMIA RAQUEL LOPES MARTINS
TERESA CRISTINA MOURA COSTA

54 **QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL:** racismo institucional e o (não) acesso às políticas sociais da população negra **397**
JOACAZ OLIVEIRA SANTOS
IRACILDA ALVES BRAGA

55 **SAÚDE MENTAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL** **403**
ANA MAYZA NASCIMENTO DE ARAÚJO
HELEN REJANE BATISTA LOUZEIRO
MARIA EDUARDA DE ARAÚJO CARVALHO
NARA KALLINNY MARQUES LOPES
RENATHA VICTÓRIA DE MENEZES XAVIER

56 **SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL:** desigualdades, políticas públicas e resistência **411**
AYLA ALICE SENA RIBEIRO

EIXO 8 - Serviço Social e gerações: infância, juventude, velhice e envelhecimento

57 **A ORALIDADE DE EXU REVELANDO AS ENCRUZILHADAS EXPERIENCIADAS PELAS JUVENTUDES DE TERREIRO** **419**
CARMEM LETÍCIA DOS SANTOS

58 **A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL:** um problema estrutural **427**
MARIA LUIZA ALVES LIMA

59 **AGEÍSMO E POLÍTICAS PÚBLICAS:** desafios e estratégias para a promoção da inclusão e direitos da população idosa **433**
ANANDRA VITÓRIO VASCONCELOS
GIVANIA DOS SANTOS MATOS

60 **ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA** **439**
ISABELLE SANTOS DE SOUSA
MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA

61 **CONHECENDO O PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL** **445**
KALYNNE SOUZA FERNANDES DE MOURA

62 **O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS:** experiências intergeracionais **451**
GABRIELA DE FÁTIMA MOURA BEZERRA
ERLANE BENTO PONTES PEREIRA
LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA

63 **PROJETO ENGROSSANDO O CALDO:** um relato de experiência **457**
ÉRIKA CAROLINA PORTO DE GÓIS

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: atuação do serviço social no Centro Social Padre Arrupe

MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS

NYCOLLY HENKEL BEZERRA PONTES

SÂMIA LUIZA COELHO DA SILVA

IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER

NAYRANA KELLY DE ARAUJO SILVA

465

ORGANIZAÇÃO

SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA

TERESA CRISTINA MOURA COSTA

471

PROGRAMAÇÃO

475

REGISTROS DO EVENTO

481



EIXO 1

**TRABALHO, QUESTÃO
SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL**



A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

ERLANIR PEREIRA DA SILVA¹
ANA CLEIA SILVA PEREIRA²

INTRODUÇÃO

A escola configura-se como um espaço social que deve promover o desenvolvimento humano, o aprendizado e a troca de experiências através de métodos didáticos. Ela desempenha o papel de oferecer educação e instrução formal dos alunos, bem como de promover a socialização e o desenvolvimento abrangente destes indivíduos.

O ambiente escolar deve ser um ambiente que transmita segurança, proporcione conforto e ofereça estímulos ao conhecimento, otimizando o processo de aprendizado tanto para alunos quanto para professores. Neste sentido, este trabalho tem como tema "A contribuição do Serviço Social na Educação", voltando-se para compreender a prática do assistente social no âmbito escolar.

Como sabemos, o Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social e suas múltiplas manifestações, portanto, considerando a educação como um direito social, a atuação do assistente social no campo educacional se destaca como um tema de grande relevância, particularmente no contexto brasileiro, onde as

¹ Acadêmica em Serviço Social-UNOPAR e Letras-UEMA /Servidor público municipal de Coelho Neto – Ma.

² Formada em Serviço Social e Letras/ Atua como professora na Universidade Estadual do Maranhão.

desigualdades sociais e as dificuldades de acesso a uma educação de qualidade representam desafios persistentes.

Para Almeida e Alencar (2011) as ações profissionais do assistente social são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional. Dessa forma sua prática é moldada para intervir nas mais variadas questões, assim, entende-se que esta pesquisa é fundamental para entendermos a importância do serviço social para educação.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é entender as contribuições da prática do assistente social para o processo educativo, levando em consideração que a escola é a instituição primordial para a concretização das ações da política educacional. Os objetivos específicos incluem: identificar as principais demandas sociais dos alunos através de anamneses, que permitirão elaborar estratégias para superar suas dificuldades e de suas famílias; e fortalecer a relação entre a escola e a comunidade.

Palavras-chave: Escola; Serviço Social; Educação.

METODOLOGIA

Esse trabalho realizado através de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, utiliza a observação não participante como método de coleta de dados, além disso, parte de um estudo em andamento sobre a contribuição do Serviço Social para educação, desenvolvido na cidade de Coelho Neto- MA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem da política educacional, sob a ótica do Serviço Social, encontra-se fundamentada nas ideias de Antônio Gramsci (2002), que considera que a educação é intrinsecamente política, e a escola desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade democrática. Ele defendia uma educação crítica e propunha a implementação de uma escola unitária. Suas concepções influenciaram o debate sobre a dimensão política e pedagógica da atuação profissional dos assistentes sociais junto ao contexto educativo.

Ressalta-se que a política de educação, principalmente a educação básica, é reconhecida um espaço que encerra uma intensidade de possibilidades de intervenção do assistente social, no sentido de efetivar juntamente com os outros sujeitos que atuam nessas instituições um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais.

No Brasil, a política educacional tem como característica marcante o enfrentamento das condições da sociedade capitalista. Ela se manifesta como uma intervenção do Estado, que busca garantir as condições necessárias para a reprodução social, influenciando, assim, a luta das classes trabalhadoras por seus processos de formação. Da mesma forma que a política educacional, o Serviço Social surgiu e se desenvolveu em resposta às demandas do capitalismo e suas estratégias de regulação social, tendo um leque de possibilidades que engloba, inclusive, o contexto educacional.

No âmbito educativo o Serviço Social atua no sentido de promover a inclusão e garantir a permanência dos alunos na escola, bem como de desenvolver estratégias para reduzir a evasão escolar, assim as funções do assistente social na escola são variadas e fundamentais para o suporte dos alunos. Para Amaro (1997) Educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes, e tem na escola como ponto de encontro para enfrentá-los. Diante disso, para enfrentar os problemas sociais que afetam o desempenho dos alunos, é fundamental a colaboração entre educadores e Assistentes Sociais.

Neste sentido, o profissional do Serviço Social na escola atua de forma complementar aos educadores, contribuindo para a efetivação das ações pedagógicas e auxiliando a escola e seus profissionais. De acordo com Almeida (2000, p.74):

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p.74).

Assim, o campo educacional não é apenas um potencial espaço de trabalho para o assistente social, mas um componente essencial de sua atuação em diversas

áreas, uma vez que o Serviço Social na educação busca contribuir para a superação dos problemas sociais que permeiam o dia a dia da comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social na educação visa contribuir para a resolução de problemas sociais que afetam a comunidade escolar, incluindo alunos, professores e pais. A presença do assistente social é fundamental para promover um ambiente educacional justo e inclusivo, contribuindo para o aprendizado e desenvolvimento integral dos jovens. Sua atuação abrange mediação de conflitos, promoção de direitos e elaboração de normativas para a participação ativa dos estudantes.

Portanto, para garantir a igualdade de oportunidades na educação, é fundamental valorizar o papel do assistente social, assegurando que todos os alunos desenvolvam seu potencial, sua cidadania e seu engajamento social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. In: **Revista Inscrita**, nº 6. Brasília, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002.



A PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

ADA MÁRCIA RÊGO BASTOS¹
SARAH LETÍCIA PACHÊCO CALAÇA²

INTRODUÇÃO

Para Marx (2013) o trabalho é uma atividade intencional voltada para um objetivo, a produção de bens e serviços úteis para atender às necessidades humana, que consiste na apropriação e transformação dos elementos naturais, permitindo que os seres humanos satisfaçam suas demandas. Todavia, na sociedade capitalista o trabalho deixa de ser um processo de criação consciente e autônoma e, como veremos posteriormente, passa a ser uma atividade alienada e subordinada ao capital.

A partir da década de 1970 o capitalismo reestrutura seus sistemas produtivos, adotando novas tecnologias e reconfigurando as relações de trabalho, a fim de enfrentar uma intensa crise estrutural do capital, que se apresenta em nível global. Antunes (2009) explica que, de forma geral a reestruturação produtiva se caracterizou pela contração do trabalho estável e regulado, herdeiro da fase taylorista e fordista e pela ampliação, em escala global, das formas desregulamentadas de trabalho precarizado, do “trabalho atípico”, de que são exemplos a infinitude de trabalhos

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2024); adamarcia39@gmail.com;

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2024); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); sarahcalaca12@gmail.com.

terceirizados, *part time*, subcontratados, “quarteirizados” etc. Ou ainda daquelas formas de trabalho que frequentemente mascaram a superexploração e mesmo autoexploração, como o “empreendedorismo”, as falsas “cooperativas”, os trabalhos “voluntários”, exigidos pelo mercado de trabalho de modo compulsório [...] (Antunes, 2009, p. 109).

Esse processo, impulsionado pela lógica neoliberal, significou um regresso em escala mundial, com sua face mais perversa no mundo do trabalho, impondo novas formas de exploração laboral, ampliando as desigualdades sociais e intensificando a precarização do trabalho.

No Brasil, os reflexos dessa reestruturação desencadeiam-se a partir da segunda metade da década de 1980, redefinindo o capitalismo no país. A complexa relação entre a financeirização da economia, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e as transformações no ambiente de trabalho e nas empresas impactaram profundamente a classe trabalhadora. (Antunes, 2014). O novo cenário incluía, e inclui, a ampliação da terceirização, a difusão de contratos temporários, flexibilizando a estabilidade e a proteção social dos trabalhadores. Além disso, a adoção de novas tecnologias aprofundou a intensificação do trabalho, elevando a exigência de produtividade sem a contrapartida em melhores condições salariais e estruturais. O enfraquecimento da organização sindical e a desregulamentação das normas trabalhistas também dificultaram a capacidade da classe trabalhadora de resistir a essas transformações, contribuindo para um cenário de crescente desigualdade e insegurança trabalhista (Iamamoto, 2008).

A reconfiguração do mercado de trabalho, portanto, apresenta ao Serviço Social condições e relações de trabalho cada vez mais precárias, marcadas, por exemplo, pela sobrecarga de trabalho, baixos salários, terceirização e instabilidade nos vínculos empregatícios. Esse cenário impacta diretamente o exercício profissional do(a) assistente social, que atua majoritariamente no âmbito das políticas públicas, desenvolvendo ações voltadas para a promoção e garantia de direitos (Iamamoto, 2009).

Diante disso, o presente estudo propõe-se a identificar alguns dos impactos das metamorfoses do mercado de trabalho no exercício profissional do/a assistente social, apontando caminhos para resistência e superação desse cenário.

Palavras- chave: Reestruturação produtiva; Serviço Social; Trabalho.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender os desdobramentos do exercício profissional do(a) assistente social diante da precarização do mercado de trabalho, onde a atividade laboral passa a ser alienada e subordinada ao capital. De acordo com Tuzzo e Braga (2016), esse tipo de pesquisa permite explorar novos enfoques de forma flexível, interpretando momentos e desafios da vida cotidiana para ampliar a compreensão dos fenômenos estudados.

Quanto aos objetivos, o estudo desenvolveu-se fundamentalmente a partir de pesquisas exploratórias e explicativas, tendo em vista proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, além identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dele (Gil, 2002).

Nessa perspectiva, foi utilizada a pesquisa documental, “técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” (Lüdke; André, 1986, p. 38), a partir da análise de normativas, legislações, resoluções e outros documentos oficiais que regulamentam e impactam a atuação do(a) assistente social. Além disso, a pesquisa adotou a revisão de literatura, através da pesquisa bibliográfica, sendo realizada com base em obras, artigos acadêmicos e documentos institucionais que discutem o exercício profissional do Serviço Social, as transformações no mercado de trabalho e a influência do neoliberalismo nas políticas públicas, “permitindo ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla” (Gil, 2002, p. 45). Dessa forma, os procedimentos metodológicos escolhidos viabilizaram uma teorização consistente.

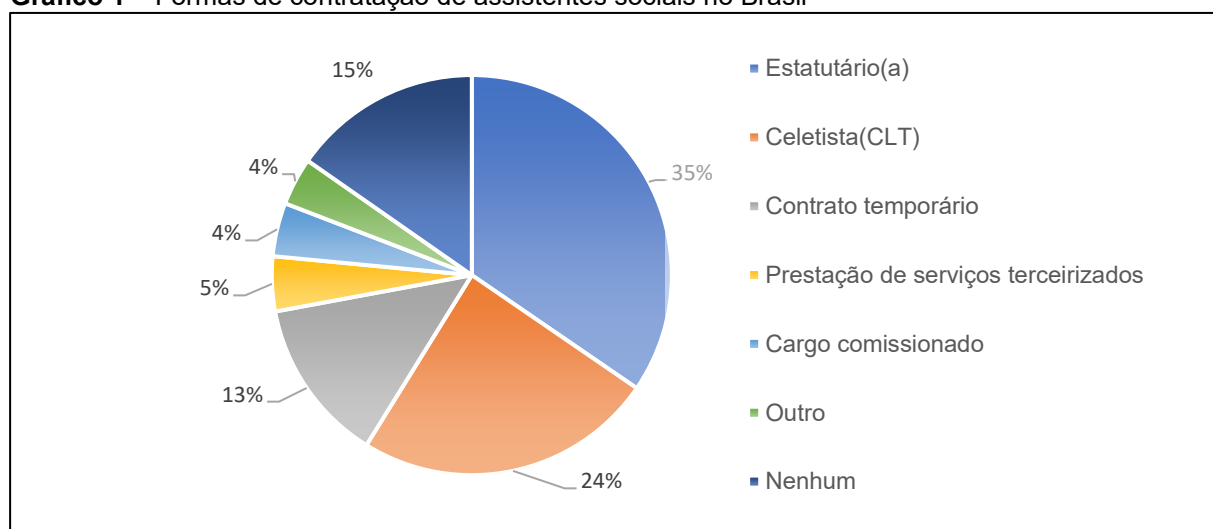
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidencia-se, em primeiro lugar, a origem do Serviço Social. A profissão surge sendo demandada pelo próprio Estado para lidar com as expressões da questão social e, como afirma Martinelli (2001), passou a ser desenvolvida dentro dos moldes capitalistas. A identidade atribuída ao Serviço Social pelo sistema, impõe ao profissional que este atue dentro do sistema, minimizando os impactos da exploração capitalista, mas sem modificar a base do problema, reproduzindo as mesmas desigualdades e visando sempre o lucro, ainda que normativas como o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei 8662/93, incorporem um projeto profissional que “parte de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-

políticas do agir profissional” (CFESS, 2012, p. 22). Assim, constantemente o profissional está em luta contra o sistema, assumindo uma postura crítica e reflexiva, buscando superar o imediatismo profissional em meio às correlações de forças apresentadas pelo Estado neoliberal.

Outro ponto crítico diz respeito à precarização e intensificação do trabalho. O cenário atual apresenta aos/as assistentes sociais altas cargas de trabalho e pouca estrutura para atendê-las adequadamente, salários baixos e contratos instáveis, desvalorização da dimensão crítica da profissão, dentre outros desafios. Dados coletados pelo Conjunto CFESS-CRESS apontam o universo desafiador desses profissionais.

Gráfico 1 – Formas de contratação de assistentes sociais no Brasil



Fonte: CFESS (2022).

O Gráfico 1 aponta o regime estatutário como uma das principais formas de contratação de assistentes sociais, garantindo estabilidade, direitos e benefícios assegurados por lei, como progressão na carreira e aposentadoria diferenciada aos profissionais. Mas, o quadro também revela a flexibilização das relações e vínculos trabalhistas.

A Emenda Constitucional (EC) 95 de 2016, que estabeleceu limites para os investimentos públicos por 20 anos, também significou uma redução na contratação de servidores públicos, substituindo-os por celetistas (24%), visando redução de custos com aposentadorias e benefícios, por exemplo, e o aumento da terceirização (4%) e de contratos temporários (13%), o que significa vínculos frágeis, benefícios quase nulos e salários insuficientes, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Rendimento bruto de assistentes sociais (considerando-se todos os vínculos empregatícios da profissão)

Rendimento bruto	Assistentes sociais (%)
Até R\$ 1.000,00	2,71%
De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00	18,05%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	24,52%
De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00	12,20%
De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	8,63%
De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00	7,55%
De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00	4,29%
De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00	2,30%
De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00	0,97%
De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00	0,59%
Mais de R\$ 15.000,00	0,44%
Nenhum	17,76%

Fonte: CFESS(2022).

A Tabela 1 evidencia que de 82% dos profissionais com rendimento, 45% recebem salários inferiores à 4.001,00, apontando, também, para uma desvalorização da profissão. A categoria profissional do Serviço Social carece de um piso salarial nacional, refletindo uma subvalorização profissão, apesar das intensas reivindicações da categoria, e está intimamente relacionada às dinâmicas do capitalismo, já que o investimento em serviços públicos e sociais não geram lucro.

Por fim, dos aspectos a serem analisados por este trabalho, ressaltamos as intensas jornadas de trabalho. Conforme a Tabela 2, 31% dos profissionais com vínculo empregatício trabalham mais de 30h semanais, apesar da Lei 12317/2010 estabelecer a duração semanal do trabalho do/a assistente social de até 30h.

Tabela 2 – Jornada semanal de trabalho de assistentes sociais no Brasil

Jornada semanal	Assistentes sociais (%)
Menos de 20h	2,71%
Entre 20h e 24h	5,7%
Entre 25h e 30h	44,37%
Entre 31h e 40h	21,60%
Entre 41h e 50h	5,22%
Entre 51h e 60h	3,68%
Mais de 60h	0,65%
Nenhum	16,07%

Fonte: CFESS(2022).

No sistema capitalista, como já mencionado, o trabalho tem como objetivo principal gerar lucro, e não atender às necessidades sociais de forma justa. Dessa forma, os assistentes sociais, assim como outros profissionais do setor público, sofrem

com a tentativa de reduzir os custos da força de trabalho, levando à exploração da categoria, baixa remuneração e jornadas exaustivas. Além disso, a lógica da produtividade impõe aos profissionais o cumprimento de metas burocráticas, cobrando-os sempre por produtividade e quantidade, deixando para escanteio a qualidade dos serviços prestados.

Assim, os resultados desta pesquisa refletem a reconfiguração do mercado profissional dentro do contexto de uma nova morfologia do mundo do trabalho, resultante da reestruturação produtiva impulsionada pelas políticas neoliberais. Esse processo se materializa por meio das reformas e contrarreformas do Estado, que promovem um Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para a classe dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o novo cenário laboral tem resultado em precarização, desvalorização profissional e intensificação das cargas de trabalho. Frente a isso, encontra-se um processo de trabalho marcado por insegurança e desregulamentação, o que dificulta a atuação profissional. Logo, a capacidade de resistir a essas transformações é fundamental para que o(a) assistente social exerça efetivamente seu papel como profissional que atua na análise e intervenção na realidade social.

A luta por melhores condições de trabalho, aliada a uma visão crítica e aos princípios éticos do Serviço Social, torna-se fundamental para a construção de um futuro em que a dignidade e o respeito aos direitos humanos e trabalhistas sejam prioridade. Além disso, manter a esperança ativa e emancipatória do verbo “esperançar” de Paulo Freire, transcendendo o ato de esperar passivamente por algo. Pelo contrário, mover-se por meio de ações transformadoras e conscientes. Ao “esperançar”, o sujeito se engaja ativamente na transformação do mundo, acreditando que a mudança é possível, tornando-se ser político e resistente.

Por fim, ressaltamos que a realidade do exercício profissional do(a) assistente social é complexa e repleta de nuances que gostaríamos de explorar com mais profundidade. No entanto, diante das limitações de espaço e escopo deste estudo, focamos nos aspectos que consideramos mais relevantes para compreender os desdobramentos da precarização do mercado de trabalho. Ainda assim, esperamos

que este trabalho contribua para reflexões mais amplas e inspire futuras investigações que aprofundem essa temática, dando voz a outras vivências e perspectivas que também merecem ser analisadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 131–132, jul. 2009.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 39–53, maio 2014.

BRASIL. **Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **PERFIL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília (DF): CFESS, 2022. 144 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

TUZZO, Simone Antoniacci; BRAGA Claudomilson Fernandes. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v.4, n.5, p. 140-158, ago., 2016.



A/O ASSISTENTE SOCIAL NAS EQUIPES DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE MEDIDAS TERAPÊUTICAS APLICÁVEIS À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI

NATÁLIA MAYRA DA SILVA SANTOS¹

INTRODUÇÃO

Este resumo é um subproduto do trabalho de conclusão de curso intitulado “Processos de trabalho das assistentes sociais nas Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Piauí”. A Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, instituída pela portaria nº 94/2014, integra a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e é responsável por atuar no redirecionamento da assistência prestada à pessoa com transtorno mental (PcTM) em conflito com a lei. Ela reflete um movimento de transição, emergente com a Reforma Psiquiátrica Brasileira que urge na luta por um modelo de atenção à saúde mental baseado na lógica antimanicomial, na participação da comunidade e na atenção integral às necessidades de saúde mental da população, que inclui contextos prisionais e pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: nataliamayrasant@ufpi.edu.br/ nataliamayrasant@gmail.com

Nesse viés, o Serviço Social tem historicamente desempenhado um papel fundamental na construção de políticas públicas voltadas à garantia de direitos. Com a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), da compreensão dos determinantes sociais do processo saúde-doença e na cidadania (DSS) e da Lei nº 10.216 a atuação das/os assistentes sociais tornou-se ainda mais relevante para a desinstitucionalização e o fortalecimento da atenção psicossocial. Desse modo, este escrito busca contribuir para o debate das particularidades compreendidas no exercício profissional das assistentes sociais, em particular nas EAPs do Piauí.

Palavras-chave: Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei; saúde mental; processos de trabalho; assistente social.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, que visa compreender a complexidade do trabalho estudado a partir da perspectiva das profissionais envolvidas. O estudo fundamenta-se na revisão bibliográfica, na análise documental e na realização de entrevistas semiestruturadas. A revisão bibliográfica permitiu um aprofundamento teórico sobre a tônica, enquanto a análise documental possibilitou o entendimento de normativas que orientam a atuação profissional no contexto estudado. A análise dos dados seguiu uma abordagem pré-textual, abrangendo a revisão do material e dos documentos acessados, a transcrição das entrevistas, a categorização e interpretação das informações. Por fim, buscou-se apresentar os resultados da pesquisa de maneira concisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei é um dispositivo antimanicomial no âmbito das ações sociojurídicas e da política de saúde mental. O objetivo das Equipes é fomentar o acesso e a qualidade do tratamento, além de acompanhar a implementação das medidas terapêuticas, especialmente na elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) com vistas à sociabilidade e à condição cidadã do segmento. As Equipes são multidisciplinares, e no cenário

piauiense, as duas, são compostas por Assistentes Sociais, Enfermeiras, Profissionais de Educação Física, Psiquiatras, Psicólogas, Advogados e Coordenadores Técnicos.

Desse modo, é pertinente ressaltar os processos de trabalho, como um conjunto de ações prático-reflexivas direcionadas para alcançar finalidades específicas, que dependem de meios e das condições objetivas, dispondo de um objeto sobre o qual a ação profissional se desenvolve, meios de trabalho, buscando-se um produto final (Pereira, 2017). Nesse viés, as Assistentes Sociais das Equipes tendem, conforme preconiza a profissão, a ter a sua intencionalidade “voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução das desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos” (Fraga, 2010, p. 45), atuando na perspectiva da redução dos danos sociais, na busca pela democratização e autonomia dos indivíduos no acesso aos direitos.

Ademais, os processos de trabalho revelam a dinâmica do trabalho realizado nos múltiplos espaços sócio-ocupacionais de atuação da/o assistente social, e fornecem suporte a compreensão dos desígnios da atuação particular de cada profissional, com a sua relativa autonomia, e que são também influenciados por cenários conjunturais, que estão “[...] intrinsecamente atrelados aos processos de reestruturação produtiva que envolvem a desregulamentação do trabalho e a organização dos trabalhadores” (Mioto; Lima, 2009, p. 25).

Assim, as Assistentes Sociais das Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas, apesar dos desafios colocados, desenvolvem seus processos de trabalho pautados na articulação intersetorial e interprofissional para garantir assistência às pessoas com transtornos mentais em privação de liberdade. Esses processos se estruturam em três dimensões principais: político-organizativa, planejamento e gestão, e socioassistencial.

O trabalho envolve o acompanhamento dos usuários por meio do Projeto Terapêutico Singular (PTS), visitas domiciliares e institucionais, elaboração de relatórios, pareceres e outros documentos técnicos que subsidiam decisões institucionais e judiciais. Além disso, as Assistentes Sociais participam de comissões temáticas, qualificações territoriais, projetos e eventos voltados à saúde mental e ao sistema sociojurídico/penitenciário, conforme as entrevistas (Assistente Social 1, 2024) (Assistente Social 2, 2025).

Nesse íterim, o planejamento é basilar para se pensar a atuação profissional, para garantir coerência às intervenções, e também para contribuir como aporte nas ações das Equipes, que se reúnem uma vez por mês entre elas e semanalmente entre os profissionais da mesma Equipe. Para as profissionais, esse planejamento é reforçado com base nas dimensões do Serviço Social e princípios profissionais. Assim, o planejamento...

[...] é outro elemento do qual a ação profissional não pode prescindir, pois é ele que permite projetar a própria ação, a partir do conhecimento obtido da realidade, da proposição de objetivos, da escolha de formas de abordagem e de instrumentos operativos (Miotto; Lima, 2009, p. 37).

No entanto, desafios e dificuldades como a precarização do trabalho, falta de recursos e atrasos salariais impactam a execução dessas atividades. Para além, as entrevistadas também destacam a resistência das famílias e dos territórios à desinternação dos indivíduos, dado a fatores objetivos e subjetivos; e a escassez de estruturas adequadas, como as residências terapêuticas, que também dificultam o processo de desinstitucionalização, esse, que “não se limita a transferir os indivíduos para um novo espaço [...] A intencionalidade antimanicomial é de reinventar a vida deste segmento no seu território de origem” (Santos, 2025, p. 68).

Outro ponto crítico é a ameaça representada pelo avanço da terceirização na gestão dos serviços, que compromete a qualidade da assistência prestada, na desresponsabilização do estado face à conjuntura neoliberal.

O bem-estar social tende a ser transferido ao foro privado dos indivíduos e famílias, dependente do trabalho voluntário ou dos rendimentos familiares dos diferentes segmentos sociais na aquisição de bens e serviços mercantis, restando ao Estado, preferencialmente, a responsabilidade no alívio da pobreza extrema (Iamamoto, 2009, p. 2).

Diante disso, as Assistentes Sociais afirmam buscar estratégias para fortalecer uma atuação articuladora, que garanta a reintegração dos usuários de maneira digna, com suporte e alinhadas aos princípios da lei nº 10.216 (Assistente Social 1, 2024) (Assistente Social 2, 2025).

Nesse viés, as/os assistentes sociais têm papel fundamental na construção do cuidado em liberdade, que como valor ético-central da profissão, que deve reverberar em suas ações, não apenas no atendimento às necessidades relativas à saúde mental, mas que também favorecem a cidadania plena, considerando as múltiplas dimensões da vida social do indivíduo e de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo, foi possível notar que as Equipes de Avaliação e Acompanhamento enfrentam desafios significativos, porém, demonstram consideráveis potencialidades para promover a desinstitucionalização e o cuidado em liberdade. Denota-se a relevância das profissionais no tocante às medidas de internação compulsória, na promoção de um cuidado mais adequado aos direitos da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, de modo a viabilizar a liberdade e autonomia desses usuários na redução do índice de reincidências das infrações e na elaboração de alternativas que visem a promoção da desinstitucionalização. Ademais, permitiu compreender as dinâmicas e desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais nas Equipes. A pesquisa revelou a complexidade da atuação profissional nesse campo, que envolve não apenas aspectos técnicos, mas também um compromisso ético-político com a luta antimanicomial e os direitos humanos, envolvidos no processo de intervenção. Nesse contexto, destaca-se a importância do trabalho do/a assistente social, que, em articulação com outros profissionais e a sociedade civil, atua na busca pela superação das expressões da questão social e procura por estratégias de desinstitucionalização e de fortalecimento da atenção psicossocial.

REFERÊNCIAS

- BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Política de saúde no Brasil**. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, v. 3, p. 1-24, 2006.
- FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: n. 101, p. 40-64. jan./mar, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS; ABEPSS (Orgs.), 2009.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco**: sistematização de um processo investigativo. Revista: Textos & Contextos Porto Alegre v. 8 n.1 p. 22-48. jan/jun, 2009.
- PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **O processo de trabalho do serviço social na Saúde Mental**. EDUFPI: Teresina, 2017.

SANTOS, Natália Mayra da Silva. **Processos de trabalho das assistentes sociais nas Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei do Piauí.** Orientadora: Professora Dr^a. Lucia Cristina dos Santos Rosa. 2025. p 93. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

Assistente Social 1. **Entrevista com a Assistente Social 1.** Concedida a Natália Santos. Teresina, dez. 2024. Disponível em:
<https://docs.google.com/document/d/1mRt6ieloz3RLHqF66l4QLxeF0wyh2s4taISN3-8QTZQ/edit?tab=t.0>.

Assistente Social 2. **Entrevista com a Assistente Social 2.** Concedida a Natália Santos. Teresina, jan. 2025. Disponível em:
<https://docs.google.com/document/d/1J40yNJWUWxPHkwHD4tbcgDOPFgVKxuAkPaaYaexgUgw/edit?tab=t.0>.



AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

DANIELE DE JESUS BRANDÃO¹
ILANA SILVA SANTOS DA SILVA²
THAIELLE VITÓRIA MASCARENHAS³

RESUMO

O mundo do trabalho tem passado por transformações profundas ao longo da história, impulsionadas pelo avanço tecnológico, pela globalização e pela reestruturação produtiva. Essas mudanças resultam na precarização do emprego, na flexibilização das relações de trabalho e no enfraquecimento dos direitos trabalhistas. A partir das reflexões de Karl Marx e Ricardo Antunes, compreende-se como o capitalismo reconfigura as relações laborais e intensifica a exploração dos trabalhadores. Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel essencial na mediação das expressões da questão social e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, a profissão também sofre os impactos das mudanças no trabalho, exigindo novas estratégias de atuação. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, este estudo analisa

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR). Assistente Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: as.danielebrandao@hotmail.com.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios (POSTERR). Assistente Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: yllana19@hotmail.com.

³ Graduanda no curso de Serviço Social, no 8º período, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: thaiellevitoria@aluno.ufrb.edu.br.

os desafios impostos pelo capitalismo contemporâneo e ressalta a importância do Serviço Social na luta por equidade e justiça social.

Palavras-chave: Trabalho, Capitalismo, Precarização, Serviço Social, Direitos dos Trabalhadores.



IMPORTÂNCIA DO PET SAÚDE EQUIDADE PARA A FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL EM SAÚDE E A EXPERIÊNCIA NA COORDENAÇÃO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

FRANCISCA MIKAELLY DA COSTA CUNHA¹
HYANDRA VITÓRIA SOUSA BARROS²
LUCIA DA SILVA VILARINHO³
NORMA SUELI MARQUES DA COSTA ALBERTO⁴
ÂNGELO BRITO RODRIGUES⁵

INTRODUÇÃO

A equidade em saúde é um princípio do SUS estabelecido à luz dos direitos humanos, do direito à saúde e de justiça social e visa promover o reconhecimento da diversidade social e o desenvolvimento de práticas de gestão e de cuidado em saúde que assegurem o atendimento integral a populações em situação de vulnerabilidade e desigualdade social (Ministério da Saúde-GOV). A promoção da equidade está pautada no reconhecimento das singularidades sociais, de tal maneira a ampliar o acesso aos recursos de saúde ofertados pelo SUS às populações

¹ Discente do curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do PET SAÚDE: Equidade 2024-2026. Email: mikaellycosta128@gmail.com.

² Discente do curso de Bacharelado em Farmácia na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do PET SAÚDE: Equidade 2024-2026. Email: Hyandrabarros@ufpi.edu.br.

³ Professora Doutora do Departamento do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e Tutora do PET SAÚDE: Equidade 2024-2026. Email: lucia.vilarinho@ufpi.edu.br

⁴ Nutricionista, técnica da Coordenação da Promoção de Equidade - SESAPI e Preceptora do PET SAÚDE: Equidade 2024-2026. Email: normaalberto@yahoo.com.br

⁵ Professor Doutor do Departamento de Medicina Comunitária da Universidade Federal do Piauí e Tutor do PET SAÚDE: Equidade 2024-2026. Email: gelobrito25@gmail.com.

vulnerabilizadas. O princípio em questão atende as necessidades de saúde da população nos mais diferentes cenários sociais, fomenta o direito de atendimento das inúmeras diversidades das pessoas.

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET Saúde) é uma iniciativa do governo federal que visa promover a formação interprofissional na área da saúde, tendo como objetivo a educação por meio do trabalho, uma ferramenta para qualificar profissionais e futuras/os profissionais de saúde em serviço e também para introduzir os estudantes de graduação e de pós-graduação da área da saúde no mundo do trabalho, buscando atender às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), e aproveitando essas demandas como fonte para a produção de conhecimento e pesquisa nas instituições de ensino (Brasil, 2010).

A edição vigente do PET Saúde tem como foco a equidade em saúde, com o objetivo de desenvolver processos formativos e reflexivos junto à gestora(e)s, trabalhadora(e)s e futura(o)s trabalhadora(e)s sobre questões relacionadas à equidade de gênero, raça, etnia e deficiências e sua influência nas relações e no ambiente de trabalho, para propor mudanças significativas nas relações e estruturas de poder. O programa se destaca como uma ferramenta fundamental para a formação de profissionais de saúde e áreas afins, ao possibilitar aos(as) discentes a vivência de práticas de gestão e de cuidado com grupos populacionais que demandam ações mais inclusivas e específicas (Ministério da Saúde- GOV)

No contexto do PET Saúde Equidade, os(as) discentes têm a oportunidade de aprimorar os conhecimentos acadêmicos em cenários reais, especialmente, no âmbito da gestão, enfrentando os desafios das populações em situação de vulnerabilidade e promovendo práticas mais equitativas e acessíveis. Além disso, o programa permite que os(as) estudantes reflitam e elaborem estratégias para aprimorar o trabalho profissional nesses espaços. Dessa forma, o PET Saúde Equidade contribui para a reflexão sobre as bases estruturais das desigualdades sociais e acerca das práticas profissionais e de gestão, bem como para o aperfeiçoamento da organização e da qualidade dos serviços de saúde.

O PET Saúde Equidade 2024-2026 é desenvolvido por meio da parceria entre a Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), cujas atividades são distribuídas entre cinco grupos tutoriais, que envolvem oito cursos, instalados em oito cenários, sendo um deles, a Coordenação de

Promoção da Equidade em Saúde (Projeto PET Saúde-Equidade UFPI-SESAPI, 2024).

A Coordenação de Promoção da Equidade em Saúde (CEq) se destaca como um dos principais espaços de prática do PET Saúde Equidade, pois é o setor responsável por promover, articular e monitorar a implementação de políticas públicas voltadas para populações vulnerabilizadas, como indígenas, negras, quilombolas, LGBTQIAPN+, pessoas em situação de rua, privadas de liberdade e outras segregados socialmente. O trabalho da CEq é articular setores, políticas, programas e ações para que essas populações tenham acesso equitativo a serviços de saúde e recebam cuidados adequados, com respeito às suas especificidades culturais e sociais.

Sob esse viés, o presente trabalho busca refletir sobre a contribuição do PET Saúde Equidade para a formação interprofissional e como as experiências vivenciadas na CEq qualificam a formação acadêmica e o desenvolvimento de condutas mais inclusivas e acessíveis no âmbito da saúde.

Palavras- chave: Equidade; Interprofissionalidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada baseou-se em três abordagens: a análise da execução do programa na CEq, a análise documental e a revisão bibliográfica. A execução do programa foi analisada a partir da participação nas atividades desenvolvidas pela Coordenação entre os anos 2024 e 2025 e o normativo do PET. A análise documental envolveu o estudo de instrumentos de gestão, como Plano Estadual de Saúde, Programação Anual de Saúde e Projetos vigentes, além de políticas públicas a favor da equidade em saúde. A revisão bibliográfica contemplou legislações, artigos acadêmicos e estudos sobre a promoção da equidade no SUS e o papel do PET Saúde Equidade na formação interprofissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos aspectos eleitos para avaliar o PET Saúde Equidade permitiu constatar a sua importante contribuição na formação interprofissional dos estudantes

na área da saúde e outras afins. O programa se apresenta especialmente relevante ao considerarmos que a saúde contemporânea é um campo cada vez mais complexo e dinâmico, e que o cuidado, para garantir um atendimento de qualidade em saúde exige uma abordagem multiprofissional e multidimensional.

A interprofissionalidade, entendida como o trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas, que se influenciam mutuamente, ampliam saberes e transformam práticas por meio da colaboração e da atuação compartilhada (Ellery, 2012) sendo fundamental para a construção de soluções mais integradas e eficazes frente à complexidade das condições de saúde da sociedade. Dessa forma, é necessário adotar práticas de gestão das políticas e de abordagem no cuidado oferecido nos serviços de saúde que respeitem a diversidade social e cultural, pois as necessidades da população exigem um olhar mais amplo e colaborativo, que só pode ser alcançado por meio do trabalho em equipe entre diferentes saberes e práticas.

Assim, é nesse contexto que a interprofissionalidade vêm ganhando destaque, segundo Ceccim (2017)

[...] a interprofissionalidade é mote e potência de mais pesquisa, experimentação e renovação, não aniquilando as profissões, antes aperfeiçoamento e elevando suas competências e habilidades a patamares distintos, mais capazes de resolubilidade e interação com os saberes e fazeres no campo de ação em que se inscrevem ou inserem (p. 52).

Esse entendimento de interprofissionalidade, que valoriza a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento é relevante para o PET Saúde Equidade, pois fortalece a formação dos estudantes ao proporcionar uma experiência de trabalho conjunto, onde os saberes de cada profissão se complementam. A interprofissionalidade, ao permitir que diferentes profissionais compartilhem suas experiências e competências, contribui para um cuidado mais integrado, eficiente e humanizado.

No contexto do PET Saúde Equidade, que abrange os cursos de Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Educação Física, Serviço Social, Ciências Sociais, Farmácia e Enfermagem, essa colaboração se mostrou possível e benéfica. Cada curso contribui com olhar e procedimentos específicos para os desafios de saúde, e é no trabalho conjunto que essas áreas conseguem criar soluções mais completas e adaptadas às necessidades das populações atendidas, principalmente as mais vulnerabilizadas.

Além disso, esse trabalho integrado permite aos(às) futuros(as) profissionais compreenderem que o(a) usuário(a) é um ser complexo, com necessidades diversas de saúde, o que reforça a importância de uma abordagem multidisciplinar. Dessa forma, o PET Saúde Equidade não só enriquece a formação acadêmica, mas também prepara para entender o cuidado de forma mais abrangente, garantindo que os usuários recebam uma atenção holística e multiprofissional.

Diante das atividades realizados no cenário de prática da Secretária de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI) - Coordenação de Promoção da Equidade em Saúde (CEq-SESAPI) foi possível vivenciar práticas de gestão a favor da implementação de políticas e ações que convergem para a integralidade do cuidado de grupos populacionais vulnerabilizados, além de permitir o desenvolvimento do pensamento crítico discente e a postura ativa de futuras/os profissionais em prol da equidade não apenas em saúde como de forma geral na sociedade.

Atualmente, a (CEq) conta com a participação de quatro acadêmicas de cursos distintos da Universidade Federal do Piauí –Medicina, Serviço Social, Ciências Sociais e Farmácia. A participação nesse cenário de prática permitiu que todas contribuíssem para a realização de debates, planejamento, monitoramento e execução de ações a favor da equidade em saúde em ambientes voltados para a gestão e para o cuidado em saúde de pessoas vulnerabilizadas. Esse cenário possibilitou o desempenho efetivo de discentes em ambiente de estudo e também em potencial ambiente de trabalho.

A vivência na (CEq) pode comprovar os esforços em assegurar ações de promoção da equidade nos instrumentos de gestão, na perspectiva dessas serem implementadas no âmbito estadual. Ademais, comprovou-se a rotina da prática interprofissional, tanto entre estudantes como entre os profissionais do setor, o que culmina com o desenvolvimento de estratégias de cuidado que atendem às especificidades das populações vulnerabilizadas, incentivando a expressão de diferentes olhares para determinada pauta. Essa integração entre as diversas áreas do conhecimento não só facilita a troca de saberes, mas também promove uma construção coletiva de soluções que são mais eficazes no enfrentamento das desigualdades em saúde.

Ademais, a experiência na CEq evidenciou como os instrumentos de gestão, como o Plano Estadual de Saúde e a Programação Anual de Saúde, são fundamentais para estruturar políticas públicas que promovam a equidade. A abordagem

interprofissional dentro da gestão possibilitou o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo uma análise mais abrangente das necessidades das populações vulnerabilizadas e o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas. A articulação e a utilização de dados prévios para a organização de eventos demonstraram que a equidade em saúde não se resume à assistência direta, mas também depende de um planejamento eficaz e de decisões estratégicas que garantam acesso e qualidade dos serviços de forma justa para todos.

Entretanto, na percepção das alunas, apesar dos esforços técnicos e dos avanços, a promoção da equidade em saúde enfrenta desafios significativos. Entre os principais obstáculos estão as desigualdades estruturais e sociais que ainda afetam a população, como o racismo, a discriminação de gênero e a falta de recursos em serviços de saúde. Além disso, as equipes interprofissionais também enfrentam a dificuldade de integrar saberes e práticas em um ambiente de trabalho onde, muitas vezes, as áreas da saúde são mais fragmentadas.

Outro ponto relevante refere-se às dificuldades políticas enfrentadas no processo da promoção de equidade. Embora existam avanços significativos nas políticas públicas voltadas para populações vulneráveis, é essencial que os(as) gestores(as) estejam comprometidos(as) com essas pautas para garantir que a equidade não sofra retrocessos.

Quando há falta de coesão política ou apoio institucional, especialmente em tempos de instabilidade econômica, os recursos destinados a essas políticas podem ser insuficientes, ou até mesmo cortados. Como resultado, embora existam muitas iniciativas e esforços para promover a equidade, a falta de apoio político e recursos adequados pode comprometer os avanços e, em alguns casos, até provocar retrocessos. A promoção da equidade em saúde, portanto, depende não apenas de estratégias eficazes e da colaboração interprofissional, mas também do alinhamento político e do investimento contínuo nas ações de saúde pública, inclusive, financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do Programa PET Saúde Equidade revelou-se bastante estratégico para a formação interprofissional de estudantes, futuras/os trabalhadoras/es de saúde.

A Coordenação de Equidade (CEq), enquanto cenário de prática do PET Saúde-Equidade UFPI-SESAPI, possibilitou experiências satisfatórias e uma melhor compreensão discente a respeito da equidade em saúde, dos desafios e, conseqüentemente, das estratégias necessárias para assegurar a universalização e a qualidade no atendimento ofertado às populações vulnerabilizadas. Uma das vantagens da articulação de acadêmicos(as) e profissionais de diferentes áreas do conhecimento é o desenvolvimento de soluções mais eficazes e adequadas para os problemas de saúde de grupos populacionais vulnerabilizados socialmente, considerando suas singularidades e especificidades.

Contudo, é válido ressaltar que promover equidade ainda é um desafio persistente, uma vez que há desigualdades estruturais, limitações políticas e a escassez de recursos financeiros, que exigem um compromisso contínuo e uma ação coordenada entre gestores, profissionais de saúde e a sociedade. Embora o PET Saúde Equidade enfrente esses obstáculos, pontua-se que existem resiliência e capacitação evidentes quanto à sua função em combater os desvios de equidade nos campos de atuação da saúde, corroborando o seu valor na qualificação de futuros profissionais de saúde, tornando-os mais sensíveis às necessidades das populações em situação de vulnerabilidade e mais preparados para lidar com a complexidade dos serviços de saúde no SUS. Sob essa ótica, exprime-se que o sucesso do programa depende não apenas da colaboração interprofissional, mas também de um apoio robusto das políticas públicas e dos gestores da saúde, para ampliar e consolidar avanços na promoção da equidade em saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é o PET-Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/faq/acoes-programas-e-politicas-do-sus/o-que-e-o-programa-1#:~:text=O%20PETSa%C3%BAde%20foi%20institu%C3%ADdo%20por%20meio%20da%20Portaria,n%C2%BA%20421%2C%20de%203%20de%20mar%C3%A7o%20de%202010>.

SES-MS. **“Apresentação - Gerência da Equidade em Saúde e ações estratégicas.”** Atenção à saúde - SES - MS. Disponível em: www.as.saude.ms.gov.br/gerencia-da-equidade-em-saude-e-acoes-estrategicas/apresentacao-gerencia-da-equidade-em-saude-e-acoes-estrategicas/.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde: PET-Saúde Equidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pet-saude/pet-saude-equidade>.

Ceccim RB. **Interprofissionalidade e experiências de aprendizagem: inovações no cenário brasileiro**. In: Toassi RFC, org. Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos? Porto Alegre: Rede Unida; 2017. p. 49-67.

Ellery, A.E.L. (2012). **Interprofissionalidade na estratégia saúde da família: condições de possibilidade para a integração de saberes e a colaboração interprofissional**. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2012

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ (SESAPI). **Equidade em saúde**. Disponível em: <https://site.saude.pi.gov.br/paginas/equidade-em-saude>.



NOVA ESCRAVIDÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: a reinvenção da exploração do trabalho na era transnacional

JOÃO PEDRO MENESES DE MOURA¹
DANDARA LAVINNE DA SILVA COSTA DANTAS²
RENATA SCHYNAIDER ALVES DE SOUSA³
MASILENE ROCHA VIANA⁴

INTRODUÇÃO

A escravidão, que no Brasil atual muitos acreditam ter sido abolida por completo desde as décadas finais do século XIX, sobrevive sobre novas formas dentro da dinâmica capitalista de exploração e dominação nessa nova etapa transnacional, em particular sob a égide de políticas de corte neoliberal e de precarização no mundo do trabalho.

Contudo, ainda há, grande percentual de pessoas que sobrevivem em condições análogas da escravidão, mediante jornadas extensas de trabalho, privação de liberdade, sujeitas a trabalhos em condições degradantes e ainda, a dívidas irreais.

Obviamente pessoas submetidas a explorações de sua força de trabalho dessa natureza estão alheias a seus direitos básicos formalmente prescritos e às condições

¹ Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do PET: Serviço Social. joao.meneses@ufpi.edu.br

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” – PIBEX/UFPI. Discente Voluntária do Programa de Iniciação Científica – ICV/UFPI. Email: danlavinne05@gmail.com

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista em Iniciação Científica CNPq/UFPI. renataschynaider@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências Sociais pela PUC/ SP, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí

mínimas de cidadania. E essa realidade é reveladora do quão eivado de contradições é o sistema econômico e social que a produz, afinal, o trabalho livre (e remunerado) deveria ser sustentáculo de uma ordem liberal, afinal a liberdade do mercado é bandeira ostensivamente sustentada pelos liberais de ontem e de hoje.

No entanto, não é raro depararmo-nos com notícias, denúncias e casos de sujeição de pessoas a anos de trabalho sem reconhecimento de suas condições de trabalhadores ou mesmo em atividades insalubres e perigosas, sujeitos reais das classes subalternas, que, sem desprovidas de condições de satisfatórias de sobrevivência ficam suscetíveis a tais violências.

A presente comunicação tem como foco a “Nova Escravidão” no capitalismo transnacional, no intuito de oferecer uma análise das principais causas desse fenômeno e como ele se expressa na atualidade, buscando ainda sinalizar quanto a seus impactos e os principais grupos afetados.

Palavras- chave: Capitalismo contemporâneo; Nova escravidão; Exploração do Trabalho.

METODOLOGIA

A presente comunicação se apoia em pesquisa de base exploratória produzida a partir de uma abordagem qualitativa, utilizando, em específico, de fontes bibliográficas e documentais, com o intuito de compreender como a "nova escravidão" se difunde na ordem capitalista contemporânea em suas diversas formas de aparecer.

Assim, a pesquisa tomou como base estudos como o de Bales (1999), Antunes (2019), Santana (2022), Silva e Gentil (2022), Amaral *et al.* (2015) e Marx (2013), que oferecem contribuições significativas sobre capitalismo, em especial nessa etapa mais hodierna e, utilizou também como fontes dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2025) e do Observatório de erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas (2025), documentos de grande valia ao oferecer informações relevantes do quadro atual brasileiro no que tange à temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capitalismo, desde suas origens é um sistema assentado na exploração da força de trabalho e produtor de desigualdades sociais e econômicas que tudo mercantiliza, demandando a quem se interessa por desvendá-lo, realizar um esforço que o desfetichize, revelando suas entranhas e suas contradições. E embora seja um sistema que ao longo de sua existência tenha sofrido alterações, vem mantendo sua natureza de sistema assentado na exploração do trabalho das classes que vivem do trabalho por classes que dominam no mundo na acumulação de capital.

A revolução industrial permitiu ao capitalismo germinar mecanismos de controle e exploração da força de trabalho, tal como explorado por Marx (2013) na medida em que aponta que o capitalista, ao transformar o trabalho em mercadoria, pode intensificar as jornadas de trabalho e utilizar-se do incremento de tecnologias ou o controle das máquinas, para desumanizar o processo produtivo, afastando o trabalhador do controle sobre sua própria força de trabalho e extraindo a mais-valia, seja absoluta, seja relativa. Do século XIX aos tempos contemporâneos, o capitalismo trilhou marchas diversas, do capitalismo concorrencial aos tempos do capitalismo de monopólios e da financeirização, o capital expandiu-se, espreado-se, destruiu muito do ambiente natural e prevaleceu como sistema a produzir formas diversas de vidas sujeitas a exploração.

Conforme Bales (1999), o processo de renovação da escravidão no mundo acompanha a modernização tardia e as transformações das relações de produção, que permitiram ao capitalismo, reinventar os meios de dominação e exploração do trabalho, destacando dois fatores cruciais nesse processo: o aumento da população mundial após a Segunda Guerra Mundial e a concentração do bem-estar social apenas nas camadas mais favorecidas da sociedade. Na África e Ásia, o crescimento demográfico favoreceu o nascimento das novas práticas escravistas, visto que, boa parte dessa população era de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, com mais da metade sendo crianças e adolescentes (Bales, 1999).

Segundo Bales (1999), os setores que historicamente empregam mão de obra vulnerável, são, principalmente, o setor agrário e em seguida, a mineração, trabalho doméstico e a produção têxtil. Ademais, pensando no caso brasileiro, Santana (2022) destaca o quão crucial o trabalho rural foi, não apenas para a produção agrícola, mas como elemento estrutural para a consolidação do capitalismo no Brasil, contribuindo

para a perpetuação da escravidão. Aponta ainda que a subordinação dos trabalhadores do campo, caracterizada por jornadas exaustivas, baixos salários e condições degradantes, sustentou um modelo de exploração que viabilizou a extração do “mais-valor” e que não só fortaleceu a agricultura, como também viabilizou a acumulação de capital para a industrialização e urbanização.

E no Brasil, ainda há que se destacar o processo desigual de conquista de direitos no país. Pois, enquanto nas metrópoles as leis trabalhistas se disseminaram principalmente a partir de 1985, no campo, elas só avançaram muito depois, e em conflito com a predominância do trabalho temporário e da informalidade, como um movimento das elites rurais para flexibilizar o trabalho (Santana, 2022).

No entanto essa prática não se limita às classes dominantes no mundo rural, mas é inerente ao capitalismo, que fragiliza o trabalho por meio da terceirização e da externalização da produção para regiões com fiscalização precária, facilitando a manutenção de práticas análogas à escravidão. Essa estratégia mascara os reais responsáveis pela exploração, enquanto a pressão por redução de custos aumenta a informalidade e a precarização do trabalho (Santana, 2022).

A precarização afeta de maneira mais acentuada grupos historicamente vulneráveis, como a população negra, mulheres, imigrantes e trabalhadores rurais, embora como assevera Bales (1999), diferente da escravidão colonial, a “nova escravidão” não se baseie exclusivamente em critérios étnico-raciais ou religiosos, mas na vulnerabilidade socioeconômica.

Com efeito, a realidade revela que, devido a um histórico de exclusão e desigualdade, esses grupos continuam a ser os mais afetados pela exploração. Dados da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e do Observatório de erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas mostram que a maioria das vítimas resgatadas no Brasil são, de fato, negros, mulheres, migrantes e trabalhadores rurais, evidenciando que a condição de vulnerabilidade socioeconômica ainda se entrelaça com desigualdades estruturais históricas.

Essa dinâmica de exploração evidencia que a escravidão contemporânea não representa uma simples continuidade do passado colonial, mas uma metamorfose adaptada aos imperativos do capital globalizado. Silva e Gentil (2022) destacam que a escravidão moderna se disfarça em contratos legais, que legitimam relações desiguais e mascaram a exploração sob a roupagem de acordos formais.

Essa "metamorfose da escravidão" reflete a lógica capitalista, que perpetua a apropriação da força de trabalho e a degradação das condições de vida dos trabalhadores, muitas vezes por meio da flexibilização impostas pelas reformas trabalhistas e pela retração das fiscalizações estatais. Esse processo está ligado ao enfraquecimento da regulação estatal e à redução das políticas de proteção ao trabalho, especialmente após a reforma trabalhista de 2017.

Como aponta Antunes (2019), a terceirização, a uberização e a precarização generalizada do trabalho criam uma massa de trabalhadores sem direitos, sem proteção e submetidos a uma forma de servidão moderna, na qual a liberdade formal coexiste com a absoluta ausência de autonomia e dignidade. E, onde a falta de vínculo empregatício formal e a ausência de uma rede de proteção social intensifica-se a vulnerabilidade dos trabalhadores, tornando-os mais suscetíveis à exploração e dificultando a reivindicação de seus direitos.

Como demonstram Silva e Gentil (2022), a retirada de direitos, a ampliação da terceirização e a fragilização dos mecanismos de inspeção criaram um ambiente propício para a perpetuação de formas análogas à escravidão, nas quais os trabalhadores são aliciados, submetidos a condições degradantes e têm sua liberdade violada sob a justificativa da necessidade econômica e da competitividade do mercado. Os autores ainda informam que, conforme a OIT "estima que existam em todo o mundo mais de 40 milhões de pessoas vivendo submetidas a condições análogas à escravidão, que vão desde o trabalho infantil ao casamento forçado, ou qualquer tipo de tráfico humano" (Silva; Gentil 2022 *apud* OIT, 2020).

Servindo-se de dados do Observatório de erradicação do Trabalho Escravo e do Ministério do Trabalho, no Brasil, entre 2003 e 2018, Silva; Gentil (2022) ainda relembram que "45 mil trabalhadores foram resgatados e libertados do trabalho análogo à escravidão, isto significa uma média de pelo menos oito trabalhadores" foram resgatados a cada dia.

E, analisando dados mais recentes publicados pela OIT (2025) sobre o Brasil indicam que 65.598 pessoas foram resgatadas em condições análogas à escravidão no Brasil no período de 1995 a 2024, com média de 2.104,5 por ano.

A atuação do Estado no enfrentamento dessa problemática, embora formalmente existente, revela-se insuficiente. Conforme apontado por Amaral et al. (2015), as políticas públicas brasileiras de combate ao trabalho escravo contemporâneo enfrentam barreiras políticas, institucionais e econômicas, sendo

frequentemente desarticuladas e limitadas à resposta imediata ao resgate de trabalhadores, sem atuar nas causas estruturais da exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As explorações bibliográficas e documentais desenvolvidas revelam que a chamada "nova escravidão" não é um simples resquício histórico ou uma anomalia dentro do capitalismo contemporâneo, mas sim um fenômeno intrinsecamente ligado à lógica de acumulação e exploração do sistema capitalista transnacional.

Nesse sentido, a "nova escravidão" é mais do que uma violação de direitos individuais - ela é expressão de uma estrutura econômica que exige a maximização da exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que transfere os custos sociais dessa exploração para os próprios trabalhadores e para o Estado. O crescimento da informalidade, da migração forçada e da vulnerabilidade socioeconômica cria um terreno fértil para a reprodução de condições análogas à escravidão.

Os dados apresentados reforçam que essa exploração atinge de maneira desproporcional grupos historicamente marginalizados, como trabalhadores rurais, mulheres, migrantes e a população negra, evidenciando que a escravidão moderna se entrelaça com as desigualdades raciais, de gênero e de classe presentes nas sociedades periféricas e semiperiféricas.

Portanto, combater a escravidão moderna exige não apenas o fortalecimento de mecanismos de fiscalização e repressão, mas também a construção de políticas públicas estruturantes, que garantam proteção social, geração de emprego digno e combate às desigualdades históricas. Sem enfrentar as raízes estruturais da vulnerabilidade social e da superexploração do trabalho, a "Nova Escravidão" continuará sendo uma peça funcional na engrenagem do capitalismo global.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Virginia Borges et al. **O Trabalho Escravo e o Capitalismo**: uma relação de nunca acabar. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BALES, Kevin. **Disposable people**: new slavery in the global economy. Berkeley: University of California Press, 1999.

COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO. CONATRAE. [Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo] Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conatrae/comissao-nacional-para-a-erradicacao-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 25. fev. 2025.

SILVA, Pamilhan A. F.; GENTIL, Plínio A. B. A metamorfose da escravidão e gestão do conflito capital-trabalho. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 26820-26837, 2022.

MARX, Karl. **O processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo>. Acesso em: 25. fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). International Labour Organization. [Perfil do Trabalho escravo no Brasil] Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil/conheca-oit> Acesso em: 30. mar. 2025.

SANTANA, A. A.. **Cativeiros do Agronegócio no campo brasileiro**: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia. Orientador: Prof. Christiane Senhorinha S. Campos. 2022. 305 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2022.



RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PET-SAÚDE: equidade em saúde

AMANDA MARIA RICARDINA NUNES OLIVEIRA¹
CARLOS EDUARDO LAURINDO BEZERRA²
GISELA MARIA SILVA DE BRITO³
LETÍCIA MARIA NASCIMENTO DE SOUSA⁴
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA⁵

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com imensas diferenças econômicas, sociais, culturais e geográficas, de modo que as desigualdades sociais e suas relações com a sociedade e a saúde sejam históricas e tenham rebatimentos na contemporaneidade. Isso pode ser observado na iniquidade na saúde, pois há uma desigualdade que evidencia disparidades injustas na distribuição de recursos e acesso aos serviços de saúde, influenciadas por fatores sociais, econômicos e políticos. Essas iniquidades representam uma das principais características da análise em situação de saúde no país, sendo destacada principalmente em pesquisas epidemiológicas e socioculturais.

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí. Aluna bolsista do PET-Saúde Equidade UFPI/SESAPI. E-mail: amandamariaricardina@gmail.com.

² Graduando do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí. Aluno bolsista do PET-Saúde Equidade UFPI/SESAPI. E-mail: eduardolaurindo003@gmail.com.

³ Profissional de Educação Física. Especialista em Obesidade, Emagrecimento e Qualidade de Vida e em Micropolítica da Gestão e Trabalho em Saúde. E-mail: giselabrito68@gmail.com.

⁴ Graduanda em bacharelado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Piauí Aluna bolsista do PET-Saúde Equidade UFPI/SESAPI. E-mail: leticia.sousa@ufpi.edu.br.

⁵ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Tutora do PET Saúde-Equidade UFPI/SESAPI. E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br.

Assim, devido aos diversos desafios e iniciativas colocadas aos integrantes do quadrilátero da formação em saúde (ensino, gestão, atenção e controle social) foi criado o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde) pelo Ministério da Saúde que, ao longo de duas décadas, tem sido um importante dispositivo no que diz respeito ao fortalecimento de ações de integração entre ensino serviço e comunidade, de reorientação da formação e do trabalho em saúde. Nesse sentido, o programa também favorece o desenvolvimento de uma dialética inovadora entre a educação e o trabalho, visando a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado em valores como a equidade, universalidade e integralidade.

Dessa forma, em sua 11ª edição, iniciada no ano de 2024, o Pet-Saúde teve como foco o tema da equidade, buscando trazer proposições para uma complexa realidade brasileira e piauiense, desejando dar visibilidade às políticas e ações voltadas para a valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, além de considerar temáticas ainda pouco discutidas na formação e no trabalho. Ademais, buscou-se a discussão a respeito das iniquidades em saúde por meio do prisma teórico-metodológico da interseccionalidade, procurando compreender essa temática no âmbito da saúde e, ao mesmo tempo, desenvolver intervenções necessárias em termos de equidade de gênero, raça e classe.

Nesse sentido, como forma de enfrentamento a estas problemáticas, que a Universidade Federal do Piauí, através do Núcleo de Saúde Pública (NESP), em parceria com a Secretaria do Estado da Saúde do Piauí (SESAPI), concorreu ao edital do PET Saúde-Equidade do Ministério da Saúde e foi contemplado. Com o título “Fortalecendo Redes e Transformando Práticas no SUS do Piauí”, o projeto agrega uma diversidade de 8 (oito) cursos de graduação, sendo eles: Ciências sociais, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia e Serviço Social, que possuem como cenários de prática as diretorias, superintendências e coordenações da SESAPI. Esse trabalho objetiva realizar um relato de experiência do grupo de trabalho 2, do turno da manhã, que desenvolve suas atividades na Gerência de Atenção Básica da SESAPI.

Palavras-chave: Saúde. Equidade. Programa de Educação para o Trabalho.

METODOLOGIA

O PET Saúde Equidade NESP/ UFPI/SESAPI tem por objetivo desenvolver processos formativos e reflexivos junto à gestora(e)s, trabalhadora(e)s e futura(o)s trabalhadora(e)s da UFPI e da SESAPI, observando como questões relacionadas à equidade de gênero, raça, etnia e deficiências interferem nas relações e no ambiente de trabalho, para propor mudanças significativas nas relações e estruturas de poder.

Esse trabalho realiza um relato de experiência sobre as ações desenvolvidas no PET Saúde Equidade NESP/ UFPI/SESAPI, especificamente no grupo de trabalho 02, que desenvolve suas atividades no turno da manhã na Gerência de Atenção Básica da SESAPI, com a equipe de discentes de cursos da saúde, a preceptoria de trabalhadora da saúde na área da Educação Física e a tutoria de docente do Serviço Social. Assim, apresenta-se uma síntese das palestras, debates e rodas de conversas realizadas, voltadas para questões de saúde mental focando no conceito de Equidade no SUS, relacionando com outras produções acadêmicas a respeito do tema e uma breve revisão bibliográfica. Dessa forma, foi possível produzir e selecionar os tópicos relacionados às temáticas discutidas e propostas pelo artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sistema Único de Saúde tem como fundamentos centrais: a universalidade, integralidade e equidade. Nessa direção, destaca-se a importância de ampliar a discussão sobre a equidade em saúde, seja nos espaços de trabalho, quanto na formação de futuros trabalhadores(as) do SUS. Assim, a equidade foi escolhida como foco do Ministério da Saúde para o PET-Saúde em sua 11ª edição, permitindo aos(as) estudantes e profissionais um olhar maior sobre as questões de gênero, raça, classe, sexualidade e outras desigualdades e seus atravessamentos na saúde. No artigo “Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS”, os autores defendem:

[...] o direito à saúde não é para ser entendido como o direito de ser saudável”, mas como um direito inclusivo ampliado não somente ao acesso aos cuidados médicos apropriados, mas também a determinantes de saúde como o acesso à água potável e saneamento adequado, segurança alimentar, nutrição e moradia, condições ocupacionais e ambientais saudáveis e acesso à informação e educação em saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva (ONU, 2000). (SOUSA, 2016).

O PET Saúde Equidade NESP/ UFPI/SESAPI se organiza através de cinco grupo de trabalhos, cada um em um cenário prática distinto da SESAPI, com a inserção de estudantes, docentes e profissionais de diversas áreas. Especificamente o grupo de trabalho - GAT-2 do PET desenvolve suas ações no cenário de prática da Diretoria de Atenção Primária à Saúde da SESAPI, buscando a integração entre a interseccionalidade e interprofissionalidade. Desde 2024 o grupo vem debatendo e refletindo sobre as relações de gênero, raça, etnia, sexualidade e outras questões que põe em evidência as desigualdades sociais e seus atravessamentos no campo da saúde. Busca-se ainda entender as relações de poder dentro do cenário de prática, de modo a ofertar uma saúde mais humanizada e uma formação mais consciente.

Ações como leitura de textos, participação em palestras e cursos e organização de eventos, fazem parte das atividades desenvolvidas. Dentre as ações, destaca-se o IV Fórum de Equidade em Saúde, desenvolvido pela Coordenação de Equidade da SESAPI, por meio de um webinar que discutiu sobre a saúde de grupos mais vulneráveis, como pessoas trans e indígenas, e ações de promoção à saúde de forma equitativa. Outra atividade foi o curso de letramento racial para trabalhadores do SUS, desenvolvido pela plataforma do instituto Fiocruz, no qual os(as) estudantes participaram, com o intuito de formar profissionais conscientes sobre questões étnico raciais e pensar como transformar ambientes de trabalho nocivos em ambientes seguros e acolhedores.

No mês de Janeiro, as atividades tiveram foco na temática Saúde Mental no Trabalho, com um evento organizado pela SESAPI, que contou com a presença do GAT/2 e o planejamento de um evento a partir do Janeiro Branco, que foi amplamente divulgado e pensado para trabalhadores da área da saúde e estudantes no geral, ocorrendo no formato de Webinar, de forma online, priorizando a participação das pessoas de diferentes lugares. Foi dado o enfoque nas chamadas PICS: Práticas Integrativas e Complementares que, no artigo "Promoção da Saúde Mental dos Trabalhadores da Saúde: as práticas integrativas e complementares como estratégias de cuidado", discute e argumenta:

[...] apresentam-se como uma estratégia de promoção da saúde mental dos trabalhadores da saúde. As PICS são regulamentadas no Brasil por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), onde listam-se 29 recursos terapêuticos que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, dentre elas a cromoterapia, musicoterapia, acupuntura, aromaterapia, entre outras (SILVA et al, 2022).

Assim, é de suma importância que atividades de ensino, extensão e pesquisa consigam se estender à uma ampla gama de cursos de diferentes áreas do conhecimento e que programas como o PET promovam a intersecção entre a formação acadêmica e a prática profissional. O enriquecimento de saberes e o aprimoramento das experiências profissionais para os(as) estudantes e trabalhadores(as) que participam é um indício desse aprofundamento e mostra na prática a diferença que a iniciativa promove.

CONCLUSÃO

A abordagem adotada pelo grupo GAT/2, em especial, permitiu um aprofundamento significativo em temas que são estigmatizados na formação acadêmica e na prática profissional, contribuindo para uma atuação mais humanizada às desigualdades estruturais presentes no sistema de saúde. A experiência do PET-Saúde reafirma que a equidade deve ser um eixo central na formulação e implementação de políticas públicas, garantindo que as especificidades e vulnerabilidades da população sejam consideradas no planejamento e execução das ações de saúde.

Diante dos desafios enfrentados pelo SUS, iniciativas como o PET-Saúde Equidade mostram-se cada vez mais úteis para fortalecer a integração entre ensino e serviço, aprimorando a formação de profissionais comprometidos com a justiça social e fomentar um sistema de saúde mais inclusivo, acessível e equitativo. A continuidade e a ampliação de programas dessa natureza são fundamentais para garantir que a equidade não seja apenas um princípio teórico, mas uma prática concreta na atenção à saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

SILVA, Jardson; SILVA, Dayse Barbosa; NASCIMENTO, Lilia Costa; GOMES, Rayssa Araújo; FREIRE, Guilherme Gomes; GONDIM, Afonso Luiz Medeiros; BRAGA, Liliane Pereira. Promoção da saúde mental dos trabalhadores da saúde: as práticas integrativas e complementares como estratégias de cuidado. **Revista Ciência Plural**, v. 8, n. 3, e29054, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/29054>. Acesso em: 10 de março de 2025.

BRINCO, Rachel; FRANÇA, Tania; MAGNAGO, Carinne. PET-Saúde/Interprofissionalidade e o desenvolvimento de mudanças curriculares e

práticas colaborativas. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 6, p. 55-69, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E606>. Acesso em: 10 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI); SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ (SESAPI). **PET-Saúde Equidade UFPI-SESAPI**: fortalecendo redes e transformando práticas no SUS do Piauí. Teresina: UFPI, 2024.

BARROS, Fernando Passos Cupertino de; SOUSA, Maria Fátima de. **Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS**. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-18, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016146195>.



SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR (CMAM): uma análise da prática profissional

ANA BEATRIZ PEREIRA CARVALHO¹
ANTONIA CAMILLE SEVERIANA MACIEL²
BENIELLEN SOARES SILVA³
ISABELLE SANTOS DE SOUSA⁴
ELLAYNE KAROLINE BEZERRA DA SILVA⁵

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe investigar a atuação do Serviço Social no Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar (CMAM) de Teresina-PI, uma instituição que atende crianças e adolescentes com transtornos e dificuldades de aprendizagem. Este tema é de grande relevância devido à crescente demanda por um atendimento que considere a complexidade das questões clínicas e sociais que impactam os indivíduos atendidos.

¹ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: anab89083@Gmail.com

² Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Voluntária do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí. Voluntária no Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. E-mail: antonia.maciell@ufpi.edu.br

³ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social. E-mail: beniellen.silva@ufpi.edu.br

⁴ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: isabellesantos.ufpi@gmail.com

⁵ Docente do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Doutora e mestra em Políticas Públicas. E-mail: ellayne.silva@ufpi.edu.br.

No contexto das desigualdades sociais persistentes, é fundamental que as intervenções sociais integrem múltiplas dimensões das experiências vividas por essas crianças e adolescentes, reconhecendo os fatores que contribuem para suas vulnerabilidades. A atuação dos(as) assistentes sociais, portanto, se torna essencial, pois eles (as) têm a atribuição não apenas de identificar e intervir nas necessidades imediatas dos (as) usuários (as), mas também de promover a inclusão social e a defesa dos direitos humanos.

Vale ressaltar que além da pesquisa bibliográfica, este estudo também considera a experiência das estagiárias de Serviço Social no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I realizado na instituição estudada. E tem como objetivo geral analisar a atuação do (a) assistente social no Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar (CMAM) de Teresina-PI; e especificamente busca-se: (1) compreender o papel dos profissionais de Serviço Social na equipe multidisciplinar e (2) identificar as manifestações da questão social observadas no contexto da instituição.

Palavras- chave: Serviço Social. Atendimento Multidisciplinar. Direitos Humanos.

METODOLOGIA

O presente estudo foi produzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Severino (2017) é uma pesquisa realizada a partir de registros disponíveis, resultados de pesquisas em documentos, livros etc., que abordam aspectos ligados à temática. Dessa forma, a pesquisa realizada foi fruto da análise de documentos institucionais, revisão bibliográfica de artigos científicos, livros que tratam sobre a temática, assim como, das produções construídas pelas estagiárias de Serviço Social que atuam (ram) na instituição.

Para além disso, foi considerada a experiência das estagiárias de Serviço Social durante o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I, que inclui a vivência no cotidiano institucional, bem como os conhecimentos adquiridos e as observações feitas durante o processo de estágio.

Essa combinação de abordagens permitiu uma análise mais aprofundada e contextualizada das práticas e desafios enfrentados pela equipe de Serviço Social na instituição, refletindo tanto a teoria quanto a prática profissional com os (as) usuários (as) do serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar (CMAM) é uma instituição responsável em prestar atendimento médico e terapêutico multidisciplinar para crianças e adolescentes, matriculados (as) na Rede Pública Municipal de Ensino na faixa etária de 05 a 15 anos com transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem no município de Teresina-PI. Ele constitui-se como uma instituição pioneira, fruto da parceria entre a Fundação Municipal de Saúde - FMS e a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, tendo como objetivo principal oferecer um serviço de excelência, unindo diferentes profissionais de diferentes áreas do conhecimento para proporcionar um atendimento integrado e eficaz, além de prestar orientações às famílias e fomentar a pesquisa na área (CMAM, 2024).

Para efetivação de tal objetivo o Centro conta com equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, neuropediatras e psiquiatras. Articulados, esses profissionais buscam oferecer um atendimento integral, considerando tanto os aspectos clínicos e psicológicos, quanto os sociais das crianças e adolescentes atendidos. Esse trabalho conjunto se torna essencial para a elaboração de estratégias de intervenções eficazes, refletindo um esforço coordenado em prol do bem-estar dos (as) usuários (as) e de seus familiares.

A atuação do(a) assistente social dentro da equipe multidisciplinar no CMAM, assim como nos diversos espaços sócio-ocupacionais, busca identificar e intervir sobre as expressões da questão social que perpassam a vida dos(as) usuários(as), bem como na efetivação e ampliação dos direitos de cidadania.

Nesse viés, no que tange às manifestações da questão social visualizadas na instituição, são definidas por Iamamoto (2001) como um conjunto das expressões de desigualdades criadas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado, como algo indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes. A autora acrescenta que,

A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnicas-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2014, p.330).

No CMAM, por meio da observação da realidade social vivenciada a partir do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I e das demandas direcionadas ao Serviço Social, foi possível apreender a multiplicidade de manifestações da questão social que atravessam a vida dos(as) usuários(as) atendidos (as) na instituição sinalizadas em aspectos como: analfabetismo; desemprego; situações de violência; abandono parental; pobreza; fragilização e/ou rompimento dos vínculos familiares; insegurança alimentar e déficit habitacional.

Posto isso, no CMAM, o(a) assistente social atua sob as mais diversas expressões da questão social, que vão além dos fatores que envolvem os transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem identificados nas crianças/adolescentes, cabendo ao profissional atuar pautado no Código de Ética do/a Assistente Social e nas demais legislações que firmam o seu processo de trabalho, buscando a defesa intransigente dos direitos humanos e a qualidade dos serviços prestados à população. Além disso, a atuação profissional do(a) assistente social no CMAM envolve a promoção de ações que visam a inclusão social, a articulação com outras instituições para concretização dos direitos dos(as) usuários(as), buscando contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo assim, no CMAM, o contexto social dos (as) usuários (as) é sempre considerado de forma a assegurar o acesso e a continuidade dos acompanhamentos. O ambiente familiar, tido como espaço de socialização e desenvolvimento emocional e social dos (as) usuários (as), também é considerado fator fundamental no atendimento, sendo estas famílias ouvidas, acolhidas, acompanhadas e incluídas nesse acompanhamento. Assim, são empregados diversos instrumentos e técnicas para a operacionalização do trabalho do (a) assistente social, como a observação, visita domiciliar, entrevista social, reunião, acolhimento, estudos sociais, relatórios sociais, acompanhamento e avaliação social. Esses instrumentos, quando aplicados diretamente aos (as) usuários (as), permitem uma análise aprofundada de suas realidades (SANTOS, 2022).

Ademais, no Centro são realizados articulações e encaminhamentos para outras instituições, materializando ações intersetoriais baseadas na perspectiva da proteção integral dos indivíduos. Nesse sentido, busca-se "viabilizar ações e políticas integradas voltadas para o desenvolvimento integral das pessoas em diversos campos, como educação, saúde, bem-estar, trabalho e renda, habitação, cultura, lazer e cidadania" (BRONZO, 2010 *apud* PEREIRA, 2018, p. 47).

Desse modo, o processo de trabalho do(a) assistente social no CMAM envolve uma interatividade constante entre avaliação das necessidades dos (as) usuários (as) e a oferta de serviços que busquem atender a essas demandas de maneira integral. Os (as) assistentes sociais realizam um diagnóstico social por meio de entrevistas e visitas domiciliares, a fim de compreender a realidade vivida pelas crianças e adolescentes e suas famílias. Este diagnóstico é fundamental na elaboração de planos de intervenção, que são orientados por um enfoque multidisciplinar, onde o(a) assistente social atua em articulação com médicos, psicólogos e outros profissionais da saúde e educação.

O (a) assistente social também é responsável por promover a articulação entre diferentes instituições e programas sociais, garantindo que os (as) usuários (as) acessem os direitos e serviços disponíveis, como programas de transferência de renda e assistência material. Este profissional trabalha também na capacitação e conscientização das famílias, proporcionando orientações sobre como enfrentar e superar os desafios sociais que impactam suas vidas, promovendo assim uma rede de apoio que busca a superação da vulnerabilidade social.

CONCLUSÕES

A investigação demonstrou a importância da atuação do Serviço Social no Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar (CMAM) e a relevância de uma abordagem integrada que considera tanto as dimensões clínicas quanto sociais das crianças e adolescentes atendidos. A análise das estratégias de intervenção utilizadas pelos assistentes sociais evidenciou a promoção dos direitos humanos e a inclusão social, abordando as múltiplas manifestações da questão social observadas no contexto da instituição, como pobreza, violência e insegurança alimentar.

Além disso, foi crucial a identificação das desigualdades sociais enfrentadas pelos (as) usuários (as) do serviço, o que permite o desenvolvimento de práticas mais contextualizadas e eficazes. Para fortalecer ainda mais a atuação do Serviço Social e suas contribuições no ambiente multidisciplinar do CMAM, sugere-se que futuras pesquisas explorem a eficácia das intervenções específicas e a percepção dos (as) usuários (as) e familiares sobre o atendimento recebido. Adicionalmente, a investigação de novas formas de articulação intersetorial, focando em políticas

públicas integradas, pode oferecer *insights* valiosos para a construção de um suporte mais robusto e eficaz para a população atendida.

Essa continuidade de pesquisa é essencial não apenas para o aprimoramento das práticas profissionais, mas também para garantir que as intervenções sociais sejam cada vez mais alinhadas às necessidades reais dos (as) usuários (as), contribuindo, assim, para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

CMAM. **REGIMENTO INTERNO DO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR** – CMAM. Piauí, 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais**. SER Social, Brasília, v. 15, n. 33, p. 326–342, 2014. DOI: 10.26512/ser_social.v15i33.13051. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13051. Acesso em: 17. fev 2025.

PEREIRA, S. L. B. **Intersetorialidade na Política de Saúde Mental: uma Análise a Partir das Articulações Tecidas Pelos/as Assistentes Sociais nas Redes Intersetoriais**. TESE (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí. Teresina: 2018, 292 p

SANTOS, Tamires Nogueira. **Análise Institucional do Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar – CMAM**. Teresina, 2022. [Análise não publicada].

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.



SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL: considerações sobre experiências do Estágio Curricular I

FRANCISCA MIKAELLY DA COSTA CUNHA¹
MARIA VITÓRIA MOURA LEAL²
SOLIMAR SANTOS SILVEIRA³

INTRODUÇÃO

A política de saúde mental no Brasil passou por transformações significativas com a Reforma Psiquiátrica e a promulgação da Lei 10.216/2001, que consolidaram o modelo de atenção psicossocial e o cuidado em liberdade. No entanto, persistem desafios na efetivação desse modelo, como a falta de recursos, a fragmentação das redes de atenção e a permanência de práticas manicomiais. Dentro desse cenário, o estágio curricular no campo da saúde mental se configura como um espaço crucial para a formação crítica e reflexiva do estudante de serviço social, proporcionando contato direto com a realidade dos serviços e as práticas profissionais na área.

Desse modo, o resumo busca delimitar e refletir sobre as experiências do Estágio Curricular I no contexto da saúde mental, a partir da vivência das estagiárias de serviço social. Durante o estágio, as estagiárias têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, além de desenvolver uma compreensão mais profunda das políticas públicas, das dinâmicas institucionais e dos

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Email: mikaellycosta128@gmail.com.

² Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Email: vitoriamouraleal18@gmail.com.

³ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Email: solimar.silveira@ufpi.edu.br.

desafios enfrentados na promoção do cuidado psicossocial. A experiência prática permite também, uma análise das demandas e das limitações dos serviços, além da articulação com a equipe multiprofissional no cuidado integral.

O objetivo geral deste artigo é expor e refletir sobre as contribuições e desafios percebidos pelas estagiárias durante o Estágio Curricular I na saúde mental, com foco nas experiências práticas vivenciadas no campo de prática, o Hospital Areolino de Abreu. Especificamente, pretende-se analisar o papel do serviço social nas práticas de saúde mental, identificar as principais dificuldades encontradas, e os limites da atuação profissional, sempre com base nas percepções e reflexões das estagiárias.

Palavras-chave: Saúde mental; Estágio; Serviço social.

METODOLOGIA

A metodologia se baseou em duas abordagens principais: análise das vivências do estágio, com foco nos relatórios de processo de trabalho elaborados pelas estagiárias; e revisão bibliográfica, com o objetivo de embasar teoricamente a pesquisa, abordando a política de saúde mental no Brasil, especialmente a Reforma Psiquiátrica e a Lei 10.216/2001, que definem o modelo de atenção psicossocial, por meio de consultas a fontes acadêmicas, artigos e livros sobre a implementação dessa política e a atuação do serviço social nesse contexto.

A principal técnica de coleta de dados foi a análise dos relatórios de processo de trabalho, nos quais as estagiárias descreveram suas atividades, as interações com a equipe multiprofissional, as demandas dos usuários e as estratégias adotadas no cuidado psicossocial. Além disso, os relatórios incluíram reflexões sobre os desafios enfrentados e as soluções encontradas.

Por conseguinte, a análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdos supracitados, com o objetivo de identificar temas emergentes nos relatos das estagiárias, possibilitando uma reflexão crítica sobre o papel do serviço social na saúde mental, destacando as contribuições para o fortalecimento das redes de cuidado e os desafios encontrados na implementação do modelo psicossocial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, o/a assistente social passa atuar no campo da saúde mental no século XX, a partir da influência da Doutrina Social da Igreja e do movimento de higiene mental (Appel, 2017). Na década de 50, esses trabalhadores sociais passam a ser inseridos nos hospitais psiquiátricos, período em que o trabalho do/da assistente social era subordinado ao do médico, portanto, era burocratizado e consistia em realizar levantamento de dados sociais, familiares e confeccionar atestados sociais (Vasconcelos, 2000).

Essa realidade é modificada somente na década de 1970 com o contexto da Reforma Psiquiátrica, uma vez que surgem avanços significativos no campo da saúde mental, especialmente na superação do modelo manicomial. (Gomes; Silva, 2017). Mas, na década de 1990, com o avanço do projeto neoliberal que visava o desmonte das políticas públicas e reconfiguração do papel do Estado, incidiu diretamente nas expressões da questão social redirecionando as intervenções sociais, logo, há modificações no mercado de trabalho do assistente social e nas suas atribuições (Iamamoto, 2004). Assim, nessa década, no campo da saúde mental passam a ocorrer contenções de gastos.

Nesse sentido, compreende-se que o serviço social passa ser inserido num contexto contraditório: por um lado houve avanços para saúde mental perante a reforma psiquiátrica, por outro existe o avanço do neoliberalismo. Nesse viés, o/a assistente social não deve ter um processo de trabalho meramente tecnicista, mas desenvolver habilidades necessárias para atuar na saúde mental, tendo em vista que

O fazer do assistente social na Saúde Mental está multideterminado por uma série de elementos. É determinado por todo um contexto macro societário, no qual se desenham as políticas públicas, numa correlação de forças em que distintos projetos se enfrentam, que conformarão princípios e coordenadas que balizarão os serviços que os implementarão (Rosa e Lustosa, 2012, p.35)

Assim, o serviço social faz uma leitura crítica da realidade a partir do marxismo, que é a corrente teórica-metodológica hegemônica da profissão, embasados no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação e nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, para intervir nas múltiplas expressões da questão social que são postas no cotidiano do/da assistente social.

A inserção do serviço social na saúde mental ocorreu através Resolução de N.º 383/99 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 1999), a qual reconhece o/a assistente social como profissional de saúde, e, inegavelmente, veio para consolidar e regulamentar a profissão nessa área e estabelecer que sua intervenção deve ser pautada na perspectiva da totalidade, focada na identificação dos determinantes sociais, econômicos e culturais das desigualdades sociais, propondo uma análise crítica da realidade. Além disso, ressalta-se que esse profissional compõe a equipe multidisciplinar dos diferentes espaços sócio-ocupacionais no âmbito da saúde mental.

O estágio sobre o qual se constrói essa pesquisa se deu no Hospital Areolino de Abreu (HAA), um hospital estadual, sob a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), que atua na política de saúde mental, álcool e outras drogas, voltado para a atenção à crise psiquiátrica. A instituição contempla tanto o território da capital, quanto de outros municípios do Piauí, além de outros estados, sobretudo Maranhão. O hospital foi inaugurado em 1907 por médico homônimo, com o objetivo de isolar da sociedade aqueles que faziam algo considerado como perturbação da ordem pública (Dantas, 2022).

Em 1960, com os primeiros indícios de reforma e diferentes conjunturas políticas, a demanda pelo profissional de Serviço Social surge no HAA, tanto por parte do então diretor, que buscava conferir uma abordagem técnico-científica às práticas hospitalares diminuindo a influência das irmãs de caridade, que até então tinham um papel dominante no dia a dia do hospital, como também pela ascensão da psiquiatria social no Piauí, que defendia a necessidade de assistentes sociais para examinar a história social dos pacientes com transtornos mentais através de suas famílias, complementando assim, o tratamento médico (Rosa, 2011).

Embora tenha enfrentado adversidades financeiras, administrativas e falta de reconhecimento profissional de diversos membros da equipe do hospital, o serviço social no HAA, de início, já se direcionava a qualificar o atendimento aos usuários (Barbosa; Moraes, 2000). A partir da década de 1980, o serviço social passou a contar com uma equipe de 10 a 14 profissionais, sendo atualmente composta por 11 mulheres, com 30 horas semanais e formadas de acordo com as Diretrizes Curriculares (Rosa et al., 2024).

No que diz respeito à dimensão técnico-operativa da profissão, que trata da operacionalidade que se remete ao “o que fazer” e “como fazer” (Paula, 2023), as

intervenções caminham no sentido de centralizar o usuário, pela defesa intransigente de seus direitos, embora haja os interesses institucionais transitando nesse processo, que caracterizam a correlação de forças presente nessa conjuntura, haja vista a gerência da instituição, o Estado, que apesar de promotor de direitos, articula-se em função do capital, bem dizer do lucro. Outrossim, conforme anunciado nas últimas semanas do Estágio I, o HAA está em processo de privatização, o que corrobora o avanço neoliberal vivenciado não só no Piauí, mas no mundo, com a redução do Estado, qual Montañó (2004), define como novo trato da questão social, no qual a orientação das políticas sociais é transferida ao mercado ou alocadas na sociedade civil.

Neste sentido, as ações profissionais do serviço social e consequentemente o plano de trabalho das estagiárias do hospital é diretamente afetado por tais aspectos. Entre os principais desafios observados, destaca-se: a sobrecarga de trabalho das assistentes sociais, que lidam diariamente com a intensa receptividade de demandas; os entraves no processo de desinternação dos usuários, sobretudo pela sobrecarga familiar no cuidado e a insuficiência de vagas em serviços de residência terapêutica; articulação em rede ainda com dificuldades, além da própria Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) se mostrar pouco efetiva, uma vez que os serviços substitutivos ainda não suprem o cuidado em saúde mental no Piauí como um todo.

É válido destacar também a cultura manicomial ainda presente em boa parte da equipe de segurança e serviços gerais, bem como em alguns profissionais de nível superior da instituição, muito embora sejam desenvolvidas atividades dentro do hospital de acordo com a reforma psiquiátrica, que busca romper esse modelo. Isso configura-se como um grande entrave na relação família/usuário/instituição, sobretudo na atuação do assistente social, que por manter um contato direto com os familiares, lida com dificuldades em manter o vínculo familiar, especialmente na perspectiva de viabilizar o melhor caminho de cuidado para os usuários.

Quanto à intersetorialidade, o que se constatou foi a fragilizada articulação entre as políticas sociais, com a rara articulação com CRAS, CREAS e Defensoria Pública, embora se observe a necessidade dessa comunicação em demandas recorrentes no dia a dia do hospital. Como exceção, verificou-se a aproximação com o Ministério Público, que mantém alguma relação com o hospital devido a presença de usuários em situação judicial de privação de liberdade. Essa fragilidade intersetorial reforça a permanência do modelo hospitalocêntrico, já que a falta de suporte externo

acaba tornando a internação a única resposta possível para muitos casos. Além disso, a ineficácia da RAPS impede que as pessoas com transtorno mental tenham acesso a direitos e serviços que poderiam contribuir para seu cuidado em sociedade, tornando ainda mais difícil romper com o ciclo de exclusão e institucionalização.

Contudo, quanto às possibilidades, verifica-se o empenho e as habilidades de tais profissionais, adquiridas na formação acadêmica e aprimoradas no cotidiano da instituição, como: o conhecimento da legislação, a desenvoltura nas articulações intra e intersectoriais (quando acontecem), bem como o domínio das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, de forma que, conforme o Código de Ética do/a Assistente Social, seja efetuada a defesa intransigente dos direitos humanos e a qualidade dos serviços prestados à população.

Além do que, o cuidado em saúde mental é muito mais complexo do que aparenta ser, apresentando um leque de vicissitudes que dependem de um amplo e sólido aparato das políticas sociais, de forma que sejam proporcionadas às pessoas com transtorno mental e às suas famílias enquanto cuidadoras, recursos capazes de suprir as necessidade que transitam e/ou são recorrentes nesse processo, inclusive ressaltando a importância do comprometimento da (o) assistente social com as diretrizes do Projeto Ético-Político da profissão, de forma que seja um agente, conforme descrito por Netto (2005), interveniente, dinamizador e integrador do desenvolvimento da sociedade e do acesso aos direitos, procurando todos os caminhos oficiais possíveis e acionando toda a rede socioassistencial para esses fins.

CONCLUSÕES

A partir da análise das vivências das estagiárias de serviço social no Estágio, foi possível identificar que, embora a Reforma Psiquiátrica e a Lei 10.216/2001 tenham proporcionado avanços importantes no modelo de atenção psicossocial, diversos desafios ainda persistem na prática da saúde mental.

A experiência revelou tanto as contribuições do serviço social nesse contexto quanto às dificuldades enfrentadas, principalmente no que diz respeito à articulação da rede de cuidados e à resistência a práticas manicomiais que ainda predominam em algumas esferas da instituição. Os relatos das estagiárias indicaram que, apesar do esforço para aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos, os obstáculos

institucionais, como a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos e a falta de articulação eficaz entre os diferentes serviços, dificultam a implementação de um cuidado integral e humanizado. A intersetorialidade, por exemplo, se mostrou fragilizada, refletindo em uma rede de apoio ineficaz que não dá conta das demandas de saúde mental de forma satisfatória.

Mesmo diante dessas dificuldades, foi possível perceber a relevância do papel do serviço social na promoção de direitos, na defesa de um cuidado adequado e na mediação entre os usuários e as políticas públicas. Dessa forma, pode-se concluir que os objetivos do estudo foram alcançados, permitindo uma reflexão profunda sobre a prática do serviço social na saúde mental, os desafios enfrentados pelos profissionais da área e as oportunidades de melhoria.

No que se refere às sugestões para futuras pesquisas, destaca-se a importância de uma análise contínua da realidade da saúde mental, que seja fundamental para o conhecimento profundo das questões enfrentadas pelos usuários e profissionais. A partir desses dados, é crucial que sejam apresentadas e socializadas propostas que permitam a formulação de iniciativas fundamentadas, com base nos direitos humanos e no exercício da Reforma Psiquiátrica, com foco na garantia dos direitos dos usuários e na transformação das práticas institucionais em um modelo de cuidado mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Fabrício César Moura; MORAES, Sônia Maria Dias de. A prática do assistente social nos hospitais de Teresina: na perspectiva da cidadania. Teresina. Dissertação de trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. UFPI, 2000.
- DANTAS, Douglas Araújo de Medeiros. Jogando com a imortalidade: contribuições de Clidenor de Freitas Santos para uma psiquiatria piauiense. *Revista História em Reflexão*, v. 16, n. 32, p. 215-236, out./dez. 2022.
- IAMAMOTO M. V. Renovação e conservadorismo no serviço social. 7ed. São Paulo: Cortez, 2004
- MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. In: *Lutas Sociais. De comunas a cacerolazos: dois séculos de lutas sociais*, (8). PUC- São Paulo, 2004, p. 53 - 64.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. *In*: HORST, Claudio H. M; ANACLETO, Talita Freire M. A Dimensão Técnica-Operativa no Trabalho de Assistentes Sociais. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). – Belo Horizonte: CRESS, 2023.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, L. C. dos S.; LUSTOSA, A. F. M. (2012). Afinal, o que faz o Serviço Social na saúde mental? *Serviço Social & Saúde*, 11(1), 27-50. <https://doi.org/10.1590/S1676-6806201200010000>

ROSA, L. C. S.; SILVA, S. L. C; SOARES, F. M; LIMA, M. J. G. O Serviço Social no Contexto Manicomial a Partir de uma Análise Institucional. *Rev. FSA, Teresina*, v. 21, n. 1, art. 10, p.169186, jan. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12819/2024.21.1.10>

VASCONCELOS, A. M. (2001). Serviço Social e práticas democráticas na saúde.



EIXO 2

POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL



A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE DESHOSPITALIZAÇÃO: uma experiência de estágio supervisionado no Hospital Universitário - UFPI

HELLEN BEATRIZ DA SILVA ARAÚJO¹
LILLIAN THAIS MOURA DOS SANTOS²
JOANA DARC LIMA SILVA³

INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI) desempenha um papel essencial no atendimento das demandas sociais dos usuários e na viabilização de direitos no contexto hospitalar. Entre as principais intervenções do Serviço Social estão a orientação sobre direitos sociais e previdenciários aos usuários, a articulação com a rede de proteção social, o apoio a familiares e a mediação com equipes de saúde. O Serviço Social no HU-UFPI é guiado por uma prática reflexiva e crítica, que busca atender às expressões da questão social manifestadas no hospital (Silva; Vale, 2019). As ações interventivas do/a assistente social configura-se como um processo de trabalho integrado pela comunicação e mobilização efetiva que envolvem acompanhantes e/ou familiares, usuários e a equipe multiprofissional no ambiente hospitalar.

¹Discente do curso bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: hellenbeatriz@ufpi.edu.br.

²Discente do curso bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: lillian.santos@ufpi.edu.br.

³Assistente Social do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí. E-mail: asjoanadarcclima@gmail.com.

As demandas mais evidenciadas na Unidade de Internação 03, na qual estamos inseridas, possuem relações diretas com o contexto de vínculos familiares e afetivos fragilizados (elemento desafiador ao Serviço Social, potencializado no processo de desospitalização), pessoas idosas com deficiência ou com mobilidade reduzida que necessitam de cuidados integrais, que moram sozinhas, e mães solas em condições de vulnerabilidade social, econômica e reduzida rede de apoio, além de contarmos também com situações de pessoas com diagnóstico de neoplasias (pois ainda que exista no Hospital uma unidade específica para tratamento oncológico, pacientes que estão sob investigação diagnóstica internam na unidade de internação 03 pela especialidade Clínica Médica). A hospitalização é um período delicado na vida dos usuários, acompanhantes e/ou famílias, e principalmente para aqueles que possuem histórico de internação prolongada. E diante desse cenário, a comunicação efetiva, a escuta ativa e o diálogo entre os usuários, acompanhantes e/ou familiares, desde a admissão até o momento de alta hospitalar, são ferramentas fundamentais no cotidiano profissional, especialmente para o planejamento de uma alta segura/humanizada.

A relevância dessa reflexão sobre a intervenção do Serviço Social e o Processo de Desospitalização é baseada principalmente à luz da atual política do cuidado no Brasil a Lei nº 15.069 de 23 de dezembro de 2024 que estabelece a garantia do direito ao cuidado a todas as pessoas, promovendo a corresponsabilização social entre homens e mulheres na provisão de cuidados, considerando as múltiplas desigualdades, assim como na Política Nacional de Humanização (PNH) que estabelece diretrizes para humanização do atendimento em todos os níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), o direito à informação.

É importante considerarmos que a legislação e a política de saúde reconhecem o direito dos acompanhantes de receberem informações claras e completas sobre a condição de saúde dos usuários, assim como as orientações sobre cuidados específicos durante e após a alta hospitalar, garantindo aos usuários e aos principais responsáveis pelo cuidado um ambiente hospitalar acolhedor e seguro.

Diante disso, percebemos que a inserção do Serviço Social na saúde marca um avanço significativo na abordagem da integralidade da saúde, ao reconhecer que o bem-estar não se limita ao tratamento biomédico, mas depende de fatores sociais, econômicos e culturais. No contexto do SUS, o assistente social desempenha um papel essencial na redução das desigualdades em saúde e na promoção de um

cuidado integral e humanizado. O compromisso com os princípios do Projeto Ético-Político e com os Direitos Humanos dão direções à prática profissional do assistente social, buscando superar os desafios estruturais e assegurar o direito à saúde como um valor universal.

Palavras- chave: Desospitalização. Processo de trabalho. Serviço Social.

METODOLOGIA

O presente texto apresenta uma reflexão crítica sobre a intervenção do Serviço Social no processo de desospitalização no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI), a partir da experiência vivenciada no campo de inserção do Estágio Supervisionado I e com base no diálogo com o referencial bibliográfico indicado, bem como com as legislações de saúde e relatórios/documentos institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A desospitalização é um processo essencial dentro da gestão hospitalar e da atenção à saúde, visando a transição segura do paciente do ambiente hospitalar para outros dispositivos assistenciais ou para o domicílio, com a atuação da equipe multidisciplinar. Segundo o Ministério da Saúde, a desospitalização é definida como a desinstitucionalização de pessoas internadas, com o objetivo de prevenir reinternações desnecessárias e garantir a continuidade do cuidado em redes alternativas ao hospital, priorizando a humanização e a participação das famílias no processo de cuidado (Brasil 2020).

Olario (2019) amplia essa compreensão ao destacar que a desospitalização é um conjunto de ações e decisões complexas que devem ser iniciadas ainda no período de internação, garantindo a continuidade da assistência no domicílio por meio da participação da equipe hospitalar, domiciliar e da família. Nesse contexto de transição e continuidade de cuidados, é importante relacionar a proposição da recente Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que instituiu a Política Nacional de Cuidados no Brasil, tendo em vista que esta tem por objetivo garantir o direito ao cuidado por meio da promoção da corresponsabilização social e da igualdade de

gênero na provisão de cuidados, considerando as múltiplas desigualdades existentes. Essa política visa assegurar que todas as pessoas tenham acesso ao cuidado de qualidade, reconhecendo o direito de ser cuidado, de cuidar e ao autocuidado.

A relevância do processo de desospitalização compreendido também com uma ação planejada que envolvem diferentes atores: usuários, família e equipe multiprofissional se dá pela necessidade de romper com o modelo hospitalocêntrico e fragmentado do cuidado, promovendo a integralidade da assistência, bem como a corresponsabilização pela provisão do cuidado. Isso significa que a desospitalização não deve se limitar ao momento da alta hospitalar, mas deve ser compreendida como um processo articulado que envolve diversas esferas da atenção à saúde, incluindo a Atenção Básica, o cuidado domiciliar e o suporte socioassistencial (Brasil, 2020).

Nesse processo, o assistente social, inserido em uma equipe multidisciplinar, desempenha um papel estratégico, uma vez que as questões sociais das famílias são determinantes para a transição segura do cuidado. Esse profissional atua na articulação com a rede socioassistencial, no encaminhamento de usuários em situações de vulnerabilidade a benefícios e serviços e na mediação entre os diferentes serviços envolvidos.

No contexto do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI), o Serviço Social desenvolve diversas ações para garantir a desospitalização segura e responsável dos pacientes. Entre as principais atividades, destaca-se a articulação com a rede assistencial dos municípios, bem como para viabilizar transporte seguro para o retorno a cidade de origem, garantindo que aqueles sem condições de custear o deslocamento possam retornar ao seu domicílio com segurança.

Além disso, o Serviço Social tem um papel crucial na orientação sobre o fluxo de marcação de consultas de retorno, facilitando a continuidade do cuidado dos pacientes após a alta hospitalar. Também realiza orientações e encaminhamentos para obtenção de medicamentos, órteses e próteses, oxigenoterapia domiciliar, dieta enteral, fraldas geriátricas e bolsas de colostomia, insumos essenciais para a continuidade do cuidado e para evitar complicações de saúde após a hospitalização.

Outro aspecto fundamental da atuação do assistente social no HU-UFPI é a mediação na solicitação de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefício por incapacidade temporária, articulando com médicos a emissão de atestados e laudos necessários para que o paciente possa ter acesso a

direitos previdenciários e assistenciais. A articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), especialmente com as equipes do EMAD (Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), é essencial para garantir o acompanhamento dos pacientes no pós-alta e evitar reinternações.

Além disso, nas situações em que há necessidade de institucionalização de pacientes idosos ou pessoas com deficiência sem suporte familiar, o Serviço Social realiza encaminhamento para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), buscando vagas em ILPIs e ainda realiza contatos e busca ativa pela rede de apoio familiar, na tentativa da reintegração dos vínculos. O profissional também atua na orientação sobre os critérios de acesso a benefícios, programas e serviços socioassistenciais e de saúde, assegurando que os usuários e suas famílias tenham conhecimento dos seus direitos e saibam como acessá-los, visto que durante o estágio supervisionado I, foi possível observar que há uma alta demanda por orientações a cerca destes benefícios.

Mesmo com o esforço do Serviço Social, o processo de desospitalização no HU-UFPI ainda enfrenta muitos desafios. Um dos principais desafios é a deficiência de uma rotina institucionalizada para elaboração de um plano de alta articulado com a equipe multiprofissional, ocorrendo com mais frequência em algumas clínicas como a médica e a geriatria.

Destaca-se ainda alguns desafios no processo de trabalho do assistente social no contexto da desospitalização no HU-UFPI, tais como: a falta de estrutura em muitos municípios, que não oferecem suporte adequado para pacientes que precisam, por exemplo, de oxigenoterapia domiciliar e dieta enteral. Além disso, há poucas equipes especializada, como do EMAD para atender os pacientes após a alta, o que dificulta o acompanhamento contínuo, pois as vagas são insuficientes. Outro grande desafio é a resistência de algumas famílias em receber o paciente em casa, quando este depende de maiores cuidados no domicílio, seja por falta de condições financeiras, ausência de suporte da rede de serviços, falta de informação, medo ou até sobrecarga dos cuidadores, que em sua maioria são mulheres.

Para idosos e pessoas com deficiência que precisam de uma vaga em uma ILPI, a situação também é complexa, pois há poucas disponíveis na rede, o que muitas vezes faz com que esses pacientes fiquem internados por mais tempo do que o necessário. A permanência prolongada no hospital pode impactar negativamente a qualidade de vida desses pacientes, que muitas vezes deixam de receber os cuidados

em um ambiente mais apropriado, o que reforça a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a rede de assistência social para garantir um cuidado integral e humanizado longe dos muros hospitalares.

CONCLUSÃO

A intervenção do Serviço Social no processo de desospitalização é essencial para garantir a continuidade do cuidado de forma humanizada e segura, respeitando os direitos dos usuários e suas famílias. No entanto, esse processo enfrenta desafios complexos, como a falta de suporte familiar adequado, a precariedade da rede socioassistencial em muitos municípios, a resistência de algumas famílias em assumir o cuidado e a escassez de recursos, como transporte especializado e instituições de longa permanência.

Diante desse cenário, é fundamental que haja o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a desospitalização, garantindo a ampliação da oferta de serviços de atenção domiciliar e assistência social. Além disso, a atuação do assistente social deve continuar pautada na articulação com a rede de saúde e assistência social, na orientação dos pacientes e familiares sobre seus direitos e na mediação para a obtenção de benefícios sociais que garantam uma transição adequada para o pós-alta. Além de contribuir para uma intervenção que não sobrecarregue o cuidador e responsabilize apenas a família, mas que traga a conotação da corresponsabilidade social do cuidado no processo de desospitalização.

O compromisso com a humanização do atendimento e com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) deve permanecer como eixo central da prática do assistente social, contribuindo para a superação das desigualdades e promovendo um cuidado integral e digno para os usuários e sua família. Dessa forma, o processo de desospitalização pode se consolidar como uma estratégia eficaz na promoção da qualidade de vida e na garantia do direito à saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 23 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Desospitalização: reflexões para o cuidado em saúde e atuação multiprofissional. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/desospitalizacao_reflexoes_cuidado_atuacao_multiprofissional.pdf. Acessado em: 05 de fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

OLARIO, P. S. Desospitalização em cuidados paliativos oncológicos: reconfiguração da gestão do cuidado para a atuação multiprofissional. Orientadora: Marléa Chagas Moreira. 2019. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Joana Darc Lima; VALE, Maria Elizabete Gomes D. O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO: um relato de experiência. Congresso Brasileira de Assistentes Sociais, 2019.



AÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E QUESTÃO SOCIAL”

ISAMARA MARIA DE JESUS SANTOS E SILVA¹
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA²

INTRODUÇÃO

As ações do projeto de extensão “População em situação de rua e questão social”, se deram através de oficinas realizadas a cada duas semanas, presencialmente com os usuários da Casa do Caminho, na cidade de Teresina. A atividade destaca a relevância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, transportando um conhecimento da universidade para os espaços da sociedade. Nesta primeira oficina realizada dia 29 de novembro de 2024, o tema “Conhecendo as expressões da questão social que afetam a população em situação de rua”, foi essencial como ponto de partida para conhecer os participantes ali presentes e perceber como uma só pessoa pode ser atingida por múltiplas expressões da questão social, e como essas expressões os levaram a situação de rua, assim como foi de suma importância os relatos de experiência dos participantes. É interessante levar em consideração os dados do aumento da população em situação de rua nos últimos anos, onde houve um levantamento do IPEA, registrando um crescimento de 38% dessa parcela da população, entre os anos 2019 e 2022,

¹ Aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do projeto de extensão “População em Situação de Rua e Questão Social”.

² Aluna do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do projeto de extensão “População em Situação de Rua e Questão Social”.

chegando a atingir 281.472 pessoas, tendo recebido grande influência e impacto do período pandêmico.

Palavras- chave: Centro POP; casa do caminho; projeto de extensão; oficinas; usuários; trabalho; ações; conhecimento; experiências; expressões; questão social.

METODOLOGIA

Os dados, informações e referências usados na elaboração desse trabalho, tem como base as atividades extensionistas do PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS DE PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E CIDADANIA. – PRAIDIH, dentro do projeto de extensão “População em situação de rua e questão social”.

A metodologia utilizada na oficina é baseada no **círculo de cultura de Paulo Freire**, no qual se tem por prioridade as relações de diálogos, debates e exposições, e através disso a troca contínua de conhecimentos, saberes e experiências entre os participantes, os voluntários e a professora. Nesta oficina específica, que tratou de conhecer os participantes ali presentes e identificar a qual, ou quais, expressões da questão social eles estavam perpassados, o que os levou aquela situação, de onde eram, seus nomes, foi muito importante a participação deles, pois foi através desses relatos que ficaram claros conhecimentos sobre como uma pessoa em situação de rua é atravessado por várias expressões da questão social, dentre elas: pobreza, discriminação, racismo, estigmas, entre outros. Em sua maioria, cada um se expressou de uma forma. Aqueles que não se sentiram à vontade para verbalizar suas respostas, escreveram numa folha em branco ou desenharam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão "População em Situação de Rua e Questão Social" faz parte do Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH), vinculado ao Departamento de Serviço Social. Coordenado pelas professoras Rosilene Marques Sobrinho de França e Teresa Cristina Moura Costa, o projeto desenvolve suas atividades em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO), do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, integrando ensino, pesquisa e extensão. o

projeto foi realizado no Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), com o apoio do albergue A Casa do Caminho, localizado no Centro de Teresina, Piauí.

A Casa do Caminho oferece um acolhimento temporário diurno e noturno, bem como alimentação e outros serviços de assistência às pessoas em situação de rua, sendo coordenada pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (SEMTCAS) da Prefeitura de Teresina. As atividades do projeto contaram com a participação rotativa de 20 a 40 pessoas, com oficinas interativas de cerca de duas horas de duração. Com base na experiência do projeto em anos anteriores, foi necessário adaptar as atividades para atender às demandas da população em situação de rua. Nesse sentido, foram realizadas diversas oficinas temáticas e reuniões internas com a equipe do projeto e voluntários associados, às sextas-feiras, com o objetivo de planejar e organizar as ações a serem executadas, bem como as informações, dinâmicas e apresentações expositivas de inúmeros temas. Esses encontros serviram para discutir temas relevantes e fornecer subsídios teóricos que orientassem as atividades práticas voltadas para esse público.

Em março de 2024, foi realizada a primeira oficina do projeto, intitulada "Conhecendo as Expressões da Questão Social que Afetam a População em Situação de Rua". Baseada na perspectiva freireana, com foco no tripé ação-reflexão-ação, a oficina teve como objetivo central explorar as expressões da questão social que impactam essa população.

O encontro começou com a acolhida da população em situação de rua, por meio de diálogos abertos e a apresentação da equipe, criando um espaço de confiança. A partir de questões norteadoras como "Quem sou eu?", "De onde venho?" e "Por que estou aqui?", buscou-se identificar os principais desafios vividos por essas pessoas. As histórias de vida compartilhadas pelos participantes permitiram um diálogo profundo sobre as diversas formas de exclusão social que afetam essa população, dando voz às experiências e dificuldades enfrentadas no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira oficina permitiu uma análise crítica das múltiplas expressões da questão social que afetam a população em situação de rua, inserindo o debate no contexto do capitalismo contemporâneo e suas dinâmicas excludentes. Ao explorar o

fenômeno da situação de rua como resultado da precarização das relações de trabalho e da segregação urbana, foi possível entender que as ruas não apenas refletem a falta de moradia, mas também a ausência de acesso a direitos fundamentais. A oficina destacou a importância de políticas públicas eficazes e o papel de iniciativas como o Centro Pop e a Casa do Caminho na promoção de suporte e dignidade para essas pessoas.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2024.

MARINHO, Andrea Rodrigues Barbosa. *Círculo de cultura: origem histórica e perspectivas epistemológicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEAL, Ynakam Luis de Vasconcelos; SILVA, Severino Bezerra da; AZEVÊDO, Ciro Linhares de. *Círculo de cultura freireano: instrumento metodológico para o ensino profissional*. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 20, n. 3, p. 326-343, set.-dez. 2021.



AUXÍLIO NATALIDADE COMO DIREITO: um relato da ação extensionista com usuárias da Assistência Social

MARIA CARLA DE SOUSA CAMPELO¹
MARIA GUADALUPE DE ARAÚJO VELOSO LIMA FREITAS²
MARIA DO SOCORRO GOMES FERREIRA SILVA³
TAMIRES NOGUEIRA SANTOS⁴

INTRODUÇÃO

A Assistência Social é uma política pública que objetiva à proteção social dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade pelo provimento de ações preventivas e protetivas de bases não contributivas. Os Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, que estão previstas no Artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), cuja oferta deve ser prestada pelos municípios e Distrito Federal para o atendimento das necessidades decorrentes de

¹ Discente do 3º período do Curso de Serviço Social e integrante do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS.

² Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), especialista na Área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo (USP), especialista na área de Gestão de Cidades pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI Teresina-PI/Brasil. Assistente social da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) e integrante do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS. E-mail: guadalupeveloso@hotmail.com.

³ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Graduada em Direito pela Faculdade Santo Agostinho (FSA); Especialista em Marketing (UFPI); Especialista em Direito Democracia (UFPI); Especialista em Direito e Previdência. Assistente Social do CRAS SUL III e integrante do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS.

⁴ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (UFPI). Gerente Executiva do CRAS Norte IV e integrante do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS. E-mail: tamiresnogueira801@ufpi.edu.br.

nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública (Brasil, 1993), ficando a responsabilidade de sua regulação a cargo dos Conselhos de Assistência Social.

Destaca-se que, mesmo antes da LOAS/93, já se tinha conhecimento sobre a existência dos benefícios eventuais sob a responsabilidade da Previdência Social, muito embora, estes eram concedidos às famílias que tinham o status de segurado (Rodrigues; Freitas; Silva, 2024, p. 2260), ou seja, àquelas que contribuíam para a Previdência Social. Nesse período, o auxílio natalidade era denominado de auxílio maternidade, vindo a ter a denominação atual, em 1960 com a instituição da Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS.

Em Teresina, os Benefícios Eventuais estão regulamentados pela Lei nº 4.916, de 30 de junho de 2016, alterada pela Lei nº 5.286, em 2018, que prevê benefícios nas modalidades Auxílio-Natalidade, Auxílio-Funeral, Auxílio destinado à situação de vulnerabilidade temporária e Auxílio em situação de calamidade pública (Teresina, 2016, p. 2). Estes benefícios “são destinados a pessoas ou famílias que se encontram em situações de riscos, perdas e danos à sua integridade, entre outras situações que comprometam sua sobrevivência” (Rodrigues; Freitas; Silva; 2024, p. 2262),

Segundo a Lei nº 4.916/2016, os benefícios eventuais são provisões socioassistenciais da Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica, a qual é desenvolvida na perspectiva de prevenir situações de riscos e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. A responsabilidade pelo provimento é do órgão gestor da Assistência Social do Município (Teresina, 2016) e a solicitação é realizada, principalmente, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). No caso do Auxílio Natalidade, objeto do presente trabalho, o benefício refere-se à concessão de enxoval para recém-nascido, incluindo itens de vestuário e higiene, além da inclusão em serviços socioassistenciais, visando garantir a dignidade e o respeito à família beneficiária, cuja renda per capita é igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo.

Este trabalho trata das ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Diálogos com o Sistema Único de Assistência Social” com famílias que solicitaram o Auxílio Natalidade entre fevereiro e agosto do ano de 2024, no CRAS SUL III, localizado no bairro Promorar. O projeto pretende contribuir para a garantia dos direitos sociais e ampliar a cidadania, com base no trabalho social com famílias. Nesse ínterim, o presente trabalho objetiva relatar as experiências extensionistas,

destacando suas metodologias e seus resultados parciais, tendo em vista que as atividades não foram finalizadas.

Palavras- chave: Assistência Social. Benefício Eventual. Auxílio natalidade.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de pesquisas exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. O procedimento metodológico utilizado foi o bibliográfico e documental. A pesquisa documental foi realizada a partir dos relatórios das atividades extensionistas e dos registros técnicos do CRAS Sul III, como: relatórios mensais de atendimento, Diagnóstico Social Participativo e relatórios do Sistema de Gestão de Benefícios Eventuais. Na revisão bibliográfica, foi utilizado o livro “Trabalho Social com Famílias: aspectos conceituais, históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos”, da Profa. Dra. Solange Maria Teixeira, além das normativas da Política de Assistência Social, dentre outros.

As atividades extensionistas discutidas neste trabalho foram executadas no período de dezembro de 2024 a março de 2025 e organizadas a partir dos eixos de planejamento, estudo de situação e reflexão sobre os processos de trabalho, organização, implementação e avaliação da mudança.

Cabe destacar que no período de março a novembro de 2024, a equipe extensionista passou pelo processo de planejamento das ações do Projeto, discussão sobre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho social com famílias, com ênfase na organização dos grupos de PAIF como estratégia para problematização das demandas coletivas vivenciadas no território. Foram identificadas as necessidades dos públicos que demandam as ações do PAIF e definido o foco da organização do grupo. Compreende-se que esse momento foi primordial para subsidiar o trabalho com as famílias.

Foram realizados três encontros com o grupo, sendo dois presenciais e um remoto, pela plataforma *Google Meet*. As atividades foram desenvolvidas, conduzidas pela Técnica de Nível Superior em Serviço Social que compõe a equipe de referência do PAIF do CRAS Sul III, com apoio de uma estudante de pós-graduação do Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí e de uma Assistente Social da

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

Para a realização das atividades com as famílias foram feitas rodas de conversa, fundamentadas nas diretrizes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), fomentando a troca de vivências, a formação de uma consciência cidadã voltada para o reconhecimento dos direitos socioassistenciais e a participação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os benefícios eventuais são provisões temporárias e suplementares prestadas aos cidadãos, nos termos previstos do Decreto Nº 6.307/2007, que regulamenta o art. 22 da LOAS.

No âmbito do SUAS, devem integrar a rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas em articulação à rede socioassistencial e com as demais políticas e órgãos setoriais. Para Sposati (2006), é preciso buscar uma combinação entre as políticas setoriais de forma intersetorial, e não as contrapor no processo de gestão, pois a intersetorialidade não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, mas complementar.

Entende-se que a proteção social compõe um amplo conjunto de políticas e sistemas que, integrados, devem garantir os direitos dos cidadãos e que a Assistência Social não é capaz de sanar todas as vulnerabilidades e violações de direitos. Partindo desse princípio, é possível compreender que a integralidade e a intersetorialidade são conceitos estruturantes no processo de organização da proteção social do SUAS. Dessa forma, devem nortear gestores e trabalhadores em toda trajetória de implantação, estruturação e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Com base nas ações extensionistas desenvolvidas no CRAS SUL III junto às famílias que solicitaram o Auxílio Natalidade e não foram atendidas em tempo hábil, identifica-se o aumento da complexidade da oferta do benefício, assim como a exigência da responsabilidade estatal na proteção às famílias e de um trabalho social com famílias articulado e estruturado em bases técnicas operativas sólidas.

Durante a realização das rodas de conversa, os participantes apresentaram dúvidas quanto aos objetivos do grupo, pois acreditava-se que as reuniões teriam como objetivo entregar o benefício eventual. No imaginário das participantes o convite

para roda de conversa seria o momento da entrega do enxoval, embora o trabalho social buscase construir um espaço de diálogo com as famílias e seus membros, proporcionando momentos de participação e reflexão sobre o direito ao auxílio natalidade e problematizando o não recebimento do benefício a partir do seguinte questionamento: “O Estado ofereceu resposta adequada às demandas e necessidades apresentadas pelas famílias quanto ao auxílio natalidade?”

Os participantes se manifestaram livremente acerca das soluções para receber o benefício solicitado, do não recebimento e da necessidade de reclamar junto ao órgão gestor para que outras pessoas sejam contempladas. Para isso, expressaram a vontade de tornar pública o não recebimento do auxílio e cobrar as providências cabíveis. Por fim, no processo de articulação com os representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), propuseram agendar uma conversa com a representante dos usuários e com o representante da SEMCASPI, em observância à paridade dos representantes do governo e da sociedade civil, responsáveis por discutir, estabelecer e fiscalizar a prestação dos serviços socioassistenciais.

No primeiro momento, houve participação ativa dos presentes na roda de conversa, seis mães com seus bebês, uma irmã adolescente e um pai. As demais famílias aceitaram o convite de participar do grupo, mas não compareceram à roda de conversa.

Na segunda roda de conversa, os representantes do CMAS compareceram, mas houve a participação de um único membro do grupo. As famílias ausentes alegam cuidados indispensáveis com os bebês de colo, tendo em vista que não há suporte para as crianças durante a realização da roda de conversa, além dificuldade de locomoção das mães com os bebês, pois as famílias residem em bairros distintos.

Os representantes do CMAS presentes nesse momento informaram que os recursos públicos destinados aos benefícios eventuais em Teresina (PI) são limitados e que o conselho acionou outros órgãos de controle social para discutir a participação do Estado do Piauí no cofinanciamento dos benefícios.

No terceiro momento, estavam presentes seis mães, de forma remota. Como produto desse encontro, as famílias expressaram a necessidade de construir uma carta aberta, oriunda das inquietações coletivas dos usuários que solicitaram o Auxílio Natalidade e não foram atendidos.

Inferimos que a operacionalização dos Benefícios Eventuais é atravessada por desafios, tanto pela ausência de clareza quanto ao seu cofinanciamento, como pela

incerteza da provisão, o que demanda que sejam pensados na perspectiva do direito e em articulação com as demais políticas públicas (Rodrigues; Freitas, 2020). Ademais, verifica-se que as políticas sociais têm sido delineadas pelo Estado Neoliberal, cuja expressão implica na desresponsabilização estatal, redução dos custos públicos e fragmentação das políticas públicas.

CONCLUSÃO

As atividades realizadas apontam que, embora os benefícios eventuais estejam regulamentados no município de Teresina, os instrumentos legais que estabelecem os parâmetros para a oferta não a asseguram. No CRAS Sul III, há um alto número de solicitações para o benefício eventual “Auxílio natalidade” cujos beneficiários não têm sido atendidos devido ao descompasso entre a demanda e os recursos limitados da gestão municipal no período analisado. Destaca-se ainda que as rodas de conversa possibilitaram o aprofundamento do conhecimento da realidade das famílias solicitantes do Auxílio Natalidade, da sua concepção enquanto direito dos cidadãos e de como o desfinanciamento do SUAS, imposto pela direção de Estado neoliberal, tem impactado negativamente no acesso aos direitos socioassistenciais.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, J. M. S; Freitas, M. G. A. V. L; SILVA, S. C. da. BENEFÍCIOS EVENTUAIS DO SUAS: a experiência do auxílio-funeral em Teresina-PI. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, V SINESPP, 2024, Teresina-PI. Estado, Governos e Políticas Públicas na América Latina: projetos societários em disputa. Teresina-PI. Editora Lestu, 2024, p. 2257-2269

RODRIGUES, J. M. S.; FREITAS, M. G. de A. V. L. Benefícios eventuais no âmbito do SUAS e a atenção às famílias no município de Teresina-Pi: considerações para o debate. In: BRAGA, I. A. (Org.) et al. A Política de Assistência social no contexto teresinense: gestão e boas práticas. Teresina: EDUFPI, 2020, p.185-201.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

TERESINA. Lei Municipal nº 4.916, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre a concessão de Benefícios Eventuais, no âmbito do Município de Teresina, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica

da Assistência Social - LOAS), com alterações posteriores, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Teresina, Teresina, PI, 13 mar. 2017.

TERESINA. Lei Municipal nº 5.286, de 27 de agosto de 2018. Altera dispositivos da Lei nº 4.916, de 30 junho de 2016, que “Dispõe sobre a Concessão de Benefícios Eventuais, no âmbito de Município de Teresina, em conformidade com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS)”, com alterações posteriores, na forma que especifica. Diário Oficial do Município de Teresina, Teresina, PI, 31 ago. 2018.



DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PAIF NO CRAS SUL IV DO MUNICÍPIO DE TERESINA (PI)

MARIA CLARA MARTINS SILVA¹

NÁDYA GRAYFF XAVIER DE SOUZA²

LUCELIA DE OLIVEIRA SILVA³

MARIA GUADALUPE DE ARAÚJO VELOSO LIMA FREITAS⁴

TERESA CRISTINA MOURA COSTA⁵

INTRODUÇÃO

No Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Sul IV as/os idosas/os que representam a uma parcela significativa dos usuários dos serviços socioassistenciais ofertados. Dentre os serviços desenvolvidos na unidade, destacam-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e as reuniões para articulação da rede intersetorial. No entanto, a participação dos familiares dos idosos nas atividades

¹ Discente do curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Bolsista do projeto de extensão Diálogo com o SUAS. E-mail: clara.martins1002@gmail.com.

² Especialista em Saúde da Família na Atenção Primária pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX). Atua no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Sul IV, em Teresina. E-mail: ngrayf@yahoo.com.br.

³ Mestra em políticas públicas pela Universidade Federal do Piauí. Servidora Pública Municipal lotada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). E-mail: lucelia_silva23@hotmail.com.

⁴ Especialista na Área de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo. Mestra em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. E-mail: guadalupeveloso@hotmail.com.

⁵ Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Coordenadora do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS e Coordenadora Adjunta do Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br.

propostas é bastante limitada, o que impacta negativamente na adesão e permanência desse público nos serviços oferecidos.

Além disso, há dificuldades na concessão de benefícios eventuais básicos, como auxílio financeiro e cestas básicas, situação que se agrava diante da grande demanda de famílias em situação de vulnerabilidade. Segundo Teixeira (2017), "o trabalho social com famílias deve considerar os desafios estruturais e buscar fortalecer sua função protetiva". Nesse sentido, torna-se fundamental compreender as dinâmicas e desafios enfrentados pelos idosos atendidos pelo CRAS Sul IV, assim como as dificuldades de acesso aos benefícios e a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais.

O objetivo deste estudo é analisar a articulação das atividades do PAIF, do Serviço de Convivência e das reuniões intersetoriais no CRAS Sul IV, correlacionando-as com o perfil das famílias atendidas e os desafios enfrentados no PAIF.

Palavras-chave: Assistência Social. Envelhecimento. Benefícios Eventuais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa descritiva, fundamentada na análise de documentos e dados secundários. Foram examinados os registros do CRAS Sul IV, incluindo informações extraídas da ferramenta CECAD 2.0 (2023), do Diagnóstico Socioterritorial Participativo (2019) e dos Relatórios Mensais de Atendimento (RMA) de 2021 a 2023.

A análise documental foi complementada pela revisão bibliográfica, especialmente com base na obra de Teixeira (2017), que discute o trabalho social com famílias a partir de uma abordagem crítica e emancipatória. O estudo também se apoiou nos marcos normativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para compreender os desafios e potencialidades da atuação do PAIF.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PAIF tem o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de laços e promovendo a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

Entretanto, no CRAS Sul IV, a baixa participação dos familiares compromete a efetividade dessas ações, refletindo-se na dificuldade dos idosos em acessar suporte contínuo. Segundo Teixeira (2017), "o envolvimento da família é essencial para a proteção social, pois fortalece os vínculos e reduz os impactos das vulnerabilidades".

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferece atividades em grupo, oficinas culturais e palestras sobre envelhecimento ativo. No entanto, muitos idosos enfrentam dificuldades para participar regularmente devido à sobrecarga mental e física. Conforme Teixeira (2017), "a sobrecarga dos idosos pode afetar sua permanência em serviços socioassistenciais, tornando necessário um suporte mais efetivo para aliviar suas responsabilidades cotidianas".

Em observância à realidade do território, percebe-se que a sobrecarga de atividades de cuidado e de provimento tem recaído sobre o público idoso. O Diagnóstico Socioterritorial Participativo (2019) aponta que o território apresenta elevada concentração de pessoas em situação de pobreza, além de desafios como a presença de pessoas em situação de rua, usuários de drogas e adolescentes consumindo bebidas alcoólicas. Há também uma grande quantidade de idosos responsáveis por suas famílias, muitas vezes em condição de isolamento social, sobrevivendo com baixa qualidade de vida e sem bem-estar integral.

Esses fatores evidenciam um território com elevado grau de vulnerabilidade social, impactando diretamente na efetividade dos serviços oferecidos pelo CRAS.

Em relação ao acesso das famílias aos Programas Sociais, segundo o CECAD 2.0 (2023) no território do CRAS Sul IV há 13.847 famílias inscritas no Cadastro Único, das quais somente 6.708 recebem o Programa Bolsa Família, enquanto 7.139 estão na fila de espera. Essa discrepância evidencia a desproteção das famílias por não ter acesso à segurança de renda o que resulta na ampliação da demanda por acesso aos benefícios eventuais, que embora tenham regulamentação própria no município, não são ofertados com a regularidade necessária para atendimento das demandas existentes no território.

Os Relatórios Mensais de Atendimentos (2021-2023) demonstram um aumento expressivo nos pedidos por benefícios eventuais, especialmente cestas básicas e auxílio financeiro, resultado do processo de ampliação da pobreza. No entanto, a burocracia e a limitação de recursos dificultam a resposta ágil a essas demandas.

Segundo Teixeira (2017), "a assistência social deve garantir não apenas o acesso a benefícios, mas também condições para que as famílias desenvolvam

autonomia". Contudo, a descontinuidade na concessão dos benefícios compromete a segurança alimentar e o bem-estar dos idosos atendidos pelo CRAS Sul IV.

As reuniões intersetoriais promovidas pelo CRAS têm o objetivo de integrar diferentes políticas públicas para fortalecer a proteção social. Neste sentido, Teixeira (2017) destaca que "o trabalho social com famílias deve ser articulado em rede, promovendo a integração entre assistência social, saúde e educação para potencializar os resultados".

No entanto, no contexto do CRAS Sul IV, os desafios estruturais, a fragmentação dos serviços, o aumento constante de demandas devido às vulnerabilidades sociais, a escassez de recursos humanos e o comprometimento da gestão dessas políticas no fortalecimento do diálogo intersetorial tornam essa articulação ainda mais desafiadora.

CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que os serviços do CRAS Sul IV, especialmente o PAIF e o SCFV, enfrentam desafios relacionados à baixa participação dos familiares nas oficinas com famílias, dificuldades na concessão dos benefícios eventuais e a sobrecarga dos idosos, por ser necessária a manutenção das despesas familiares. A discrepância entre o número de famílias cadastradas e aquelas que recebem o Bolsa Família reflete uma fragilidade no acesso aos programas que garantem segurança de renda, impactando diretamente a qualidade de vida dos usuários.

Para fortalecer a efetividade dos serviços oferecidos, é fundamental ampliar a mobilização familiar, simplificar os processos burocráticos para acesso aos benefícios e reforçar a articulação intersetorial. Como destaca Teixeira (2017), "a assistência social deve garantir a proteção e a inclusão social, promovendo estratégias que reduzam as desigualdades e fortaleçam a autonomia dos usuários".

Diante desse cenário, sugere-se o desenvolvimento de novas estratégias para envolver os familiares no acompanhamento dos idosos, bem como a ampliação dos recursos destinados aos benefícios eventuais e reformulação no sistema de benefícios eventuais. Além disso, recomenda-se um maior investimento na articulação intersetorial para garantir um atendimento mais eficaz e integrado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Normas básicas do SUAS**. Brasília, 2012.

CECAD 2.0. Dados do Cadastro Único. Maio de 2023.

DIAGNÓSTICO socioterritorial participativo. Gestão do SUAS em Teresina. 2019.

Relatórios mensais de atendimentos – CRAS Sul IV. 2021-2023.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho Social com Família: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos**. Teresina: EDUFPI, 2017.



O ESTIGMA DO “DROGADO”: percepções a partir da experiência no Projeto de Extensão “Fala Rapaziada”

EVELINE DE SOUSA SOARES¹
RAYNARA DA SILVA NASCIMENTO²
MARIA GOMES FERNANDES ESCOBAR³

INTRODUÇÃO

No Brasil, a história da saúde mental vem repleta de uma trajetória bem extensa, contando com determinantes cruciais para sua evolução que serão expostos no decorrer deste trabalho e que serviram como base para analisar como o estigma social afeta a percepção que se tem dos usuários de um CAPS AD e como é possível combater esses estigmas, tendo em vista, que “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (Goffman, 2004, p.117).

Neste texto, apontamos a categoria estigma a partir de Irving Goffman para quem o estigma é uma ideologia construída

para explicar a inferioridade [do outro] e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos

¹ Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, Centro De Estudos Sociais aplicados, e-mail: eveline.soares@aluno.uece.br

² Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, Centro De Estudos Sociais aplicados, e-mail: raynara.silva@aluno.uece.br

³ Doutora em Sociologia, Mestre em Serviço Social e Professora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, Centro De Estudos Sociais aplicados, e-mail: maria.escobar@uece.br

específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, [drogado] em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 2004, p. 8, grifo do autor)

Assim, entendemos que seria difícil para as pessoas atendidas no CAPS AD desconsiderarem o desprezo do qual são objeto, uma vez que o estigma do drogado tem sido associado à pobreza, ao crime e a degradação moral, o que os afeta em todos os aspectos da vida – na procura de empregos, na aproximação a outras pessoas, nas relações com a polícia ou com outros órgãos das políticas sociais. Em todos os casos, o descrédito, a perspectiva da não autonomia diante do “vício” e a suspeição constante.

Sabemos que a reforma psiquiátrica foi um dos determinantes para a mudança nos cuidados com a saúde mental dos indivíduos. Ela advém da luta protagonizada por profissionais da saúde, por usuários da rede e familiares, e os movimentos sociais que denunciavam as práticas realizadas no antigo modelo de tratamento, como as internações, confinamento em manicômios, as violações dos direitos humanos e o abuso de poder por parte dos psiquiatras.

A exemplo das mudanças advindas da reforma psiquiátrica temos a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que teve um papel fundamental na luta por mudanças necessárias no que diz respeito à saúde mental e que visam substituir o modelo de atendimento centrado em hospitais psiquiátricos por um sistema mais humanizado e integrado, promovendo a autonomia e a qualidade de vida dos usuários.

No estudo em tela, daremos maior atenção ao CAPS AD tendo vista que é em um desses equipamentos que vivenciamos o Projeto de Extensão “Fala Rapaziada” em Fortaleza-CE. A atuação do CAPS AD é fundamental para garantir a efetivação das mudanças propostas na reforma psiquiátrica, pois é nele que se oferece suporte multiprofissional contínuo, incentivando a redução de danos e promovendo a saúde mental com base na liberdade e nos direitos humanos, em um ambiente acolhedor.

Tais características se apartam da visão moralista e enviesada que é reproduzida socialmente a partir do senso comum sobre os usuários de álcool e outras drogas, podendo afetar diretamente a autoestima dos indivíduos e suas percepções sobre si mesmos. É a partir dessas análises que objetivamos discutir

sobre o estigma social que recai sobre usuários de álcool e outras drogas e a história da luta antimanicomial como ferramenta de combate a esse estigma.

Palavras- chave: Saúde Mental, Estigma, Drogas.

METODOLOGIA

A escolha desse tema surgiu a partir da nossa experiência no Projeto de Extensão “Fala Rapaziada: Projeto de Vida e Fortalecimento da Cidadania de Pessoas Atendidas no CAPS - AD Alto da Coruja”. Em diversos momentos nos grupos de convivência e grupos terapêuticos, os usuários do equipamento discutem sua relação com o mundo fora do CAPS-AD e o estigma social que os segue devido ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Entre os relatos, os usuários apontam como esse estigma dificulta seus processos de socialização e como se sentem excluídos e criminalizados, vistos a partir de um único prisma: o do drogado. Em contrapartida, cabe destacar o papel dos profissionais do CAPS-AD, que através do acompanhamento multiprofissional e das atividades realizadas trabalham a autoestima, a socialização, a autonomia e campanhas vinculadas à saúde que indiretamente auxiliam no combate a esses estigmas dentro e fora do equipamento.

Na construção do presente estudo, utilizamos a pesquisa bibliográfica a partir de artigos, livros e textos que abordam os respectivos temas: A luta do movimento antimanicomial, a lei da reforma psiquiátrica, o surgimento da RAPS, estigma e saúde mental. Além disso, o estudo está centrado na vivência enquanto extensionistas e a escrita de diários de campo, tendo em vista a realização sistemática de idas a campo, participação ativa nos grupos e rodas de conversa realizadas no CAPS-AD e as atividades propostas no projeto de extensão que visa, dentre outros objetivos, discutir a questão da autonomia e da cidadania, além de pensar a construção de projetos de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Goffman (2004), o estigma opera em diferentes contextos, influenciando não apenas a pessoa estigmatizada mas também aqueles que criam

os estigmas. Para ele, a criação dessa “identidade deteriorada” pode impactar na maneira como a pessoa é tratada e percebida pela sociedade, afetando a forma como o sujeito estigmatizado interage com os outros, e até a sua própria visão sobre si. A luta antimanicomial não é indiferente a esse debate, pelo contrário, os movimentos sociais envolvidos com a pauta buscam assegurar os direitos dos usuários da RAPS, para que o cuidado com a saúde prevaleça no lugar da estigmatização e do julgamento de valor moral, sobretudo no que diz respeito a usuários que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.

A Lei nº 10.216/2001, conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica, e a regulamentação das Redes de Atenção Psicossocial (RAPs) pela Portaria nº 3.088/2011 foram elos fundamentais para a organização e integração dos serviços de saúde mental que atuam hoje no Brasil, buscando promover um tratamento humanizado, a desinstitucionalização e substituindo os antigos manicômios por serviços comunitários e menos restritivos. Por isso, a RAPS define a estrutura e os serviços necessários para garantir um atendimento completo e coordenado, incluindo os CAPS AD. A portaria estabelece que os serviços oferecidos pelos CAPS AD estejam integrados com outros níveis de atenção e serviços da rede, facilitando a continuidade do cuidado e a articulação entre diferentes pontos de atendimento.

É certo que a luta antimanicomial revolucionou o modelo de tratamento psiquiátrico e a perspectiva que se tem sobre saúde mental e direitos humanos. Diversas vozes se somaram à luta pela reforma psiquiátrica e, dentre elas, a de Franco Basaglia, um dos precursores na luta antimanicomial, questionava o poder opressivo que psiquiatras tinha sobre seus pacientes e o uso do discurso científico para manutenção dos manicômios que serviam como depósito da população de indesejáveis no ponto de vista social, econômico e político. Tal compreensão dialoga com a perspectiva de Thomas Szasz (1978) que, ao discutir sobre a loucura e o poder médico aponta

O rótulo de “doente mental” seria atribuído pelo psiquiatra a partir de não conformidades de padrões ideais de comportamento. Nesse sentido, a ideia de doença mental serviria não só como artifício psiquiátrico, mas também, e sobretudo, como uma forma de estigmatizar e excluir comportamentos e dificuldades humanas não toleradas pela sociedade. (SZASZ, 1978, P. 21)

No Brasil, as mudanças no modelo manicomial começaram a ter respaldo teórico e político a partir da década de 1980, influenciados pela Constituição de 1988 e pela criação do SUS (Sistema Único de Saúde). No entanto, somente em 2001, foi promulgada a lei nº 10.216 também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, citada anteriormente.

No contexto da saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenham um papel fundamental na oferta de suporte para estimular a integração cultural, social e familiar, apoiar as iniciativas por busca de autonomia e oferecer atendimento multiprofissional. Entre os diversos tipos de CAPS, destaca-se o CAPS AD que é especializado no acompanhamento de pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas e é a partir desse contato que evidenciamos os impactos na socialização e inserção em determinados espaços relatados nas falas dos usuários.

Nos encontros no CAPS AD Alto da Coruja, os usuários do serviço relatam diversas situações em que enfrentam estigmas sociais, inclusive no ambiente familiar. Um dos principais estigmas é a ideia de que pessoas com uso abusivo de drogas são "fracas" ou "sem força de vontade". Muitas vezes, acredita-se que a recuperação é impossível, reforçando a percepção de imoralidade e contribuindo para a desumanização e marginalização desses indivíduos. Essa visão negativa pode comprometer a motivação dos usuários, pois, como explica Goffman (2004), o estigma resulta da interação entre a percepção social e a visibilidade dos atributos estigmatizantes, influenciando a forma como a pessoa é tratada e levando ao seu descrédito social.

Entendemos, ao contrário, que esses indivíduos não podem ser definidos apenas pelos desafios que enfrentam, mas também pelos seus talentos e capacidades que merecem ser reconhecidos e valorizados. No CAPS AD Alto da Coruja, a diversidade de talentos é uma característica marcante, e o ambiente oferece oportunidades para que esses indivíduos expressem e desenvolvam suas habilidades para que possam estar presentes em outros espaços. A interação com a arte, a música e a escrita pode servir não apenas como uma forma de expressão, mas também como um meio de fortalecer a autoimagem e a autoestima, rompendo barreiras e desafiando as percepções negativas que a sociedade tem sobre eles.

CONCLUSÃO

O estudo buscou destacar como o estigma associado aos usuários de serviço de saúde mental pode afetar suas vidas, lhes causando um impedimento social e até mesmo prejudicando seu tratamento, uma vez que os mesmos podem se sentir desmotivados, acreditando que não terão resultado em seu percurso. Ao explorar a história da luta antimanicomial, destacamos a mobilização social e as reformas ocorridas na saúde mental que são fundamentais na luta pela promoção de um tratamento humanizado e que possibilitasse a integração dos indivíduos na sociedade, servindo como uma aliada na redução de estigmas e fortalecendo o acesso aos direitos humanos.

Outro aspecto importante é o apoio à construção de projetos de vida e o estímulo à autonomia, com a criação de programas que podem auxiliar os indivíduos na construção de uma vida mais independente. Um importante fator observado é o suporte fornecido pelos profissionais do CAPS AD, a dedicação e a escuta que oferecem, além de uma atuação centrada na superação e no estímulo às habilidades individuais e grupais, sem preconceitos e julgamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 de abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 04 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2011. Seção 1, p. 230-232. Disponível em: ,<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html>. Acesso em: 04 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: World Wide Web:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf> Acesso em: 04 de setembro de 2024.

DESINSTITUTE. Desinstitucionalização: da saída do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado. Brasília:[s.n.], 2023. Disponível em:

<<https://desinstitute.org.br/documento/desinstitucionalizacao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado.pdf?x84001>> Acesso em: 04 de setembro de 2024.

FOUCAULT, M. A política da saúde no século XVIII. In: Machado R, organizador. Microfísica do poder. São Paulo: Graal; 1984. p. 193-208.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

SZASZ, THOMAS S. A fabricação da loucura: um estudo comparativo entre a inquisição e o movimento de Saúde Mental. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.



O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS IMPACTOS NA VIDA DE MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE II NO RECÔNCAVO DA BAHIA

ILANA SILVA SANTOS DA SILVA¹

INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública brasileira de transferência de renda que visa reduzir a pobreza e promover a inclusão social. Esta pesquisa explora a eficácia do programa a partir da concepção das mulheres que são chefes de família, um grupo significativo entre os beneficiários. A presente pesquisa enfoca questões no âmbito de conhecer e identificar mulheres na pobreza chefes de família beneficiárias do PBF que sobrevivem somente com essa renda, dessa forma, é possível analisar que o programa precisa atentar-se para esses fatores no que impacta essas mulheres em termos econômico, acesso a serviços básicos e qualidade de vida.

Sendo que as mulheres representam a maioria dos chefes de família beneficiárias do programa, refletindo uma realidade social onde as mulheres, muitas vezes, assumem a responsabilidade principal pelo sustento e cuidado de suas famílias e do trabalho doméstico. A reintrodução do programa foi formalizada através da Medida

¹ Assistente Social, Formada em Serviço Social na UFRB (2019). Gestora do Cadastro Único e Programa Bolsa Família no Município de Muritiba-Ba desde (2017), Pós-graduada em Projetos Sociais pela Faveni (2025), Mestranda em Política Social e Território pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: yllana19@hotmail.com

Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023 (BRASIL). Funciona como uma rede de proteção, prevenindo que essas famílias permaneçam em uma pobreza ainda mais severa, especialmente em momentos de dificuldade financeira, como perda de emprego, problemas na saúde, etc. Para participar do PBF, a família deve realizar a inscrição no Cadastro Único no município que reside, sendo obrigação do município, cadastrar, atualizar e acompanhar prioritariamente as famílias Beneficiárias PBF e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para manter o direito de participação no benefício, as famílias devem assumir compromissos na área da educação, saúde e assistência social são as chamadas condicionalidades. Com destaque no impacto que o programa tem nas famílias chefiadas por mulheres na pobreza e extrema pobreza em diferentes espaços na sociedade e que enfrentam diversas expressões da questão social para sobreviver os desafios no acesso a direitos sociais na disparidade de desigualdade mediante questões relevantes nas relações que se desenvolvem na comunidade e no seio familiar.

Essas mulheres vivem em condições de extrema vulnerabilidade, com renda mensal per capita inferior a R\$ 105,00, (IBGE, 2023). O que as coloca no grupo de prioridade para o recebimento do PBF. Muitas vezes, são mães solteiras ou abandonadas pelo cônjuge, que precisam cuidar sozinhas de seus filhos e familiares. Elas enfrentam dificuldades diárias para garantir alimentação, saúde e educação para seus filhos, muitas vezes em regiões com pouca infraestrutura e acesso limitado a serviços públicos. Para essas mulheres, o é um recurso crucial que garante o mínimo necessário para a subsistência e a dignidade de suas famílias.

O programa foi desenhado para oferecer uma renda mensal às famílias pobres e extremamente pobres. Em seu livro *Brasil, uma economia que não se aprende* os autores Carvalho e Gala mostra que é necessário diferenciar entre nível de renda per capita, que é uma média do que todos os cidadãos ganham, e o nível de desigualdade, o qual reflete o grau de concentração da renda. (Carvalho e Gala, 2020, cap.11).

No entanto, é importante ressaltar que a pobreza está presente nas famílias, não só de bens materiais, mais de das estruturas do capitalismo, cabe aqui elucidar os conceitos de família sob a visão da autora Luna e em seguida corroborar sobre a Legislação do Cadastro Único que permite que famílias sejam beneficiárias de Programas Sociais.

Na segunda metade do século XX, percebem-se mudanças na família moderna através de alterações nas relações sociais, na educação dos filhos, na fragilidade dos laços de parentesco e adesão efetiva da mulher ao mercado de trabalho. Assim, a família nuclear passa a experimentar transformações conjugais, com crescente índice de separações, divórcios, bem como o estabelecimento da igualdade de direitos e deveres nas relações de matrimônio. (LUNA, 2016, p. 4).

Entretanto, cabe destacar que a família no Artigo 4º no Decreto nº6.135 de 2007 Legislação do Cadastro Único é a unidade nuclear composta por um ou mais de um indivíduo que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores do mesmo domicílio (BRASIL, 2007). A lei define o núcleo familiar como todos os indivíduos que residem no mesmo domicílio e que compartilham a renda familiar, incluindo pais, filhos, avós, tios, e outros parentes ou dependentes.

Qual é o perfil das mulheres chefes de família brasileiras beneficiárias? Segundo relatórios do Ministério da Cidadania, as mulheres chefes de família beneficiárias do Bolsa Família geralmente estão na faixa etária entre 25 e 49 anos (BRASIL, 2022).

Essas mulheres, muitas vezes, enfrentam não apenas as dificuldades econômicas, mas também o racismo estrutural e a discriminação no mercado de trabalho. Portanto, deve-se considerar de maneira significativa o reforço em estratégias no enfrentamento da pobreza através do PBF e os efeitos relevantes que os sujeitos em questão trazem percepção do processo emancipatório cerca da visão famílias.

O PBF pode fornecer um alívio financeiro imediato, mas essas mulheres também necessitam de apoio adicional, como acesso a abrigos, assistência jurídica e programas de reabilitação, dentre outros. O benefício, portanto, é visto não apenas como uma transferência de renda, mas como um componente essencial de uma rede de proteção social mais ampla para essas mulheres. A pesquisa tem por objetivo analisar a operacionalização do Programa Bolsa Família identificando os impactos na vida Mulheres chefes de família beneficiárias no Município de Pequeno Porte II.

Palavras- chave: Bolsa Família. Pobreza. Mulheres chefes de família. Transferência de renda. Inclusão social.

METODOLOGIA

A Metodologia utilizada nesse trabalho será realizada a partir de revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa dos dados coletados no período de 2016 à 2024, abordados os aspectos históricos do programa.

Análise do papel do Estado a partir de concepções de autores marxistas, também serão analisados os indicadores sociais de acordo ao PNUD, IBGE e dados do Ministério do Desenvolvimento Social.

Será utilizado como procedimento metodológico a entrevista semiestruturada, com as chefes de famílias referenciadas pelos Centro de Assistência Social que sobrevivem somente do Programa Bolsa Família.

A pesquisa está sendo desenvolvida e inclui a análise de dados secundários obtidos de fontes oficiais, como relatórios do Ministério da Cidadania, além disso, foram revisados artigos acadêmicos e livros que abordam o tema da pobreza, políticas sociais e a condição das mulheres chefes de família no Brasil. Para complementar a análise, foram identificados e discutidos casos de sucesso relatados em estudos de caso e relatos de beneficiárias do Bolsa Família, evidenciando o impacto do programa em suas vidas com nomes fictícios nas citações referentes ao depoimento das beneficiárias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados possibilitarão conhecer os aspectos sociais, familiares, econômicos e culturais, dentro dos princípios ético político conhecendo a realidade dos usuários na luta da justiça e equidade social. O resultado da pesquisa incluirá a análise de dados secundários obtidos de fontes oficiais, como relatórios do Ministério da Cidadania, além disso, revisados artigos acadêmicos e livros que abordam o tema da pobreza, políticas sociais e a condição das mulheres chefes de família no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em fase de desenvolvimento, ao serem identificados e discutidos os conceitos de Estado, política social, pobreza, vulnerabilidade social,

família e posteriormente relatos e os estudos de caso de chefes de família beneficiárias do Bolsa Família, evidenciando o impacto do programa em suas vidas. O PBF funciona como uma rede de proteção, prevenindo que essas famílias permaneçam em uma pobreza ainda mais severa, especialmente em momentos de dificuldade financeira, como perda de emprego, problemas na saúde etc.

REFERÊNCIAS

Artigo em Revista:

Cadastro Único. *Ministério do Desenvolvimento Social*. Disponível <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>> Acesso em 16 de agosto de 2024.

Estatísticas do IBGE 2020 Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171pnadcontinua.html?edicao=36481&t=>resultados>> Acesso em 15 de agosto de 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua 2022: **Perfil dos Domicílios no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE. 2022.

LUNA, Maria de Fátima Domingues, Artigo: **Família: um conceito em Construção**, III Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família e I Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersectorialidade e Família: crise, conservadorismo e resistência. 2016.

Manual de Gestão do Programa Bolsa Família. Brasília: MDS. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/assuntos/assistencia-social>> Acesso em 13 de agosto de 2024.

Painel de quantidade de famílias consideradas em situação de pobreza e baixa renda no Brasil <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>> Acesso em 14 de agosto de 2024.

Dissertação, Tese e Trabalho de Conclusão de Curso:

ALVARENGA, Mirella Souza, **Risco e vulnerabilidade: razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social**, 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade Federal do Espírito Santo, Junho, 2012. Disponível em: <<https://Risco e vulnerabilidade : razões e implicações para o uso na Política Nacional de Assistência Social>> Acesso em 03 fev.2025.

Livro:

CARVALHO, André Roncaglia de. **Brasil, uma economia que não aprende : novas perspectivas para entender nosso fracasso** / André Roncaglia de Carvalho, Paulo Gala. -- 1. ed. -- São Paulo : Edição do Autor, 2020.



O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: um estudo sobre os desafios da intersectorialidade

CLÁUDIA FERNANDA MACHADO PONTES¹
MAURICÉIA LÍGIA NEVES DA COSTA CARNEIRO²

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social e a População em Situação de Rua: um estudo sobre os desafios da intersectorialidade se propõe desenvolver uma análise acerca do SUAS e as dificuldades de as políticas públicas setoriais trabalharem em conjunto para executar a Política Nacional da População em Situação de Rua. Uma das primeiras dificuldades que pode ser apontada é definir o conceito de pessoa em situação de rua

Conforme Trino, Machado e Rodrigues (2015) é complexo definir quem são as pessoas em situação de rua e o que as levam para essa circunstância. Portanto, a implementação das políticas sociais carece de ressignificar essa definição em conformidade com a realidade vivida em cada território.

Assim, é um conceito diversificado no qual urge ser considerado pelos gestores de cada cidade durante o ato de implementação das políticas. E tem a carência de estudos e análises específicos para poder conhecer o público no qual irá destinar a política. Uma vez que a Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR)

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Assistente Social, Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI. Membro do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social- GEPSS/UFPI e Núcleo de Estudos em Família-NEF/UNIFESP.

cita os direitos dessa população, mas não informa como a política deve ser executada em cada cidade, já que o Brasil é um país diverso. Arelada a essa realidade está a configuração do Estado permeada pela setorialização e fragmentação impelindo uma fragilidade na implementação de políticas públicas. Logo, a intersectorialidade, articulação e complementaridade seriam uma forma de melhorar a oferta dos serviços das políticas sociais para que diminuísse as expressões da questão social, melhorando a vida da população, no entanto isso não está sendo executado. (WANDERLEY, MARTINELLI, PAZ, 2020, p. 8).

Destarte, a colaboração e fortalecimento das redes intersectoriais são imprescindíveis para que as políticas públicas trabalhem em conjunto com o objetivo de amenizar a extrema pobreza e descaso que sofre a população em situação de rua. Contudo, para que isso ocorra é necessário que os equipamentos, gestores e equipes territoriais estejam voltados com a perspectiva de diálogo e execução da PNPSR com afinco e determinação.

A construção de redes é uma tarefa complexa, exigindo a implementação de ações que qualifiquem os encontros entre diferentes serviços, especialidades e saberes. É preciso também garantir que a ampliação da cobertura em saúde seja acompanhada de melhora na comunicação entre os serviços, resultando em processos de atenção entre os serviços, resultando em processos de atenção e gestão mais eficientes e eficazes para o usuário. (TEXEIRA, SAMPAIO, SOARES, LIMA, ANTUNES, LIMA, ARAÚJO, MENDONÇA, MELLO, LOPES, ENGSTROM, 2015, p. 79).

Os usuários em situação de rua encontram-se em uma circunstância de extrema vulnerabilidade social, econômica, higiênica, de saúde, de educação. Logo, são pessoas que necessitam usufruir das redes, pois não estão precisando somente de uma atenção da assistência social e da saúde, que são as políticas nas quais eles têm acesso com mais facilidade, devido a carência desse público. Dessa forma, urge que as políticas sejam ativas nas redes intersectoriais para que PSR tenha acesso à educação, profissionalização, habitação além da saúde e assistência social. Custódio e Silva (2015) afirmam que:

A experiência brasileira já demonstrou que a fragmentação e a visão setorializada de políticas públicas é custosa e ineficiente, pois produz ações e resultados distantes das diretrizes e objetivos almejados. Por isso, a importância da intersectorialidade como ferramenta e mecanismo de gestão se mostra extremamente necessário, haja vista que não se pode pensar em construção de políticas públicas sem considerar a relevância da interação e integração dos diversos órgãos e instituições no compromisso comum de

efetivação de direitos, garantindo-se, também, a participação social como requisito essencial de legitimidade das políticas sociais. (2015, p.3)

As políticas públicas no Brasil estão setorializadas e fragmentadas, tanto que em geral os problemas na execução da Política de Assistência Social e na Política de Saúde, têm pontos em comum. Contudo, a falta de parceria, de intersetorialidade dessas e outras políticas públicas as tornam mais fragmentadas e fragilizadas a ponto de não conseguirem unir-se para resolver e defender o interesse comum que é efetivação de direitos.

Diante do exposto, surgem muitos questionamentos acerca dessa situação, como: Por que a Política de Assistência Social é a principal responsável pelas pessoas em situação de rua? Por que não está acontecendo a articulação entre as políticas? De que forma as articulações poderiam ser gerenciadas? Por que perpetuar o estigma sobre as pessoas em situação de rua? Por que negligenciam essa parcela da população? Como o Sistema Único de Assistência Social de Teresina está lidando com esse público? Como as outras políticas estão lidando com a situação de extrema vulnerabilidade da população em situação de rua?

O objetivo geral deste estudo é analisar os desafios da intersetorialidade, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, articulada com a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua no município de Teresina-PI. Enquanto, os objetivos específicos são: Identificar os desafios da intersetorialidade nas políticas públicas; analisar a execução da Política Nacional da População em Situação de Rua; analisar o Sistema Único de Assistência Social e suas ações com a População em Situação de Rua; identificar quais as estratégias e os serviços prestados para a população em situação de rua em Teresina; e identificar como é o processo de articulação entre as políticas públicas de Teresina para o cumprimento da PNPSR.

Palavras- chave: Sistema Único de Assistência Social. Pessoas em Situação de Rua. Intersetorialidade.

METODOLOGIA

O presente estudo adota abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica, visto que, “os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se

opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.” (GOLDENBERG, 2004, p. 16). Em que os principais autores trabalhados foram: Ferro (2011), Nascimento (2010), Senna e Reis (2022), entre outros autores.

Além disso, Godoy (1995, p. 58) defende que:

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p.58).

Dessa forma, na proposta metodológica qualitativa o destaque será o indivíduo como intérprete do mundo que o cerca, indo além da quantidade, ficará na qualidade do contato com as pessoas em situação de rua. Assim, será uma pesquisa exploratória qualitativa, pois conforme Gil (2002, p. 41): “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses.” Logo, o objetivo da pesquisa é analisar os desafios da intersetorialidade, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, para a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intersetorialidade, articulação e a complementaridade dos serviços das políticas sociais colaboram para melhorar a qualidade de vida da população e consistem em obstáculos permanentes para as divergentes gestões municipais, estaduais e federal. Da perspectiva da gestão pública democrática, a intersetorialidade instiga a política no repartimento de responsabilidades e atribuições e viabiliza maior racionalidade de recursos visto que as áreas das políticas sociais iriam compartilhar as adversidades, compartilhando possíveis soluções para elas e racionalizando como resolver e quanto gastar na resolução dos problemas. Dessa forma, a intersetorialidade na implantação de serviços públicos seria uma solução para a multidimensionalidade da pobreza e à discriminação socioespacial, principalmente para a População em Situação de Rua pois conforme o decreto 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua,

para o bem-estar desse público necessita uma ação intersetorial entre as políticas públicas. (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020, p. 9)

Por outro ângulo, a política de saúde não demonstra tanto a necessidade da intersetorialidade como a política de assistência social, porém na Lei n. 8.080/90, que regulamenta o SUS, verificam-se alguns pontos que registram o processo intersetorial entre as políticas de meio ambiente e saneamento básico e de saúde. E a concepção de sistema do SUS é ponderada por outras políticas setoriais, como da habitação, assistência social, entre outras. Porém, essa lei não tem tanta discussão sobre a intersetorialidade, pois na década de 90 o debate acerca dessa temática era frágil. Nesse sentido, a palavra que é sinônimo de intersetorialidade na Lei 8.080/90 é articulação citada no artigo 2º, que informa: (Nascimento, 2010).

Além disso, Nascimento (2010) considera que a palavra participação também seja em referência a intersetorialidade, assim como a palavra colaboração, presente no art. 6º da Lei n. 8.080/90, na parte em que diz que participação na formulação da política e na concretização de ações de saneamento básico e a contribuição na proteção do meio ambiente, compreende-se a também a saúde do trabalhador. Além do mais, o art. 7º, que dispõe sobre as diretrizes e princípios da política de saúde direcionam para a intersetorialidade quando expõe que deve ocorrer a integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu aprofundar o conhecimento acerca da relação da intersetorialidade com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a População em Situação de Rua. Assim sendo, foi possível identificar que as políticas sociais ainda excluem as pessoas em situação de rua da sua execução, somente algumas como a de Assistência Social e Saúde executam os serviços destinados a esse público e primam em manter um diálogo no atendimento às demandas da população em situação de rua. Porém, as outras políticas como habitação, educação, emprego e renda ainda estigmatizam essa população, fato que prejudica a construção de uma intersetorialidade que possibilite o atendimento das demandas desse segmento. Contudo, mesmo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, as pessoas em situação de rua continuam sendo discriminadas e invisibilizadas, pois

somente a Assistência Social e Saúde apresentam estratégias para uma articulação, mesmo que acanhada, para o atendimento das demandas desta população.

Uma realidade de dificulta o planejamento de ações para a PSR é a definição do quantitativo, o que sugere que para a administração pública as pessoas que vivem na rua não têm importância e não são dignas de terem seus direitos cumpridos, ainda mais nessa crise do capitalismo que o neoliberalismo quer tirar o direito das pessoas visando a acumulação de lucro.

Com o resultado obtido percebe-se a urgência da política brasileira identificar esse público, para diminuir a pauperização do país e gerar mais rendas com novos empregos, consequentemente tratando-os para que possam sair da rua e criar sua independência. O primeiro passo seria a implantação da Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua em todos os estados de forma obrigatória para que atenda a essas pessoas e garantam os seus direitos, iniciando com a contagem oficial para pensar em políticas melhores para esse público diverso, entre outras coisas.

Assim sendo, com este estudo espera-se contribuir para chamar atenção sobre a diversidade de medidas que são necessárias para que a intersetorialidade no atendimento à população em situação de rua seja uma realidade, como também, que possa subsidiar os movimentos sociais de pessoas em situação de rua para que eles se fortaleçam, pois com a manifestação e protesto, tudo é possível em um país democrático como o Brasil.

REFERÊNCIAS

CEOLIN, Bruna; TERRA, Isabella; CARMONA, Rafael. **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTUDO DA REALIDADE VIVIDA**. Caderno Humanidades em Perspectivas | v. 4, n. 8 – 2020.

CUSTÓDIO, André Viana; SILVA, Cícero Ricardo Cavalcante da. A intersetorialidade nas políticas sociais públicas. **Apresentação de Trabalho no I Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, UNISC. Recuperado em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14264>, 2015.**

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

TEXEIRA, SAMPAIO, SOARES, LIMA, ANTUNES, LIMA, ARAÚJO, MENDONÇA, MELLO, LOPES, ENGSTROM. Promoção da Saúde: Relato de experiência da equipe do Consultório na Rua do Teias – Escola Manguinhos – Ensp/Fiocruz.

Saberes e Práticas na Atenção Primária à Saúde: Cuidado à População em Situação de Rua e Usuários de Álcool, Crack e Outras Drogas. São Paulo, ed. HUCITEC. Ano 2015, ed.1.

WANDERLEY, M.B.; MARTINELLI, M.L; PAZ, R.D.O. **Intersetorialidade nas Políticas Públicas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020.



POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA: importância do escritório social no processo de reintegração social no Brasil

GILDERNILDO DE OLIVEIRA FERREIRA¹
IONARA DA SILVA SOARES²

INTRODUÇÃO

Esse trabalho vai falar sobre a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa, destacando como os Escritórios Sociais são importantes para a reintegração de ex-presidiários na sociedade no Brasil. Quando saem da prisão, essas pessoas enfrentam muitas dificuldades por causa do estigma de serem "ex-presidiários", o que dificulta encontrar trabalho, estudar e até mesmo recuperar os laços familiares.

Para ajudar, os Escritórios Sociais, criados pelo CNJ em 2016, oferecem apoio nas áreas de trabalho, educação e saúde, com o objetivo de diminuir a reincidência criminal e ajudar essas pessoas a se reintegrarem de forma mais eficaz. O objetivo geral da pesquisa é entender como os Escritórios Sociais ajudam nesse processo, e os objetivos específicos incluem investigar como eles atuam e quais os resultados dessa assistência.

¹ Graduado em Psicologia – FACEMA, Pós-graduando em Saúde Mental e atenção psicossocial – FAEME, Email: Gildernildooliveira@gmail.com, Atuando como Psicólogo - CRP 22/06343 Escritório Social - Coroatá-MA.

² Graduada em Serviço Social, Pós-graduada em administração do Suas e docência do ensino superior – FEMAF, Email: hyonnarabrandao@outlook.com, Atuando como Assistente Social no escritório social - Coroatá-MA.

A pesquisa é qualitativa, baseada em uma análise de artigos, relatórios do CNJ e estudos de caso. A coleta de dados será feita por meio de fontes documentais, focando nos resultados dos Escritórios Sociais e sua importância para a reintegração das pessoas que saem do sistema prisional.

Palavras-chave: Reintegração; Egressos; Sistema Prisional.

Política de nacional de atenção a pessoa egressa

Em 17 de dezembro de 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução CNJ nº 307, estabelecendo a Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário. Onde se tem por objetivo aprimorar a resposta do Estado às necessidades desse público, que, de acordo com dados do Executivo Federal referentes ao primeiro semestre de 2020, soma aproximadamente 230 mil indivíduos liberados por alvarás de soltura a cada seis meses (Barros *et al.*, 2022).

A resolução reafirma o papel institucional do CNJ, que, por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), atua na promoção de iniciativas voltadas à proteção, qualificação profissional e reintegração social tanto de pessoas privadas de liberdade quanto daqueles que deixam o sistema prisional (Lei 12.106/2009).

A Política de Atenção às Pessoas Egressas tem como principal alicerce os Escritórios Sociais, estruturas multisserviços promovidas pelo CNJ desde 2016, que buscam a integração entre o Judiciário e o Executivo para oferecer um atendimento mais eficaz às pessoas egressas e suas famílias. Esses escritórios agora operam de maneira coordenada com uma nova etapa do programa Começar de Novo, que envolve a atualização de diretrizes e fluxos, com o objetivo de otimizar as oportunidades profissionais de forma integrada às ações dos Escritórios Sociais (Gomes *et al.*, 2023).

Escritório social: da criação a implementação

Lançado em abril de 2016, o Escritório Social é um componente fundamental do programa Cidadania nos Presídios, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa iniciativa foi implementada de forma inovadora no estado do Espírito Santo, com o objetivo de promover a reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional. O Escritório Social representa um avanço significativo na busca por soluções mais eficazes para a ressocialização e garantia de direitos, funcionando como um ponto de apoio e orientação para aqueles que estão em processo de reintegração à sociedade (Silva *et al.*, 2021).

Com 48 unidades estabelecidas em 22 estados da federação e mais de 17 mil atendimentos realizados nos últimos dois anos, os Escritórios Sociais se firmam como uma política robusta promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltada para oferecer um atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional (Lobo, 2022).

Os Escritórios Sociais, com unidades em 22 estados do Brasil, têm mostrado um impacto positivo na reintegração de ex-presidiários, já atendendo mais de 17 mil pessoas. Esses atendimentos ajudam a superar dificuldades como estigma social, falta de emprego e a necessidade de apoio psicológico. Além de apoiar os egressos, o programa envolve as famílias no processo, oferecendo orientações e criando um ambiente de confiança essencial para o sucesso da reintegração. A colaboração entre os egressos, suas famílias e os profissionais é importante para a efetividade do programa (Silva *et al.*, 2021).

Caderno de gestão dos escritórios sociais

Os três cadernos de gestão dos Escritórios Sociais têm como objetivo explicar como funciona o atendimento, garantindo que ele seja eficiente e adaptado às necessidades das pessoas que saíram do sistema prisional. Cada caderno foca em uma parte específica do processo, começando desde o primeiro contato com o egresso até as estratégias para ajudá-lo a se reintegrar à sociedade. A ideia é garantir que o atendimento envolva várias áreas, como assistência social, educação, saúde e trabalho, de forma que o serviço seja mais humano e eficaz, respeitando os direitos e as necessidades de cada pessoa (Zenha, 2018).

O primeiro passo no atendimento é fazer uma triagem, onde os profissionais analisam as condições sociais, familiares e financeiras do egresso. Com base nisso, é feito um plano personalizado para ajudar o egresso com o que mais precisa, como tirar documentos, receber apoio psicológico, se capacitar profissionalmente e voltar ao mercado de trabalho. Essa etapa também é importante para criar um relacionamento de confiança entre o egresso e os profissionais, garantindo que ele se sinta à vontade e participe ativamente de todo o processo de reintegração (Lobo, 2022).

Depois da triagem, o atendimento segue de forma contínua, com visitas regulares e orientações sobre direitos e deveres, além de ajudar o egresso a acessar serviços essenciais. A ideia é trabalhar junto com outros órgãos e serviços, como prefeituras, ONGs e empresas, para garantir que ele tenha o apoio necessário para se reintegrar socialmente e profissionalmente. O objetivo é quebrar o ciclo de criminalidade e ajudar o egresso a construir uma nova vida. Os Escritórios Sociais também envolvem a família nesse processo, reconhecendo a importância do apoio deles para a reintegração e recuperação do indivíduo (Lobo, 2022).

Importância dos escritórios sociais no processo de reintegração social no Brasil

Desde o final do século XVIII, a prisão tem sido uma instituição que exclui os considerados desviantes da sociedade, indo além de punir, criando condições desumanas e dificuldades de sobrevivência para os presos, como a falta de alimentação adequada e higiene. No Brasil, o encarceramento em massa é uma realidade, e uma parte significativa da população defende punições mais severas, alimentando o discurso de que o país prende pouco e que a justiça solta os criminosos. Esse pensamento está ligado ao populismo punitivo, impulsionado por uma sociedade influenciada por programas policiais na TV (Gaio, 2011).

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), divulgados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), no primeiro semestre de 2020, havia 753.996 pessoas no sistema prisional brasileiro. Esse número reflete um crescimento significativo, já que em 2000 eram pouco mais de 230 mil presos, resultando em um aumento de mais de 500 mil pessoas privadas de liberdade nos últimos 20 anos (Brasil, 2020).

As políticas públicas para o sistema prisional geralmente não geram interesse popular, pois envolvem indivíduos isolados no cárcere, e os governos preferem evitar discutir o tema. A ideia dominante é que manter as unidades prisionais fora da atenção da sociedade indica que estão sob controle, com rebeliões e motins sendo prevenidos. No Brasil, ex-presidiários enfrentam dificuldades para se reintegrar, devido ao estigma associado ao termo, o que limita o acesso a emprego, educação e relacionamentos familiares. Nesse contexto, os Escritórios Sociais têm sido essenciais, oferecendo apoio nas áreas de trabalho, educação e saúde, ajudando na reintegração e redução da reincidência (Carvalho, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou que os Escritórios Sociais estão fazendo um grande trabalho na reintegração de pessoas que saíram da prisão. Desde que o programa começou em 2016, já ajudaram mais de 17 mil pessoas em 22 estados, e os resultados têm sido bem positivos, como a redução de crimes e o aumento das chances de conseguir um emprego. As unidades funcionam bem porque oferecem vários tipos de apoio, como assistência social, educação, saúde e apoio psicológico, o que tem ajudado os ex-presidiários a se reerguerem.

Nos depoimentos dos atendidos e dos profissionais dos Escritórios, foi possível perceber que muitos egressos enfrentaram dificuldades no começo, como a falta de documentos e o preconceito, mas com a ajuda dos Escritórios Sociais, conseguiram acessar serviços essenciais e voltar ao mercado de trabalho. Também foi importante o apoio de empresas e do governo, que ajudaram a abrir portas para novas oportunidades.

Esses resultados batem com o que já é estudado na área, que aponta a importância desses programas de apoio para reduzir a reincidência, como já indicam os trabalhos de Lobo (2022) e Silva et al. (2021). O programa tem se mostrado uma ferramenta fundamental para quebrar o ciclo de exclusão e criminalidade, e é essencial que continue sendo expandido para ajudar mais pessoas. O apoio das famílias também se mostrou crucial, já que, quando elas participam do processo, a reintegração é muito mais bem-sucedida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conseguiu atingir seus objetivos ao analisar como os Escritórios Sociais ajudam na reintegração de pessoas que saem do sistema prisional. Com base em dados e documentos, deu para perceber que o programa tem sido bem-sucedido em promover a reintegração social e reduzir as chances de reincidência. Os Escritórios oferecem apoio importante nas áreas de trabalho, educação, saúde e acompanhamento psicológico, ajudando os ex-presidiários a reconstruírem suas vidas e a superarem o estigma de quem esteve preso. A participação das famílias e a colaboração com outros serviços também são fundamentais para o sucesso desse processo.

Porém, para que o impacto dos Escritórios Sociais seja ainda maior, é necessário ampliar o programa e investir mais na capacitação dos profissionais envolvidos. Além disso, outras pesquisas podem investigar como as parcerias entre os Escritórios e empresas privadas podem aumentar as oportunidades de emprego para os egressos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thayná Cabral Guimarães et al. As limitações da política de execução penal diante da falta de oportunidades de trabalho para as mulheres egressas do Sistema Prisional de Alagoas. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – período de janeiro a junho 2020. 2020.

BRONDANI, Flávia Brettas et al. O mandado de segurança coletivo e a Lei nº 12.016/2009. In: Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania. 2014. p. 26-32.

CARVALHO, S. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, n. 104, out. 2013.

GAIO, A. O populismo punitivo no Brasil. Revista Eletrônica de Ciências Sociais: CSONline, [s.l.], ano 5, n. 12, p. 19-27, abr./jun., 2011.

GOMES, Monique Ribeiro de Carvalho et al. Políticas públicas para egressos do sistema prisional como instrumento de inclusão social. 2023.

LOBO, Bernardo Cardador. Ressocialização da população carcerária no Brasil: Efetividade na Execução Penal e seus reflexos na reintegração social dos egressos prisionais. 2022.

SILVA JÚNIOR, Ednaldo Cordeiro da et al. Cidadania após a prisão? estudo de caso do Escritório Social do estado do Espírito Santo. 2021.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? Caderno de Educação, n. 49, p. 19-42, 2018.



PROJETO DE EXTENSÃO DIÁLOGOS COM O SUAS NO CRAS SUL II E O FORTALECIMENTO DO PAIF: uma experiência com as famílias beneficiárias do Auxílio Emergencial

CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA¹
GLEYSON WILLIAN SILVA CARNEIRO²
JULIETY NUNES CARDOSO CAMPELO³
LAYANE NAYRA CARNEIRO DA SILVA⁴
TERESA CRISTINA MOURA COSTA⁵

INTRODUÇÃO

O presente resumo discute a experiência de extensão do projeto “Diálogo com o SUAS” o qual tem como objetivo proporcionar aos extensionistas reflexões sobre a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desse modo, as ações aqui relatadas ocorreram no Serviço de Atendimento e Proteção Integral à Família (PAIF) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Sul II, localizado no bairro Vila Irmã Dulce, em Teresina-PI.

¹ Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Integrante do Projeto Diálogos com o SUAS. E-mail: gabrielanobre02@ufpi.edu.br.

² Assistente Social. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Integrante do Projeto Diálogos com o SUAS. E-mail: gleysonwillian4@gmail.com.

³ Assistente Social do CRAS Sul II. Mestra em Políticas Públicas-UFPI. E-mail: juliettync@hotmail.com.

⁴ Psicóloga do CRAS Sul II. Pós-graduada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade Ademar Rosado (FAR), Gestão em Saúde pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Saúde da Família e da Comunidade pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Psicologia Hospitalar (UniBF). E-mail: layanenayra@gmail.com.

⁵ Assistente social. Doutora em Serviço Social. Professora adjunta de Serviço Social e junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Coordenadora do Projeto Diálogos com o SUAS. E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br.

A equipe do projeto é composta por um grupo plural: graduandas/os do curso de Serviço Social e de Artes Visuais da Universidade Federal do Piauí (UFPI), discentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UFPI), docente do Curso de Serviço Social, trabalhadores/as da Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), além da base central que são as técnicas de referências do PAIF, majoritariamente assistentes sociais e psicólogas.

O projeto tem como objetivo geral, discutir a implementação do Sistema Único de Assistência Social para o fomento à materialização do PAIF e à organização política das/os usuárias/os e trabalhadoras/es do SUAS no município de Teresina (PI). Isto posto, a experiência acumulada até o momento por esse projeto, possibilita uma reflexão sobre os desafios e as potencialidades do trabalho social com famílias no PAIF, orientado por uma perspectiva emancipatória do público atendido nesse equipamento da Política de Assistência Social.

Palavras- chave: Assistência Social; Proteção Social Básica; PAIF.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, no que se refere à organização e execução do Projeto Diálogos com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), emprega-se o método da pesquisa-ação, que busca, por meio da pesquisa e/ou da análise teórica sobre determinado campo de atuação, melhorar a intervenção prática (Tripp, 2005).

Este relato de experiência enfoca as vivências adquiridas na execução do projeto Diálogos com o SUAS no CRAS Sul II, localizado no bairro Vila Irmã Dulce. Para sua fundamentação, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os temas centrais. Assim, o projeto vem desenvolvendo as suas ações de fortalecimento do PAIF nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Região Sul do município de Teresina-PI. No CRAS Sul II- Vila Irmã Dulce-, foram realizados dois grupos com famílias, como será pontuado a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece a estruturação das políticas que compõem o tripé da Seguridade Social brasileira, sendo elas: assistência social (para quem dela necessitar), saúde (universal) e previdência social (contributiva). Dessa forma, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁶ destaca, entre seus princípios e diretrizes, a necessidade de que os benefícios e serviços ofertados pela política sejam mediados pela busca do respeito à dignidade do/a usuário/a, bem como pelo incentivo à sua autonomia e emancipação política (Brasil, 1993).

Em 2004, ocorreu a materialização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁷ e da Norma Operacional Básica do Suas (NOB/SUAS), que estruturam e regulamentam o Sistema Único de Assistência Social, estabelecendo uma nova forma de gerir a política de assistência social com a corresponsabilidade entre os entes federativos.

É válido destacar que a construção e defesa desse aparato normativo-legal têm caráter simbólico e representativo, pois afirmam a assistência social como um direito social e uma responsabilidade do Estado. Por muito tempo, a assistência social foi vista apenas sob a lógica da benemerência e da caridade, agora passa a ser reconhecida como no campo dos direitos sociais.

Essa estruturação organiza a proteção social por níveis de complexidade: proteção social básica e especial, esta última dividida em média e alta complexidade. A proteção social básica é executada nos municípios de forma territorial, por meio dos CRAS, que são unidades públicas responsáveis pela oferta de serviços como o Serviço de Proteção PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O PAIF é um serviço que tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 1993). Nesse contexto, desenvolve-se o trabalho social com famílias, definido como um conjunto de ações de caráter continuado, cuja finalidade é apoiar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de preventivo, protetivas e proativas (Teixeira, 2017).

⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

⁷ Disponível em: Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Acesso em: 30 mar. 2025.

O projeto de extensão “Diálogos com o Suas”, surge com o objetivo de intervir diretamente no âmbito da proteção social básica no município de Teresina, com enfoque na execução do PAIF. Essa intervenção considera que um dos maiores desafios para a efetivação da política de assistência social no município de Teresina-Piauí é a precarização dos serviços e a limitação de recursos, o que impacta diretamente na qualidade da oferta socioassistencial e nas condições de trabalho dos/as trabalhadores/as do SUAS não só em Teresina. A orientação para um trabalho individualizado e com foco em metas orientado pelas diretrizes nacionais e municipais acabam por impedir o desenvolvimento de um trabalho mais pedagógico, coletivo e político no âmbito dos serviços.

A conjuntura neoliberal e conservadora impõe aos trabalhadores/as do setor público o desmonte do trabalho formal e regulamentado, substituindo-o por uma gestão gerencialista que prioriza uma análise meramente quantitativa da execução dos serviços, na tentativa de aplicar ao setor público as lógicas da gestão do setor privado (Dardot; Laval, 2016). O Censo Suas de 2020 apontou que, dos 281 trabalhadores/as do SUAS em Teresina, apenas 84 eram servidores estatutários. Os demais estavam submetidos a formas de vínculos precários, o que compromete diretamente a qualidade dos serviços ofertados.

A exemplo do PAIF, que, no município de Teresina, encontrava-se enfraquecido devido à própria lógica que tem regido o trabalho na esfera pública, marcada pela precarização e pela instabilidade dos vínculos empregatícios.

Assim, os grupos com famílias realizados no CRAS Sul II foram mobilizados pela equipe técnica de referência, que contatou diversas famílias beneficiárias do benefício eventual de auxílio financeiro, com o propósito de integrá-las a um grupo vinculado ao PAIF com o objetivo de estimular a participação ativa, o fortalecimento de vínculos comunitários e o acesso aos direitos.

Os convites aos participantes foram inicialmente efetuados por meio de contato telefônico. Nos casos em que não se estabeleceu a comunicação por esse meio, optou-se pela realização de visitas domiciliares. Precedendo esses contatos, foi realizada uma reunião presencial de planejamento entre a equipe técnica do CRAS Sul II e os integrantes do projeto "Diálogos com o SUAS", a fim de alinhar estratégias e otimizar os processos de engajamento das famílias.

A primeira atividade com o grupo ocorreu em 04 de dezembro de 2024 e teve como objetivo apresentar às famílias o funcionamento do CRAS e do PAIF, abordando

seu público-alvo, objetivos e principais ações. Além disso, buscou-se identificar o interesse e a disponibilidade dos participantes para integrarem o grupo, bem como colher sugestões de temas para os próximos encontros. Na ocasião, ficou acordado que o tema do encontro seguinte abordaria os benefícios eventuais, com ênfase no auxílio financeiro.

No início do encontro, foi realizada uma dinâmica de grupo com os participantes, com a seguinte pergunta: “Como vocês conheceram o CRAS? A maioria respondeu que conheceu por meio do Cadastro único, enquanto um dos participantes se referiu ao CRAS como uma “casa”, evidenciando a percepção desse dispositivo como um espaço de acolhimento. Além disso, os participantes compartilharam suas experiências de vida e as dificuldades enfrentadas no cotidiano.

No dia 19 de fevereiro de 2025, ocorreu o segundo encontro, precedido por uma reunião de planejamento voltada à definição das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da atividade. Durante essa reunião foi proposta a elaboração de um folder informativo sobre os benefícios eventuais, com a seleção das informações realizadas pela psicóloga e assistente social do CRAS Sul II.

O encontro foi estruturado em duas etapas. No primeiro momento, houve uma exposição do tema, conduzida a partir de perguntas norteadoras e de uma dinâmica interativa. As perguntas iniciais foram: “Qual foi o percurso até a requisição do auxílio financeiro?”, “Por quem vocês foram atendidos?”, “Como ficaram sabendo do auxílio financeiro?”.

Em seguida, ocorreu a apresentação dos benefícios eventuais do município de Teresina, utilizando o folder informativo, com explanação feita pela assistente social e pela psicóloga do CRAS Sul II. O encontro também contou com a participação de uma servidora da SEMCASPI, responsável pela pasta dos benefícios eventuais, que esteve disponível para esclarecer dúvidas dos participantes. Ao final, foi definido que o tema do próximo encontro será “os benefícios socioassistenciais ofertados por meio do Cadastro Único”. Para encerrar, aplicou-se uma dinâmica avaliativa, na qual os participantes responderam a um questionário sobre o encontro.

A partir das experiências com o grupo de PAIF foi possível perceber que o trabalho social desenvolvido com as famílias apresenta limites e possibilidades. A possibilidade do trabalho em grupo permite fazer acompanhamento de um maior número de famílias que apresentam demandas semelhantes. Além disso, seu caráter socioeducativo possibilita um processo de aprendizagem e troca de experiências,

caracterizando-se enquanto meio de discutir as desigualdades e formas de enfrentá-las através das políticas públicas (Teixeira, 2017).

Dentre os limites identificados na realização do grupo do PAIF, destaca-se a questão orçamentária das políticas sociais, especialmente da Política de Assistência Social, que enfrenta sucessivos cortes de investimentos. Esse cenário impacta diretamente na qualidade e nas condições de trabalho necessárias para o desenvolvimento efetivo do trabalho social com famílias.

Outro desafio refere-se à composição do grupo, que foi formado por moradores que residem nas proximidades do CRAS Sul II. Essa configuração ocorreu devido à maior facilidade de acesso à unidade. Em contrapartida, os participantes provenientes de localidades da zona rural, que também são referenciados pelo CRAS Sul II, relataram dificuldades de deslocamento, o que compromete a participação nas atividades. Nesse sentido, foi possível compreender que o trabalho social com famílias, sob uma perspectiva crítica e emancipatória, só é viável quando fundamentado nos interesses dos usuários, na participação ativa destes no processo e no fortalecimento do seu acesso a serviços.

A construção de vínculos permite que os indivíduos construam e reconstruam suas identidades, reconheçam-se a partir de suas semelhanças e diferenças e percebam-se enquanto sujeitos sociais, capazes de compreender e transformar a realidade em que estão inseridos.

Dessa forma, foi possível perceber que o trabalho social realizado em grupos tem como objetivo promover o sentimento de pertencimento e acolhimento, problematização da realidade sobre as vivências de vulnerabilidade social, valorização do coletivo e de cada indivíduo em sua dignidade e fortalecendo o grupo em sua posição como protagonista de sua trajetória.

CONCLUSÃO

Em síntese, pode-se compreender que apesar dos desafios e limitações já expostos, os usuários já conseguem visualizar a unidade CRAS enquanto referência da oferta de serviços, projetos, programas e benefícios da Assistência Social. Observou-se, contudo, a necessidade de fortalecer a percepção de que aquilo que o SUAS oferece não é ajuda, e sim direito; e ainda, que é imprescindível participar do controle social para o avanço que esta política pública necessita.

REFERÊNCIAS

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com família**: fundamentos históricos, teóricos-metodológicos e técnico-operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.



EIXO 3

**SERVIÇO SOCIAL:
FUNDAMENTOS,
FORMAÇÃO E TRABALHO
PROFISSIONAL**



A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: experiências do estágio supervisionado no CAPS II Leste

BRENO ROCHA GONÇALVES¹
RENATHA VICTÓRIA DE MENEZES XAVIER²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o relato das experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado I em Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II Leste, em Teresina-PI, um serviço fundamental da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) voltado ao atendimento de pessoas em sofrimento psíquico. O CAPS atua na promoção da saúde mental, oferecendo acolhimento, atendimento interdisciplinar e reinserção social dos usuários. No estágio, os discentes acompanham a assistente social supervisora de campo nas mais diversas atividades desenvolvidas, como triagens, atendimentos individuais e em grupo, visitas institucionais e domiciliares, oficinas terapêuticas e encaminhamentos para outros serviços da rede. Essas experiências possibilitam a compreensão do papel do Serviço Social na garantia de direitos, na articulação com outras políticas públicas e no fortalecimento da autonomia dos usuários. Nesse contexto, serão apresentados inicialmente a metodologia utilizada para construção desse relato, depois, as discussões e o resultados alcançados durante o estágio. Assim, este relato busca refletir sobre a prática

¹ Discente do 7º período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: goncalvesbreno697@gmail.com.

² Discente do 11º período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Email: renatha.m.2002@gmail.com.

profissional na saúde mental, destacando os desafios, aprendizados e a importância da atuação do assistente social no CAPS.

Palavras- chave: Saúde Mental; CAPS II Leste; Estágio Supervisionado I.

METODOLOGIA

No que se refere ao procedimento metodológico do presente relato, o trabalho trata-se de um relato de experiência do estágio supervisionado em serviço social no CAPS II Leste realizado no segundo semestre de 2024 e janeiro de 2025, esse relato foi realizado a partir da leitura da bibliografia disponível sobre o tema, dos documentos institucionais disponibilizados na instituição, e dos relatos do processo de trabalho e outros documentos desenvolvidos pelos discentes no período do estágio supervisionado I.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem como objetivo principal promover a articulação e integração dos serviços de saúde mental em um território específico, com o propósito de qualificar o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências (BRASIL, 2011). Essa rede visa ampliar o acesso à atenção psicossocial, oferecendo um conjunto integrado de pontos de atenção destinados a pessoas em sofrimento psíquico ou com necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para assegurar a integralidade do cuidado, a RAPS envolve ações intersetoriais coordenadas entre o Governo Federal, Estados e Municípios. O SUS disponibiliza diversos serviços e equipamentos para esse fim, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), Centros de Convivência e Cultura, Unidades de Acolhimento (UAs) e leitos de atenção integral em hospitais gerais e CAPS III, todos os serviços tem como diretrizes:

O respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas; A promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde; O combate a estigmas e preconceitos; a garantia do acesso e da qualidade dos

serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; A atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas; O desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos, dentre outros. (Ministério da Saúde).

Os CAPS desempenham um papel estratégico na interrelação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tanto no que diz respeito ao cuidado direto, promovendo a vida comunitária e a autonomia dos usuários, quanto na organização do cuidado em colaboração com equipes multidisciplinares, aproveitando os recursos disponíveis na comunidade. O primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS - Professor Luiz da Rocha Cerqueira) do país, foi estabelecido em 1986 na cidade de São Paulo, e ficou conhecido como CAPS da Rua Itapeva (BRASIL,2004).

Os CAPS no Brasil foram oficializados pela Portaria GM 224/92, que estabeleceu os critérios para sua implantação nos municípios do país. Posteriormente, em virtude da necessidade de atualização das normas estabelecidas pela Portaria MS/SAS nº 224, de 29 de janeiro de 1992, foi promulgada a Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, que aborda a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

O CAPS II Leste, possui 19 anos de existência, e é vinculado à Fundação Municipal de Saúde (FMS). Atualmente está localizado na Rua Visconde da Parnaíba, nº 2435- Horto Florestal, Teresina- PI, mas já esteve antes em outros 2 endereços, no bairro Ininga, na AV. Nossa Senhora de Fátima e onde está atualmente localizado, no bairro Horto. O CAPS II Leste não possui atualmente uma instalação própria, mas a mesma ainda está sendo construída e tem perspectiva de inauguração dentro dos próximos 4 anos. A atual sede e as anteriores são alugadas pela Prefeitura Municipal de Teresina e supervisionadas pela mesma, de onde recebe as coordenadas e recursos para a operacionalização dos serviços de Teresina-Pi na zona leste.

O CAPS II LESTE foi inaugurado em novembro de 2005. O seu funcionamento é de segunda a sexta-feira, nos horários das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas. Tem como público-alvo pessoas maiores de 18 anos com transtornos mentais severos e persistentes. Atualmente, o CAPS II LESTE conta com uma equipe multiprofissional composta por 43 profissionais especializados em diferentes áreas, que procuram proporcionar aos usuários atendidos uma experiência de qualidade.

Os estagiários no CAPS II Leste durante o estágio supervisionado I, ficaram responsáveis por observar e auxiliar no processo de triagem, avaliação inicial das

demandas dos usuários e direcionamento aos serviços mais adequado, no atendimento individual, onde acompanham as intervenções do assistente social, auxiliando no acolhimento, na orientação e nos encaminhamentos necessários. Além disso, participam dos atendimentos em grupo e a familiares, colaborando na condução de atividades coletivas que incentivam a troca de experiências e o fortalecimento de vínculos.

No acolhimento, os estagiários acompanham a escuta qualificada oferecida aos usuários, contribuindo para a construção de um plano de atendimento que respeite suas singularidades. Também estão presentes em visitas institucionais, domiciliares e sociais, acompanhando a equipe na avaliação das condições dos usuários e na articulação com outros serviços. Além disso, auxiliam na organização e realização de oficinas terapêuticas e grupos temáticos, que promovem a integração social e o desenvolvimento dos participantes.

Por fim, participam do processo de encaminhamentos e orientações para outras políticas públicas, acompanhando a articulação do CAPS com outros serviços da rede, garantindo que os usuários tenham acesso aos seus direitos e recursos necessários. Acompanhando essas atividades, os estagiários têm a oportunidade de compreender a complexidade do atendimento em saúde mental e desenvolver habilidades essenciais para a prática profissional.

Levando em consideração o avanço na adoção de políticas neoliberais no Brasil, percebemos que isso tem levado à precarização do Sistema Único de Saúde (SUS) e ao desmonte de políticas públicas, impactando diretamente a qualidade dos serviços oferecidos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), visto que o neoliberalismo promove a redução do papel do Estado nas políticas sociais, resultando em cortes orçamentários e na privatização de serviços públicos, comprometendo sua capacidade de oferecer atendimento universal e de qualidade.

Os CAPS, responsáveis pelo atendimento em saúde mental, sofrem com a escassez de recursos, levando a infraestruturas deficientes, precisando lidar com a falta de materiais, equipamentos e condições adequadas para o atendimento. Observamos também o déficit de profissionais, a redução de equipes multidisciplinares, acaba por sobrecarregar os trabalhadores e compromete a qualidade do serviço.

Em vista da falta de recursos, é de grande importância pautar também a queixa da falta de medicamentos para distribuir para os usuários. Visto que essa situação

problemática afeta não apenas os usuários de forma direta, mas também os profissionais, que se veem impossibilitados de fornecer respostas adequadas às demandas, principalmente devido à escassez de recursos. Essas são as principais preocupações atuais do CAPS Leste, pois isso pode comprometer o funcionamento do serviço no futuro, pelo que foi observado, essa demanda tem se acentuado a partir do último governo Bolsonaro e a pandemia e vem a passos lentos procurando ser superado.

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância de um movimento forte e organizado da sociedade em busca de melhorias na área da saúde e em todas as políticas necessárias. É fundamental que os usuários, seus familiares e a população em geral participem ativamente na busca incessante por soluções para atender às demandas ou, pelo menos, amenizá-las. Uma comunidade que conhece seus direitos e busca garantir sua concretização fortalece as políticas públicas, e nesse sentido, o papel dos assistentes sociais se torna indispensável.

O estágio supervisionado I é um momento importante na formação acadêmica, pois proporciona aos estudantes a oportunidade de vivenciar a prática profissional e integrar teoria e prática no campo de atuação do Serviço Social, é possível destacar diversos aprendizados e contribuições que enriquecem a formação profissional, como a melhor compreensão do contexto sócio-ocupacional em que o assistente social atua, no caso específico do CAPS II Leste.

A inserção do estagiário nesse ambiente permitiu a observação direta do cotidiano da instituição, possibilitando a compreensão das funções e responsabilidades dos assistentes sociais dentro de um centro de atenção psicossocial. Ao participar da dinâmica institucional e das atividades desenvolvidas, foi possível perceber as habilidades possíveis para o exercício profissional, como a capacidade de escuta comprometida e a articulação entre diferentes políticas públicas.

Além disso, a elaboração e execução de documentos como o plano de estágio, análise institucional, RPT e projeto de intervenção desenvolverão significativamente para o desenvolvimento das competências analíticas e operacionais dos estagiários. Através dessas atividades, foi possível compreender a importância do planejamento estratégico e da análise das realidades observadas, tornando o trabalho social mais eficaz e direcionado às reais necessidades da população atendida.

Outro aspecto fundamental foi a vivência das diversas atividades práticas, como atendimentos individuais, atividades em grupo e orientação aos usuários. A participação dessas ações proporcionou uma maior compreensão das diferentes modalidades de atendimento. O contato direto com os usuários e suas famílias revelou a importância de promover uma abordagem integral e multidisciplinar, articulando com outros serviços da rede de saúde, assistência e justiça.

A observação do trabalho da supervisão de campo e a participação nas discussões e decisões sobre as ações a serem realizadas no serviço foram experiências valiosas. Eles proporcionaram a vivência de práticas profissionais cotidianas, além de estimular a reflexão crítica sobre os processos e a relevância de cada ação no atendimento aos usuários. A experiência com equipe multiprofissional, composta por terapeutas ocupacionais e educadores físicos, também demonstrou a importância do trabalho coletivo e da troca de saberes entre os diferentes profissionais, enriquecendo o processo de atendimento e cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado no CAPS II Leste possibilitou um aprendizado significativo sobre as práticas do Serviço Social e a complexidade das intervenções realizadas nesse contexto. A experiência no campo de estágio demonstrou a importância de se trabalhar com uma visão holística do usuário, levando em consideração suas necessidades sociais, familiares e de saúde. A articulação com os demais profissionais e serviços da rede foi uma ferramenta essencial para garantir um atendimento integral e eficaz. As atividades práticas vivenciadas, foram essenciais para o desenvolvimento das habilidades profissionais do estagiário.

Além disso, o estágio proporcionou uma compreensão mais profunda sobre as políticas públicas de assistência social e saúde, e o papel do assistente social na implementação dessas políticas. Em síntese, o estágio supervisionado foi uma etapa crucial na formação profissional, pois permitiu a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, ao mesmo tempo em que proporcionou uma reflexão crítica sobre as práticas sociais e os desafios enfrentados no cotidiano do Serviço Social. As experiências vivenciadas no campo de estágio, tanto na relação ao atendimento aos usuários quanto à interação com a equipe, foram fundamentais para

consolidar o compromisso ético e a atuação crítica do assistente social, elementos essenciais para a profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual do CAPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Psicossocial: A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Políticas públicas em saúde mental e a rede de atenção psicossocial. Brasília, 2004



A IMPORTÂNCIA DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: reflexões sobre as contribuições nos processos de trabalho nas escolas, à luz da Lei nº 13.935/19

KELLYANE DO NASCIMENTO MUNIZ¹
MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA²

INTRODUÇÃO

Os (as) assistentes sociais nas escolas têm a função de atuar na construção de um ambiente mais inclusivo, pautado na escuta qualificada e na intervenção social. Sua presença nas instituições de ensino amplia as possibilidades de acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, o que inclui desde questões familiares até o acompanhamento das condições de aprendizagem. Suas ações envolvem também a articulação com outras políticas públicas, como saúde e assistência social, buscando garantir direitos aos alunos e suas famílias.

Entre as funções do/a assistente social na escola, destacam-se:

- Apoio psicossocial aos alunos: Identificação de necessidades emocionais e sociais dos estudantes e apoio no processo de superação de dificuldades.

¹ Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí; Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Faculdade Ademar Rosado. E-mail: kellyanemuniz@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí, Brasil; período sanduíche no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; professora adjunta da Universidade Federal do Piauí, Brasil; coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES/UFPI). E-mail: socorroprof@ufpi.edu.br

- Ações de mediação de conflitos: Resolução de problemas entre alunos, professores e família, promovendo um ambiente saudável de convivência.

- Apoio às famílias: Identificação e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover o bem-estar e a continuidade da educação dos alunos.

- Promoção da inclusão social: Trabalhar com alunos com necessidades específicas, garantindo que todos os estudantes tenham acesso pleno ao processo educativo.

A Lei nº 13.935, sancionada em 2019, estabelece a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas brasileiras, visando melhorar o atendimento e apoio aos estudantes, suas famílias e a comunidade escolar.

A lei representa um marco importante para a garantia dos direitos dos estudantes, destacando a necessidade de uma abordagem mais holística nas escolas. Ela busca a promoção de um atendimento mais integrado, visando o bem-estar psicossocial do aluno, o combate à desigualdade e a promoção da inclusão. Essa legislação coloca os/as assistentes sociais como fundamentais para o fortalecimento do sistema educacional e da rede de apoio à comunidade escolar.

O objetivo desse estudo é analisar as contribuições do/a assistente social nos processos de trabalho nas escolas, à luz da Lei nº 13.935/19. Busca-se compreender como essas contribuições se manifestam no cotidiano escolar e discutir as implicações da presença desses profissionais nas práticas educativas dos estudantes e na promoção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

Palavras- chave: Assistente Social. Lei nº 13.935/19. Educação. Práticas Profissionais nas Escolas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental, focando na Lei nº 13.935/19 e em estudos acadêmicos que discutem a atuação do/a assistente social nas escolas. Foram analisados artigos científicos, teses e dissertações que abordam a implementação da lei e as práticas desses profissionais nas escolas públicas.

Minayo (2007, p. 24) enfatiza que a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” e, a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, busca compreender e interpretar a realidade.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, com a identificação de categorias relacionadas ao papel do assistente social, suas funções, desafios e impactos no ambiente escolar.

A análise de Conteúdo tem um significado especial no campo das investigações sociais e “[...] constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”, defende Moraes (1999, p. 2).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação brasileira, embora amplamente reconhecida como um direito fundamental, enfrenta desafios significativos para garantir que todos os alunos tenham acesso e condições de permanência nas escolas, especialmente em contextos de desigualdade social. A Lei nº 13.935/19, sancionada em 2019, estabelece a obrigatoriedade de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica, visando ampliar a atenção psicossocial aos estudantes e suas famílias. A atuação desses profissionais no contexto escolar é fundamental para lidar com questões emocionais, familiares e sociais que impactam diretamente a aprendizagem e a convivência no ambiente escolar.

O (a) assistente social, por meio da Lei nº 13.935/19, passa a integrar de forma mais estruturada os processos de trabalho nas escolas, fortalecendo a rede de apoio psicossocial e o acompanhamento dos alunos em todas as suas dimensões. A presença do/a assistente social facilita a identificação precoce de problemas sociais, como a evasão escolar, o bullying e o abuso infantil, que muitas vezes não são visíveis à primeira vista pelos professores ou pela direção da escola.

Portanto, exerce um papel crucial na mediação entre as demandas sociais e o processo educacional. Este artigo objetiva refletir sobre a importância dessa atuação dentro das escolas, analisando as contribuições do/a assistente social no fortalecimento do ambiente escolar e no apoio à inclusão e à permanência dos alunos.

A Lei nº 13.935/19 representa um avanço significativo na construção de uma escola mais inclusiva e acolhedora, ao garantir a presença de profissionais capacitados para lidar com questões psicossociais que afetam diretamente o aprendizado dos alunos. No entanto, a implementação da lei ainda enfrenta desafios, como a escassez de recursos e a resistência de alguns setores educacionais à inclusão de novos profissionais na equipe escolar.

Outro ponto relevante é a formação contínua dos assistentes sociais para lidar com as demandas complexas do ambiente escolar. A parceria entre os assistentes sociais e os demais profissionais da educação, como professores e gestores, é essencial para o sucesso das ações integradas. A formação de uma rede de apoio dentro da escola, composta por diferentes profissionais, é crucial para garantir que os alunos recebam o atendimento adequado a suas necessidades.

Além disso, a atuação do/a assistente social nas escolas deve ser constantemente reavaliada, buscando sempre adaptar as práticas às novas demandas da sociedade e às mudanças nas políticas públicas.

Apesar da magnitude das inúmeras possibilidades que o fazer profissional do assistente social pode desempenhar dentro da política educacional, existe, entretanto, alguns desafios para o exercício pleno da profissão dentro dessa política.

Conforma afirma Almeida:

“[...] dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser consolidada, não apenas em termos de valorização de sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em cursos, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas.” (ALMEIDA, 2005, p.25).

Assim como nos demais espaços sócio-ocupacionais, dentro do âmbito escolar o assistente social também atua conforme seu compromisso ético-político e código de ética, esse profissional pode observar as demandas, e de forma estratégica, articulada e prévia, pode oferecer as respostas necessárias para as problemáticas sociais, visando sempre a emancipação dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei nº 13.935/19 tem se mostrado um passo importante para a melhoria das condições de ensino no Brasil, ao garantir que assistentes sociais e psicólogos façam parte da equipe pedagógica nas escolas. A atuação desses profissionais tem contribuído significativamente para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, acolhedor e capaz de atender às necessidades emocionais e sociais dos alunos.

Entretanto, é necessário que a implementação da lei seja acompanhada de políticas de capacitação contínua para os profissionais, além de investimentos em infraestrutura e em estratégias de integração entre a escola e as políticas públicas. Apenas assim será possível garantir que todos os alunos, especialmente os mais vulneráveis, tenham a oportunidade de concluir seus estudos com qualidade e dignidade.

A Lei nº 13.935/19 fortalece o papel do/a assistente social nas escolas, promovendo uma maior integração entre as políticas sociais e educacionais. A presença desses profissionais é crucial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e para a promoção do bem-estar dos estudantes para todos.

A atuação profissional do assistente social volta-se não apenas para as causas educacionais, mais sim no desenvolvimento do processo de construção social, possibilitando que os sujeitos possam fazer a leitura crítica da realidade, fazendo com que possa executar uma nova direção política e cultural e rompendo com as amarras da submissão e alienação.

Por fim, faz-se necessário destacar que o profissional do serviço social, desempenha uma contribuição primordial dentro do âmbito escolar, uma vez que envolve família e comunidade visando o desenvolvimento integral dos educandos, desse modo viabilizando o alcance dos direitos da população. Contudo, é necessário que a legislação seja efetivamente implementada em todas as esferas da educação pública, garantindo o suporte necessário tanto para os profissionais quanto para as famílias e alunos, no intuito de assegurar o direito à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. “**O Serviço Social na educação**”. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, ano 3, n.6, p. 19-24, jul. 2000.

BRASIL. **Projeto de Lei** BRASIL. **Projeto de Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário da Câmara dos Deputados: Poder Legislativo, 11 de dezembro de 2019. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.935-2019?OpenDocument. Acesso em: 10 de março de 2025.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2012.

FERREIRA, L. et al. A presença do assistente social nas escolas: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Serviço Social*, v. 34, n. 2, 2021.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Revista Serviço Social & Realidade, Franca, V. 8 N. 1, 1999.

MACHADO, R. Assistente social e educação: um estudo sobre a atuação nas escolas públicas. *Revista de Educação e Serviço Social*, v. 40, n. 1, 2020.



A INTERFACE DO SERVIÇO SOCIAL E A META DE COMUNICAÇÃO EFETIVA NO ÂMBITO DA SAÚDE

SAMILLE GARDÊNIA DA ROCHA PEREIRA¹
LORAINÉ MARIA DA ROCHA CAVALCANTE²
JOANA D'ARC SILVA LIMA³

INTRODUÇÃO

Desde a legitimação da carta constitucional de 1988, a saúde pública brasileira tornou-se um direito universal a toda população brasileira (Brasil, 1990). Desta forma, nos anos posteriores, observou-se uma reorientação do modelo assistencial, centrado nos determinantes e condicionantes da saúde. Assim, a saúde brasileira direciona-se na concepção ampliada de saúde preconizada pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Nesse sentido, a comunicação é compreendida como um fator determinante e condicionante de saúde. Segundo Fermino e Carvalho (2007), entende-se a comunicação como prática social resultante da interação entre sujeitos, expressa por vários modos, seja por meio verbal e não verbal, com o propósito de compartilhar informações.

¹ Residente de Cuidados Intensivos HU-UFPI (2024-2026). Especialista em Atenção à Saúde do Adulto e do Idoso pelo HU-UFMA (2024). Pós-graduada em Projetos Sociais e Políticas Públicas pela Faculdade Venda Nova do Imigrante-FAVENI (2020). Graduação em Serviço Social UFPI (2018).

² Residente de Cuidados Intensivos HU-UFPI (2024-2026). Graduação em Serviço Social UFPI (2024).

³ Mestranda no Programa de Políticas Públicas-UFPI. Especialização em Curso de Especialização em Preceptoría Multiprofissional na Área da Saúde Pública (2022-2023). Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Saúde e Assistência Social (2009-2012). Graduação em Serviço Social UFPI (2008).

No âmbito da saúde, a comunicação qualifica o trabalho em saúde (Merhy, 1997). Para Merhy (1997) as tecnologias leves são entendidas como as relações desenvolvidas no âmbito da saúde, em sequência as leves-dura são os específicos conhecimentos em saúde que permitem, por exemplo, as especialidades médicas. Por fim, as tecnologias duras são os equipamentos como máquinas, as normas e a estrutura organizacional. Desse modo, observa-se que a relação da comunicação no âmbito da saúde qualifica-se como um tipo de tecnologia de caráter leve.

Nessa perspectiva, o Serviço Social se insere na área da saúde utilizando tecnologias leves, traduzindo-se no acolhimento ao usuário, na escuta qualificada, nos processos de articulação intersetorial e de gestão da saúde, entre outras frentes. Contudo, é necessário não estigmatizar o trabalho por envolver o uso de determinadas tecnologias, menos ou mais complexas. Observa-se que o uso de tecnologias leves, como as utilizadas no exercício profissional do Assistente Social conduz o usuário ao acesso às informações e logo a defesa dos direitos sociais.

Em seu cotidiano profissional, o/a Assistente Social tem como instrumento básico de trabalho, o conhecimento e a linguagem (Iamamoto, 2009, p. 97). Neste sentido, tem como instrumento de trabalho a produção do conhecimento acerca da realidade social e a linguagem, caracterizando-se por ser um profissional que lida com as reflexões do cotidiano e ao mesmo tempo viabiliza o acesso às informações aos usuários, visto que a informação, encontra-se relacionada ao processo de emancipação dos sujeitos sociais.

O direito à comunicação está relacionado ao contexto do crescimento do neoconservadorismo e aos ataques do capital no campo da formação e do trabalho profissional no país (CFESS, 2024). Desta forma, o presente estudo tem sua gênese nas discussões proposta pela disciplina de Comunicação e Práticas Emancipatórias em Saúde, na Residência Multiprofissional em Cuidados Intensivos, no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI), baseado em reflexões coletivas sobre os impactos do processo de comunicação na saúde. Assim, este artigo tem como finalidade contribuir para a discussão da inerente relação do Serviço Social e da comunicação efetiva, este último previsto como meta internacional de segurança do paciente no âmbito da saúde.

Palavras-chave: Comunicação. Serviço Social. Saúde.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com base central de investigação no método dialético, compreendendo que o objeto analisado deve ser apreendido em sua essência e totalidade, inserido no cotidiano de trabalho, no âmbito hospitalar, permeado por contradições. Desse modo, torna-se necessário refletir criticamente sobre a sua historicidade. Segundo Minayo (2002, p.10), “a pesquisa qualitativa oferece subsídios para a busca de respostas a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Para o desenvolvimento dessa discussão o artigo utilizou a revisão bibliográfica, a partir de artigos pesquisados nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde- LILACS, Scientific Electronic Library Online- SCIELO e a Comunidade Acadêmica Federada - CAFE. Também se realizou análise documental, por meio das legislações oficiais no âmbito da saúde, subsidiando o estudo da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho profissional do/a Assistente Social tem seu valor de uso e de troca na sociedade, pois está inserido na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2009). Assim, o/a assistente social atua com diversas políticas públicas, incluindo o campo da saúde, onde busca compreender e intervir nas relações sociais que permeiam os usuários.

Nos serviços de saúde, a inserção dos assistentes sociais no conjunto dos processos de trabalho destinados a produzir serviços para a população relaciona-se com o conjunto das necessidades sociais, que se estabelecem a partir das condições sócio-históricas sob as quais a saúde pública se desenvolveu no Brasil (Costa, 2009). Nesse sentido, o desenvolvimento da saúde pública requereu a necessidade de aprofundar processos que convergissem ao alcance dos princípios constitucionais da saúde e do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Compreende-se que a oferta de serviço de saúde com qualidade, exige a inclusão de novas requisições. Nesta perspectiva, tem-se como exemplo o desenvolvimento de ações e/ou processos de desenvolvimento das metas de Segurança do Paciente, que tem como finalidade ofertar uma assistência segura e

eficaz aos usuários do sistema de saúde. No Brasil, a Segurança do Paciente apresenta-se de forma mais explícita somente no século XX, com a publicações de alguns estudos, seguindo uma tendência internacional (Nascimento e Draganov, 2015). Contudo, somente no ano de 2004, a Organização Mundial de Saúde - OMS, instituiu a Aliança Mundial para a Segurança do Paciente e, anos após, foi renomeada como Segurança do Paciente.

Com isso, a OMS estabeleceu 06 metas internacionais para a Segurança do Paciente, são estas: 1- Identificação do paciente; 2- Comunicação efetiva; 3- Uso seguro de medicamentos de alta vigilância; 4- Cirurgia segura; 5- Prevenção do risco de infecções; 6- Prevenção do risco de queda. Contudo, se houver uma análise pormenorizada, a comunicação efetiva transversaliza todas as outras cinco metas e instrumentaliza a operacionalização destas.

À luz desta compreensão, destaca-se a meta dois como foco de reflexão do presente estudo. Entende-se que esta meta tem o sentido de nortear o planejamento de ações para melhorar a comunicação entre os profissionais da saúde, estabelecendo uma comunicação efetiva e completa, sem ambiguidade e compreendida pelo usuário do serviço de saúde e seus familiares.

Observa-se uma tendência nas unidades de saúde, o desenvolvimento de estratégias concernente a meta de comunicação efetiva, com vistas a garantia da qualidade dos serviços de saúde aos usuários, almejando uma assistência isenta de danos. Em 2013, o Ministério da Saúde instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), por meio da Portaria Ministério da Saúde nº 529 de 2013, tendo como foco principal à qualificação do cuidado à saúde em todas as instituições de saúde brasileira, de natureza pública ou privada (Brasil, 2013).

No contexto do PNSP, o setor público de saúde impulsiona a meta de comunicação efetiva, devido à sua transversalidade do cuidado. Para além, numa perspectiva de garantia de direitos dos usuários do SUS, o desenvolvimento de ações da referida meta ocorre numa conjuntura de tensões do contexto social, econômico e cultural oriundas da doutrina neoliberal, que impacta significante sobre a qualidade dos serviços saúde na sua integralidade. Assim questões como a precarização dos postos de trabalho, falta de recursos materiais, cortes de recursos financeiros, escassez de capacitação continuada dos profissionais, dentre outras, implicam de sobremaneira as relações que engloba o usuário, as famílias, os profissionais e os gestores.

Nesse sentido, o processo de comunicação em saúde é requisitado como um pilar fundamental nos processos de trabalho no âmbito deste setor. Santos et al (2011) salienta que os empecilhos na comunicação, como ruídos, falta de clareza nas informações e diferenças socioculturais entre profissionais e usuários, podem comprometer a qualidade do cuidado em saúde.

No exercício profissional do/a Assistente Social, também perpassa por empecilhos e desafios no que envolve a comunicação, principalmente entre as equipes multiprofissionais, os usuários e os familiares. Considera-se que esses desafios são aprofundados a partir da precarização das condições sociais, educacionais e econômicas. O/a assistente social trabalha diretamente com os sujeitos sociais que estão inseridos em um contexto social de negação de direitos e falta de suporte social que deem conta de suas demandas sociais, principalmente, no que tange ao precário acesso aos serviços públicos e a informação enquanto um direito social.

No entanto, torna-se necessário que não somente o/a assistente social, mas como outras categorias profissionais, adaptem a forma de comunicação, para que seja ofertado um serviço de saúde com qualidade. De acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, destaca-se dois princípios que convergem em direção a meta de comunicação efetiva, são eles a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.

Compreende-se que por meio desses princípios norteadores, o compromisso do/a Assistente Social com a comunicação efetiva, que se estende para além do setor saúde, a fim de promover acesso aos direitos sociais. Em conformidade, o Código de Ética também aponta nos deveres do/a assistente social nas suas relações com os usuários, democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.

Ainda sobre essa relação do Serviço Social com a comunicação efetiva, destaca-se também as orientações prestadas no documento intitulado “Parâmetros para a Atuação de Assistente Sociais na Política de Saúde”, de 2010. Neste documento, há o conceito de ações socioeducativas (ou educação em saúde) dentro da práxis do Serviço Social, considerando que “consistem em orientações reflexivas

e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática” (Cfess, 2010). Desta forma, observa-se uma relação intrínseca do Serviço Social com a comunicação efetiva no âmbito da saúde, construída e respaldada por meio dos documentos legais da profissão.

CONCLUSÃO

Depreende-se que este trabalho discute brevemente a interface do Serviço Social com a meta internacional de comunicação efetiva na saúde, contida dentro do PNSP preconizado pelo Ministério da Saúde. A comunicação é compreendida como um direito social inalienável, contudo, também sofre impactos ocasionados pelo neoliberalismo. Pode-se apontar que a comunicação sofre influência de fatores econômicos, sociais e culturais e a necessidade de que os profissionais da saúde estejam comprometidos no cotidiano do trabalho com uma comunicação íntegra, livre de ruídos e falhas, em consonância com as diretrizes da meta de comunicação efetiva prevista pela OMS. Compreende-se que a comunicação é um instrumento de trabalho do/a assistente social, e que no âmbito da saúde, a partir das metas de Segurança do Paciente, tem-se um leque de possibilidades para o desenvolvimento de ações numa perspectiva de defesa dos direitos dos usuários. Desse modo, no setor da saúde, o assistente social assume o compromisso de planejar, executar e avaliar ações que possibilitem acesso às informações do público que atendemos, compreendendo o contexto social o qual estão inseridos, a fim de viabilizar o acesso aos direitos sociais dos usuários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013**. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Brasília, 2013.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 10a ed. Brasília, 2012.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 81 p., 2010.

CORIOLOANO-MARINUS, M. W. DE L. et al. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1356–1369, out. 2014.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos(as) Assistentes Sociais. **Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-15, 2000.

FERMINO, T. Z.; CARVALHO, E. C. A comunicação terapêutica com pacientes em transplante de medula óssea: perfil do comportamento verbal e efeito de estratégia educativa. **Cogitare Enfermagem**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 287-289, 2007

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 17. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

MEHRY, E.E.; CHAKKOUR, M.; STÉFANO, E.; STÉFANO M.E.; SANTOS, C.M.; RODRÍGUEZ, R.A. Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em saúde: a informação e o dia a dia de um serviço, interrogando e gerindo trabalho em saúde. In: MERHY, E.E.; ONOCKO, R. (Orgs.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. São Paulo: Hucitec, 1997. p.113-50.

NASCIMENTO, J. C.; DRAGANOV, P. B. **History of quality of patient safety**. História da enfermagem Rev. eletrônica [Internet], v. 6, n. 2, p. 299-309, 2015. Disponível em: https://here.abennacional.org.br/here/seguranca_do_paciente.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.



A PREDOMINÂNCIA DE DISCENTES DO GÊNERO FEMININO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFPI

ISABELLE SANTOS DE SOUSA¹
KAMILLY DUARTE SOUSA²

INTRODUÇÃO

Durante sua trajetória a profissão de Serviço Social tem sido eminentemente feminina. A busca pelo Serviço Social por parte de pessoas do gênero feminino tem suas raízes nas formas de implantação da profissão no Brasil, aspecto que é diretamente relacionado às suas protoformas, e no contexto do Piauí essa característica não é diferente.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a predominância de discentes do gênero feminino no curso de Bacharelado em Serviço Social, especificamente na Universidade Federal do Piauí, apresentando uma análise parcial de discentes e egressos que fizeram parte do curso desde a graduação da primeira turma no ano de 1981 a 2017, em conjunto com uma observação sobre a faixa etária dos discentes, e ainda buscando explicar por que tal realidade.

Palavras-chave: Gênero; serviço social; discentes.

¹ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: isabellesantos.ufpi@gmail.com

² Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: kamillyduarte1968@gmail.com

METODOLOGIA

De acordo com Severino (2017) a pesquisa bibliográfica é feita a partir de registros disponíveis, resultados de pesquisas em documentos, livros etc., em que se utilizam esses dados como fonte dos temas a serem pesquisados.

A partir dessa concepção, o presente resumo foi produzido por meio de uma pesquisa bibliográfica quantitativa, baseada em livros que abordam aspectos ligados à temática. Dessa forma a pesquisa foi fundamentada em dados e informações que contribuem e são de extrema relevância para o tema aqui exposto, esses extraídos de obras como: Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. (Joazeiro, 2020); Trajetória de vida, trajetória acadêmica: alunos egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. (Guimarães, 1995) e o Sistema Integrado de Gestão Atividades Acadêmicas (SIGAA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Serviço Social tem três características profundamente enraizadas em suas origens: a) está intrinsecamente associado ao pensamento religioso (seja católico ou protestante); b) nasceu no seio da burguesia; c) nasceu como profissão e carreira para mulheres (Lima *et al* 2005). Os valores e práticas dessa profissão, que se originou como “feminina”, derivam em parte dessa característica. A grande procura pelo Serviço Social entre as mulheres decorre da origem e inserção dessa ocupação no Brasil (Guimarães, 1995).

Suas protoformas são buscadas na filantropia, bondade, ajuda e humanismo cristão das senhoras e moças da sociedade diante dos problemas e necessidades dos pobres e marginalizados (Guimarães, 1995). A seriedade e a modéstia do serviço com o próximo são incutidas nas mulheres como se fossem atributos de feminilidade. Assim, o Serviço Social tornou-se uma profissão para mulheres justamente por exigir por profissionais dóceis, sensíveis, serviçais e altruístas. As mulheres que constroem a subjetividade feminina a partir desses atributos encontram sua “vocação” nessas ocupações porque essas funções remetem aos valores que lhes foram ensinadas ao longo da vida (Bourdieu, 1999). É nessa concepção que as primeiras assistentes sociais formadas no Brasil são colocadas.

Todavia, é importante destacar que essa visão não se desenvolve naturalmente, mas possui determinações diretamente relacionadas à questão cultural, fundadas em uma cultura de subordinação das mulheres, com nítidos interesses de classe na sociedade capitalista, corroborando a naturalização de papéis conservadores e preconceituosos em relação ao gênero feminino, que segue até a contemporaneidade na própria sociedade e no âmbito profissional do Serviço Social (Cisne, 2004).

No e-book Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, condições de trabalho e exercício profissional, publicado em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) aponta a quantidade de profissionais de Serviço Social que participaram do recadastramento no período de 2016 a 2019 e se identificam com o gênero feminino corresponde a um total de 41.083 ou 92,92%, enquanto apenas 3.083 destes ou 6,97% se identificam com o sexo masculino, ou outras expressões de Gênero³. No Piauí esse total corresponde a 472 ou 92,00% profissionais que se identificam com o gênero feminino.

Nesse sentido, esses dados reforçam que historicamente a profissão tem sido eminentemente determinada por uma ocupação feminina, no curso de Serviço Social na UFPI, essa realidade não é diferente. O curso de Serviço Social na UFPI foi criado em 1976 pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02/1976, sendo reconhecido pela Portaria do Ministério da Educação nº 313 em julho de 1983, estando inserido no Centro de Ciências Humanas e Letras (Joazeiro, 2020). Segundo Guimarães (1995), das 40 pessoas que ingressaram na primeira turma de Serviço Social pelo tradicional vestibular, apenas 14 o concluíram, todas mulheres, isso evidencia o percurso histórico da formação profissional e o caráter de gênero que permeia a trajetória do Serviço Social.

Diante disso, de acordo com os dados do sistema de admissão da UFPI sobre os registros históricos dos egressos do Bacharelado em Serviço Social da UFPI, consta que o número de egressos de 1981 a 2017 foi de 1.171, dos quais 1.134 eram o gênero feminino e 37 alunos eram do gênero masculino, o que representa 96,84%

³ Apesar da predominância de mulheres cisgênero na profissão, o Conselho Federal de Serviço Social (2022) aponta que apenas 0,10% dos profissionais se identificaram com "outras expressões de gênero", incluindo transexuais masculinos, transexuais femininos e travestis. Esse número, embora reconheça a diversidade de gênero na categoria, permanece subestimado, possivelmente devido às limitações da metodologia da pesquisa, que não contempla plenamente a complexidade das identidades de gênero ou pode desencorajar a autodeclaração. Isso evidencia a necessidade de instrumentos mais inclusivos e sensíveis na coleta de dados para representar com mais precisão a realidade desses profissionais.

do total de alunos sendo do gênero feminino e 3,16% do gênero masculino (Joazeiro, 2020).

Assim, uma análise que vale ressaltar, é a idade dos alunos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí que se formaram entre 1981 e 2017 (1171 alunos no total) no qual apresenta que a idade de ingresso no curso era geralmente entre 16 e 25 anos, o que representou 1021 alunos ingressando no curso de Serviço Social e formou 87,19% do total de alunos da série histórica analisada. É de realçar que 165 alunos deste curso, ou seja, 14,09%, que ingressaram no curso de serviço social tinham entre 16 e 17 anos, ou seja, ainda na adolescência (Joazeiro, 2020).

Por fim, a predominância de entradas dos discentes do gênero feminino no curso de Serviço Social na UFPI é uma realidade que ainda prevalece, visto que de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) atualmente estão matriculados 204 discentes, sendo 187 do gênero feminino e apenas 17 do gênero masculino.

A partir dos dados apresentados podemos ainda fazer uma análise comparativa da quantidade de discentes ativos com a primeira turma de graduados no curso de Serviço Social na UFPI, isto corresponde a um total de 187 discentes ativos do gênero feminino, no período de 2025.1 e um total de 14 alunas que concluíram o curso no ano de 1981.

Evidenciando que mesmo passado 40 anos desde a graduação da primeira turma a predominância de discentes do gênero feminino prevaleceu, percorrendo toda a trajetória do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações mencionadas anteriormente, verifica-se que a construção histórica e social do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI) é marcada pela predominância do gênero feminino no curso de Serviço Social ao longo das décadas, reforçando as características originais dessa profissão, que desde suas origens está profundamente ligada a questões de gênero.

A formação e a carreira de assistentes sociais no Brasil, especialmente na UFPI, refletem um percurso em que as mulheres ocuparam e continuam ocupando a maior parte das vagas, evidenciando um fenômeno de gênero que não apenas se perpetua, mas também se naturaliza ao longo do tempo. Embora tenha havido

avanços em diversas áreas, como a expansão do número de profissionais formados e o acesso a diferentes faixas etárias, a profissão ainda carrega consigo marcas de uma estrutura histórica que moldou sua inserção no mercado de trabalho. A persistente maioria feminina no curso de Serviço Social da UFPI, mesmo após mais de 40 anos de sua criação, reafirma a continuidade das práticas e valores que, desde o início, associaram o trabalho social à feminilidade e aos papéis tradicionais atribuídos às mulheres na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. (trad. Maria Helena Kühner). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CISNE, Mirla. **SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO DE MULHERES PARA MULHERES?** uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. Recife, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. 2022. *E-book*.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Trajetória de vida, trajetória acadêmica**: alunos e egressos do Curso de Serviço Social da UFPI. Teresina, 1995.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Serviço social e a graduação na Universidade Federal do Piauí: das raízes ao devir. In JOAZEIRO, Edna Goulart, GOMES, Vera Batista (Org.) **Serviço social**: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 303-329.

LIMA, Rita de Lourdes. *et al.* **AS MULHERES E O SERVIÇO SOCIAL**: um caminho a ser investigado. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (p.1-9) 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

UFPI. **SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**. Universidade Federal do Piauí, 2025. Disponível em: <https://www.sigaa.ufpi.br>. Acesso em: 27 fev. 2025.



DEBATE RACIAL, MARXISMO E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: um olhar através dos núcleos de fundamentação

MARIA ISABEL SOARES BARROS¹
MARIA NIEGIA LOURENÇO DA SILVA²
SANDRIELY MARIA OLIVEIRA SILVA³

INTRODUÇÃO

O Serviço Social surgiu no Brasil na década de 1930, para atender às novas demandas geradas pelo sistema capitalista em sua fase monopolista. Assim, vinculada aos interesses do Estado e da classe dominante para gerir demandas resultantes da relação capital *versus* trabalho, do processo de industrialização e urbanização. Barros e Silva (2024), sinalizam como fator decisivo para a emergência da profissão, a própria reivindicação da classe trabalhadora que ao assumir,

Um posicionamento crítico sobre as condições impostas, ao se articular e mobilizar ideias, questionamentos, reivindicações em prol de melhores condições de trabalho e consequentemente também de vida. Esses movimentos passam a requererem uma nova articulação social, e diante dessa conjuntura social de transições inicia o desenvolvimento das primeiras políticas sociais no Brasil, exercidas pelo Estado (Barros e Silva, 2024, p.6).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Bacharel em Serviço Social (UEPB); e-mail: maria.isabel@aluni.uepb.edu.br.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Bacharel em Serviço Social (UEPB); e-mail: maria.niegia@aluno.uepb.edu.br.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Bacharel em Serviço Social (UEPB); e-mail: sandriely.silva@aluno.uepb.edu.br.

Com o passar dos anos, a profissão foi influenciada por distintas abordagens teóricas e metodológicas. A sua vinculação com o Marxismo é um marco para a profissão que acontece nas décadas de 1960 e 1970 com o movimento de Reconceituação, laicização da profissão e a inserção na universidade. Esse primeiro contato com o marxismo impulsionou as concepções críticas da realidade, assumindo o caráter anticapitalista e compromisso com a luta de classe. No entanto, mesmo com a perspectiva crítica marxista, o debate racial -reconhecemos também sobre questões de gênero, sexualidade, étnicas, entre outras- continuou sendo negligenciado e marginalizado na formação profissional, sendo por vezes entendido como dissociável à teoria marxista. Partindo da premissa que o racismo é estrutural e estruturante refletindo nas diversas dimensões das relações desenvolvidas no Brasil. Desse modo, a profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, apesar de possuir uma formação crítica, não se encontra blindada dos efeitos do racismo que a transpassa desde a sua gênese.

O materialismo histórico-dialético contribui para a compreensão do racismo como uma ferramenta histórica do capitalismo para a exploração da força de trabalho da população negra. No Brasil, a transição formal do sistema escravista (trabalho escravizado) para o sistema capitalista (trabalho livre) não foi suficiente para garantir a inclusão da população negra de maneira igualitária nas relações desenvolvidas na sociedade. Dessarte, o racismo analisado sobre um olhar marxista é parte das contradições do capitalismo que perpetua a desigualdade de classe, e como no Brasil classe majoritariamente informa raça, acarretando a desigualdade racial, expressando que as tensões entre as classes sociais no capitalismo não é algo abstrato, fora do teor de análise, mas uma “expressão de algo real, concreto” (Moreira, 2020, p. 46), que vem incidindo nas relações sociais em todas as possíveis dimensões.

A profissão atinge a sua maturidade na década de 1990, com a criação de importantes marcos legais, como por exemplo a Lei de Regulamentação da profissão (1993), o Código de Ética (1993), as Diretrizes Curriculares (1996), entre outras. Entre elas, destacamos as Diretrizes Curriculares (DC), pois ela representa a base nacional a ser seguida para a formação em Serviço Social em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas. Fruto de uma construção coletiva da profissão, as DC representam um avanço para formação que antes era regida por um Currículo Mínimo que apresentava lacunas e inconsistências.

Ao contextualizar essas informações, buscamos contribuir para uma reflexão crítica sobre a formação antirracista no Serviço Social no Brasil, abordando a questão racial como fator indispensável para compreender as demandas do cotidiano profissional, necessitando de um aprofundamento teórico na formação, de acordo com as DC. Assim, este estudo tem como objetivo discutir o papel do debate racial⁴ na formação em Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica marxista, enfatizando a necessidade de uma abordagem que integre as opressões de classe e de raça de acordo com os Núcleos de Fundamentação indicados nas DC.

Palavras- chave: Questão Racial, Marxismo, Formação, Serviço Social.

METODOLOGIA

Para conduzir a investigação, utilizamos como método de análise, o materialismo histórico-dialético, fazendo uso metodologicamente da abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. A construção dos componentes curriculares de cada IES deve ter como base fundante as DC instituídas em 1996, se apresentando como uma leitura atenta e crítica da realidade no seu movimento do real. As DC institui três Núcleos de Fundamentação que são um conjunto de conhecimentos indissociáveis.

São eles:

- 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- 2) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e
- 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Na caracterização apresentada de cada núcleo, timidamente é mencionado a questão racial apenas no núcleo 2, mas de acordo com as categorias da totalidade, historicidade e contradição do método marxista utilizado sinalizamos que a temática racial perpassa todos os núcleos, portanto passível de análise e de debate.

⁴ Por uma limitação metodológica de não darmos conta de abranger a vasta dimensão sobre as relações étnicas, iremos nos debruçar apenas à dimensão racial. Mas reconhecemos a mesma necessidade e importância de também ser incluída na formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação em Serviço Social tem incorporado ainda que de maneira limitada o debate racial nos seus componentes curriculares. Mas importante reconhecer os avanços importantes como a inserção de disciplinas/seminários/eventos/linhas de pesquisa/grupos de pesquisa que abordam a questão racial, produções que abordam a temática como tema principal e não apenas como tema acessório, a inclusão bibliográfica de autores negros marxistas, publicações das entidades reguladoras da profissão, entre outras.

No entanto, presos a concepções de que a luta antirracista é do plano identitário, culturalista, pós-moderno, acarreta uma lacuna na articulação entre classe e raça, impossibilitando a compreensão mais ampla do verdadeiro impacto que o racismo estrutural ocasiona na reprodução das desigualdades sociais e os benefícios que ele produz para o capitalismo. O grande desafio atualmente é garantir que a formação capacite os assistentes sociais para atuarem criticamente frente às opressões raciais e de classe, reconhecendo as especificidades históricas e estruturais da conjuntura brasileira frente ao racismo.

A resistência de ainda tornar a temática fundamental para a discussão das diversas disciplinas, já é uma realidade identificada e pontuada pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), mas além de ser sinalizada, deve ser enfrentada e, sobretudo, transformada. Os currículos devem ser aprimorados para garantir um ensino que fortaleça a compreensão crítica sobre as desigualdades raciais dentro da luta de classes. Pois,

A construção de um perfil profissional crítico, atento à realidade e as demandas do presente em cada conjuntura social [...] se é necessário estar atento/a aos acontecimentos da realidade; se o racismo é estruturante da “questão social” brasileira e se esta é a razão de ser do Serviço Social, entendemos que o estudo e apreensão de particularidades que perpassam a questão étnico-racial é pressuposto para concretização desse projeto de formação profissional que defendemos hegemonicamente (Moreira, 2020a, p. 88).

Os Núcleos de Fundamentos citados anteriormente, limita apenas ao núcleo 2 intitulado de “Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira” a discussão do debate racial. Mas refletindo o núcleo 1 intitulado de “Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social”, possui

condições de abordar a construção do ser social, ao reconhecer a população negra como base para a criação -o trabalho escravizado fomentou a riqueza herdada, pois a autocracia escravocrata torna-se a burguesia-, e o desenvolvimento -através da exploração da força de trabalho e da composição do exército industrial de reserva- da sociedade burguesa. Os grifos realizados, destacam como o debate racial está implicado nas discussões.

A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à **divisão social do trabalho**, à propriedade privada, à **divisão de classes e do saber**, em suas **relações de exploração e dominação**, em suas **formas de alienação e resistência**. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos **processos sociais**, em seu movimento contraditório e elementos de superação (Abepss, 1996, p.10, grifos próprios).

Ao núcleo 3, intitulado de “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional”, trata sobre as expressões da questão social que são a razão de ser da profissão, desse modo elas carregam traços dessas relações sociais e raciais desenvolvidas na sociedade, pois majoritariamente as pessoas em vulnerabilidade, usuárias dos serviços são as pessoas negras. Os grifos, também destacam como as discussões estão intrínsecas.

A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as **condições e relações sociais historicamente estabelecidas**, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e **usuários dos serviços prestados**; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (Abepss, 1996, p.12, grifos próprios).

A plataforma antirracista⁵, criada pela ABEPSS disponibiliza sugestões nas diversas áreas para direcionar ao debate sobre a questão Étnico-Racial na formação, são elas 1-Formação sócio-histórica brasileira; 2-Capitalismo e Questão Social/Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; 3-Economia Política; 4-Ética Profissional; 5-Política Social; 6-Movimentos Sociais; 7- Introdução ao Serviço Social; 8-Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social; 9-Estágio Supervisionado; 10-Processo de Trabalho e Serviço Social; 11-Outros; 12-Revistas Temáticas da área. Essa plataforma demonstra que o marxismo e a questão racial conseguem perpassar todas as temáticas, portanto são cruciais para a formação.

⁵ Disponível em: <https://abepss-3dots.webfans.com.br/sugestoesdemateriais-95>.

Desse modo, negligenciando o debate, além de contribuir para a “manutenção da ideologia dominante-racista [...] corremos um grande risco de reproduzir uma formação acrítica, a histórica e apartada das reais necessidades de vida da população usuária que, em sua grande maioria é negra” (Moreira, 2020, p. 88). Desse modo, indo em contrapartida ao próprio marxismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social, enquanto profissão que atua diretamente com populações em situação de vulnerabilidade, precisa se instrumentalizar teoricamente para compreender de que forma o racismo impacta a vida dos seus usuários e como deve combatê-lo de forma efetiva, não se tornando um reprodutor dele. Para isso, é fundamental que os assistentes sociais sejam formados a partir de uma perspectiva crítica que integre a luta de classes e a luta antirracista como elementos indissociáveis. Muito embora a profissão nos últimos anos tenha avançado consideravelmente em relação à incorporação da questão racial em seus debates, ainda se observa uma resistência substancial quanto à visão do uso da teoria marxista por alguns que atribui ao pós-moderno, luta identitária, culturalista.

O debate sobre a questão racial precisa ser fortalecido na formação, superando abordagens superficiais e promovendo uma compreensão integrada entre raça e classe. Para isso, é essencial avançar na inclusão de conteúdos sobre a formação social do Brasil, sobre as implicações do racismo estrutural para a atuação profissional, promovendo o ensino antirracista, só assim de fato pode-se garantir que a profissão assuma um verdadeiro compromisso ético-político com a luta de classes, anticapitalista.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais Para O Curso De Serviço Social**. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

BARROS, Maria Isabel Soares; SILVA, Maria Niegia Lourenço da. **Colonialismo, Racismo e Capitalismo: Heranças influenciadoras na construção do Serviço Social Brasileiro**. In: XXVIII Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Serviço Social, 2024, Fortaleza (CE), Anais eletrônicos. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/enpess-anais/edicoes/2024/apresentacao-oral?termo=Colonialismo%2C+racismo+>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. **Serviço Social e luta antirracista: contribuições das entidades da categoria no combate ao racismo**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2020a.



DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

ANA CRISTINA DOS ANJOS SANTOS¹
MANOELA REBECA DA SILVA DE SOUZA²

INTRODUÇÃO

Neste resumo debate-se sobre o lugar que a questão étnico-racial vem ocupando na formação profissional em Serviço Social destacando a necessidade de um olhar mais atento e aprofundado para esta temática pois a profissão foi negligente com a questão racial tendo enraizado na sua formação ao longo dos anos como objeto de estudo as desigualdades sociais pelo viés da questão de classes na sociedade capitalista trazendo a questão de gênero e raça apenas como expressões da questão social, muitas vezes como uma questão secundária, subordinada às questões de classe. sem receber merecido destaque da questão racial na profissão, tal fato acaba contribuindo para a naturalização do racismo institucional. Neste sentido este resumo tem como objetivo geral identificar os desafios e perspectivas que o debate étnico-racial encontra na formação profissional e com objetivos específicos de identificar as principais iniciativas da profissão para inclusão da questão étnico-racial, analisar e discutir os avanços da profissão quanto ao debate étnico-racial, concluiu-se que

¹ Ana Cristina dos Anjos Santos - Discente de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) /CAHL, Cachoeira-BA - anaanj@aluno.ufrb.edu.br.

² Manoela Rebeca da Silva de Souza - Discente de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) /CAHL, Cachoeira-BA – manurebecasouza6@aluno.ufrb.edu.br.

apesar dos avanços é fundamental expandir os estudos étnico-raciais e incorporá-los de maneira efetiva no currículo do curso de Serviço Social.

Palavras-chave: Étnico-racial. Serviço social. Antirracista.

METODOLOGIA

Este resumo utilizou uma abordagem qualitativa, para isto realizou-se revisão de literatura e análise de documentos produzidos e publicados pelas entidades representativas da categoria profissional.

O Serviço Social em sua gênese foi reprodutor acrítico do mito da democracia racial, ou seja, a profissão iniciou sem uma compreensão profunda sobre as desigualdades raciais estruturais presentes na sociedade brasileira, ao longo dos anos tem avançado na luta da formação antirracista, na compreensão do racismo estrutural e sua intrínseca relação com o sistema de exploração/dominação capitalista. Embora a teoria marxista tenha contribuído de forma significativa para a análise crítica das desigualdades sociais e da exploração do trabalho no capitalismo, ela, muitas vezes, não deu a devida atenção às questões étnico-raciais. Em uma leitura marxista tradicional, a luta de classes e a exploração econômica são centrais, mas a temática étnico racial e o racismo, enquanto uma construção histórica, social e política que estrutura as relações de poder, foi tratado apenas como uma consequência da exploração capitalista. Isso fez com que, na prática, a formação profissional no Serviço Social muitas vezes deixasse de lado os estudos e a atuação voltados para o enfrentamento do racismo estrutural, firmamos posicionamento de que a questão racial não se traduz em mera expressão da questão social, uma vez que é fundante da questão social, considerando as particularidades da realidade brasileira no que se refere a lei geral da acumulação capitalista. Alguns autores evidenciam que a questão étnico racial passou a ser vista pela categoria após a “virada” na história do Serviço Social, cujo marco emblemático é o III CBAS, conhecido como “Congresso da Virada” de 1979. Já o autor Ribeiro (2004) destaca que o VI CBAS é o principal marco de referência para esse debate no interior da profissão, tendo em vista que foi a partir desse momento que as Assistentes Sociais negras, que também atuavam no movimento negro e/ou de mulheres, começaram a se organizar para apresentarem teses sobre a temática no maior evento da categoria profissional. A luta antirracista

deve ser central no currículo dos cursos de Serviço Social, a reflexão sobre esse tema é essencial para a formação de assistentes sociais comprometidos com a promoção da igualdade e justiça social. Nesse sentido, ações afirmativas, projetos ético-políticos e a atuação das entidades acadêmico-profissionais do Serviço Social brasileiro são fundamentais na construção de uma visão mais inclusiva e antirracista na profissão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa realizada por Filho (2008) que busca identificar a compreensão de discentes e docentes sobre a questão étnico-racial no Serviço social, é possível notar que o conhecimento dos docentes e discentes sobre a história e cultura afro-brasileira é muitas vezes estereotipado e falta uma abordagem crítica sobre o tema, sendo assim evidencia-se a pertinência da introdução de disciplinas específicas acerca da história e da cultura afro-brasileira na formação profissional, o autor acaba por reforçar a necessidade e a importância de se desenvolver melhor o debate étnico-racial na matriz curricular do curso.

Em 1996 as Diretrizes Curriculares da ABEPSS apontam em seu conteúdo programático a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico-racial, porém o levantamento feito por Oliveira (2015) corrobora com a visão de outros autores que ainda assim relatam sobre a ausência das temáticas étnico-raciais pontuando que as disciplinas voltadas para essa temática são escassas, mesmo em instituições de ensino superior federais, evidenciando que em 17 disciplinas encontradas nos currículos institucionais, 08 fazem parte de um componente obrigatório e 09 são optativas. Dessa forma, ressalta a tamanha dificuldade da inclusão da temática étnico racial nos componentes curriculares das universidades, uma vez que a não inclusão acaba por prejudicar uma formação pluralista e crítica.

Apesar da população negra ser também a maioria usuária dos serviços em que atuamos, há uma parcela considerável de profissionais que, contraditoriamente, não entendem como é importante discutir essa temática e ainda não vê a discussão como uma prioridade. Isso pode ser evidenciado nos resultados parciais de uma pesquisa realizada pelo CRESS-SP, através do Comitê de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Um dado que merece reflexão é que 49% dos/as profissionais já presenciaram situações de preconceito/discriminação sofrido por usuários/as, porém,

61% alegaram que em seus espaços sócio-ocupacionais não há nenhuma atividade ou discussão com a população usuária sobre a questão étnico-racial. Além disso, 35% relataram também que não utilizam o quesito raça/cor nos instrumentos de atendimento, pois não se trata de algo importante e que a profissão ainda não viu essa necessidade. Isso evidencia o quão precisamos avançar no debate e na formação antirracista, a ausência dessa discussão contribui para uma falta de comprometimento com a abordagem antirracista e, conseqüentemente, a perpetuação do racismo institucional. Tal análise também contribui para apontar sugestões a Cursos de Serviço Social que ainda não tenham organizado seus currículos com o intuito de fomentar a inserção do debate étnico-racial como estruturante na compreensão da sociedade capitalista e suas desigualdades, a questão social é inserida nos currículos desde os primeiros semestres, enquanto a questão étnico-racial, por consequência do racismo estrutural, é apenas um recorte específicos em algumas matérias, e mesmo que trazida para o debate, é tratado como algo vago, específico para aqueles que se interessam, não um debate para todos. O resultado disso é a formação de profissionais de Serviço Social que, apesar de possuírem um currículo rico em conteúdo crítico e histórico, acabam sendo formados de maneira acrítica, não conseguindo aplicar a tradição crítica da profissão de maneira efetiva. Se limitando a reproduzir os ensinamentos dos antigos profissionais que contribuíram para essa tradição, sem uma verdadeira compreensão ou adaptação dessa visão ao contexto atual.

A formação antirracista se configura como uma necessidade urgente para o avanço da profissão e para uma atuação mais efetiva na promoção da justiça social. A ideia de que o Serviço Social Brasileiro vem avançando em relação ao debate étnico-racial, ainda que de forma gradual, é inegável, destacando que um dos principais fatores que contribuem para o avanço da discussão étnico-racial na atualidade e sua expressiva incorporação pelas entidades profissionais, é o enegrecimento da categoria: cada vez mais temos observado o ingresso estudantes negros/as, indígenas e quilombolas nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social – e aqui destacamos a importância das cotas raciais nesse processo, enquanto fruto da luta histórica do movimento negro, esta realidade também têm contribuído para o aumento de produções e pesquisas na área, chamando atenção ao fato de que essa discussão deve ser incorporada por todos/as os/as profissionais enquanto área investigativa e de conhecimento.

O serviço social brasileiro sendo constituído por diversas entidades acadêmico-profissionais, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) que desempenham um papel fundamental na luta antirracista. Essas organizações estão cada vez mais articuladas para ampliar o debate sobre as questões étnico-raciais, criando espaços de reflexão nos quais a profissão possa reconhecer os impactos do racismo e se posicionar ativamente nas lutas antirracistas. Sendo de extrema importância alguns marcos para essa discussão na profissão como a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, que ampliou significativamente a sistematização das produções acadêmicas da área, e de tendências do debate, o incentivo a novas produções, sinalizamos que a ENESSO historicamente tem contribuído com o debate e para a formação de jovens profissionais comprometidos/as com as lutas anti-opressões, assim também como a Campanha aprovada pelo CFESS (2017-2020) “Assistentes Sociais no combate ao racismo” com o intuito de construir uma formação antirracista para os assistentes sociais, desenvolver competências e habilidades para enfrentar o racismo, fortalecer o combate ao racismo na profissão que serviu de base para a criação do documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) 2018 “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”.

O Serviço Social brasileiro alinhado aos princípios do código de ética e do projeto de formação, tem como tema central da gestão da ABEPSS (2023-2024) a formação antirracista. Essa pauta se apresenta como uma reparação histórica ao povo negro e devido ao avanço dessa temática nos últimos anos. Vale destacar também que, desde a gestão de 2017-2018, a ABEPSS tem adotado a figura da SANKOFA, no documento "Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social" (2018). Ao usar essa metáfora, busca-se coerência com o percurso histórico do Serviço Social desde a Virada (1979), e com a práxis concreta que incorpora o antirracismo como um princípio central na Formação e no Trabalho Profissional, apontando para o futuro sem perder de vista seu legado.

A falta de visão mais ampla e integrada da realidade social gera uma formação que negligencia aspectos fundamentais da sociedade, como a questão étnico-racial. Sendo assim, esses profissionais, ao se depararem com a diversidade dos usuários

dos serviços sociais, sendo em sua maioria aqueles que mais vivenciam as violências étnico-racial, não sabem como atuar de forma eficaz e acabam reforçando práticas discriminatórias e excludentes. Além disso, é importante que essa capacitação não fique apenas para a graduação, mas ser um processo contínuo ao longo da carreira, que é essencial para compreender e atender de forma efetiva os diferentes públicos atendidos pelas políticas sociais.

CONCLUSÃO

O assistente social deve ter claro o seu compromisso com a luta antirracista, refletindo um entendimento profundo das dinâmicas sociais e das formas de exclusão e discriminação racial que marcam a sociedade brasileira. sendo assim mais pesquisas sobre a temática são necessárias para aprofundar a compreensão das possibilidades teóricas, metodológicas e práticas que podem ser construídas dentro da profissão de Serviço Social. Além disso, a questão étnico-racial deve ser pensada pela categoria profissional como mediação fundamental do exercício profissional. Assim, há a necessidade de que sejam realizadas pesquisas para identificar a percepção dos Assistentes Sociais com relação à questão étnico-racial no seu exercício profissional, a fim de identificar como os profissionais tem atuado tanto no enfrentamento ao racismo, quanto na construção de propostas institucionais que levem em considerações a cultura do povo negro, suas tradições, suas formas de organização política, contribuindo para a eliminação de toda a forma de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lorranny Noleto da Fonseca. A luta antirracista na formação profissional em Serviço Social no Brasil. 2022. 82f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2024.

MACHADO, B.A. A práxis antirracista no serviço social frente à seletividade socioterritorial e étnico-racial. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022.

Machado, L. M. D. O., Marques, F. C., & Santos, F. M. D. Questão étnico-racial: desafios e perspectivas à formação e trabalho profissional em Serviço Social.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERRUGEM, Daniela; ROSA, Cíntia Marques da (org.). Debates antirracistas: direitos humanos e políticas sociais [recurso eletrônico]. Porto Alegre: CirKula, 2022. p. 51-73.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e questão étnico-racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. *Sociedade em Debate*, v. 27, n. 1, p. 83-100, 2021.

Silva, S. R. V. da; Elpidio, M. H., Valdo, J. P., Fagundes, G., & Alves, L. D.. (2023). Contribuições de Clóvis Moura para o Serviço Social brasileiro: por uma formação antirracista. *Lutas Sociais*, 27(50), 145–160.

SOUZA, É. A., & MEDEIROS, M. S. S. Questão étnico-racial na formação profissional em serviço social. 2022.



ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: entre a formação profissional e a lógica institucional

LARA MELISSA TAVARES RIBEIRO¹
NAARÁ ALVES DE ABREU²

INTRODUÇÃO

O estágio obrigatório em Serviço Social é uma fase essencial da formação acadêmica, proporcionando aos estudantes a oportunidade de aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Essa experiência permite o desenvolvimento de habilidades técnicas e reflexivas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada das políticas sociais e da dinâmica institucional. No entanto, essa etapa também apresenta desafios, como a adequação das atividades às diretrizes formativas e a conciliação entre as demandas institucionais e os objetivos pedagógicos. Diante disso, o presente estudo busca refletir sobre a importância do estágio supervisionado e suas contribuições para a construção da identidade profissional dos futuros assistentes sociais, considerando formas de aprimorar essa vivência para que ela seja ainda mais enriquecedora.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Formação profissional; Precarização do trabalho; Projeto ético-político.

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: laramelissaufpi@gmail.com.

² Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: laramelissaufpi@gmail.com.

METODOLOGIA

Este estudo tem caráter teórico e baseia-se em revisão bibliográfica, utilizando obras de autores como Iamamoto (2007), Netto (1996) e Lewgoy (2013), além de documentos normativos, como a Lei nº 11.788/2008 e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. A pesquisa analisa os desafios e potencialidades do estágio supervisionado, buscando compreender como essa experiência pode contribuir para uma formação profissional sólida e alinhada aos princípios da profissão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio supervisionado constitui uma etapa fundamental na formação profissional dos discentes do curso de Serviço Social, pois possibilita a aproximação entre teoria e prática, favorecendo a compreensão crítica da realidade social e do papel do assistente social. Esse processo formativo permite que os estudantes desenvolvam habilidades técnicas e reflexivas, essenciais para a atuação na defesa dos direitos sociais, na formulação de políticas públicas e na intervenção junto às demandas da população usuária dos serviços. De acordo com Lewgoy (2013), a articulação entre a teoria e a prática no estágio supervisionado é essencial para a construção de uma formação crítica e qualificada.

No contexto do Serviço Social, o estágio supervisionado assume uma relevância ainda maior, visto que a profissão se orienta por um projeto ético-político comprometido com a transformação social e a defesa dos direitos. Assim, essa etapa formativa deve garantir a apropriação de competências teórico-metodológicas, permitindo ao futuro profissional desenvolver uma análise crítica sobre as expressões da questão social e sobre as instituições em que atuará. Iamamoto (2007) reforça essa perspectiva ao destacar que o estágio deve ser compreendido como um espaço de construção da identidade profissional, favorecendo a consolidação de práticas alinhadas aos princípios da profissão.

Contudo, a dinâmica em que o estágio está inserido reflete as transformações do mundo do trabalho sob a influência do modelo capitalista neoliberal, marcado por processos de precarização e flexibilização das relações laborais. Esse contexto impacta diretamente o campo de estágio, onde certas práticas institucionais

reproduzem esse modelo e criam barreiras no processo de ensino-aprendizagem. A forma como determinadas instituições organizam suas demandas pode levar os estagiários a desempenharem atividades que ampliam seu envolvimento prático, podendo, em alguns casos, ultrapassar as diretrizes formativas estabelecidas na Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008), que prevê a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas e a formação acadêmica do estudante.

No contexto do estágio supervisionado, é importante considerar que, ainda que de forma não intencional, os próprios assistentes sociais, enquanto supervisores de campo, podem reproduzir a lógica da mercantilização do estágio. Isso ocorre, por exemplo, quando a sobrecarga institucional os leva a delegar tarefas operacionais aos estagiários em detrimento da reflexão crítica e do processo formativo. Como aponta Barroco (2011), o estágio não deve se limitar à execução de demandas institucionais, mas favorecer a construção de uma análise crítica sobre as expressões da questão social e os desafios da profissão.

No Serviço Social, a reflexão sobre esse fenômeno deve ser ainda mais aprofundada, considerando que a profissão tem, historicamente, enfrentado desafios para afirmar sua autonomia teórica e política em um contexto de crescente mercantilização dos serviços públicos e sociais. Desde sua regulamentação em 1993, a profissão tem se comprometido com a efetivação dos direitos sociais, e esse compromisso se reflete também no campo de estágio, onde é necessário atentar para a maneira como, em certos contextos, o estágio pode ser influenciado por dinâmicas institucionais que desviam o foco de sua função social. Nesse contexto, autores como Netto (1996) destacam que o Serviço Social se consolidou dentro das contradições do capitalismo, o que exige um posicionamento crítico para evitar a incorporação de práticas que fortaleçam a lógica mercadológica.

Assim, o estágio supervisionado em Serviço Social deve ser compreendido como um processo formativo que vai além da mera reprodução de práticas institucionais, sendo essencial para o desenvolvimento de competências analíticas e técnicas. Sua estruturação deve privilegiar a formação crítica dos futuros assistentes sociais, garantindo-lhes uma compreensão aprofundada da profissão e de seu objeto de intervenção: os usuários. Conforme destaca o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ, 2010), o estágio deve ser uma oportunidade de aprendizado, e não uma prática de subordinação ao trabalho. Dessa forma, o estágio não deve se limitar à

execução de serviços administrativos, mas possibilitar uma visão crítica sobre as expressões da questão social e os desafios do cotidiano profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio obrigatório em Serviço Social desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, permitindo a integração entre teoria e prática e favorecendo o desenvolvimento de uma atuação profissional qualificada. Apesar dos desafios, como a necessidade de equilíbrio entre as demandas institucionais e os objetivos formativos, essa experiência continua sendo um momento enriquecedor para a construção da identidade profissional. Para que essa etapa formativa seja ainda mais proveitosa, é importante fortalecer o diálogo entre as instituições de ensino e os campos de estágio, promovendo um ambiente propício ao aprendizado. Dessa forma, é possível garantir que os estudantes tenham uma vivência que contribua para sua qualificação profissional e para a efetivação dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Serviço Social: Fundamentos, Formação e Prática Profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: Mediações entre formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1996.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS/RJ. **Orientações para Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2010.



FORTALECENDO VÍNCULOS E DIREITOS: relato de experiência do primeiro encontro no CRAS SUL I em Teresina

AGNES DA COSTA LIMA¹
ANA MARIA CUNHA IÊDON²
VANESSA BEZERRA DA CUNHA³
WELMA MARIA PEREIRA RODRIGUES⁴

INTRODUÇÃO

O presente estudo relata a experiência do primeiro encontro do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Sul I, localizado em Teresina-PI. Este encontro é o resultado de uma parceria do Projeto de Extensão “Diálogos com o SUAS” que tem como objetivo, fortalecer o trabalho social com famílias no PAIF a partir da ampliação da compreensão da população sobre os direitos socioassistenciais providos pela rede da Política de Assistência Social, além de propiciar o aprendizado e reflexões sobre o PAIF entre os estudantes participantes, os usuários e a equipe técnica do CRAS. O acervo teórico fundamentou-se na obra de Teixeira (2017), que discute acerca do

¹ Discente do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS. E-mail: agnes.lima@ufpi.edu.br.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí; Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: anaiedon@ufpi.edu.br.

³ Psicóloga de referência do CRAS Sul I, no município de Teresina-PI. E-mail: vanessabezerrapsi@outlook.com.

⁴ Assistente Social de referência do CRAS Sul I, no município de Teresina-PI. E-mail: welma_maria@hotmail.com.

trabalho social emancipatório com famílias, com foco na promoção da autonomia e do protagonismo dos usuários atendidos, buscando superar práticas assistencialistas.

Palavras- chave: PAIF. CRAS. trabalho social com famílias. vulnerabilidade social.

METODOLOGIA

A construção do trabalho seguiu uma metodologia de análise qualitativa, que se utilizou do materialismo histórico-dialético para compreender a realidade dos fenômenos vivenciados na experiência extensionista. Segundo Prodanov (2013, p.144), a ação de ler “requer atenção, empenho, interpretação, compreensão e postura crítica”. Por isto, não se realizou apenas a observação em campo, mas foi realizado um estudo bibliográfico a partir de Teixeira (2017), sobre o Trabalho Social com Famílias (TSF). De tal modo, a participação direta nas atividades, bem como a análise das discussões geradas durante as rodas de conversa, permitiu a compreensão mais aprofundada dos desafios e potencialidades do PAIF.

Neste processo, se faz importante compreender que os trabalhadores atuantes nas políticas sociais, são chamados de “trabalhadores em serviço”, pois o seu trabalho não produz nenhum material físico, mas sim atividades nos mais variados campos, como educação, saúde e assistência social (Teixeira, 2017). Por este motivo, o grupo buscou atuar em conjunto com as assistentes sociais, a psicóloga, uma profissional representante da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), bem como da professora e a responsável pelo projeto de extensão Di com o SUAS, Teresa Cristina e demais estudantes da graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Piauí.

O TSF é um trabalho que se materializa no contexto da política social com as famílias.

Ao remeter a procedimentos, processos, ações planejadas, pensadas, articuladas e visando a um fim, portanto a um processo de trabalho no contexto da política social, aproximamo-nos da discussão de trabalho das análises marxistas, da racionalidade, intencionalidade, do conhecimento necessário, do processo de planejamento, organização e execução (Teixeira, 2017, p. 35).

O trabalho social com famílias não ocorre de qualquer forma, ele pressupõe um conjunto de ações, técnicas e procedimentos essenciais para a execução do processo

de trabalho na perspectiva das políticas públicas, que leve aos usuários a materialização da política social. Conforme o exposto, foi realizada uma estrutura sequencial do projeto, que iniciou com Montagem institucional e metodológica das atividades a serem realizadas, seguidas de um estudo preliminar do território, do público e das expressões da questão social ali presentes.

Desta forma, foi observado que as famílias em sua grande maioria são monoparentais, informais e reconstituídas. São famílias majoritariamente formadas por mulheres pardas e negras, cuja renda principal provém do programa de transferência de renda do governo federal, Bolsa Família. Como forma de complementação da renda, realizam atividades informais com serviços domésticos, de capinagem, cuidadores de crianças e idosos, captação de materiais recicláveis, entre outros.

A partir do levantamento do perfil dos(as) usuários(as) atendidos(as) e compreendido a demanda territorial, foi realizada uma reunião de planejamento para o primeiro encontro do CRAS SUL I. Que resultou na atividade exposta a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro encontro do PAIF foi realizado em 03 de dezembro de 2024, no Centro Esportivo Unificado Sul (CEU Sul), local onde o CRAS Sul I está situado. Contou com a participação de sete representantes de famílias, além da equipe técnica composta por assistentes sociais e uma psicóloga. Durante a dinâmica inicial, foi possível identificar as percepções dos participantes sobre o CRAS e os serviços oferecidos. Muitos participantes demonstraram desconhecimento sobre o PAIF, associando o CRAS à concessão de benefícios eventuais, como o Auxílio Financeiro. Esse desconhecimento corrobora a crítica de Teixeira (2017), que aponta a visão restrita do CRAS como um simples distribuidor de benefícios, o que limita a atuação do serviço e impede o fortalecimento da cidadania e dos direitos dos usuários. A dinâmica permitiu evidenciar a necessidade de um trabalho mais eficaz na orientação dos usuários sobre os reais objetivos e a abrangência do PAIF.

Após a dinâmica, foi realizada uma roda de conversa para discutir o papel do CRAS e os serviços oferecidos pelo PAIF. Durante as discussões, os participantes compartilharam suas experiências, destacando aspectos positivos, como o acolhimento recebido, mas também os desafios que enfrentam no acesso aos

serviços. Os relatos demonstraram que, embora o CRAS seja visto como um local de apoio, ainda há lacunas significativas nas expectativas dos usuários, principalmente relacionadas à continuidade e profundidade dos serviços oferecidos.

Os desafios mais frequentemente mencionados pelos participantes foram: o déficit de profissionais e a sobrecarga da equipe técnica, o que impede a oferta de um atendimento de qualidade e contínuo; a falta de cursos profissionalizantes na região, dificultando a inserção das famílias no mercado de trabalho; e a alta demanda por serviços socioassistenciais, o que gera dificuldades no acompanhamento individualizado e eficaz de todas as famílias. A falta de cursos profissionalizantes, em particular, foi vista como um fator crucial que agrava a vulnerabilidade social, especialmente no que se refere à autonomia financeira das famílias. Essa constatação reforça as reflexões de Teixeira (2017), que defende que o trabalho social com famílias não deve ser apenas emergencial, mas também estrutural, proporcionando meios para a emancipação social das famílias, com foco no acesso a serviços que lhes permitam uma condição de vida digna e a redução da sobrecarga nos cuidados e provimento dos seus membros.

Apesar dos desafios mencionados, os participantes também reconheceram várias potencialidades nos serviços do PAIF. Destacaram a presença do psicólogo na equipe técnica, o que fortalece a abordagem socioassistencial e proporciona uma intervenção mais ampla e eficaz. Além disso, a possibilidade de construir soluções coletivas para as demandas da comunidade foi considerada uma oportunidade significativa, por meio da formação de grupos e ações comunitárias. A promoção do protagonismo social das famílias também foi apontada como um aspecto positivo, com o incentivo à discussão sobre direitos e à participação ativa nas decisões que afetam a realidade local. Foi enfatizado que a atuação do psicólogo não se limita à psicoterapia individual, mas envolve um trabalho socioeducativo, que fortalece os laços familiares e comunitários, auxiliando na construção de redes de apoio social.

Ao final da atividade, os participantes sugeriram que os próximos encontros abordassem temas como “Saúde Mental e sua Relação com a Comunidade”, com foco no acesso às políticas públicas voltadas para a saúde mental e as práticas de cuidado na comunidade. Também foi sugerido que fosse realizado um mapeamento das atividades culturais e de lazer disponíveis no território, com o objetivo de fortalecer as redes de apoio social e promover a integração da comunidade. Essas sugestões

refletem uma busca por ampliar o alcance dos serviços, tornando-os mais próximos das necessidades reais das famílias atendidas.

A avaliação do encontro foi realizada por meio da metodologia “Que bom! Que pena! Que tal!”, uma ferramenta de feedback que permitiu que os participantes expressassem suas opiniões sobre a atividade. No item “Que bom”, os participantes avaliaram positivamente o encontro, destacando a satisfação com a experiência e o caráter enriquecedor da atividade. No item “Que pena”, não foram identificados pontos negativos, o que sugere uma aceitação e engajamento positivo por parte dos participantes. No item “Que tal”, houve um grande interesse em ampliar a participação comunitária nos próximos encontros, com um desejo claro de envolver mais pessoas nas discussões e atividades do CRAS.

Como destaca Teixeira (2017), o trabalho social com famílias deve ser estruturado a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, buscando garantir que as famílias não sejam apenas assistidas, mas protagonistas de suas próprias trajetórias, com acesso pleno aos direitos sociais.

Esse retorno das famílias, destaca a importância de manter espaços de diálogo sobre direitos, necessidades sociais, promovendo um senso de pertencimento e engajamento nas ações realizadas pelo PAIF e reflete a necessidade de fortalecer ainda mais o vínculo entre os profissionais e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro encontro do PAIF no CRAS Sul I evidenciou a importância do planejamento estratégico das ações coletivas no âmbito da assistência social. O encontro permitiu não apenas a identificação do perfil das famílias atendidas, suas vulnerabilidades e principais demandas, mas também fortaleceu a articulação entre os profissionais do CRAS e a comunidade. A ampliação da equipe técnica e a oferta de cursos profissionalizantes são aspectos fundamentais para o aprimoramento contínuo dos serviços.

No entanto, as potencialidades identificadas durante o encontro demonstraram que o CRAS pode se consolidar como um espaço essencial para a promoção da cidadania e o fortalecimento da autonomia das famílias, desde que haja um esforço contínuo para superar práticas assistencialistas. Como destaca Teixeira (2017), o trabalho social com famílias deve ser estruturado a partir de uma perspectiva crítica e

emancipatória, buscando garantir que as famílias não sejam apenas assistidas, mas protagonistas de suas próprias trajetórias, com acesso pleno aos direitos sociais. É nesta perspectiva que o grupo permanece realizando suas atividades no CRAS Sul I, e destaca a participação cada vez maior dos usuários(as) nas rodas de conversa. Os resultados do projeto, embora iniciais, mostram o protagonismo dos usuários presentes no território.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: orientações técnicas para o trabalho social com famílias**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de (org.). **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013. *E-book* (276p.) ISBN: 978-85-7717-158-3. Disponível em: Metodologia do Trabalho Científico - 2ª Edição | Universidade Feevale . Acesso em: 23 fev. 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com família: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos**. Teresina: EDUFPI, 2017.



O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO

TÁTYLA GOMES DE CARVALHO¹
WÂNIA SULAMITA CAMPOS SILVA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, acerca do profissional de Serviço Social no cenário contemporâneo e suas implicações, analisa os fundamentos teóricos e a prática profissional na resolução das demandas da questão social.

São necessárias habilidades e competências no processo de trabalho, adquiridas ao longo do processo acadêmico e profissional para a efetivação das políticas públicas e na resolução das novas expressões da questão social que surgem e se modificam em decorrência das transformações e evoluções em virtude do sistema capitalista.

Faz-se necessário pontuar que o assistente social é pautado por leis, normas e regulamentações que consolidam seu fazer profissional, tendo como fator principal o Código de Ética, elemento central na orientação de seu trabalho. Nesse sentido, conforme Faleiros (2014), o compromisso ético cotidiano é essencial para que o profissional supere as formas de alienação impostas pelo contexto capitalista das instituições.

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Integrante do Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: tatytagomes2004.@gmail.com.

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Integrante do Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: waniasulamita06@gmail.com.

No entanto, é relevante mencionar que o processo de trabalho do profissional de Serviço Social está atrelado a desafios diários, como a precariedade de infraestrutura, a insuficiência de recursos para atender às grandes demandas da questão social e a desvalorização da categoria.

Palavras-chave: Exercício Profissional. Autonomia Relativa. Serviço Social.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em uma revisão bibliográfica sistemática. Para tanto, foram selecionados textos e artigos para auxiliar na compreensão da atuação do assistente social no cotidiano, enfatizando os desafios e dificuldades impostas nos espaços sócio-ocupacionais, evidenciando o assistente social como trabalhador assalariado.

Entre as fontes utilizadas, destacam-se as obras e estudos de Faleiros (2014), Lacerda (2014), Guerra (2017) e Iamamoto (2009), os quais contribuíram para a apreensão do processo de trabalho do assistente social, suas respostas frente à imediatividade e sua autonomia relativa.

A análise dedutiva partiu dos fundamentos teóricos para interpretar relatos e práticas, identificando tensões entre a fundamentação normativa e as respostas imediatas às demandas dos usuários, bem como os impactos das condições laborais na autonomia profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exercício profissional do assistente social é orientado e respaldado pelo Código de Ética, pelo projeto ético-político e por outros documentos que fundamentam sua atuação. Esses instrumentos proporcionam ao profissional uma base teórica e metodológica sólida para a intervenção nas diversas expressões da questão social. No entanto, é a partir das demandas e necessidades imediatas apresentadas no cotidiano que o assistente social adapta suas ações, atendendo prontamente às situações que surgem.

A imediatividade requer do assistente social não somente uma boa formação técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, mas também uma *expertise*

profissional e uso de suas habilidades e competências. Muitas vezes, as demandas chegam de forma imediata, fragmentada e variada. Dessa forma, cabe ao profissional, quando recebe uma demanda específica do usuário das políticas públicas, identificar suas nuances e subjetividades.

De acordo com Iamamoto (2009), ao receber uma demanda cotidiana, utilizando instrumentos padronizados, o assistente social pode agir de forma robótica e, ao encontrar semelhanças entre os casos, dar uma resposta perfunctória e automática, sem analisar e considerar as subjetividades de cada indivíduo. Para haver uma atuação eficaz, é essencial avaliar cada situação e os múltiplos fatores que a permeiam, evitando generalizações.

Em consonância, na perspectiva ontológico-crítica, o trabalho do assistente social se baseia em duas dimensões inseparáveis: a causalidade e a teleologia. Primeiro, o profissional examina a realidade concretamente, considerando, por exemplo, a influência econômica, para entender os problemas enfrentados. Em seguida, com base nessa análise, ele define metas e estratégias (teleologização) que serão implementadas mediante diversas ações práticas, como orientações, planejamentos e reuniões. O objetivo é assegurar direitos, promover autonomia e cidadania, mobilizando recursos e auxiliando o usuário a reconhecer e transformar sua realidade (Lacerda, 2014).

No entanto, é importante postular que o exercício profissional dos assistentes sociais possui amarras, sendo um trabalhador assalariado, tendo sua relativa autonomia como exemplo. Entretanto, o assistente social não está de mãos atadas e deve evitar uma postura fatalista, para isso o profissional deve utilizar seu conhecimento para lidar com as limitações impostas pelo capitalismo.

O processo de trabalho do assistente social é afetado tanto por seu contrato e formação quanto pelas condições sociais e relações estabelecidas pelo seu empregador, sendo o Estado, empresários ou organizações da sociedade civil. Essas relações afetam o direcionamento, as atribuições, os recursos e a qualidade do trabalho, além das exigências de produtividade e prazos.

Além de ter que lidar com critérios, procedimentos e prazos para avaliar as demandas dos usuários, o próprio profissional está sujeito ao controle, lidando com recursos, regulamentações e os impactos do serviço prestado. A execução do trabalho social depende de fatores como leis, orçamento e gestão, além das relações trabalhistas, seja sob regime da CLT ou do serviço público (Faleiros, 2014).

O assistente social, sujeita-se às condições impostas pelo seu empregador e essas circunstâncias afetam o seu processo de trabalho, como: a precarização do trabalho, jornadas exaustivas, alta rotatividade de profissionais, salários baixos, a falta de financiamento em políticas públicas, a falta de autonomia, infraestruturas precárias para sua operação, pressão institucional e prazos rígidos, desvalorização da categoria, dentre outros.

Por conseguinte, atuando na execução final das políticas públicas, que predispõe uma intervenção de caráter pontual e burocrático, o profissional também enfrenta dificuldades na delimitação das prioridades que determinam sua atuação, associadas à insuficiência de recursos, aos cortes orçamentários, à redução do papel do estado na implementação das políticas e a instabilidade nas diretrizes políticas. Dessa forma, a dimensão técnico-operativa tende a ficar reduzida ao cumprimento de normas, regulamentos, objetivos institucionais e papéis pré-estabelecidos, produzindo respostas padronizadas. No entanto, há espaço para mudança (Guerra, 2017).

Segundo Iamamoto (2009), para ampliar a autonomia profissional é necessário o apoio da categoria, para ser delimitado um perfil profissional claro que inclua valores, competências e prerrogativas legais. Esse respaldo, alinhado com a democratização da sociedade, ajuda a proteger o profissional contra a alienação do trabalho assalariado.

Dessa forma, a autonomia do assistente social depende das lutas coletivas por direitos e pelo controle democrático das políticas sociais. Nesse sentido, o profissional deve utilizar meios para enfrentar a burocracia para garantir que os serviços sociais atendam ao público, e não somente às exigências dos gestores. O assistente social lida com normas rígidas e processos burocráticos detalhados, o que pode gerar sofrimento no trabalho ao limitar sua criatividade. No entanto, a resistência a esse poder burocrático exige determinação, e a organização coletiva dos trabalhadores, como sindicatos e greves, é fundamental para sustentar essa luta (Faleiros, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o exercício profissional do assistente social é complexo, orientado por bases teóricas e normativas, mas profundamente influenciado pelas demandas imediatas e pelo contexto sociopolítico. A necessidade de equilibrar a fundamentação teórica com a resposta prática às necessidades dos usuários exige

do profissional não somente conhecimento técnico, mas também sensibilidade para lidar com a subjetividade de cada caso.

A relativa autonomia do assistente social é constantemente desafiada pelas estruturas burocráticas e pelas condições impostas pelo mercado de trabalho, seja no setor público ou privado. No entanto, essa autonomia não é inexistente, cabe ao profissional mobilizar estratégias para enfrentar as limitações impostas pelo sistema e evitar uma atuação mecanizada e alienada. A resistência a essas restrições deve ser coletiva, por meio da organização da categoria, da luta por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento das políticas sociais.

Portanto, o assistente social, ao reconhecer os desafios impostos pela burocracia e pelo controle institucional, deve atuar de forma crítica e estratégica, utilizando suas habilidades para garantir que os serviços prestados tenham um impacto real na vida dos usuários. A luta coletiva por direitos e pela efetivação das políticas públicas se apresenta como um caminho fundamental para a ampliação da autonomia profissional e para a efetivação dos princípios ético-políticos da profissão.

REFERÊNCIAS

FALEIROS, Vicente de Paula. **O serviço social no cotidiano: fios e desafios.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão**

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** Em:

Lacerda, LEP d. (2014). **Exercício profissional do assistente social: da imediatez às possibilidades históricas.** Serviço Social & Sociedade, (117), 22-44. <https://doi.org/10.1590/s0101-66282014000100003>

Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. [s.l.] CFESS E ABEPSS, Novembro de 2009.

técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.



O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS DE USUÁRIOS(AS) ONCOLÓGICOS(AS) EM CUIDADOS PALIATIVOS

LOURDES VITÓRIA DE MELO VELOSO SILVA¹
ELLAYNE KAROLINE BEZERRA DA SILVA²

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de um recorte da pesquisa que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “AO LADO DE QUEM CUIDA: O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS FAMÍLIAS DE USUÁRIOS(AS) EM CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS”, e buscou compreender como se desenvolve o trabalho da(o) Assistente Social junto às famílias de usuários(as) oncológicos(as) em cuidados paliativos.

Desta feita, a escolha do estudo em questão se justificou pela crescente demanda de ações interprofissionais no campo da saúde, especialmente na oncologia, em que os cuidados paliativos se configuram como uma abordagem essencial para assegurar a qualidade de vida dos(as) usuários(as) em cuidados paliativos e suas famílias. Nesse cenário, o Serviço Social ocupa um papel fundamental, considerando o seu compromisso com a garantia e viabilização de

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), ex-membro bolsista do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET Serviço Social), onde integrou o Grupo Temático 3 (GT 3): Serviço Social e a Questão Étnico-racial em Pauta.

² Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora e mestra em Políticas Públicas.

direitos e a humanização do atendimento para a melhora da qualidade de vida dessas famílias.

Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar como é desenvolvido o trabalho da(o) Assistente Social junto às famílias de usuários(as) em cuidados paliativos oncológicos. Especificamente, buscou-se compreender como se caracteriza o trabalho da(o) Assistente Social na saúde, no âmbito dos cuidados paliativos oncológicos; analisar a importância da atuação do Serviço Social no processo de cuidados paliativos oncológicos; e verificar o impacto da atuação do Serviço Social na qualidade de vida das famílias de usuários(as) oncológicos(as) em cuidados paliativos.

Palavras- chave: Serviço Social; Cuidados Paliativos; Famílias.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa caracterizou-se como bibliográfica de natureza qualitativa, em que, segundo Gil (2002, p.44), foi desenvolvida “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Esse tipo de pesquisa possibilita uma gama diversificada de referências para analisar a temática proposta. Utilizou-se referências teóricas sobre Serviço Social, cuidados paliativos e a Política de Saúde.

No que se refere à pesquisa qualitativa, esta, segundo Minayo (2002), tem o universo da produção humana como objeto de estudo, englobando um conjunto de fenômenos subjetivos da realidade social, tais como aspirações, crenças, valores e atitudes, que são partes essenciais da vida humana. A autora argumenta que a pesquisa qualitativa trata de um nível da realidade que não pode ser reduzido a números ou indicadores quantitativos.

Assim, para a realização do estudo, foram consultadas obras acadêmicas, artigos científicos e publicações especializadas no campo do Serviço Social, da saúde e dos cuidados paliativos oncológicos. Abordou-se autores que discutem acerca dos cuidados paliativos sob a ótica do Serviço Social, tais como: Andrade (2008, 2012, 2018); Bezerra e Moro (2023); Cavalcanti, Saturnino e Miranda (2019); Frossard *et al.* (2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade social contemporânea, embora caracterizada por avanços tecnológicos e transformações socioculturais, ainda enfrenta desafios crescentes no campo da saúde. Dentre eles, destaca-se o aumento expressivo de doenças crônicas e terminais, como o câncer, que exige intervenções específicas, entre as quais se incluem os cuidados paliativos. Esse panorama evidencia a necessidade de uma atuação interprofissional, em que o Serviço Social desempenha um papel essencial ao trabalhar com os aspectos sociais que influenciam não apenas a situação de saúde das pessoas com câncer, mas também de seus familiares.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) define os cuidados paliativos como uma abordagem que visa melhorar a qualidade de vida de usuários(as) e suas famílias diante de uma doença que ameace a vida, através de prevenção e do alívio do sofrimento da dor e de outros problemas físicos, psicológicos, sociais e espirituais. Nesse sentido, ao reconhecer a relevância de atender adequadamente todas essas dimensões das vidas dessas pessoas, a presença de uma equipe interprofissional, integrada pela(o) Assistente Social, torna-se imprescindível.

Nesse contexto, o Serviço Social com sua formação especializada, atua na mediação entre as demandas sociais que lhes são apresentadas e as políticas públicas. Nos cuidados paliativos oncológicos, exerce a função de compreender as particularidades de cada núcleo familiar, analisar a sua realidade social, identificar as suas vulnerabilidades e potencialidades e, assim, estruturar um plano de cuidado para articular recursos de forma a viabilizar o atendimento às suas necessidades, na promoção da superação ou redução dos problemas que afetam o(a) usuário e seus familiares. A(o) Assistente Social, ao atuar junto às famílias, visa fortalecer os vínculos familiares e promover o acesso aos serviços e direitos sociais que possibilitem uma vida mais digna durante essa fase.

Dessa forma, os resultados evidenciaram que o trabalho da(o) Assistente Social junto às famílias de usuários(as) oncológicos(as) em cuidados paliativos envolve o acolhimento e a escuta da família, os quais Andrade (2012) ressalta serem importantes para que seja possível conhecer e compreender a dinâmica daquela família, assim como suas possibilidades e limitações.

Outro aspecto que merece destaque é que o Serviço Social é essencial para realizar orientação sociofamiliar seja da dinâmica institucional, sobre as normas

institucionais, seja sobre os direitos das famílias e dos(as) usuários(as). Além disso, a categoria está inserida na articulação interprofissional, em que Batista (2012) entende que interprofissionalidade relaciona-se à ideia de trabalho em equipe de saúde, onde há troca de experiências e saberes entre os profissionais, com “a resolução de problemas e a negociação nos processos decisórios, a partir da construção de conhecimentos, de forma dialógica e com respeito às singularidades e diferenças dos diversos núcleos de saberes e práticas profissionais” (p. 25). Na interprofissionalidade o diálogo e respeito pelas particularidades e diferenças entre os saberes e atuações profissionais é importante.

Assim, a atuação da(do) Assistente Social no âmbito dos cuidados paliativos, é realizada, segundo Andrade *et. al* (2018, p. 757) “em conjunto com o (a) usuário (a), sua família e sua rede de suporte social, com a instituição na qual o serviço encontra-se organizado e com as diferentes áreas atuantes na equipe”. Dentro dessa perspectiva, o Serviço Social, segundo Bezerra e Moro (2023, p. 243), “a partir da articulação entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, possibilita a leitura e análise crítica da realidade vivenciada das pessoas com doenças ameaçadoras da vida, bem como seus familiares”.

Observou-se que o Serviço Social contribui para a humanização do atendimento, a garantia e viabilização de direitos sociais, bem como a democratização de informações acerca de benefícios e programas socioassistenciais, assim como a profissão contribui para a minimização do sofrimento das famílias diante do processo paliativo.

A(o) Assistente Social desenvolve ações que vão além da mera intervenção pontual, uma vez que seu trabalho se fundamenta no compromisso ético-político da profissão para com a população usuária, na busca incansável pela promoção de cidadania e dignidade dos(as) usuários(as), no fortalecimento dos vínculos familiares e das redes de apoio, na busca incansável pela garantia e melhoria da qualidade de vida desses sujeitos.

Comparando com a literatura estudada, percebe-se a relevância da atuação do Serviço Social na ampliação do acesso a políticas públicas e na promoção da qualidade de vida das famílias de usuários(as) oncológicos(as) em cuidados paliativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o objetivo geral, assim como os objetivos específicos do estudo, foi alcançados, uma vez que a pesquisa revelou que o trabalho do Serviço Social está intimamente ligado com as relações sociais e com o enfrentamento das desigualdades sociais que influenciam as famílias e que em um contexto hospitalar, essas desigualdades e os problemas familiares se adensam mais.

Além disso, a pesquisa evidenciou a posição estratégica que o Serviço Social assume no processo de cuidados paliativos oncológicos. A profissão é essencial para as famílias para a socialização do acesso a direitos sociais, aos benefícios e serviços sociais. É também a(o) Assistente Social importante para a articulação com a rede Intersetorial e Intersetorial, promovendo o acesso às políticas públicas.

O estudo tornou possível a compreensão do impacto positivo significativo do Serviço Social para a mitigação do sofrimento dessas famílias, ao fornecerem, por meio de um acompanhamento social, um suporte social a elas. Desse modo, esta pesquisa buscou contribuir para o fortalecimento do debate sobre a relevância desse campo para o Serviço Social, assim como a importância da profissão nesse campo. Isso reafirma o compromisso ético-político da profissão com a defesa intransigente dos direitos, da cidadania, da dignidade humana, da justiça social e da luta da categoria por práticas mais integrais e humanizadas às famílias e aos(as) usuários(as).

Apesar dos objetivos desta pesquisa terem sido atingidos, destaca-se, ainda a necessidade de aprofundar o estudo com o acréscimo de contribuições teóricas de autores(as), a possibilidade de estudar as experiências empíricas do cotidiano profissional de Assistentes Sociais, assim como as vivências de famílias e usuários(as) paliativos(as). Como isso, seria possível realizar uma análise mais aprofundada acerca do tema.

Dito isso, esta pesquisa buscou não somente ressaltar a importância do Serviço Social nos cuidados paliativos, mas também incentivar a continuidade de pesquisas acerca do tema, com o propósito de publicizar ainda mais a relevância da profissão, e com isso garantir que essa abordagem contemple mais famílias. Destarte, essas pesquisas possibilitarão o entendimento sobre a atuação do Serviço Social nos cuidados paliativos, seus desafios e potencialidades. Assim, será possível ampliar a visibilidade do papel da(o) Assistente Social nos cuidados paliativos na esfera

profissional, assim como no âmbito acadêmico, uma vez que incluir esse tema para o debate para formação de profissionais e a ampliação da produção de conhecimento na área é essencial.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Letícia *et al.*. O papel do assistente social em equipes de cuidados paliativos: visão geral. *In: Manual de residência em cuidados paliativos*. Barueri, São Paulo: Manole, 2018. p. 756 - 792.
- ANDRADE, Letícia. Papel do assistente social. *In: Manual de cuidados paliativos*, 2012. 2. ed. Disponível em: https://paliativo.org.br/biblioteca/09092013_Manual_de_cuidados_paliativos_ANCP.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.
- BATISTA, Nildo Alves. Educação interprofissional em saúde: concepções e práticas. *In: Cad FNEPAS*. vol. 2. Jan. 2012. p. 25 - 28.
- BEZERRA, Mariana Aguiar; MORO, Sirlei Dal. Dor social: contribuições do serviço social. *In: Manual de cuidados paliativos* / Maria Perez Soares D'Alessandro (ed.). *et al.*. 2. ed. São Paulo: Hospital Sírio-Libanês; Ministério da Saúde, 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 09-29.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Palliative Care. 2020. Internet. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/palliative-care>. Acesso em: 19 nov. 2024.



PAPEL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ATENÇÃO BÁSICA: experiências e contribuições em uma UBS

MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS¹

NYCOLLY HENKEL BEZERRA PONTES²

SÂMIA LUIZA COÊLHO DA SILVA³

IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER⁴

NAYRANA KELLY DE ARAUJO SILVA⁵

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma conquista da Reforma Sanitária brasileira, promovendo um modelo de atenção integral à saúde, com foco na promoção, prevenção e recuperação. O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) integra essa estratégia, capacitando profissionais para atuar de forma interdisciplinar, considerando os determinantes sociais da saúde. Nesse contexto, este estudo busca analisar a experiência do/a assistente social do Programa de Residência

¹ Assistente Social residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

² Assistente Social residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

³ Doutora e Mestra em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Gestão Social (FAR) e Especialista em Educação em Saúde para Preceptorias no SUS (FIOCRUZ). Assistente Social. Preceptora do Programa em Saúde da Família (UESPI).

⁴ Doutora e Mestra em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Administração Pública em Recursos Humanos (UFPI) e Especialista em Educação em Saúde para Preceptorias no SUS (FIOCRUZ). Assistente Social. Preceptora do Programa em Saúde da Família (UESPI). Professora UNIFSA. E-mail: izabelherika@gmail.com.

⁵ Especialista em Família e Políticas Públicas e Especialista em Saúde da Família e Comunidade. Assistente Social. Preceptora do Programa de Residência em Saúde da Família. E-mail: nayranaraujo@gmail.com.

Multiprofissional em Saúde da Família da Uespi na Atenção Básica em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), destacando suas contribuições e desafios na equipe multiprofissional.

Nesse sentido, a relevância deste estudo reside na necessidade de fortalecer a atuação do Serviço Social na Atenção Básica, garantindo o acesso da população a direitos e serviços, tendo como objetivo geral a compreensão do papel do/a assistente social residente em uma UBS, buscando descrever suas principais atividades desenvolvidas; compreendendo a interação deste com a equipe multiprofissional; além de refletir sobre os desafios e potencialidades dessa atuação.

Palavras- chave: Serviço Social; Atenção Básica; Saúde da Família; Residência Multiprofissional; Interdisciplinaridade.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, fundamentado na vivência profissional de uma assistente social em uma UBS. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando o método dialético para análise da prática profissional. Os dados foram coletados por meio de observação participante e anotações reflexivas (Gil, 2008), articulando a experiência com referenciais teóricos categóricos para aprofundamento da discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família desempenha um papel significativo na qualificação de profissionais e na melhoria da assistência à saúde, contribuindo para a atenção básica do município de Teresina. Nesse ínterim, o Serviço Social se destaca como uma área fundamental para a compreensão das expressões da questão social e suas implicações na saúde. Como afirmam Cavalcante e Albuquerque (2015, p. 2):

[...] pois se antecedeu a este na busca do enfoque familiar na sua intervenção, para contrapor-se à fragmentação da questão social. O Assistente Social é um dos profissionais que na sua formação tem acesso aos instrumentais teórico-metodológicos para atuação junto à família, ao grupo e à comunidade (CAVALCANTE; ALBURQUERQUE, 2015, p. 2).

As/os assistentes sociais desempenham papel importante ao trabalhar com e para indivíduos que carregam consigo, ao longo de suas jornadas pessoais, as complexas dimensões da questão social, que tanto são universais quanto particulares. Esta questão social, marcada por suas expressões históricas e contemporâneas, evidencia de forma contundente o aprofundamento das desigualdades sociais e o aumento da pobreza na sociedade brasileira inserida no contexto capitalista (Vasconcelos, 2001).

Considerando tal perspectiva, menciona-se que a inserção da assistente social residente na UBS exigiu constantemente a superação de desafios, especialmente no que tange ao reconhecimento de seu papel pela equipe multiprofissional. Contudo, a atuação junto aos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) – enfermeiros, médicos e técnicos de enfermagem – possibilitou um contato mais próximo com os usuários e a identificação dos determinantes sociais da saúde. Com base nessa análise, foram elaboradas estratégias de intervenção que incluíam desde orientações sobre direitos e serviços até o encaminhamento para programas e benefícios sociais.

Ademais, as ações socioeducativas foram centrais nesse processo, promovendo espaços de diálogo e reflexão crítica. De acordo com o CFESS (2011, p. 55):

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle deles. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas.

Nesse sentido, foram desenvolvidas oficinas com grupos de adolescentes, palestras em escolas e discussões em salas de espera, utilizando recursos audiovisuais, dinâmicas de grupo e materiais educativos para tornar as atividades mais acessíveis e interativas. O planejamento conjunto da equipe de residentes e a articulação com instituições externas, como escolas e demais espaços comunitários foram essenciais para a efetivação dessas ações.

Dentre os desafios enfrentados nesse processo, destacou-se ainda a complexidade do trabalho multiprofissional. A presença de diferentes categorias profissionais exige uma delimitação clara das atribuições de cada área, garantindo que o papel da assistente social residente não seja subestimado ou confundido com

outras funções. Nesse contexto, reafirmar a identidade profissional e respeitar os limites das demais especialidades tornam-se aspectos fundamentais para uma atuação eficaz.

Infere-se que a parceria entre a assistente social e a psicóloga da residência teve um papel central, especialmente em situações de violência doméstica e/ou sexual, bem como no atendimento a usuários com transtornos mentais. Esses casos exigiam não apenas o conhecimento técnico específico de cada profissional, mas também uma abordagem integrada, permitindo uma intervenção mais qualificada e resolutiva. Além disso, algumas visitas domiciliares demandaram a participação de mais de uma especialidade devido à complexidade das situações apresentadas. Em um dos casos, por exemplo, uma usuária possuía tanto demandas sociais quanto nutricionais, tornando necessária a articulação com a profissional de nutrição para um atendimento mais completo e adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da assistente social residente na Atenção Básica demonstrou a relevância de sua atuação para a efetivação dos direitos dos usuários e a promoção da saúde. O trabalho interdisciplinar fortaleceu a abordagem integral no cuidado, evidenciando a necessidade de estratégias flexíveis e integradas. No entanto, desafios como a delimitação de funções e a necessidade de maior reconhecimento da profissão na equipe de saúde seguem como pontos de reflexão para aprimorar essa atuação.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, A. H. ; ALBUQUERQUE, K. M. ; CANUTO, O. ; SOUZA, F. L. ; LIMA, N. A. . **O Serviço Social e a Atenção Primária**. Sanare (Sobral) , v. 3, p. 28-30, 2002.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. GRUPO DE TRABALHO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE BRASÍLIA, MARÇO DE 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, E. M. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental. In: **Revista**

Serviço Social & Sociedade: seguridade social e cidadania. Ano XXII; 65:5-5, 2001.



PERCURSOS ACADÊMICOS DOS(AS) DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPI DE 2012 A 2024

DANDARA LAVINNE DA SILVA COSTA¹
RENATA SCHYNAIDER ALVES DE SOUSA²
DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO³
MARIANA ROCHA MENEZES⁴
SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA⁵

INTRODUÇÃO

A trajetória do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) reflete as transformações da formação profissional no Brasil e as particularidades regionais, sendo marcada por diferentes propostas curriculares que acompanham mudanças sociais, políticas e acadêmicas. Desde sua criação em 1976, o curso passou por cinco reformulações curriculares significativas, resultando na versão vigente do Projeto Pedagógico aprovado em 2023. O presente estudo busca realizar

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” – PIBEX/UFPI. Discente Voluntária do Programa de Iniciação Científica – ICV/UFPI. Email: danlavinne05@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista em Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFPI 2024-2025. Membro do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. Email: renataschynaider@gmail.com;

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestranda do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI (PPGPP-UFPI); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil/CAPEs; E-mail: dafne@ufpi.edu.br;

⁴ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP) pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista CAPES. Email: marianarochamenezes@hotmail.com;

⁵ Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Coordenadora do Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” e da Pesquisa “História e Memória do Serviço Social no Piauí”. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Email: sofialaurentino@ufpi.edu.br

uma aproximação sobre o perfil dos(as) discentes do curso no período de 2012 a 2024, considerando tanto ingressantes quanto concludentes, bem como alguns os desafios enfrentados no percurso acadêmico.

A delimitação temporal do estudo se justifica pelo fato de esse período corresponder à vigência do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2012. Busca-se, assim, observar tendências relacionadas ao perfil discente, tempo de conclusão, cancelamentos, trancamentos e desistências, bem como a permanência e conclusão do curso em um contexto marcado por desafios estruturais e conjunturais, perpassando, por exemplo, a pandemia de COVID-19, cujos impactos no processo de formação ainda precisam ser mais bem estudados.

A literatura sobre a formação em Serviço Social aponta a importância da avaliação contínua dos projetos pedagógicos, especialmente no contexto das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A adoção da tradição marxista na formação profissional, consolidada a partir dos anos 1980, influenciou a organização curricular dos cursos no Brasil (Pereira, 2024). No entanto, a análise específica sobre a trajetória discente na UFPI ainda carece de estudos aprofundados, tornando esse trabalho relevante para subsidiar reflexões sobre o perfil dos(as) estudantes e as condições de formação na única universidade pública do Piauí a oferecer esse curso.

Diante disso, objetiva-se analisar o perfil dos(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI no período de 2012 a 2024, compreendendo ingressantes e concludentes. Para isso, busca-se identificar o número de ingressantes e concludentes no período estudado, os dados de permanência e evasão – considerando cancelamentos, trancamentos e desistências –, a relação entre tempo de conclusão e os fatores que impactam a trajetória acadêmica, além de discutir a questão de gênero no perfil dos(as) estudantes do curso, considerando as dinâmicas históricas e sociais da profissão.

O presente trabalho busca uma aproximação com o tema, uma vez que o acesso aos dados disponíveis é limitado a documentos institucionais mais gerais. Ao trazer um panorama geral sobre o perfil dos(as) estudantes do curso de Serviço Social da UFPI, espera-se trazer dados que auxiliem na formulação de estratégias acadêmicas e institucionais para reduzir a evasão, fortalecer a permanência e melhorar os índices de conclusão do curso, colaborando também com subsídios para as políticas de apoio estudantil.

METODOLOGIA

Esse estudo é fruto da pesquisa de iniciação científica "História e Memória do Serviço Social na UFPI: um olhar para o corpo docente e discente", que faz parte do projeto de pesquisa mais amplo "História e Memória do Serviço Social no Piauí", articulado ao Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí". A investigação foi feita através de dados secundários, com documentos institucionais da UFPI, como "Relatórios de Alunos por Tipo de Saída" e "Listas de Discentes Ingressantes", que apresenta informações sobre ingressantes e concludentes, no período de 2012 e 2024. O estudo se estrutura como uma análise crítica da formação em Serviço Social na UFPI, associando dados quantitativos extraídos dos documentos institucionais a uma interpretação qualitativa das condições de permanência e evasão.

Além da análise documental, foram considerados referenciais teóricos da área, com ênfase na formação profissional e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Os dados foram interpretados à luz desses referenciais, buscando compreender as dinâmicas estruturais e conjunturais que influenciam a trajetória discente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Curso de Serviço Social da UFPI, criado em 1976, é o único inserido em uma instituição pública no Piauí. Nesse contexto, evidencia-se a importância do curso ao longo dos anos, sendo necessário compreender suas mudanças e desafios, desde sua criação até o presente momento. Um dos primeiros pontos a se destacar são as mudanças curriculares que perpassaram o curso de 1976 até 2012, com quatro revisões curriculares, ocorrendo uma quinta, em 2023, que culminou no Projeto Pedagógico implantado a partir de 2024, mas que não é foco do referido estudo. Merece destaque o Projeto Pedagógico do Curso, aprovado em 2007 e atualizado em 2012, por ser um marco importante em relação aos currículos anteriores, ao direcionar a formação em Serviço Social da UFPI à proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Ao analisar o período de implantação do referido PPC, com ingressantes em 2012, à década seguinte, em 2022, o número varia entre 42 e 67, enquanto os dados sobre os(as) concludentes variam entre 0 (considerando que no período 2020.1 não

houve concluintes, por conta da pandemia da Covid-19) e 30 discentes, sendo estes formados em período regular ou irregular.

Percebe-se que a quantidade de concludentes não chega, em sua maioria, a 50% de ingressantes, sendo possível apontar um agravamento nos períodos 2019.1, 2020.1, 2020.2, 2021.2, 2022.2 e 2023.2, com 1, 0, 4, 3, 4 e 8 concludentes, respectivamente. Esse quantitativo pode se caracterizar como consequência dos impactos resultantes de anos pandêmicos, haja vista o cenário de calamidade pública e os impactos na educação, o que levou a dificuldades de prosseguir o ensino de forma remota em todo cenário nacional (Honorato; Borges, 2022).

Ainda, a questão de gênero impacta tanto o curso quanto a profissão, refletindo-se no perfil dos estudantes da UFPI. Desde a origem da profissão, com as "damas da caridade", essa influência persiste em uma sociedade patriarcal, onde o ideário liberal-burguês reforça a divisão de papéis: os homens são associados à liderança e decisões, enquanto as mulheres são direcionadas ao cuidado e à docilidade.

Nesse sentido, convencionou-se a existência de áreas profissionais para homens, sendo as exatas e biológicas, e para mulheres, de funções semelhantes às domésticas ou que, no geral, envolvem o âmbito do cuidado ou da caridade. Logo, as mulheres são designadas para a Enfermagem, Serviço Social, dentre outras, refletindo os estereótipos de gênero dentro da formação de assistentes sociais, que permeiam desde sua origem aos dias atuais (Sousa; Moura, 2013).

Os dados do Perfil das/os Assistentes Sociais no Brasil (2022) do CFESS mostram que isso não é uma questão exclusiva da UFPI, mas uma realidade nacional. Com 92,92% de mulheres, a profissão mantém uma predominância feminina histórica, refletida também no Piauí, onde 92% das/os profissionais são mulheres. Sobre isso, observa-se o rebatimento no curso de Serviço Social da UFPI, ao analisar os números de homens ingressantes no curso, de 2012 a 2022. Tem-se, nesse período, o mínimo de 1 ingressante e o máximo de 7 por ano, constituindo 42 no total, enquanto de mulheres variou entre 39 e 65, com 535 em sua totalidade, durante o mesmo momento histórico.

Ainda assim, os dados mostram que, além da baixa presença masculina no curso, a maioria dos homens matriculados (cerca de 54%) não conclui, sendo 23 que cancelaram e 8 ativos, mas sem previsão para concluir. Isso pode estar relacionado a fatores de gênero, já que a profissão é socialmente vista como "para mulheres".

Outrossim, as taxas de alunos que constam como ativos também devem ser levadas em consideração. Estes podem ser: ativos-formandos, definidos quando “o discente de graduação está matriculado nos componentes curriculares pendentes para integralização do currículo, ou seja, cursando os últimos componentes curriculares e se integralizá-los mudará para o *status* GRADUANDO” (UFPI, 2022); ou ativos-graduandos, onde “o discente de graduação integralizou todo o currículo do curso e aguarda regularização do ENADE⁶ para colação de grau”.

A partir disso, é visto como preocupante a taxa de alunos ativos desde 2013 no curso de Serviço Social, perfazendo um total de 85 discentes, no qual muitos se mantêm nesse *status*, ao não realizarem matrícula. Isso configura-se como evasão, pois tais dados também são contabilizados, já que não se matriculam para dar sequência ao curso (Filho *et.al.*, 2007). Esse quadro merece um olhar mais aprofundado, para compreender as motivações que o geram, para buscar estratégias de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada buscou uma aproximação com o perfil dos(as) discentes do curso de Serviço Social da UFPI entre 2012 e 2024. Os resultados apontaram um nível significativo de evasão e dificuldades de permanência, especialmente nos períodos pandêmicos e pós-pandêmicos, que podem ter relação com as adversidades enfrentadas pelos(as) estudantes, como dificuldades no ensino remoto, questões pessoais e problemas administrativos. Ademais, a baixa taxa de conclusão do curso, em relação ao número de ingressantes, revela a necessidade de um acompanhamento mais efetivo das condições de permanência, indicando possíveis fragilidades no suporte acadêmico e institucional.

No que tange à distribuição de gênero no curso, os dados corroboram a permanência de uma segregação profissional baseada em estereótipos históricos e sociais, evidenciada na baixa participação masculina na formação e na elevada taxa de desistência entre os homens. Tal realidade reforça a importância de um debate crítico sobre as influências de gênero na escolha e permanência profissional.

⁶ Exame Nacional de Desempenho (ENADE): é uma avaliação para medir o desempenho de estudantes de graduação e suas percepções acerca da formação, permitindo avaliar os cursos e as Instituições de Ensino Superior (IES) que os oferta.

Considerando os achados desta pesquisa, sugere-se o desenvolvimento de estudos futuros que explorem de maneira mais detalhada os fatores determinantes para a evasão no curso, incluindo uma pesquisa de campo com aplicação de questionário para aprofundar o perfil desses(as) estudantes. Além disso, recomenda-se investigações sobre a experiência dos(as) discentes no ensino remoto e suas consequências para a formação profissional.

Por fim, espera-se contribuir para reflexões acerca das condições de formação dos estudantes de Serviço Social da UFPI, auxiliando na construção de estratégias que favoreçam uma formação mais qualificada e equitativa, alinhada aos princípios das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e às demandas contemporâneas da profissão.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional. Brasília, DF: CFESS, 2022.

FILHO, Roberto Leal Silva *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

HONORATO, Gabriela de Souza; BORGES, Eduardo Henrique Narciso. Impactos da pandemia da Covid-19 para o ensino superior no Brasil e experiências docentes e discentes com o ensino remoto. **Revista Desigualdade & Diversidade**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 137-179, 2022.

Parecer sobre o relatório de avaliação discente e docente do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí, Teresina; 2025.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. A tradição marxista na formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. **Libertas**, v. 24, n. 1, p. 212-235, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/43626>. Acesso em: 10. fev. 2025.

SOUSA, Franciele Santana de; MOURA, Maria Aparecida Garcia. Uma discussão acerca da questão de gênero e o serviço social. In: **Anais... VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2022.

UFPI. Começam as inscrições para o Enade 2023. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/52118-comecam-as-inscricoes-para-o-enade-2023>. Acesso em: 20 fev. 2025.

UFPI. O Histórico Escolar. Disponível em: <https://ufpi.br/o-historico-escolar-sae#:~:text=ATIVO%3A%20indica%20que%20o%20discente,ou%20n%C3%A3o%20C%20para%20este%20discente>. Acesso em: 20 fev. 2025.

UFPI. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. **Relatório de Alunos pelo seu tipo de saída, seja ela temporária ou não.** 2025.

UFPI. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. **Lista de discentes que ingressaram em um determinado ano semestre.** 2025.



QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL QUILOMBOLA NA FORMAÇÃO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: um debate em aberto

MÁRCIA REGINA GALVÃO DE ALMEIDA¹
ELAINE FERREIRA DO NASCIMENTO²

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva discutir a questão étnico-racial e o enfrentamento do racismo na formação em Serviço Social, entendida como um campo profissional de construção de conhecimentos e, colocando, como pressuposto necessário dessa formação, a temática étnico-racial e quilombola que, por muito tempo, se fez ausente no seio da categoria profissional. O trabalho se justifica pela pouca atenção recebida, sobre a questão étnico-racial nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, seja pela ausência de disciplinas obrigatórias ou pela baixa produção acadêmica publicada nos diferentes meios de comunicação científica.

No Serviço Social, a formação profissional sempre esteve como pauta imprescindível de discussão e, a partir dos anos 2000, se consolida enquanto um espaço de pesquisa, onde os principais interesses dos estudos estão voltados para as Diretrizes Curriculares/1996, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, bem como seus processos de efetivação,

¹ Assistente Social, Mestra e Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP- UFPI. E-mail: galvaomarcia81@gmail.com

² Assistente Social. Doutora em Ciências - Saúde Pública -IFF/ FIOCRUZ/PI - Docente PPGPP-UFPI. Coordenadora adjunta da Fiocruz Piauí. E-mail: negraelaine@gmail.com.

atualização e defesa do projeto político pedagógico e do Código de Ética Profissional/93 da categoria no Brasil.

Nessa perspectiva, o Serviço Social tem a primazia de apreender as singularidades de determinado grupo populacional que no seu cotidiano vivencia, isto é, as desigualdades sociais sejam de gênero, raça/etnia e, por isso, encontra-se segregado e marginalizado nos diferentes espaços sociais, reproduzindo os ciclos de miséria e exclusão. Por outro lado, questiona-se a formação profissional que se reflete na intervenção de alguns profissionais que ainda carrega traços conservadores quanto à questão racial, já que estamos inseridos em um contexto social, onde o mito da democracia racial e o racismo, especialmente o institucional, ainda se reproduzem com formatos de velamento e perante novas nuances.

Para Martinelli (2000), ao falar sobre o *fetice da prática*, ressalta a forma como os assistentes sociais historicamente reproduziram uma prática alienada e alienante, demandando um agir rápido, fruto das pressões do capital que exigiam respostas imediatas para as demandas sociais que não paravam de surgir. Sendo assim, por um longo período, ocorreu uma prática voltada aos interesses da classe dominante, distanciada dos interesses da classe trabalhadora; rompendo com a possibilidade de reflexão crítica e uma intervenção emancipatória do indivíduo.

Isto posto, e, em cima do contexto brasileiro de uma sociedade estratificada, constituída sobre um modelo escravagista violento no qual a humanidade dos sujeitos negros sequer era reconhecida, se faz necessário refletir que não só a questão socioeconômica é fator e causa das desigualdades sociais, mas, essencialmente, a questão racial, sendo crucial retomar essa discussão contribuindo para o rompimento de uma intervenção alienada que invisibiliza tais fatos e, assim, possa estar atenta às especificidades dessas relações que atravessam o cotidiano dos sujeitos, pois, a partir de uma perspectiva antirracista, fundamentada em referenciais teóricos que tratam sobre o tema, é que o profissional poderá viabilizar os direitos da população usuária transcendendo a questão meramente econômica.

Logo, assumir o trabalho coletivo para contribuir com o avanço qualitativo para o debate étnico-racial na formação profissional, tem sido um desafio para a categoria profissional, tanto para superar a lacuna sobre a dita questão, como para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão (ELPIDIO; ROCHA, 2019). Este movimento reivindicatório, dentro e fora da academia, não se limita ao Serviço Social, nem a centralidade dessas reivindicações a esta área de conhecimento, pelo

contrário, elas se apresentam como questões de ordem macrossocial e estrutural da sociedade brasileira, em que, historicamente, intelectuais, pesquisadores, militantes e lideranças dos Movimentos Negros, vêm chamando à atenção, quebrando paradigmas de silenciamento, denunciando e apontando a direção.

Palavras-chave: Questão étnico-racial. Formação profissional. Serviço Social.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho é qualitativa e o método de pesquisa bibliográfica, com leitura crítica das obras citadas na problematização e, documental, por meio de consultas no *Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA* das Universidades Federais do Nordeste com relação à presença da questão étnico-racial nos componentes curriculares do curso de Serviço Social.

A técnica de análise dos dados foi a Análise de Conteúdo obtida por meio das literaturas que discutem a questão étnico-racial no Brasil e nas pesquisas, grade curricular, do curso de Serviço Social, em especial, das Universidades Federais do Nordeste.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, o histórico da questão social é marcado por um cenário de escravidão, desigualdade, concentração de poder e renda, pois este processo de exploração colonial e escravização dos povos originários, particularmente, da população negra racializada, sequestrada dos países da costa do continente africano; por quase 400 anos, findou na passagem de ordem do sistema escravista para o marco das ordens do capitalismo. Nesse contexto, para análise da questão étnico-racial no país, podemos dividir sua história em pelo menos duas fases, a primeira, marcada pela escravidão que se estende até 1888 (Moura, 1994) e, outra, que se inicia no pós-escravidão, também em 1888 e se prolonga até hoje, pela consolidação do sistema capitalista (Gonçalves, 2018).

A estrutura social escravocrata é intensamente marcada pela dicotomia entre duas classes sociais fundamentais da produção escravista, os senhores e pessoas escravizadas. Moura (1994) adverte:

Os antagonismos sociais, econômicos e éticos verificados nessa época, as convergências e divergências ideológicas e de comportamento que surgiram nessa sociedade são, fundamentalmente, decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social. (MOURA, 1994, p. 15).

O autor entende a realidade do sistema escravista a partir de suas contradições estruturais, sobretudo, por seguir a perspectiva marxista dialética de pensamento. Para Oliveira (2021), compreender as contradições estruturais ou os conflitos presentes nas relações raciais brasileiras parte do pressuposto da perspectiva da totalidade adotado por Clovis Moura: “os fenômenos sociais estão inseridos em uma totalidade social que se manifesta histórica e socialmente de forma concreta, tendo como base as contradições sociais” (Oliveira, 2021, p. 147). Nesse entendimento, compreende-se que “o racismo é uma realidade social objetiva que está diretamente vinculada a determinações históricas” (Oliveira, 2021, p. 152).

O escravismo, conseqüentemente, o racismo, foram as molas propulsoras para o modo de produção que se estabeleceu no Brasil, inseridas em uma economia internacional como colônia. Moura (1994, p. 17), afirma que, “a dinâmica básica do sistema escravista e de sua superação estrutural está nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção”.

Gonçalves (2018, p. 515), diz, houve “uma forte participação de escravizados(as) na luta antiescravista, levando ao colapso aquela ordem social”. Fugas, formação de quilombos e atos de resistência, se constituíram como bases para a extinção desse sistema e o modo de produção, juridicamente em 1888.

Portanto, o quilombo representou uma alternativa no combate à exploração e opressão escravista. À medida que o sistema escravocrata se fortalecia e se difundia no país, a resistência dos negros também crescia como sintoma de oposição básica, típica de sociedades escravocratas. De fato, foram muitas as manifestações de revoltas desencadeadas pelos negros e, “é o quilombo quem demarca a unidade básica e coletiva de resistência do povo negro” (Moura, 1987).

A partir da luta dos movimentos negros, com a efetivação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da CF/88 e das legislações (art. 215 e art. 216 da CF/88, Decreto 4.887/ 2003, Decreto 6.040/2007), a ressignificação do conceito de quilombo, permitiu a validação de uma nova identidade afirmativa cujos direitos estão intrinsecamente ligados à identidade quilombola. Mesmo assim, as comunidades quilombolas ofuscadas por muito tempo pela historiografia oficial dos

negros, isoladas e com atraso no reconhecimento dos seus direitos que foram negados, passou a reivindicar juridicamente a efetivação destes quanto à territorialidade, isto é, propriedade de terra, identidade étnico-racial e cidadania.

É nesse contexto que surge a importância da temática étnico-racial quilombola para o Serviço Social, porém, ainda é pouco discutida na profissão, pois, mesmo após o Código de Ética (CFESS, 93), que se propõe a não cooptar com nenhuma forma de preconceito, este debate tardou dentro da categoria. Soares (2020), assinala que:

O Serviço Social brasileiro, por sua vez, possui um projeto profissional que se construiu a partir da afirmação de um referencial teórico metodológico marxista e de uma direção ético-política comprometida com a luta da classe trabalhadora. Apesar de o código de ética do Serviço Social de 1993 reafirmar o combate a toda forma de opressão e discriminação e de as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), datadas de 1996, indicarem a incorporação de conteúdos sobre etnia e raça nos currículos, é notório que há uma lacuna no que tange ao estudo da questão étnico-racial brasileira na formação profissional em Serviço Social (Soares, 2020, p. 53).

Em pesquisa realizada, em 2023, no *Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas* - SIGAA das Universidades Federais da região Nordeste, por esta pesquisadora, a questão étnico-racial está como disciplina obrigatória apenas em dois cursos de graduação em Serviço Social das nove Instituições Federais. Somente as Universidades Federais da Bahia e do Maranhão (UFBA-UFMA) têm disciplinas com a questão étnico-racial como obrigatórias, 22,2% do total. As Universidades Federais do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba (UFPI, UFRN, UFP, UFPB) contam com disciplinas com a temática de forma optativa, sendo 44,4% das 09 universidades da região. As Universidades de Sergipe e Alagoas (UFSE, UFAL) não contam, nem com disciplinas obrigatórias e nem optativas, sobre tal tema em sua grade curricular, correspondendo a 22,2% das universidades. A Universidade Federal do Ceará (UFCE), não dispõe do curso de Serviço Social sendo ofertado na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Ademais, por mais que a profissão tenha avançado em várias áreas, a questão étnico-racial ainda é um tema com pouca visibilidade dentro dos cursos de graduação e de pós-graduação de Serviço Social.

CONCLUSÕES

No Brasil, o Serviço Social passou por diferentes períodos históricos que trouxeram mudanças no pensar e agir profissional. Incorporando uma reflexão marxista sobre a sociedade e a profissão, o Serviço Social se concentrou em entender e intervir na questão social, por meio de ações pautadas na ciência e nos direitos humanos e sociais. Todavia, é preciso romper com a subalternidade da questão étnico-racial dentro da categoria, sendo imprescindível compreender e discutir sobre os privilégios sociais que determinadas classes possuem.

Outro ponto crucial para a profissão é o debate, Serviço Social x questão étnico-racial, em um contexto de avanço do conservadorismo e desmonte de direitos sociais, pois assim se reafirma os compromissos éticos dos/as assistentes sociais provocando uma reflexão crítica da questão racial como fator estruturante das desigualdades sociais brasileira, assim como a classe.

Portanto, são evidentes os desafios postos diante da formação profissional possibilitando competências para um exercício profissional que atue nas respostas do Estado a uma questão social marcada de determinações étnico-raciais, sendo imprescindível a ampliação do debate étnico/racial quilombola no meio profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Caderno ABESS, nº 7, São Paulo, Cortez Editora, novembro 1997.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**. Brasília, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**. Brasília, 2007.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social/Lei 8.662/93**. CFESS, Brasília 2012.

ELPIDIO, M. H.; ROCHA, R. Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social. *Temporalis*, online, v. 18 n. 36, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060>. Acesso em: 15 out. 2021.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. R. *Katálisis* Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, Clóvis. **Dialética Racial do Brasil Negro**. São Paulo: Ed. Anita, 1994.

MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Denis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. São Paulo: Ed. Dandara, 2021.

SOARES, Maria. **Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o serviço social**. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 46, v 18, p. 52-57, 2020.

SIGAA, consultados:

www.sigaa.ufpi.br; - www.sigaa.ufpb.br; - www.sigaa.ufma.br; - www.sigaa.ufrn.br.
www.sigaa.ufpe.br; - www.sigaa.ufba.br; - www.sigaa.ufse.br; - www.sigaa.ufal.br.



(RE)CONSTRUINDO SABERES PARA OUVIR VOZES: educação permanente de assistentes sociais em um hospital psiquiátrico no Ceará

MATHEUS DA COSTA MOTA¹
TAHIANA MENESES ALVES²
BRUNA RAYANNE PINHEIRO BENTES³
ANA LARISSA DE BRITO BRAGA⁴

INTRODUÇÃO

Em 2024, realizamos o projeto de extensão universitária “Serviço Social, Saúde Mental e Sociedade: Escuta, Troca de Saberes e Educação Permanente no Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto (HSM)”, que envolveu uma professora e três estudantes de Serviço Social. O projeto foi dividido em três eixos: “Ouvindo vozes”, trabalho com os/as usuários/as do HSM em unidades de internação e usuários da unidade de desintoxicação; “Entre Famílias”, voltado para as/os familiares desses usuários; e, “(Re)Construindo Saberes”, que tinha como objetivo, articular a práxis de profissionais e estagiários de Serviço Social deste equipamento de saúde e possibilitar um momento de análises críticas do cotidiano e do fazer profissional (ALVES; BENTES; MOTA; BRAGA, 2024).

¹ Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: matheus.mota@aluno.uece.br

² Assistente social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: tahiana.meneses@uece.br

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará; E-mail: bruna.bentes@aluno.uece.br

⁴ Estudante de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: larissa.braga@aluno.uece.br

A partir dos dados obtidos no projeto de extensão, este trabalho se propõe a analisar o eixo “(Re)Construindo Saberes” em uma elaboração crítica do material coletado nos encontros e trocas com a equipe técnica (Assistentes Sociais e Estagiários/as de Serviço Social) do HSM.

O eixo “(Re)Construindo Saberes” tem como característica a troca de experiências entre a equipe de extensão e a equipe técnica do hospital, utilizando grupos de estudos, com textos e reflexões, para discutir diversas temáticas, como a história da loucura, práticas e reformas psiquiátricas, a relação entre capitalismo e saúde mental, racismo e sexismo na saúde mental, suicídio, política de saúde mental, drogas, e a atuação do Serviço Social na saúde mental.

Esses encontros geraram reflexões sobre o cotidiano profissional e proporcionaram um espaço para que os profissionais se atualizassem sobre teorias contemporâneas e discutissem desafios e condições de trabalho, seja através das experiências vivenciadas ou de relatos dos usuários nos equipamentos de saúde mental, como os da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e nas Comunidades Terapêuticas (CTs).

O grupo de estudos para além de um eixo do projeto, já estava no interesse das profissionais, pois estas relataram a ausência de tempo específico para desenvolver teoria e prática, mas, com a possibilidade de se reunir nos grupos aproveitaram, tanto para se atualizar das teorias contemporâneas, quanto para dialogarem sobre os desafios, alegrias, tristezas, irregularidades, ausências e demais outras condições de trabalho que se apresentam em suas rotinas de trabalho. Por isso, escolhemos este eixo do projeto de extensão para se debruçarmos neste trabalho, devido às possibilidades que a educação permanente possibilitou para a equipe técnica do HSM, desde a aproximação com a teoria, quanto a troca de saberes e vivências que foram coletivizadas nos encontros.

O objetivo central do estudo é analisar como a educação permanente é uma ferramenta essencial para a prática profissional, referenciada pelo Projeto Ético Político (PEP) da categoria. Também buscamos elaborar estratégias que fortaleçam a educação permanente no cotidiano profissional e avaliar como os grupos de estudo e outras formas coletivas podem facilitar a educação permanente, promovendo mudanças no trabalho por meio da união de prática e teoria.

Palavras- chave: Extensão Universitária; Educação Permanente; Serviço Social.

METODOLOGIA

Os dados analisados foram coletados durante os encontros realizados entre a equipe técnica e a equipe de extensão universitária, que se reuniam, de três em três semanas em média, de maio a dezembro de 2024, no horário de almoço. Os encontros, com duração média de uma hora e meia, aconteciam em uma sala cedida pelo setor administrativo do HSM. Facilitados por dois voluntários, os encontros começaram com uma apresentação resumida dos textos, seguida de discussão coletiva. A equipe de extensão foi responsável por registrar as reflexões e discussões, participando principalmente como ouvintes e provocadores de debates, com perguntas que se relacionavam com a prática profissional. Este trabalho utiliza os dados coletados por meio de observação dos participantes de nossos grupos de estudos, adotando uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica. A pesquisa é orientada pelo materialismo histórico-dialético, que orienta o projeto de extensão e fundamenta o trabalho dos Assistentes Sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizamos dez encontros facilitados por nossa equipe de extensionistas e profissionais do serviço social da instituição, promovendo reflexões sobre saúde mental, garantia de direitos e experiências na área. Os debates foram enriquecidos pelo compartilhamento de vivências e análises de textos acadêmicos. O primeiro encontro começou com a música “Sufoca da Vida”, da banda Harmonia Enlouquece, que trata do sofrimento mental, uso de medicamentos e isolamento. Em seguida, foram feitas as apresentações individuais dos participantes e discutimos os textos, “A loucura na história humana até o início do século XX” e o capítulo 2 do livro “Saúde mental e atenção psicossocial”, ambos de Eduardo Vasconcelos, onde debatemos sobre temas como crenças, preconceitos, uso de contenção e direitos humanos. O debate destacou a importância das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a organização dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), especialmente dos CAPS, para garantir um atendimento adequado e inclusivo aos usuários.

Já no segundo encontro, os textos discutidos foram “Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX” de Maria Clementina Cunha e o capítulo 2 de “Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em

questão” de Rachel Gouveia Passos. Discutimos sobre a relação entre loucura, gênero e raça, o debate com as assistentes sociais evidenciou como práticas manicomialis ainda persistem de forma reformulada nos espaços de tratamento. No encontro seguinte, discutimos o capítulo três do livro “Saúde Mental e Atenção Psicossocial” de Paulo Amarante. O texto caracteriza o tratamento de saúde mental no passado, mas, que ainda persistem atualmente, onde apresenta a superlotação dos “manicômios”, como questão em destaque por Amarante (2007). Em visitas ao HSM, observamos a criação de leitos “extras” para atender todos/as os/as pacientes, refletindo a continuidade dessa problemática.

No quarto encontro, discutimos os textos “A Reforma Psiquiátrica no SUS e a Luta por uma Sociedade Sem Manicômios” de Paulo Amarante e Mônica Nunes, e o capítulo 4 do livro “Na Mira do Fuzil: A Saúde Mental das Mulheres Negras em Questão” de Rachel Gouveia Passos. Amarante e Nunes (2018) destacam que a Reforma Psiquiátrica no Brasil começou a ser impulsionada na década de 1980 por profissionais insatisfeitos com as condições nos manicômios. O capítulo de Gouveia (2023) examina a violência estatal, especialmente policial, contra populações periféricas e negras. Destacamos que o HSM atende, predominantemente, pessoas negras, muitas delas de áreas periféricas afetadas pela violência policial e disputas por facções criminais. A falta de suporte adequado da RAPS, agravada pelo desmonte das políticas sociais, resulta em frequentes retornos de internações, dificultando a manutenção do tratamento contínuo e antimanicomial, gerando a chamada “porta giratória”⁵.

No grupo de estudos a seguir, analisamos textos sobre os impactos do capitalismo na saúde mental, “Capitalismo e Saúde Mental” de Rosiane da Costa e Alessandra Ximenes da Silva e “Capitalismo, Pandemia e Saúde Mental: um Diálogo com Iain Ferguson” de Alessandra Ximenes da Silva e Tereza Costa. Discutimos como a falta de acesso a recursos básicos, como água, eletricidade e alimentação, gera estresse, ansiedade e depressão, além dos efeitos das crises econômicas, que aumentam o desemprego e os casos de suicídio entre trabalhadores. Também abordamos o agravamento desses problemas durante a pandemia de Covid-19, que intensificou a pobreza, a exploração e a violência. O debate destacou a precarização

⁵ Termo utilizado pelas profissionais para caracterizar as/os pacientes que passam constantemente por altas, mas que logo retornam ao HSM cotidianamente, por isso a utilização do termo “porta giratória” como fenômeno de sucessivas internações.

do trabalho no Serviço Social, especialmente o desemprego inesperado e a falta de direitos, já que muitos assistentes sociais atuam em cooperativas. Apesar dos desafios, destacamos aspectos positivos da profissão, como o acolhimento e o encaminhamento eficaz de casos.

No sexto grupo de estudos, discutimos os textos “Holocausto ou Navio Negreiro: Inquietações para a Reforma Psiquiátrica Brasileira” de Rachel Gouveia e o capítulo 6 de “Bem-viver: Saúde Mental Indígena”, organizado por Michelle Kadri et al. O primeiro texto aborda como o racismo no Brasil afeta a saúde mental das mulheres negras, cujas condições de vida e acesso aos serviços de saúde são impactadas pela violência que enfrentam. O segundo texto explora o consumo de álcool pelos povos indígenas brasileiros, destacando o impacto negativo do álcool introduzido pelos colonizadores. Um caso apresentado no HSM sobre um paciente indígena internado por uso de substâncias psicoativas evidenciou a importância das relações culturais e familiares no tratamento de saúde mental. Enfatizamos a necessidade de considerar a diversidade cultural na abordagem da saúde mental, em uma sociedade multicultural.

Nos quatro últimos encontros, aprofundamos temas essenciais ao longo dos grupos de estudo, incluindo a relação da família com a saúde mental, a produção social do suicídio, drogas e saúde mental, os desafios do serviço social na área e uma análise conjuntural das lutas anticolonialista, antirracista, feminista e LGBTQIA+ na saúde mental. Os profissionais destacam questões relevantes para a continuidade desse espaço de formação, reforçando a importância da educação permanente no cotidiano profissional. Os debates fortaleceram o compromisso com os direitos sociais, o acolhimento e o cuidado dos/as usuários/as do HSM, especialmente aqueles que enfrentam maiores estigmas, como pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ e demais grupos marginalizados historicamente pela sociedade.

CONCLUSÃO

O cansaço e o desgaste do trabalho muitas vezes fazem com que os profissionais se desconectem das leituras e reflexões que antes faziam parte de sua rotina. A correria do dia a dia torna difícil manter o foco, e ao chegar em casa, o impulso é se desligar. No entanto, os encontros dos grupos de estudos trouxeram uma nova perspectiva. Inicialmente, as profissionais pensavam que os encontros não seriam

significativos, mas logo se envolveram, refletindo profundamente sobre suas práticas. Relataram que muitas vezes estão tão imersas na rotina que esquecem de refletir sobre suas funções, que vai além de simplesmente realizar tarefas; trata-se também de vigiar e cuidar, de estar presente de uma forma mais consciente.

Os encontros ajudaram a resgatar questões frequentemente deixadas de lado, evidenciando o afastamento da teoria, resultado da sobrecarga e do ritmo acelerado do trabalho. Contudo, essa distância com a teoria foi intensamente trazida à tona, renovando a percepção da necessidade constante de respostas a esses desafios. Participar do grupo foi uma forma de resistência e de reconexão com o conhecimento negligenciado na rotina. Ao longo dos encontros, as profissionais perceberam que estavam ressignificando suas práticas e o grupo se tornou uma ferramenta essencial para refletir sobre a realidade das unidades em que atuam, fortalecendo os profissionais e renovando seus compromissos com a prática reflexiva e crítica. Por isso, salientamos a importância da educação permanente como ferramenta indispensável para a formação profissional e para o cotidiano dos/as trabalhadores/as, que atuam no compromisso com a justiça social e o combate às opressões/explorações como direcionamento máximo do fazer profissional de Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Tahiana Menezes; BENTES, Bruna Rayanne Pinheiro; MOTA, Matheus da Costa; BRAGA, Ana Larissa de Brito. **Serviço social, saúde mental e sociedade: extensão universitária em um hospital psiquiátrico do Ceará.** In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2024, Ceará. Anais [Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional], 2024.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. **A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios.** Ciência & Saúde Coletiva: 2018.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX.** Revista Brasileira de História, v. 9, n. 18, p. 121-144, 1989.

DA COSTA, Rosiane Oliveira; DA SILVA, Alessandra Ximenes. **Capitalismo e saúde mental.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2020.

DA SILVA, Alessandra Ximenes; DA COSTA, Tereza Cristina Ribeiro. **Capitalismo, pandemia e saúde mental: um diálogo com Iain Ferguson**. Argumentum, v. 15, n. 3, p. 31-39, 2023.

EL KADRI, Michele Rocha (org.) et al. **Bem Viver: Saúde Mental Indígena**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil: a saúde das mulheres negras em questão**. São Paulo: Hucitec, 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Holocausto ou Navio Negreiro?: inquietações para a Reforma Psiquiátrica Brasileira**. v. 10, n. 3, p. 10-23, 2018.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Curso de formação em saúde mental e luta antimanicomial**. São Paulo: Hucitec, 2023.



RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CATALOGAÇÃO DE LIVROS PARA O ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ

RENATA SCHYNAIDER ALVES DE SOUSA¹

FRANCISCA LORRANA DOS SANTOS²

SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA³

INTRODUÇÃO

O resgate e a preservação da memória são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento histórico de qualquer campo do conhecimento. No âmbito do Serviço Social, a documentação histórica e acadêmica representa um recurso essencial para a análise crítica da evolução da profissão, das instituições formadoras e das práticas sociais ao longo do tempo. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo realizar um relato de experiência sobre a catalogação de livros para o acervo bibliográfico do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí",

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Membro do Programa de Extensão Memória do Serviço Social. Bolsista em Iniciação Científica CNPq/UFPI. renataschynaider@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. Membro do Programa de Extensão Memória do Serviço Social. lrranadossantos34@gmail.com

³ Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI. Coordenadora do Programa de Extensão Memória do Serviço Social. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. sofialaurentino@ufpi.edu.br

desenvolvido no âmbito do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A ausência de uma política institucional consolidada de preservação documental na UFPI e a dispersão de arquivos do referido curso em diferentes locais tornaram urgente a sistematização de um acervo organizado, acessível e de fácil consulta. Segundo Le Goff (1990), a memória é um elemento essencial para a construção histórica e social, pois guarda testemunhos e registros fundamentais para compreender o presente e projetar o futuro. No caso do curso de Serviço Social da UFPI, criado em 1976, a preservação documental torna-se ainda mais relevante diante das transformações que o ensino e o exercício profissional sofreram ao longo das décadas (Iamamoto, 2015; Netto, 2005).

Palavras-chave: Memória; Serviço Social; Piauí; Acervo bibliográfico.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, que permite a sistematização e a comunicação de vivências em projetos e práticas profissionais. Esse tipo de abordagem é fundamental para compartilhar aprendizados adquiridos ao longo da execução de determinada atividade, bem como para contribuir com reflexões críticas sobre os desafios e estratégias desenvolvidas no processo. (Grollmus; Tarrés, 2015; Mussi; Flores; Almeida, 2021).

O estudo foi realizado no contexto do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí", criado em 2022, com o objetivo de resgatar a memória e a história do curso de Serviço Social da UFPI, por meio da preservação e socialização do patrimônio documental da área. A catalogação de livros para o acervo bibliográfico surgiu como uma das ações do programa, visando a organização sistemática de materiais que pudessem contribuir para a pesquisa e o ensino do Serviço Social.

Os participantes desta ação ingressaram no programa em 2024, após seleção por meio de uma chamada pública voltado para discentes do curso de Serviço Social da UFPI. O planejamento das atividades ocorreu coletivamente, sendo que a equipe responsável pela catalogação ficou composta por quatro pessoas, incluindo as autoras deste relato. A catalogação foi um trabalho em andamento, dado que a recepção de livros teve início junto à criação do programa, sendo provenientes de

doações de docentes, ex-docentes, egressos e do Conselho Regional de Serviço Social do Piauí (CRESS-PI).

O processo de catalogação seguiu cinco etapas principais: (1) Avaliação Inicial, com triagem dos livros conforme os critérios do acervo, levando em consideração a relevância acadêmica e temática dos materiais; (2) Classificação por Categorias, organizando as obras em áreas como assistência social, ética, metodologia, entre outras; (3) Registro e Catalogação, realizado em planilhas digitais, com registros inicialmente manuais devido às limitações da infraestrutura; (4) Organização Física do Acervo, aprimorada após a mudança para uma sala maior; e (5) Revisão e Ajustes, garantindo uma classificação coerente.

A metodologia adotada neste relato está respaldada por estudos que destacam a importância da memória e do registro documental na preservação da história de uma profissão (Le Goff, 1990; Iamamoto, 2015; Netto, 2005;). O relato de experiência, ao possibilitar a sistematização desse processo, contribui para a construção coletiva do conhecimento e para a melhoria de práticas futuras relacionadas à preservação da memória do Serviço Social no Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de catalogação do acervo bibliográfico envolveu diferentes desafios e potencialidades que marcaram o desenvolvimento da ação. Inicialmente, a equipe enfrentou dificuldades logísticas e estruturais, como espaço reduzido e falta de equipamentos adequados, incluindo computadores e estantes para acomodação dos livros. Esse cenário impactou diretamente a agilidade do processo, exigindo que parte do registro fosse feito manualmente e posteriormente transcrito para planilhas digitais.

Para garantir uma organização coerente, os materiais bibliográficos foram classificados em categorias temáticas, permitindo uma disposição lógica e facilitando futuras consultas. A equipe estabeleceu critérios padronizados de catalogação, garantindo que os livros fossem organizados de maneira sistemática. Além disso, adotou práticas comuns de gestão documental, como a criação de índices de busca para otimizar o acesso ao acervo registrado.

A preservação bibliográfica desempenha um papel fundamental no fortalecimento do ensino e da pesquisa em Serviço Social, pois um acervo bem estruturado e atualizado possibilita que estudantes e pesquisadores aprofundem seus

estudos em áreas específicas. A existência desse repositório organizado facilita a produção científica, proporcionando um embasamento teórico-metodológico sólido para trabalhos acadêmicos e promovendo a continuidade e a ampliação do conhecimento na área.

Entretanto, o processo de estruturação do acervo apresentou desafios significativos. A falta de experiência prévia da equipe em catalogação exigiu um esforço adicional na capacitação e no aprendizado sobre metodologias de organização documental. Além disso, a ausência de um *software* específico para gestão de acervos dificultou a automação do processo, tornando-o mais trabalhoso e propenso a erros manuais. Esses desafios foram agravados pelo fato de a UFPI não dispor do curso de Biblioteconomia, o que limita a formação de profissionais na área dentro da própria instituição. Soma-se a isso o número reduzido de bibliotecários atuantes na universidade, restringindo ainda mais o suporte técnico especializado para iniciativas de organização e gestão de acervos.

Quadro 1: Distribuição de livros do acervo por categoria

Categoria	Quantidade de livros
Assistência Social	33
CFESS/CRESS	83
Educação	27
Edufpi/Piauí	33
Ética	106
Família	9
Fundamentos do Serviço Social	149
Gerações (infância e envelhecimento)	34
História	22
Legislação	33
Marxismo	65
Movimentos Sociais / Participação	67
Pesquisa / Metodologia	45
Políticas Públicas	110
Questão Social	61
Saúde	31
Saúde Mental	22
Sociologia	96
Trabalho	72
Teoria Política	58
Revistas (Revista Lua Nova, Caderno Abess, Serviço Social E Sociedade, Abepss Temporalis, Seplan, Carta Cepro, Revista De Programas de pós-graduação diversos)	206

Fonte: Elaboração própria, 2025

A catalogação dos livros no acervo bibliográfico do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" resultou em um total de 1.362 livros, organizados em 21 categorias temáticas. Acima, o **Quadro 1** apresenta a distribuição dos livros por categoria:

Os resultados demonstram um perfil diversificado do acervo, com predominância de livros sobre fundamentos do Serviço Social (149 exemplares), políticas públicas (110 exemplares) e ética (106 exemplares). Essa distribuição reflete a centralidade desses temas na formação acadêmica e no exercício profissional do assistente social, alinhando-se às diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996). A presença significativa de revistas científicas (206 exemplares) reforça a importância da atualização constante para a profissão. Publicações como "Serviço Social e Sociedade" e "Caderno ABESS" são amplamente reconhecidas por sua contribuição histórica na disseminação de debates e análises críticas sobre a profissão.

Durante a catalogação, percebeu-se a necessidade de um processo contínuo de reclassificação dos materiais. Algumas obras inicialmente categorizadas sob um determinado tema precisaram ser realocadas após um exame mais aprofundado. Esse processo dinâmico destaca a complexidade da construção de acervos bibliográficos e a importância da colaboração interdisciplinar na organização documental.

Além disso, a mudança para uma sala mais ampla e equipada permitiu a otimização do processo de catalogação e organização física do acervo, melhorando a acessibilidade aos materiais. No entanto, desafios persistem, especialmente no que diz respeito à definição de estratégias para garantir que o acervo seja acessível ao público acadêmico de maneira organizada e eficiente. A equipe do projeto enfrenta o desafio de estabelecer diretrizes claras para o funcionamento da biblioteca e regras de empréstimo e consulta.

Apesar dessas dificuldades, a catalogação do acervo contribuiu de forma relevante para a difusão do conhecimento na área do Serviço Social. A criação de um espaço organizado para a consulta de materiais fortaleceu a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de estimular o interesse da equipe pela investigação acadêmica. E, ainda que a universidade já disponha de uma biblioteca central, este acervo específico se diferencia por reunir obras e documentos que não estão

disponíveis na coleção geral, garantindo acesso a materiais raros e especializados na área do Serviço Social. Além disso, a existência desse espaço proporciona aos estudantes uma oportunidade valiosa de contato direto com os livros físicos, algo cada vez mais raro em um cenário onde o uso de textos digitais e arquivos em PDF se torna predominante. A materialidade dos livros permite uma experiência de aprendizado mais imersiva e reflexiva, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas dos estudantes.

Dessa forma, a catalogação do acervo bibliográfico não apenas estruturou um espaço organizado para acesso à informação, mas também evidenciou a importância do trabalho colaborativo e da adoção de estratégias metodológicas para otimizar a gestão de documentos e bibliografias históricas da profissão.

CONCLUSÕES

A catalogação do acervo bibliográfico do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" representou um avanço significativo para a preservação e disseminação do conhecimento na área. A organização e a estruturação desse acervo possibilitaram um acesso mais eficiente aos materiais, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho realizado evidenciou a importância da preservação de bibliografias no formato físico no fortalecimento do Serviço Social, contribuindo para a valorização da memória acadêmica e profissional.

Os desafios enfrentados durante a catalogação, como limitações estruturais e a falta de experiência prévia da equipe, foram superados por meio de um esforço colaborativo e da busca por soluções criativas, como a reclassificação contínua dos materiais e a adaptação à infraestrutura disponível. No entanto, a experiência adquirida destacou a relevância da continuidade dessa ação, com a criação de mecanismos que facilitem sua consulta e uso pela comunidade acadêmica.

Por fim, a abertura do acervo ao público acadêmico será um passo fundamental para consolidar sua função enquanto instrumento de pesquisa e formação. Definir estratégias para garantir seu acesso de maneira eficiente e sustentável será essencial para a continuidade do projeto, reforçando seu papel na preservação e na valorização da memória do Serviço Social no Piauí.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares Curso para o Serviço Social elaboradas pela Comissão de Especialistas.** ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 10 fev de 2025

GROLLMUS, Nicolás Schöngut; TARREÀS, Joan Pujol. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. **Fórum Qualitative Social Research**, Berlim, v. 16, n. 2, p.1-24, maio 2015. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/download/2207/3810/>. Acesso em 10. fev.2025

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Praxis Educacional**, Vitória da Conquista-BA, v. 17, n. 48, p. 60-77, OUT./DEZ, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010/6134>. Acesso em 10.fev.2025.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.



SERVIÇO SOCIAL EM FRAGMENTAÇÃO: efeitos que afetam a profissão

LARA MELISSA TAVARES RIBEIRO¹
NAARÁ ALVES DE ABREU²

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, enquanto profissão regulamentada e comprometida com a defesa dos direitos humanos, tem sua trajetória marcada por desafios e conquistas. No entanto, no cenário contemporâneo, observa-se um fenômeno preocupante: a fragmentação interna da categoria. Esse fenômeno se inicia na formação acadêmica e se estende ao campo profissional, onde a lógica neoliberal impõe um modelo de competitividade que enfraquece a identidade coletiva da profissão. Essa desarticulação compromete a mobilização da categoria, dificultando sua luta por melhores condições de trabalho e pela efetivação das políticas públicas. Diante desse contexto, o presente estudo busca analisar os impactos dessa fragmentação, discutindo suas implicações na atuação profissional dos/as assistentes sociais e na prestação de serviços aos usuários.

Palavras- chave: Serviço Social; fragmentação; neoliberalismo; mobilização.

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: laramelissaufpi@gmail.com.

² Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: naalvesabreu@gmail.com.

METODOLOGIA

A realização deste estudo foi embasada por uma revisão bibliográfica de autores pertinentes ao tema, como: Silva (2017), Bourdieu (1983), Harvey (2005) e Iamamoto e Carvalho (2009). A pesquisa também considera dados do CFESS (2022) sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil. A análise dessas fontes permitiu uma compreensão aprofundada das contradições enfrentadas pela profissão, evidenciando os desafios impostos pelo modelo capitalista às práticas coletivas dos/as assistentes sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Serviço Social, desde sua gênese, constituiu-se como um campo de lutas e conquistas coletivas, essencial para a defesa e ampliação dos direitos sociais (Silva, 2017). No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer na consolidação de melhorias para a profissão e seus profissionais. No cenário contemporâneo, observa-se um entrave significativo para essas conquistas: a fragmentação silenciosa que ocorre dentro da própria categoria, a qual mina a capacidade de mobilização coletiva e enfraquece a luta política do Serviço Social. Tal fragmentação manifesta-se desde a formação acadêmica e se prolonga no exercício profissional, sendo impulsionada por dinâmicas neoliberais que induzem uma lógica de desempenho individualizado.

O ambiente universitário, idealmente voltado para o estímulo ao pensamento crítico e à construção coletiva do conhecimento, muitas vezes se revela como um espaço marcado pela desunião entre os discentes. No caso do curso de Serviço Social, essa fragmentação é percebida na baixa adesão a eventos acadêmicos, palestras e encontros estudantis, bem como na fragilidade do movimento estudantil. Essa desarticulação pode ser compreendida a partir das análises de Pierre Bourdieu (1983), que identifica no campo acadêmico uma competição simbólica por capital cultural e reconhecimento. Nesse contexto, o sucesso individual e a busca por distinção tornam-se centrais, afastando os estudantes da construção de uma identidade coletiva. No caso do Serviço Social, esse fenômeno é ainda mais preocupante, pois enfraquece a compreensão da profissão como uma prática social baseada na solidariedade e na ação coletiva.

Essa dinâmica presente desde a formação acadêmica, se intensifica no campo profissional, onde o Estado capitalista neoliberal impõe condições de trabalho que acirram a concorrência entre os profissionais. Conforme analisa David Harvey (2005), o neoliberalismo estrutura as relações de trabalho sob a lógica da eficiência, da produtividade e da concorrência, o que tem efeitos profundos sobre as profissões que atuam na gestão de políticas sociais. No Brasil, a realidade dos/as assistentes sociais reflete essas dinâmicas: segundo pesquisa do CFESS (2022), a categoria, e, sua grande parte enfrenta vínculos empregatícios precários, contratos temporários e sobrecarga de trabalho, elementos que dificultam a construção de uma identidade profissional coletiva e favorecem a lógica de sobrevivência individual.

Essa lógica de precarização se traduz na imposição de metas institucionais, na exigência de resultados quantitativos e na crescente burocratização do trabalho, elementos que favorecem a competição velada entre os profissionais. Além disso, a estrutura das instituições sociais e públicas reforça essa disputa ao estabelecer parâmetros de avaliação baseados na produtividade individual, ignorando as condições concretas de trabalho. Essa realidade leva os/as assistentes sociais a “disputarem” reconhecimento e estabilidade, em um cenário onde a cooperação deveria ser o eixo central da atuação profissional. Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social, ao operar dentro das contradições do modo de produção capitalista, enfrenta desafios estruturais que impactam sua identidade coletiva e suas possibilidades de resistência.

Esse quadro de desarticulação tem impactos diretos sobre a profissão, seus profissionais e, principalmente, pelo objeto de intervenção profissional, os usuários. A falta de unidade entre os/as assistentes sociais compromete a luta por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento das políticas públicas, tornando a categoria mais vulnerável e fragilizada. Ademais, os desafios internos enfraquecem a capacidade de mobilização coletiva e de reivindicação por direitos, dificultando a implementação de mudanças estruturais significativas na profissão.

Os impactos dessa fragmentação também são sentidos pelos usuários, que dependem da atuação comprometida e articulada dos profissionais para acessar direitos e serviços essenciais. A fragilidade na prática colaborativa pode comprometer a articulação dos atendimentos, prejudicando a continuidade do acompanhamento dos casos e dificultando a implementação eficaz das políticas sociais. Como enfatiza a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão no Brasil, a atuação do/a assistente

social deve estar pautada na defesa intransigente dos direitos humanos e na luta por uma sociedade mais justa. No entanto, as dinâmicas de comparação entre os/as assistentes sociais podem enfraquecer essa prerrogativa, transformando a profissão em um ambiente de desafios que comprometem sua própria essência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação interna do Serviço Social representa um obstáculo significativo para o fortalecimento da profissão e para a defesa dos direitos sociais. Desde a formação acadêmica, a lógica competitiva induzida pelo neoliberalismo distancia os profissionais da construção coletiva, enfraquecendo a mobilização política e dificultando a luta por melhores condições de trabalho. No exercício profissional, a precarização das relações laborais e a exigência de produtividade individual aprofundam essa desarticulação, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população. Para reverter esse cenário, é essencial fomentar estratégias que promovam a cooperação e o fortalecimento da identidade coletiva da categoria, garantindo uma atuação profissional pautada na solidariedade e na defesa dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 1993

BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Perfil dos Assistentes Sociais no Brasil: formação, trabalho e condições de vida.** Brasília: CFESS, 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2017.



SERVIÇO SOCIAL NO PIAUÍ E ESTÁGIO SUPERVISIONADO: análise a partir do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí

GLEYSON WILLIAN SILVA CARNEIRO¹
ISADORA RAVENNA DE BRITO PEDREIRA²

INTRODUÇÃO

A trajetória do Serviço Social no Brasil foi marcada por transformações históricas, refletindo as mudanças políticas, econômicas e culturais do país. No Piauí, o Serviço Social apresenta particularidades e desafios próprios na sua consolidação e na formação de novos/as assistentes sociais.

Este trabalho tem como objetivo analisar os primeiros campos de estágio do curso de Serviço Social da UFPI, com base no primeiro currículo implementado em 1976 e vigente até 1987. O objetivo específico é identificar as instituições que receberam estagiários entre 1976 e 1987 e compreender a estruturação do estágio supervisionado nesse contexto histórico de institucionalização da profissão no Piauí. Ressalta-se que o estudo foi realizado no âmbito do Programa de Extensão "Memória do Serviço Social no Piauí" e da pesquisa "História e Memória do Serviço Social no Piauí".

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em políticas públicas (UFPI); assistente social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); membro do programa de extensão memória do Serviço Social no Piauí (UFPI). Email: gleysonwillian4@gmail.com.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); membra do Núcleo de Estudos Pesquisas e Extensão em Serviço Social e Questão Social (NEPESS/UFPI) e do programa de extensão memória do Serviço Social no Piauí (UFPI). E-mail: isadorarbritop@gmail.com.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Supervisionado; Formação Acadêmica; Piauí.

METODOLOGIA

Este trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica. A análise documental foi realizada por meio de fontes primárias do acervo "Memória do Serviço Social da UFPI"³, enquanto a pesquisa bibliográfica se fundamentou em livros e artigos sobre a história do Serviço Social no Piauí e no Brasil, permitindo uma reconstrução histórica crítica e interpretativa. Portanto, o método empregado baseou-se na análise crítica e interpretativa dos documentos e das fontes bibliográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Serviço Social brasileiro emerge na década de 1930, impulsionado por mudanças políticas, econômicas e sociais que acentuaram as desigualdades e originaram a questão social. Nessa direção, segundo Iamamoto (2008), foram as desigualdades sociais inerentes à sociabilidade capitalista, que se fundamentam na exploração do trabalho, que fazem com que a questão social passe a ser reconhecida enquanto legítima pelo Estado, demandando a sua intervenção nas suas expressões⁴.

Em 1936, foi fundada a primeira escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo, marcando a formação de profissionais voltados para atuação sobre a questão social, com ênfase na assistência social, embora ainda influenciados pela doutrina social católica (Iamamoto; Carvalho, 2014). A partir disso, o caminho traçado pelo Serviço Social brasileiro passou por diversos momentos que, neste texto, não será aprofundado, mas que possuem grande influência na organização e desenvolvimento da profissão⁵.

³ currículos, relatórios de estágio, análises institucionais, dentre outros.

⁴ Inicialmente, essa atuação se dá pela repressão policial, tratando as desigualdades como crime ou vadiagem, e então, somente a partir da década de 1920, surgem instituições de assistencialismo corporativo, lideradas por mulheres da elite católica, formando a base para o Serviço Social no Brasil.

⁵ Vale destacar que, entre as décadas de 1920 e 1960, a profissão esteve inserida em uma lógica tradicional/conservadora, atuando apenas como um mero mediador de conflitos entre a classe trabalhadora e a classe dominante, em uma perspectiva político-ideológica (Iamamoto, 2007).

Na década de 1960, em um cenário de transformações econômicas, políticas e sociais na América Latina, inicia-se o Movimento de Reconceituação Serviço Social que se aproxima das Ciências Sociais para uma formação mais científica, embora ainda influenciado pelo conservadorismo (Netto, 1991). Mais tarde, em 1970, com o Movimento de Renovação, cujo objetivo era superar os traços conservadores do Serviço Social brasileiro no qual tinha-se diversas vertentes teóricas disputando a hegemonia teórica da profissão. Com a intenção de ruptura, o Serviço Social começa a se aproximar da vertente marxista, embora ainda fosse um "marxismo sem Marx", (Netto, 1991) e paralelamente, ocorria o trabalho desenvolvido em Belo Horizonte, com o "Método de BH", que contribuiu para que o Serviço Social brasileiro, adquirisse um amadurecimento teórico, crítico e investigativo anos a frente com a “virada” da profissão.

O estágio supervisionado em Serviço Social articula teoria e prática, permitindo aos discentes vivenciar a atuação profissional sob supervisão acadêmica e de campo. Inicialmente, nos anos 1940 – mas já configurava como um componente curricular desde as primeiras escolas – o estágio era voltado para o ensino do “como fazer”, com viés tecnicista e conservador, e focado na reprodução de práticas assistencialistas sob influência da Igreja Católica, sob influência da matriz positiva. Com o Movimento de Reconceituação e as transformações societárias, o estágio passou a ser um espaço de ensino e aprendizagem, transformando-se em um ambiente de troca de conhecimentos, além de ser apenas um local de prática, conforme destaca Caputi (2012).

Nesse sentido, os avanços ocorridos na profissão trouxeram novos marcos e regulamentações, especialmente anos 1990, com a consolidação do Projeto Ético-Político, normatizado pelas Lei nº 8662/93, Código de Ética e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Merece destaque a promulgação da Política Nacional de Estágio (PNE) em 2011 sendo essa uma legislação específica para o estágio em Serviço Social, e a Lei nº 11.788 de 2008 corresponde à ordem federal de estágio, na qual pode-se observar que a PNE tem uma visão crítica acerca do estágio o colocando para além da preparação para o trabalho, enquanto o texto da Lei de 2008, tem uma generalização maior e menos criticidade ao compreender a importância do estágio. O estágio passou a ser regulamentado para assegurar que estagiários, supervisores docentes e de campo atuem conforme as práticas profissionais, com carga horária de

30 horas semanais nas Instituições de Ensino Superior e 20 horas nas demais instituições.

Cabe enfatizar que a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição exclusiva do/a assistente social, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão, a Resolução nº 533 do CFESS e o Código de Ética, que orientam essa prática segundo princípios ético-políticos. Além de contribuir para a qualificação da formação profissional, a supervisão também possibilita a construção de uma visão crítica e reflexiva sobre a realidade social.

Nesse sentido, Lewgoy (2010) destaca que essa atividade “implica analisar dialeticamente o seu fazer pedagógico, que inclui postura investigativa diante dos elementos novos que se apresentam à universidade nos aspectos referentes à formação” (p. 27). Isso faz com que o estágio seja uma experiência fundamental para a formação dos/as discentes, ao possibilitar a observação, análise e intervenção sobre diversas expressões da questão social, que constituem o objeto de atuação do/a assistente social.

Na particularidade do Nordeste, o Serviço Social terá a sua emergência atrelada à criação da primeira escola na década de 1940⁶ no estado de Pernambuco, quatro anos após a criação da primeira escola do Brasil (Silveira Júnior, 2022). Desse modo, no Nordeste, a profissão se desenvolve em um contexto de desigualdade acentuada, marcado por um proletariado agrícola, distinto do perfil urbano e fabril predominante no eixo Rio-São Paulo.

Até a década de 1970, todos os estados do Nordeste possuíam ao menos uma escola de Serviço Social, devido ao crescimento das instituições assistenciais como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o incentivo ao desenvolvimento industrial promovido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre outras circunstâncias econômicas, políticas e sociais. Então, em 1977, trinta e sete anos após o surgimento da escola de Pernambuco, ocorreu o primeiro vestibular para o curso de Serviço Social no Piauí na Universidade Federal do Piauí (UFPI), tendo o primeiro currículo do curso de Serviço Social da UFPI, ainda com a presença de conteúdos voltados para as técnicas de intervenção de caso, grupo e comunidade e

⁶ Seguindo essa linha, o surgimento das escolas na região se dá da seguinte forma; Bahia (1944), Rio Grande do Norte (1945), Ceará (1950), Paraíba (1952), Maranhão (1953), Sergipe (1954), Alagoas (1957) e Piauí (1976) (Silveira Junior, 2022).

trabalhos práticos no geral, ou seja, não tinha-se a compreensão da indissociabilidade entre teoria e prática (Ferreira; Silva; Guimarães, 2021).

Ligado a essas particularidades, ressalta-se que estágio supervisionado no curso de Serviço Social da UFPI está presente desde a criação do primeiro currículo do curso, vigente de 1976 a 1987, que incluía disciplinas obrigatórias como sociologia, psicologia, economia, além de estabelecer carga horária mínima de 2.500 horas, divididos em três disciplinas, das quais 540h eram destinadas ao Estágio Supervisionado, considerando a atividade prática do curso, uma vez que nesse início, o estágio era entrelaçado com os Trabalhos de Conclusão de Curso. Assim, os primeiros campos de atuação nos quais os/as discentes se inseriram estavam alinhados ao currículo da época.

De acordo com os documentos de estágio localizados e organizados pelo Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí” os primeiros campos de estágio, eram; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia de Habitação Popular (COHAB), Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Comissão de Assistência Comunitária (CAC), Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA), Serviço Social de Município (SERSOM), Águas e Esgotos do Piauí (AGESPISA), as Telecomunicações do Piauí (TELEPISA), a Rede Ferroviária Federal do Piauí (REFFSA), os Programas Federais, Projeto Rondon e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) entre outras instituições. Destaca-se que alguns desses espaços não existem na contemporaneidade, o que mostra a importância desses documentos para o resgate da história do Serviço Social e da realidade piauiense.

Esses campos, segundo Ferreira *et.al* (2021) foram os primeiros polos de atuação dos/as profissionais no estado do Piauí, desempenhando um papel essencial na construção e consolidação da profissão, além de contribuírem significativamente para a formação prática dos/as discentes. Ademais, é perceptível que desde o início do curso, o estágio supervisionado, apesar de seguir o contexto social e histórico, desempenha papel indispensável na formação dos/as discentes, pois, permite a aproximação com as diferentes realidades sociais.

Essas informações, demonstram a importância do estágio supervisionado para a profissão, uma vez que, o/a assistente social não deve estar alheio a sociedade, pois como bem pontua Iamamoto (2007) o Serviço Social é produto histórico e

resultado das relações sociais, sendo, portanto, indissociável da totalidade social em que se insere. Dessa forma, o estágio supervisionado se torna essencial para a formação profissional, pois possibilita ao futuro assistente social compreender a realidade concreta, desenvolver uma postura crítica e atuar de maneira ética e comprometida com as demandas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a formação dos primeiros campos de estágio do curso de Serviço Social da UFPI, assim como, investigar a história da profissão no piauí na década de 1950, evidenciando que a emergência e surgimento da profissão na região Nordeste obedeceu a determinantes particulares e que, muitas vezes, se diferenciam do Centro/Sul, possibilita uma compreensão mais ampla sobre a formação sócio-história da profissão. Dessa forma, o processo de institucionalização requisitou das(o) profissionais o desenvolvimento de competências teóricas e práticas que fossem alinhadas com a conjuntura social, política e econômica dos territórios.

A formação em Serviço Social deve articular princípios éticos, políticos e críticos, com o estágio supervisionado como espaço essencial para a reflexão e consolidação desses compromissos. Assim, o estágio deve ir além de uma exigência pedagógica, alinhando-se à realidade regional e às transformações sociais para qualificar a intervenção profissional. Dessa forma, o estágio supervisionado deve acompanhar as transformações sociais e a realidade regional, promovendo uma formação e intervenção no Serviço Social que transcenda a mera aplicação de técnicas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 5º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2021.

FERREIRA, Maria D'alva Macedo; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e Silva;

GUIMARÃES, Simone de Jesus. In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Serviço Social no Nordeste**: das origens à renovação. São Paulo: Cortez Editora, 2021. p. 201-215.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista Em Pauta**, nº 28, p. 117-139, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **O Serviço Social na particularidade do Nordeste (1940-1980)**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. v. 1.



EIXO 4

**MOVIMENTOS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL**



ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS NA LUTA PELA SAÚDE MENTAL NO PIAUÍ

LUCIA CRISTINA DOS SANTOS ROSA¹
MARTA EVELIN CARVALHO²
THAIS DE ANDRADE ALVES GUIMARÃES³

INTRODUÇÃO

No Piauí o modelo manicomial imperou exclusivamente a partir de 1907, através de dois hospitais psiquiátricos, o Asylo/Hospital Areolino de Abreu (gestão estadual) e o Sanatório Meduna (fundado em 1954, particular, mas, conveniado ao Sistema Único de Saúde). Contou ainda com 10 leitos psiquiátricos na Santa Casa de Parnaíba, litoral do Estado, até os anos 2020. A quase totalidade dos leitos era centralizado na capital, Teresina. “Pacientes” em crise na saúde mental no interior do Estado eram transportados para a capital através da “ambulancioterapia”, o que, por si mesmo, caracterizava mais um agravamento à sua saúde mental.

Desde a medicalização da loucura, na Idade Moderna, no mundo Ocidental, a pessoa com transtorno mental foi silenciada e tutelada pelo saber-poder da psiquiatria, conjugado ao poder jurídico, que ratificou esse ser como presumidamente perigoso e incapaz, levando à segregação institucional deste segmento. Assim, as consequências da histórica institucionalização da pessoa diagnosticada com

¹ Docente do Depto de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPI. Doutora em serviço social pela UFRJ. Email: luciacsrosa@gmail.com

² Terapeuta Ocupacional do Caps II Sudeste e do Capsad da Fundação Municipal de Teresina. Mestre em Saúde da Família pela Rede RENASF. Email: martaevelin.pi@hotmail.com

³ Assistente Social da CACOM UFPI – Doutora em Políticas Públicas pela UFPI. E.mail: thais.guimaraes@ufpi.edu.br

transtorno mental, tendeu a “mortificar seu eu” (Goffman, 1992) e a levar outras pessoas a vocalizarem suas necessidades.

Após a II Guerra Mundial tem início processos de críticas ao modelo manicomial e surgem várias tradições de reforma psiquiátrica, com variadas matizes, algumas tendentes a humanizar e recuperar a função “terapêutica” dos manicômios. Outras, radicalmente em outra direção, buscam sua desconstrução, destacando-se as experiências de Franco Basaglia na Itália, que inspirou o processo brasileiro a partir dos anos 1970.

Este texto, tem por objetivo reconstituir a memória histórica das associações comunitárias que lutaram em prol da saúde mental do/no Piauí, tendendo a incidir sobre a agenda da formulação e implementação da política de saúde mental do Piauí e fortalecer o protagonismo de usuários, familiares, profissionais/trabalhadores da saúde/saúde mental e a comunidade em geral. Metodologicamente baseou-se em pesquisa bibliográfica, compreendendo o período 1980 a 2024.

Palavras- chave: Protagonismo. Saúde Mental. Reforma Psiquiátrica.

Organizações da sociedade civil em prol nas lutas pela saúde mental no Piauí

No Piauí, a primeira perspectiva de reformar a assistência psiquiátrica pautou-se na direção de humanizar os manicômios; ampliar os espaços para a intervenção de psiquiatras em hospitais gerais e interiorizar a atenção a partir da ambulatorização, ou seja, da consulta médica, sobretudo a partir dos principais municípios, polos/sedes do desenvolvimento regional estadual, como Picos, Parnaíba e Campo Maior. Logo, em 09 de setembro de 1980 é criada a Associação Comunitária de Saúde Mental do Piauí – ACSM, criada e gerida sobretudo por médicos psiquiatras, outros profissionais/trabalhadores da saúde mental e pessoas da comunidade.

Suas ações principais e conquistas circunscreveram inicialmente, a luta pela criação do Programa de Saúde Mental Comunitária – PSMC-PI, instalado em 14 de abril de 1983, que teve por objetivos, atingir dois eixos: a regionalização (descentralização) da assistência psiquiátrica no estado e a reformulação

administrativa, assistencial e a reforma física do Hospital Areolino de Abreu (Rosa, 2003), atingidos a contento.

A política de saúde mental, nacionalmente, nos anos de 1990 já sob a égide da política antimanicomial, pela desconstrução dos manicômios, no Piauí, a ACSM segue em outra direção (Macedo; Dimenstein, 2012). Luta pela criação de hospitais dia nas principais cidades polo do Estado, obtendo sucesso em Picos e em Parnaíba, municípios que contavam com psiquiatrias que residiam localmente. E, mantém a luta pela inserção de psiquiatra nos hospitais gerais, o que sinaliza para uma luta corporativa para inclusão da psiquiatra no interior dos hospitais gerais e manutenção da categoria à frente da direção dos serviços de saúde mental.

Paralelamente, a Associação Psiquiátrica do Piauí – APP, em parceria com a ACSM, as duas entidades conjugadamente, nos anos 1990 e 2000 realizam cursos, jornadas, fóruns e seminários, periodicamente, denominados Jornadas de saúde mental comunitária, Jornadas Nordestina de Psiquiatria em que difundem seu projeto político e fazem gestões junto aos gestores municipais e estadual para alcançar seus objetivos, sobretudo de incluir a psiquiatria nos hospitais gerais e manter a direção política do processo de “reforma assistencial” e não paradigmática, ou seja, não busca desconstruir conhecimentos e os fundamentos do modelo em curso.

Com os avanços dos princípios e das determinações do governo federal em termos de redução do número de leitos em hospitais gerais, na perspectiva de migração da verba do fechamento desses leitos para criação de serviços substitutivos, a APP e ACSM luta pela manutenção do hibridismo da atenção, com serviços comunitários considerados como alternativos, não substitutivos aos hospitais psiquiátricos. Ou seja, postulam a convivência de serviços, não a extinção gradativa dos manicômios, lutando pela criação de hospitais dia, que são regidos pela mesma lógica manicomial, inclusive pela preservação do poder médico na direção do equipamento.

Nos anos 1990 o Movimento Popular de Saúde do Piauí, MOPS, entra na cena política da saúde mental, pois, apesar de ser criado no contexto local em 1986, a partir de ação social da Igreja Católica, seu foco se direcionava para a medicação natural/alternativa, com dois eixos de luta: o acesso e ampliação dos serviços de saúde e a valorização e reconhecimento das práticas populares em saúde.

No período de 10 a 12 de junho de 1994, o Mops, em conjunto com o Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos de Saúde do Estado do Piauí – Sindespi, realizam o 1º Seminário Estadual de Saúde Mental, com o tema “Em busca da transformação”.

Com base na realidade da conjuntura do momento, as principais reivindicações dirigiram-se para a definição do modelo de atenção em saúde mental para o estado, orientados pelos princípios do SUS e baseados:

- No trabalho em equipe multiprofissional e criação de serviços alternativos às estruturas asilares;
- Criação de um fórum permanente para tratar da saúde mental;
- Articulação da questão social da saúde mental à reforma sanitária;
- Trabalho com famílias e comunidades para desmistificar a loucura;
- Manutenção e criação de novos ambulatórios;
- Criação de leitos psiquiátricos em unidades de saúde do município;
- Criação de novos hospitais-dia, lares protegidos e cooperativas de trabalho” (Rosa, 2003, 164).

Logo, observa-se, no geral, a convergência de perspectivas entre a APP, ACSM e o Mops, sobretudo no que diz respeito à manutenção e ampliação de ambulatórios, criação de novos hospitais dia, que reforçam a centralidade no saber-poder médico na atenção em saúde mental.

Mas, ao mesmo tempo, há demanda de ampliação do trabalho em equipe multiprofissional e criação de serviços igualmente denominados “alternativos às estruturas asilares”, não substitutivos.

Em 2001, ano de homologação da Lei 10.216 considerada o estatuto da cidadania da pessoa com transtorno mental, pelo reconhecimento de seus direitos, também é realizada a III Conferência Nacional de Saúde Mental, é criada a Âncora, Associação de Usuários, familiares e pessoas interessadas na causa da saúde mental em Teresina,

Na VI Jornada Nordestina de Psiquiatria e Saúde Mental, IV Jornada de Psiquiatria do Piauí e III Jornada de Saúde Mental Comunitária do Piauí, com o tema Saúde mental no hospital geral, organizada pela ACSM e APP, realizada em agosto de 2002, paradoxalmente, representantes da Ancora a partir de estímulos de Nilo Neto, um representante do movimento de usuários de Santa Catarina, convidado pela

organização do evento, tem início a incorporação da Âncora ao movimento antimanicomial, com “uma nota de repúdio, à Comissão Organizadora, por não ter convidado nenhum usuário para compor as mesas temáticas do evento” (Rosa; Carvalho, 2008, p. 223), reiterando a máxima que emerge do movimento de pessoas com deficiência em 2006, a partir da Convenção sobre Direitos das pessoas com deficiência, “Nada sobre nós, sem nós”.

Assim, o movimento social popular se apropria de espaços, inclusive da psiquiatria tradicional, para gerar novos fatos políticos.

A Âncora passa a promover eventos periódicos no plano local, sobretudo Teresina, alusivos ao dia da luta antimanicomial. Desenvolve ações de formação política e qualificação para participação política/control social, na perspectiva de fortalecer o protagonismo de usuários, familiares, trabalhadores e comunidade em geral. Implementa ações para que seja pautada suas demandas na formulação de políticas públicas em solo piauiense. Fomenta e apoia a formação de novas associações pelos diferentes territórios piauiense, tais como Amigo no Ninho (2007), a Liberdade (2010) em União; a Numa Alegria Vive o Inconsciente - NAVI (2012) em Água Branca; Fenix (2013) em Parnaíba e Homolobus em Teresina, em 2018, criada pelos usuários do CAPSad. Cria projetos com base em financiamento de editais públicos, como o Ponto de Cultura. Desenvolve assembleias locais, para assegurar o diálogo com a gestão, sobretudo de Teresina. E processa articulações inter-regionais, sobretudo com protagonistas da saúde mental do Maranhão e do Ceará. A Âncora é a principal expoente do Movimento da Luta Antimanicomial no Estado, mas, no período pós pandemia da Covid-19, tem suas atividades encerradas em 2022.

Em 2018, a Associação Piauiense de Usuários de Álcool e outras drogas - Homolobus é fundada em Teresina, por iniciativa de usuários do CAPSad, estimulados por profissionais desse serviço. Sem conseguir se inserir no mercado de trabalho, buscam ações que propiciem sentido à sua vida, “se sentir útil” à comunidade. Assim, iniciam uma ação social com a população em situação de rua, a partir da Praça do Mercado do Mafuá.

Durante a vigência das medidas sanitárias da pandemia da COVID-19, Marta Evelin de Carvalho organizou e capacitou usuários da associação Homolobus para uma “escutatória” da população em situação de rua, a partir de um questionário

aplicado por 04 integrantes da HOMOLOBUS (ROSA; ROCHA, 2020), o que fomentou o protagonismo dos usuários da instituição. O Relatório final dessa escutatória foi apresentado aos defensores públicos, através de uma *live*.

O presidente da entidade, Luis de Sousa Carvalho Filho e Mayron Emanuel de Sousa Garcia, apresentaram trabalho no 7º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, online, em 2020. A entidade ainda promoveu gestões que alterou lei municipal de Teresina que privilegiava incentivos fiscais para empresas que empregassem egressos de uma determinada comunidade terapêutica, universalizando o direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, as associações comunitárias de saúde mental no Piauí têm dado visibilidade à necessidade de usuários, familiares e trabalhadores da saúde mental, algumas alcançando e alterando a agenda das políticas públicas localmente.

O protagonismo de usuários e familiares da saúde mental, previsto legalmente no âmbito dos processos de trabalho no Sistema Único de Saúde é raramente acionado. Apesar disso, alguns profissionais fomentam esse protagonismo que tem avançado da mera denuncia, reivindicação e visibilização das necessidades sociais em saúde, para outros patamares, como participação em escutas de determinados segmentos, apresentação de trabalhos em eventos científicos, ações de formação política, o que denota a importância de manter o apoio e estímulo à participação social, que faz toda diferença na construção do novo modelo de saúde mental.

REFERÊNCIAS

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

MACEDO, J.P.; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica em contextos periféricos: o Piauí em análise. **Memorandum**; 22: 138-164, abr.2012.

ROSA, L.C.S.; ROCHA, C.S. A relação da família com as pessoas em situação de rua: a escutatória da Homolobus. In: ROSA, L.C.S.; VILARINHO, L.S. (Org.). **Família na desinstitucionalização em saúde mental**. Teresina: Edufpi, 2020, p. 355-377.

ROSA, L.C.S. CARVALHO, M.E. A reforma psiquiátrica do Piauí na primeira década do século XXI. In: **(Con)textos em saúde mental**: saberes, práticas e histórias de vida. Teresina: Edufpi, 2008. p. 223-230.

ROSA, L.C.S. **Transtorno mental e o cuidado na família**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.



EIXO 5

**QUESTÃO AGRÁRIA,
URBANA, AMBIENTAL E
SERVIÇO SOCIAL**



OS IMPACTOS DA GRILAGEM DE TERRAS NA VIDA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

LOHANNA DANNYELLE DE MELO DUARTE¹

INTRODUÇÃO

A grilagem de terras é um dos fatores responsáveis pela concentração fundiária e por grandes conflitos agrários no Brasil. Entende-se por grilagem de terras a apropriação ilegal de terras públicas ou privadas por meio de falsificação documental, fraude ou tomada a força. E esse processo de “posse” indevida acaba por ocasionar gravíssimos problemas para as comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, que além de depender dos seus territórios para moradia, necessitam da terra para preservação das suas raízes, história e cultura. A expulsão desses povos originários de suas terras ancestrais além de trazer problemas como falta de moradia e insegurança alimentar para essas comunidades acaba por ocasionar desafios ligados a perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas locais.

A adversidade relacionada a grilagem tem ganhado destaque em debates feitos por assistentes sociais, visando a necessidade de discutir um empecilho que a anos tem trazido lutas e desavenças, seja pela comunidade que sofre as consequências ou pelo “grileiro” que se vê no direito de exigir uma terra que não é de sua posse. Segundo Aline Zhouri (2018) a regularização fundiária muitas vezes favorece grandes

¹ Lohanna Duarte é estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e voluntária no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU). E-mail: lohannadannyelle26@gmail.com.

proprietários em detrimento dos direitos territoriais das populações tradicionais, intensificando os conflitos no campo.

Nessa perspectiva, esse estudo se faz extremamente necessário para analisar os impactos enfrentados e sofridos por esses povos originários que lutam e persistem desde o período colonial por suas terras, observando como a perda de seus territórios afeta seus direitos, modos de produção e reprodução social. Visando isso, o objetivo principal do trabalho é: Analisar os impactos da grilagem de terras na vida das comunidades tradicionais no Brasil, considerando suas dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais

Palavras- chave: Grilagem de terras. Conflitos fundiários. Comunidades tradicionais.

METODOLOGIA

A pesquisa feita apresenta uma abordagem qualitativa e exploratória, para focar em informações descritivas e interpretativas para compreender melhor um fenômeno pouco discutido. Já a técnica de coleta de dados utilizada foi realizada por meio das seguintes técnicas: revisão bibliográfica e análise documental e registros legais, onde foi feito o exame de documentos, relatórios e registros relevantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A grilagem de terra, desde seu princípio colonizador, afetou drasticamente todas as comunidades tradicionais, promovendo a tomada a força dos seus territórios e a degradação ambiental.

Os dados expostos na tabela 1 informam sobre a crescente grilagem de terras em territórios brasileiros, especialmente em áreas da Amazônia Legal, que de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre 2020 e 2023, teve-se um crescente percentual na ocupação ilegal de terras públicas, sendo superior a 45%.

TABELA 1

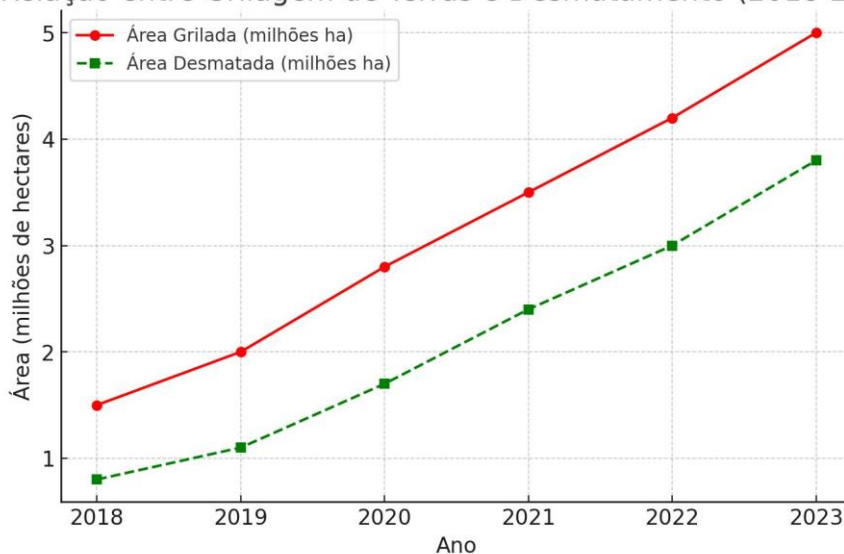
Ano	Área grilada (milhões de hectares)	Regiões mais afetadas
2020	2,5	Amazônia, Cerrado
2021	3,2	Amazônia, Nordeste
2022	4,0	Amazônia, Pantanal
2023	4,8	Amazônia, Cerrado

Dados esses que só reforçam como tem aumentado desenfreadamente a expropriação de terras de modo ilegal, especialmente em áreas de comunidades indígenas e quilombolas, que todos os dias precisam lutar para garantir que as suas moradias ancestrais ainda permaneceram para as gerações futuras.

A grilagem gera grandes impactos ambientais para comunidades tradicionais, que vão desde impactos sociais, como conflitos territoriais, e impactos ambientais, visto que a grilagem sempre esteve diretamente ligada ao desmatamento e a degradação do meio ambiente.

O gráfico abaixo apresenta dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), onde é possível perceber que a grilagem de terras públicas foi responsável por desmatar 3.416 quilômetros quadrados na Amazônia entre 01 de agosto de 2018 a 31 de junho de 2019. E isso só reforça a ideia de que a grilagem é usada principalmente para desmatar os grandes hectares de floresta territorial.

Relação entre Grilagem de Terras e Desmatamento (2018-2023)



O resultado e análise desse estudo só reforçam a ideia levantada por Ariovaldo Umbelino Oliveira, que afirma que “A falta de fiscalização e a impunidade incentivam a prática, tornando a grilagem uma das principais ameaças às comunidades tradicionais no Brasil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os impactos da grilagem em comunidades tradicionais demonstra que esse fator ainda traz muitas consequências e impactos para esses povos que frequentemente tem que conviver com o medo e receio de algo do feitiço acontecer em suas terras. Os resultados obtidos pelo estudo reforçam que a falta de fiscalização e impunidade contribuem para a perpetuação da grilagem e o seu crescimento, promovendo conflitos fundiários e a degradação ambiental, conforme apontado anteriormente por Oliveira (2020). Os objetos de estudo foram alcançados ao perceber-se por meio de dados e leituras que a grilagem além de violar direitos da comunidade, aumenta as desigualdades sociais e ambientais e compromete os recursos naturais necessários para sobrevivência de povos originários, como ribeirinhos, indígenas, quilombolas e extrativistas. Portanto, combater a grilagem e suas consequências, não é apenas uma questão agrária, mas uma questão social, ambiental e econômica. E a efetivação de medidas e soluções que protejam esses territórios é essencial e urgente para a preservação sociocultural e ambiental do país.

REFERÊNCIAS

Zhour, A. (2018). A grilagem de terras e o processo de regularização fundiária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Agrários*, 33(1), 45-67.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A grilagem de terras na formação territorial brasileira. *São Paulo: FFLCH/USP*, 2020. Disponível em: <https://farmlandgrab.org/uploads/attachment/grilagem.pdf>. Acesso em 10 mar. 2025.



RECÔNCAVO QUILOMBOLA: considerações sobre os dados no censo, tabulador do cadastro único e Fundação Palmares

MARIA APARECIDA SALES BARBOSA¹
SIDILEI CARDOSO DE SOUSA²
MARIA BEATRIZ SALES BARBOSA³

INTRODUÇÃO

A presente produção acadêmica científica *Recôncavo Quilombola: considerações sobre os dados no Censo, Tabulador do Cadastro Único e da Fundação Palmares* tem como objetivo analisar os dados referentes ao quantitativo populacional existente de *povos tradicionais quilombolas* residentes no *Recôncavo Baiano*, considerando neste quantitativo o percentual pertencente a comunidades de quilombos ou não. Objetivando analisar a certificação comunidades quilombolas da Fundação Cultural Palmares (FCP). Quais comunidades têm este registro? E quais não têm? A *declaração de certificação de comunidade quilombola* é um documento pelo qual, reconhece uma determinada comunidade como quilombo, ele é emitido de forma gratuita pela Fundação Cultural Palmares (FCP), mediante requerimento solicitado pela liderança da comunidade. Para solicitar é necessário o cumprimento

¹ Graduanda em Serviço Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras (UFRB/CAHL)

aparecidabarbosa@aluno.ufrb.edu.br

² Mestrando em Arqueologia e Patrimônio, Universidade Federal da Bahia (UFRB/CAHL)

sidileicardosodesouza@gmail.com

³ Graduanda em Fisioterapia – Centro Mauricio Nassau (UNINASSAU)

mariabeatrizsalesbarbosa70@gmail.com

de exigências (condição necessária para ter acesso a certificação). A Fundação Cultural Palmares (FCP) instituição pública, caracterizada como uma entidade que desenvolve atividades para a sociedade sem fins lucrativos, vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei Federal nº 7.688, de 22 de agosto de 1988. No artigo 1º, da Lei que a instituiu, lê-se: (...) promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). A pesquisa atravessa o campo da interdisciplinaridade entre a ciências humanas aplicadas, com análise dos dados junto ao campo do conhecimento do profissional assistente social e áreas afins. Desta forma a “cultura ancestral” em conjunto com questões histórica e antropológicas ganharam ressignificação em especial no final do século XX, com aprovação de leis federais aumentando a visibilidade e proteção a estas comunidades tradicionais. (..) art. 68. aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988). Segundo o dicionário online da língua portuguesa e seus verbetes Michaelis (2025) o termo quilombola tem sua etimologia quimd kilomboli, a palavra vem do kimbundu, significando “acampamento”, sua origem vem da África Ocidental, região territorial de Angola. A pesquisa abrange como espaço geográfico o Recôncavo Baiano, o território com 20 municípios, ocupa uma área de 5.250,51 km², com uma densidade demográfica de 110,39 hab/km². Limita-se ao Norte com o Território Portal do Sertão, Litoral Norte e Agreste Baiano, Baixo Sul, Metropolitano de Salvador, Piemonte do Paraguaçu e Vale do Jequiriçá. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a população regional totalizava 579.628 habitantes, correspondendo a 4,13% da população do Estado. Assim, a pesquisa Recôncavo Quilombola: considerações sobre os dados no Censo, Tabulador do Cadastro Único e da Fundação Palmares, um levantamento de dados comparativos sobre políticas públicas e as comunidades quilombolas no recôncavo da Bahia.

Palavras- chave: Comunidades Tradicionais Quilombolas, Certificação de Quilombos, Recôncavo baiano.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de métodos qualitativos e predominantemente quantitativos, por meio de fontes secundárias de revisão bibliográfica, dados coletados junto aos principais órgãos sobre políticas públicas relacionadas a questões quilombolas. Foram coletados dados no site do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único) por meio da ferramenta do Tabulador do Cadastro Único, assim foi feito a filtragem de dados específicos seguindo os seguintes passos: Selecionando a opção com marcação PBF (Janeiro 2025); na seleção geográfica foi selecionado o estado da BAHIA; em seguida o município “desejado” e nas opções variável de linha e de colunas; em ambos foram selecionados “bloco 3 - família Quilombola” e depois selecionado “valor absoluto”. A coleta dos dados foi extraída pelo quantitativos por pessoas e não pelo número de familiar quilombolas das que recebiam o Programa Bolsa Família (PBF), as que não recebiam o PBF, e valor total de pessoas autodeclaradas remanescentes quilombolas. O PBF é um programa do governo federal, para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que possuem critérios para o recebimento do benefício social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados da pesquisa, foram coletados dados junto a ferramenta do Tabulador do Cadastro Único, sobre a quantitativo de autodeclarações sobre a população Quilombola nas cidades do recôncavo baiano. Também foi produzido um levantamento de dados junto a Fundação Cultural Palmares sobre as localidades que receberam a emissão de certificação de quilombos, desta forma os dados foram cruzados na ferramenta do Tabulador do Cadastro Único referente ao quantitativo de beneficiários ou não do Programa Bolsa Família, desta mesma forma, analisando os impactos causados pela ausência de certificação para os moradores destas comunidades terem acesso a este benéfico social. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística público junto ao relatório do censo demográfico em 2022 que a Bahia tem, atualmente, uma população estimada de 397.059 quilombolas. O que representa 2,8% da população total do Estado que é de 14.136.417 pessoas. No território do recôncavo Bahia em destaque em algumas cidades e outras ainda em

processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares. Os municípios que foram identificados como território quilombola são; **Cachoeira:** Acutinga, Brejo do Engenho da Gauba, Brejo do Engenho da Guaíba, Caimbongo, Caimbongo Velho, Caiole, Calemba, Calolé, Campinas, Caonge, Coimbofo, Dendê, Desterro, Embiara, Engenho da Cruz, Engenho da Pedra, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitoria, Engenho Novo do Vale do Iguape, Guaiba, Imbiara, Kaimbongo, Kaonje, Mutecho, Opalma, Santiago do Iguapé, São Francisco Do Paraguaçu, Tabuleiro da Vitória, Tombo. Totalizando 30 comunidades. **Cruz das Almas:** Baixa da linha, vila Guaxinin. Contém no total de 02. **Maragogipe:** Angolá, Baixão do Guaí, Buri, Enseada Do Paraguaçu, Giral Grande, Guaruçú, Guerém, Pinho, Porto da Pedra, Quizanga, Salamina Putumuju, Salaminas, Sítio Dendê, Tabatinga, Topa de Cima, Zumbi. Com no total de 16 comunidades. **Muritiba:** Baixa Grande. No total de 01 comunidade. **Salinas da Margarida:** Alto do Cruzeiro-Acupe, Barro Velho, Conceição De Salinas. Totalizando 03 comunidades. **Santo Amaro:** Barro Vermelho, Caeira, Cambuta, São Braz, Subae, Alto do Morro. No total de 06. **Santo Antônio de Jesus:** Oiteiro Redondo, São Roque dos Macacos, Terra Seca. No total de 03 comunidades. **São Félix:** Engenho São João, Engenhoca, Pau Grande, Quilombo, Santo Antônio da Jaqueira, Subahuma, Terreno do Governo, Vidal. No total de 08 comunidades. **São Sebastião do Passé:** Palmeira da Água Boa. No total de 01 comunidades. Deste quantitativo de municípios tem seu número reduzidos quando foram analisados quais comunidades quilombolas no recôncavo tem a certificação reconhecida pela fundação cultural palmares: **Cachoeira:** Acutinga, Brejo do Engenho Da Guaíba, Caimbongo, Calolé, Caonge, Dendê, Engenho da Cruz, Engenho da Ponte, Engenho da Vitoria, Engenho Novo do Vale do Iguape, Imbiara, Mutecho, São Francisco do Paraguaçu, São Tiago do Iguapé, Tabuleiro da Vitória e Tombo. No total de 16. **Cruz das Almas:** todas elas contêm o documento. **Maragogipe:** Salaminas, Porto Da Pedra, Giral Grande, Enseada do Paraguaçu, Sítio Dendê, Zumbi, Quizanga, Guaruçú, Buri, Baixão do Guaí, Angolá, Guerém, Tabatinga, no total de 13 comunidades. **Muritiba:** Baixa Grande é a única comunidade e detém do documento. **Salinas da Margarida:** todas as comunidades possuem a posse do documento. **São Felix:** Engenhoca, Engenho São João, Pau Grande, Santo Antônio da Jaqueira, Subahuma, Terreno do Governo, Vidal. Total de 07 comunidades. **São Sebastião do Passé:** Palmeira da Água Boa. Contém apenas essa e certificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para localizar os dados houve certas dificuldades, como coletas de dados incompletas ou páginas governamentais sem atualizações dos dados, desta forma, visto que existem informações distintas de alguns nomes de comunidades quilombolas, além de ser muitos escassos os dados ainda e com alguns desencontros de informações. O Recôncavo possui um imenso quantitativo de pessoas quilombolas residentes e não residentes em quilombos. Foram constatados 70 Quilombos não certificados e certificados pela FCP 40. Conclui-se que nas localidades existem 12 comunidades que não têm quilombos, mas isso não significa que não têm moradores quilombolas naqueles territórios, como mostrar o Tabulador do Cadastro Único apresentando uns quantitativo expressivos desta população residentes nessas localidades a exemplo: Cabaceiras do Paraguaçu: 17.732. Castro Alves: 17.732, Conceição do Almeida: 10.826, Dom Macedo da Costa: 3.268, Governador Mangabeira: 14.67, Muniz Ferreira: 2.617, Nazaré: 7.548, São Felipe: 15.683, Sapeaçu: 13.943, Saubara: 13.498 e Valzedo: 6.964. ou seja, ainda existem muitas comunidades quilombolas sem a certificação no recôncavo. Também, foram identificadas dificuldades em distinguir nomes completos de comunidades quilombolas, devidos conter informações desditas e incompletas de nomes de determinadas comunidades no INCRA e na Fundação Cultural Palmares, como por exemplo referência ao quilombo localizado no município em Maragogipe como “Sítio Dendê”, já na FCP como “Dendê”, foi possível concluir que ambos estavam fazendo referência ao mesma comunidade, observando para presente conclusão o número do protocolo da abertura do processo aberto por essa comunidade no INCRA. Outro dado com inconsistências em seu registro foi o Quilombo Santo Antônio da Jaqueira, localizado em São Félix, na lista de expedição da certificação da FCP ele aparece duas vezes na lista, uma com o nome de Santo Antônio de... e outro como apenas Santo Antônio..., mas nesta lista consta o número de um processo no INCRA. Ao pesquisar pelo número do Processo foi localizado uma publicação da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que traz informações referente ao processo em análise fazendo referência ao nome do quilombo como “Santo Antônio da Jaqueira”, por meio dessa fonte pode-se concluir que o nome completo é Santo Antônio da Jaqueira, no Levantamento de Comunidade Quilombolas do MSD, também faz referência a esse Quilombo como Santo Antônio. Assim é importante destacar que o INCRA é um órgão

Público e a Fundação Cultural Palmares uma entidade Pública, ambos estão diretamente ligados a prestação pública de serviço e são fontes de consulta para os povos tradicionais e muitas vezes são utilizados por pesquisadores. Considerando as inconsistências nestes canais oficiais, é de suma importância que essas fontes sejam transparentes, objetivas, para evitar conclusões e informações equivocadas aos pesquisadores e a população em geral, e principalmente que referências dos nomes incompletos não venham a causar possíveis problemas aos remanescentes de quilombos. Para ter acesso as políticas públicas são essenciais as comprovações documentais para evitar possíveis fraudes. A certificação da Comunidade quilombola é um dos mecanismos utilizado pelos moradores destas comunidades para terem acesso a políticas públicas, junto a órgão como INCRA. Depois de aprovadas as comunidades passam a ter direitos a políticas públicas como Bolsa Família, como o Programa Bolsa Graduação (programa destinado para estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social, o público-alvo são descendentes de Indígenas e Quilombolas) desta forma os dados informados são de relevantes para que os benefícios sejam recebidos por aqueles que tem este direito perante a leis brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**, Institui o decreto sobre procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; Casa Civil, D.O.U. de 21.11.2003.

BRASIL. **Portaria nº 1.999, de 10 de novembro de 2023**, Institui a retificação do Programa de Bolsa Permanência, Ministério da Educação, Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.38, 14.11. 2023.

CECAD. **Tabulador do Cadastro Único**. Disponível em; https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Brasil. Ano: 2025. Data de acesso: 02/03/2025.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DESÃO PAULO. **Quilombo, Pau Grande e Santo Antônio da Jaqueira**. Acesso em; <https://cpisp.org.br/quilombo-pau-grande-e-santo-antonio-da-jaqueira/>. Data de aceso: 05/03/2025.

FUNDAÇÃO CULTURA PALMARES. **Certificação Quilombola**. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (DPA). 2024.

INCRA. **Quilombolas**. Diretoria de Territórios Quilombolas. 2024. Disponível em; <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas>. Data de Acesso: 07/02/2025.

MDS. Levantamento de Comunidades Quilombolas.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. acesso em: 05/02/2025.

Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia (SIPAC)

<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/reconcavo/acesso> em 15/03/2025.



EIXO 6

**ÉTICA, DIREITOS
HUMANOS E SERVIÇO
SOCIAL**



O ACESSO A INFORMAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA: a experiência da extensão universitária no âmbito do PRAIDIH/UFPI

EDIMARA KALINE DE JESUS FARIAS¹
SÂMIA RAQUEL LOPES MARTINS²
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA³

INTRODUÇÃO

A vivência das liberdades e o exercício de direitos se constituem em alicerce da democracia e da cidadania (Souza; Jacintho, 2016). Nesse sentido, a extensão universitária assume um papel fundamental, no que se refere à disseminação de informações, essencial para que haja o acesso às políticas públicas e a direitos.

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Bolsista do projeto de extensão “População em situação de rua e questão social”.

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI), voluntária do projeto de extensão “População em situação de rua e questão social”.

³ Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Adjunta II do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI) em regime de dedicação exclusiva. Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Graduação em Serviço Social; Bacharel em Direito; Licenciatura Plena em História. Coordenadora do Programa de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH). Áreas de interesse de pesquisa: Estado; Assistência Social; Questão Social; Direitos Humanos; Infância; Adolescência; Envelhecimento; Encarceramento; Sistema Prisional. Sistema de Justiça. Grupos Sociais Vulneráveis. E-mail: rosilenemarquessobrinho@gmail.com

⁴ O Projeto de extensão “População em situação de rua e questão social” é coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rosilene Marques Sobrinho de França, financiado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Tomando-se como referência a experiência da Universidade Federal do Piauí, no âmbito do Programa de ações integradas de promoção de direitos humanos, sociais e cidadania (PRAIDIH), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, o presente trabalho examina o papel exercido pelo projeto de extensão intitulado “População em Situação de Rua e Questão Social”, vinculado ao referido programa de extensão, no que se refere ao acesso à informação e a direitos, refletindo-se sobre os seus desdobramentos na promoção e defesa da democracia e da cidadania.

A metodologia utilizada compreendeu estudo bibliográfico e documental, com reflexões sobre a temática e análise dos relatórios produzidos pelo referido projeto de extensão supracitado, que tem sido desenvolvido desde o ano de 2021 no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua de Teresina (Centro Pop), visando contribuir para o acesso aos direitos, por meio da disseminação de informações junto a esse grupo específico.

Palavras- chave: Democracia; Cidadania; Extensão universitária; População em situação de rua; Acesso a direitos.

O ACESSO A INFORMAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA

A democracia e a cidadania se constituem em alicerces do Estado Democrático de Direitos, cujos fundamentos ancoram-se em uma forma de governo que se baseia na soberania popular, na distribuição equitativa de poder e no acesso a direitos. Apesar destes elementos estarem formalmente assegurados em nosso país, a sua efetivação ainda carece de muito esforço e mudança, considerando as desigualdades historicamente construídas na realidade brasileira, a exemplo do **racismo estrutural, do patriarcado, do classismo, do sexismo e da misoginia**, que ensejam discriminações e violências, muitas vezes, letal, que afetam os grupos historicamente subalternizados, a exemplo da população pobre, negra e periférica.

Nesse sentido, desde o seu surgimento na Grécia antiga, “o conceito de democracia percorreu um longo caminho até que, nos tempos modernos, firmou-se como um regime político a ser adotado pelas nações”, tendo como base a alternância do poder e o exercício da cidadania. Nesse contexto, é fundamental a participação,

bem como o acesso às políticas públicas, tendo em vista a garantia de direitos (Eirão; Leite, 2019). Assim, o acesso à informação exerce um importante papel no que se refere aos processos de promoção da democracia e exercício da cidadania, visto que favorece o acesso às diversas políticas públicas, sendo este “um dos traços característicos do regime democrático” (Eirão; Leite, 2019, p. 41).

O “elitismo democrático propagado ao longo do século XX por meio do procedimentalismo, da concorrência e pelo modelo hegemônico, propagava um sistema democrático como mero método para formação do governo”, não considerando “os valores e, via de consequência, a sustância da democracia, sinalizando o rompimento entre o conteúdo e a forma democrática” (Varela; Abreu, 2016, p. 106).

O PAPEL EXERCIDO PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO DO PRAIDIU/UFPI JUNTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM TERESINA-PI

Quando se trata de pessoas em situação de rua, o acesso à informação se constitui em passo fundamental para o acesso às políticas públicas (segurança alimentar, educação, saúde, assistência social, moradia, emprego e renda, esporte, cultura e lazer, dentre outras), a partir de um trabalho em rede, no qual o Centro de Referência Especializado da Assistência Social assume um importante papel, funcionando como porta de entrada para a rede de serviços, em articulação com o sistema de garantia de direitos.

Nesse contexto, a extensão universitária assume significativa relevância, considerando que aproxima a universidade da realidade social vivenciada pelos diversos grupos sociais, notadamente no que se refere aos grupos sociais vulneráveis, a exemplo da população em situação de rua, constituída por segmentos pauperizados da classe trabalhadora.

Desse modo, o *Programa de Ações Integradas de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania (PRAIDIH)*, por meio do *Projeto de Extensão “População em situação de rua e questão social”*, tem desenvolvido um conjunto de atividades, compreendendo a realização de oficinas quinzenais com a população em situação de rua, atendida pela Casa do Caminho e Centro Pop de Teresina.

As atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão “População em Situação de Rua e Questão Social” da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no **período 2021-**

2025, compreendem **oficinas com pessoas em situação de rua atendidas pela Casa do Caminho de Teresina-PI**, em articulação com o Centro Pop, sendo desenvolvidas oficinas quinzenais com cerca de **25 pessoas em situação de rua**, visando a disseminação de informação e o acesso a direitos, com um trabalho ancorado no **Círculo de Cultura de Paulo Freire**, tendo como base uma perspectiva de dialeticidade e criticidade.

Por meio do projeto “População em Situação de Rua e Questão Social” foi possível a disseminação de informações junto aos grupos sociais vulneráveis que se encontram em situação de rua, que, em significativa parcela, faz uso abusivo de substâncias psicoativas, contribuindo para o acesso às diversas políticas públicas e a direitos.

Desse modo, o estudo mostrou que a extensão universitária exerce um importante papel no que se refere à promoção de direitos, com a reafirmação do compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo com a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

CONCLUSÃO

O estudo mostrou a importância da extensão universitária, não só para os discentes e docentes, bem como para o fortalecimento da formação profissional, mas também, para a população “além dos muros” da universidade. Nesse sentido, as oficinas e encontros mostraram a importância da produção e disseminação de conhecimentos, contribuindo não somente para a formação, mas, também, para a disseminação de informação acerca do acesso a direitos, bem como sobre os mecanismos de acesso às políticas públicas, como forma de promoção e defesa da democracia e da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Nº13.714**, de 2018: atenção integral à saúde a pessoa em situação de vulnerabilidade, Brasília: Senado Federal, 2018.

EIRÃO, Thiago Gomes; LEITE, Fernando César Lima. Acesso à informação pública e democracia: alguns apontamentos, **Bíblios**, Nº 75, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: para quê?** São Paulo-SP, fevereiro de 2017.

SILVA, Adrielmo de Moura. **Extensão universitária e direitos humanos: uma análise da contribuição do programa de adoção jurídica de cidadãos presos no agreste de Pernambuco**, Orientadora: Ana Maria de Barros, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2016, 158 f.

SOUZA, Marcelo Serrano; JACINTHO. Jussara Maria Moreno. **O acesso à informação como pressuposto da cidadania no estado democrático de direito.** XXV Encontro Nacional do CONPEDI - Brasília/DF, Constituição e Democracia I, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2016.

VARELA, Felipe Wildi; ABREU, Pedro Manoel. **Participação e Informação como Pressupostos de Democracia.** Resenha Eleitoral (Florianópolis), v. 20, n. 1, p. 103-122, jul. 2016.



OS DESAFIOS DA MATERNIDADE NO CÁRCERE E OS LIMITES DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NESSE CONTEXTO

SARAH LETÍCIA PACHÊCO CALAÇA¹

INTRODUÇÃO

A questão social está intrinsecamente ligada ao capitalismo, que explora e subalterniza o proletariado para gerar riqueza (Netto, 2001). Sob a ótica marxista (Marx; Engels; 2015), o Estado atua como instrumento de dominação da classe burguesa, protegendo seus interesses, bem como funciona como mecanismo de repressão e coerção. O sistema prisional, como instrumento de coerção do Estado, reflete e perpetua desigualdades sociais, especialmente entre grupos marginalizados e vulneráveis. No caso das mulheres, essa dinâmica se agrava, pois, o encarceramento feminino intensifica essas desigualdades e evidencia a negligência do Estado, que exerce seu poder punitivo de forma discriminatória e opressora.

O encarceramento feminino tem crescido significativamente nas últimas décadas. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), a quantidade de mulheres presas em celas físicas no Brasil totaliza 28.770 mil mulheres (SISDEPEN, 2024). O cenário dessas mulheres privadas de liberdade é: adultas entre 35 e 45 anos (29%), negras (62%) e mães (58%) (SISDEPEN, 2024), evidenciado não apenas a ênfase punitivista e repressiva do sistema, mas também a sua face

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2024); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); sarahcalaca12@gmail.com.

seletivista (França; Gershenson, 2023), impactando de maneira desigual mulheres em situação de vulnerabilidade social e escancarando a judicialização das expressões da questão social. Entre os diversos desafios enfrentados por essa população, a maternidade dentro do cárcere se destaca como uma das questões mais complexas, uma vez que envolve direitos fundamentais tanto das mulheres presas quanto de seus filhos.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, que prevê a proteção à maternidade como um direito social e a Lei de Execução Penal (LEP), que estabelece, dentre outras medidas, o acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, são exemplos de mecanismos legais que garantem direitos específicos às mulheres gestantes e mães encarceradas. Entretanto, o cenário carcerário atual no Brasil aponta para uma série de regressões desses direitos.

Diante desse cenário, o Serviço Social tem um papel fundamental na defesa dos direitos das mulheres encarceradas, atuando na mediação entre o sistema prisional, o poder judiciário e as políticas públicas. No entanto, a atuação do/a assistente social nesse espaço envolve dilemas éticos, como a necessidade de conciliar os princípios da profissão com as limitações impostas pela estrutura do sistema prisional.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar os desafios para a efetivação dos direitos de mulheres que vivenciam a maternidade no cárcere, buscando, também, refletir sobre a atuação do Serviço Social nesse contexto e analisar as possibilidades e desafios enfrentados pelos profissionais da categoria.

Palavras-chave: Encarceramento; Maternidade; Serviço Social.

METODOLOGIA

A pesquisa científica deve adotar um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais (Gil, 2002). Nesse sentido, optou-se por uma abordagem qualitativa, justificando-se pela necessidade de explorar o universo de significados e experiências de mulheres encarceradas no Brasil, além de compreender a atuação do Serviço Social nesse contexto, aspectos que transcendem a quantificação e permitem um aprofundamento nas relações e processos sociais (Minayo, 2010).

Para tal empreitada, como sugere Gil (2002), o estudo desenvolveu-se fundamentalmente a partir de pesquisas exploratórias e explicativas, haja vista o aprimoramento de ideias, a descoberta de intuições e a busca dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

Nesse esforço, entende-se ser de grande importância a utilização de “[...] instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades” (Minayo, 2010, p.14). Portanto, a pesquisa utiliza-se de procedimentos e técnicas de pesquisas tanto bibliográficas, que permitem uma ampla cobertura de fenômenos e especificidades quanto documental, valendo-se de materiais ainda não tratados analiticamente ou passíveis de reelaboração conforme seus objetivos (Gil, 2002). Para tanto, a pesquisa partirá da coleta e análise de dados disponíveis em legislações e sites de instituições públicas como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Ademais, serão utilizados livros e artigos de autores que versam sobre as temáticas do Serviço Social e sobre o encarceramento feminino, como: (Netto, 2001); (Marx; Engels; 2015); França; Gershenson (2023); dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como anteriormente mencionado, é possível identificar que existem legislações específicas destinadas a proteger os direitos das mães encarceradas. Todavia, as condições precárias das unidades prisionais, a falta de assistência à saúde e a desproteção da maternidade são exemplos dos diversos aspectos que contrariam as legislações vigentes.

Um ponto crítico diz respeito às condições físicas dos estabelecimentos prisionais: superlotação, falta de higiene, acesso limitado a serviços de saúde, dentre outros. Os dados a seguir, coletados pela SENAPPEN, refletem este cenário.

Tabela 1 – Dados acerca da maternidade e da infância no sistema prisional, em celas físicas.

Aspectos	1º semestre de 2023	1º semestre de 2024
Quantidade de gestantes	185	212
Quantidade de lactantes	100	117
Celas/dormitórios para gestantes	69	63

Fonte: SISDEPEN 14º (2023) e 16º ciclo (2024).

Observa-se a partir da Tabela 1, que de 2023 a 2024 a quantidade de gestantes e lactantes aumentou e, em contrapartida, a quantidade de celas para estes corpos diminuiu. Além disso, segundo o CNJ, aproximadamente 38% dos estabelecimentos prisionais brasileiros não possuem enfermaria (CNJ, 2025). Esses quantitativos são alarmantes. A inadequação das instalações impacta a saúde e a vida da mãe e do recém-nascido, dificultando a recuperação após o parto, incluindo amamentação e monitoramento da saúde. Garantir o acesso a cuidados pré-natais, assistência durante o parto e pós-parto e cuidados adequados para recém-nascidos são componentes essenciais para o bem-estar e saúde das mães e de seus filhos e são direitos materializados em lei.

Outro ponto de destaque, refere-se à quantidade de estabelecimentos prisionais que possuem equipe de saúde própria para atendimento nas suas creches e/ou berçários. A LEP prevê que o atendimento ao preso deve ocorrer preferencialmente dentro da própria penitenciária, e apenas quando esse atendimento não for possível, adequado ou suficiente, é que será oferecido em um local diferente, de forma excepcional (Brasil, 1984). Todavia, dos estabelecimentos prisionais brasileiros, estaduais e federais, menos de 1% possuem pediatras, cuidadores, ginecologistas e nutricionistas para atender os berçários (SISDEPEN, 2024). A falta de enfermarias e serviços médicos adequados torna impossível o acompanhamento necessário para garantir o desenvolvimento saudável das crianças e o atendimento às necessidades específicas das gestantes e lactantes, comprometendo a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar destas crianças que já estão em uma situação vulnerável e impedindo, ainda, a convivência mãe e filho.

Notadamente, o capitalismo, com sua lógica de acumulação e desigualdade, contribui para a manutenção desse ciclo de criminalização. Iamamoto e Carvalho (2006) destacam que a questão social é reflexo das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, envolvendo uma complexa rede de relações sociais e econômicas que moldam as condições de vida dos sujeitos. Nesse viés, exploração econômica, a marginalização social e a discriminação são elementos centrais que moldam as experiências das mulheres mães presas. Dentro dos presídios, como foi possível observar, as condições são frequentemente adversas, como falta de cuidados médicos adequados e condições de higiene precárias.

Diante disso, o Serviço Social, profissão que intervém nas expressões da questão social e relações sociais, é requisitado para atuar nesse espaço

sociocupacional. Nesse contexto o/a assistente social é a peça principal na viabilização do acesso dessas mulheres presas aos seus direitos, a efetivação dos mesmos e a denúncia do seu descumprimento nas unidades prisionais, e, dentre outras ações, a realização do acompanhamento e da orientação social dessas presas.

Existe um estigma associado ao Serviço Social de que a profissão serve à caridade e à filantropia. Obviamente, essa concepção não passa de um equívoco que é historicamente reproduzido. Todavia, a realidade do sistema prisional brasileiro limita a ação profissional da categoria a uma intervenção burocrática e imediatista. A própria LEP, ao elencar as ações de assistência social, não incube à esta equipe nenhuma atribuição específica ao Serviço Social. E, em contrapartida, exige aos profissionais da categoria que estes realizem uma intervenção sistêmica, que acaba por reproduzir o próprio sistema e essa concepção estigmatizada da profissão. Contudo, é importante que apesar das contradições impostas pelo sistema prisional, os/as assistentes sociais reconheçam a importância de sua atuação nessas instituições e assumam o compromisso com seu projeto profissional (Iamamoto, 2008).

CONCLUSÕES

A pesquisa aponta que o sistema prisional hoje é reflexo de um sistema punitivo e repressor, alinhado à uma cultura hetero-patriarcal-racista (França; Gershenson, 2023), que oprime os corpos femininos, desrespeitando seus direitos, sobretudo à maternidade. Portanto, é essencial que o Estado se preocupe verdadeiramente em cumprir as normativas legais, priorizando a implementação efetiva dessas garantias, tirando os dispositivos da teoria e transformando-os em ações práticas por meio de políticas públicas que priorizem a proteção social, e que consigam produzir resultados positivos para as mulheres que se encontram em liberdade e para as que estão encarceradas, e para a sociedade como um todo.

Diante dos desafios do cárcere, é fundamental que o/a assistente social compreenda que esse espaço resulta das relações mercadológicas da sociedade. Um dos desafios atuais do Serviço Social é garantir a efetivação da prática profissional nas instituições prisionais femininas, promovendo o cumprimento das normas de direitos humanos e das garantias fundamentais da mãe encarcerada e de seu(s)

filho(a/as/os), buscando superar a lógica punitiva e de controle social, fundamentando sua atuação profissional em uma instrumentalidade voltada à defesa e efetivação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, conforme preconiza o Código de Ética do/a Assistente Social (1993).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Painel de dados sobre as inspeções penais em estabelecimentos prisionais, 2024**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e28debcd-15e7-4f17-ba93-9aa3ee4d3c5d&sheet=da3c5032-89ad-48d2-8d15-54eb35561278&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel>. Acesso em: 07 mar. 2025.

FRANÇA, R. M. S. DE.; GERSHENSON, B. O encarceramento de mulheres no capitalismo dependente e periférico brasileiro. **Revista Katálisis**, v. 26, n. 2, p. 222–231, maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

SISDEPEN - Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais**. 14º ciclo - período de janeiro a junho de 2023. Brasília: SENAPPEN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SISDEPEN, Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais**. 16º ciclo - período de janeiro a junho de 2024. Brasília: SENAPPEN, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1o-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.



SERVIÇO SOCIAL E CAPACITISMO: uma perspectiva histórico-crítica

GIOVANA ARAÚJO OLIVEIRA¹
GRAZYELY DE FATIMA CAMPOS TELES²
LETÍCIA BISPO CARVALHO³

INTRODUÇÃO

A evolução do conceito de deficiência acompanha transformações históricas, sociais e econômicas, passando do modelo biomédico, que enfatizava as limitações individuais e justificava a exclusão, para o modelo social, que foca nas barreiras impostas pela sociedade. Essa transição reflete o avanço dos direitos civis e o reconhecimento da necessidade de inclusão social.

Este resumo expandido abordará as implicações do modelo biomédico, sua associação com práticas discriminatórias e a ascensão do modelo social, que busca eliminar barreiras e promover a equidade. Será explorado o capacitismo como uma expressão da questão social, considerando como o capitalismo e as políticas neoliberais mantêm essas desigualdades. Além disso, destacaremos o papel essencial do Serviço Social no enfrentamento do capacitismo, defendendo políticas públicas inclusivas e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: giovana.araujo@ufpi.edu.br

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Integrante do Comitê Anticapacitista do CRESS-PI. E-mail: Grazyely.teles@ufpi.edu.br

³Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: leticia.bispo@ufpi.edu.br

Palavras- chave: Capacitismo; Serviço Social; Capitalismo.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi motivado pela experiência das autoras em uma visita institucional ao Centro- Dia de Referência à Pessoa com Deficiência de Teresina como atividade avaliativa da disciplina de Questão Social do Brasil, cursada no 2º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí.

Em termos metodológicos, fez-se uso de estudos bibliográficos sobre produções acerca da temática. A partir disso, observou-se uma lacuna em termos de referências, o que, conseqüentemente, aponta para a urgência de trabalhos e ações que revertam esse quadro, a fim de garantir o reconhecimento e o bem-estar desses indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de deficiência passou por transformações significativas com o tempo, sendo o biomédico um dos modelos mais utilizados, o qual se baseava nas características físicas e mentais do indivíduo como fatores determinantes para definir seu papel na sociedade (Gallo; Klazura, 2023). Esse modelo, adotado por décadas, serviu como fundamento para a normalização do afastamento e da segregação das pessoas com deficiência, o que se concretizava de maneira institucionalizada, muitas vezes com a finalidade extrema de eliminar essas pessoas da sociedade. Com o avanço do Cristianismo, a ideia do homem como imagem e semelhança de Deus se difundiu, o que fez com que essas práticas perdessem aceitação, originando instituições vinculadas à Igreja com o objetivo de fornecer cuidados a essas pessoas, dando espaço para um novo tipo de exclusão.

Com a primeira Revolução Industrial no Brasil, na década de 1930, e as novas demandas do capitalismo, problemas como as condições precárias de trabalho, resultaram em um aumento significativo de acidentes nas fábricas, em que muitos operários eram mutilados e, por isso, tornavam-se inaptos para fornecer mão de obra ao sistema capitalista (Gallo; Klazura, 2023). Nesse contexto, os assistentes sociais, alinhados aos interesses do Estado burguês e da Igreja Católica, passaram a desempenhar um papel fundamental nessas instituições, com a função de afastar os

indivíduos do convívio social, tratando-os como um problema a ser isolado. Isso ocorreu porque como citado por Marx “Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar” (Marx, 2013, p. 707), ou seja, uma ideia de que o valor do homem está determinado ao trabalho, na sociedade capitalista, e, uma vez incapaz de trabalhar, o operário, agora pessoa com deficiência, não tinha acesso às políticas públicas do Estado, ficando à mercê da filantropia promovida pela Igreja (Gallo; Klazura, 2023).

Com o avanço dos direitos civis, ainda com a concepção advindas dos países europeus, o modelo biomédico de concepção foi progressivamente perdendo espaço. Após uma série de transformações e lutas, surgiu o modelo social de deficiência, França (2013) destaca que a compreensão das deficiências, de acordo com a UPIAS (*Union of Physically Impaired Against Segregation*), deve ser dividida em duas esferas: uma física (lesão) e outra social (deficiência), sendo a deficiência resultado da interação da lesão com uma sociedade excludente.

Liz Crow (1996) foi uma das pioneiras ao desenvolver o Modelo Social da Lesão, que explicita essa relação entre o corpo com lesão e a sociedade discriminatória, levando à desvantagem e restrição da participação social das pessoas com deficiências.

O Código de Ética em 1993, em seus princípios fundamentais, os/as assistentes sociais passam a ter como objetivo defesa intransigente dos direitos humanos e recusa ao conservadorismo (CFESS, 2012), a categoria profissional que atuava alinhada aos interesses do Estado e da Igreja, passa a fazer a defesa e integrar as lutas dos movimentos sociais e se comprometeu em disseminar informações claras e objetivas sobre as políticas públicas, orientar sobre os direitos das pessoas com deficiência e se alinhar à busca pela democratização dos direitos, autonomia e emancipação dessa população. Esse engajamento foi essencial para a construção de uma abordagem mais inclusiva para a luta pela superação das práticas discriminatórias e excludentes presentes no modelo biomédico, porém, que ainda seguem sendo um desafio por conta do capitalismo e das políticas neoliberais.

O Código de Ética da/o assistente social apresenta como parte de seus princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania; o posicionamento em favor da equidade e justiça social e o incentivo ao respeito à diversidade (CFESS, 2012). Nesse sentido, é de fundamental importância o comprometimento tanto dos

profissionais quanto das principais entidades do Serviço Social com a luta anticapacitista e a garantia dos direitos e bem-estar da pessoa com deficiência.

Esse engajamento é essencial para a construção de uma abordagem mais inclusiva para a luta pela superação das práticas discriminatórias e excludentes presentes no modelo biomédico, as quais ainda representam um desafio por conta do capitalismo e de suas políticas neoliberais.

Uma vez a questão social entendida como “o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura[...]” (Iamamoto, 2000, p.27), suas expressões também se refletem na realidade das pessoas com deficiência, sendo assim, também uma expressão de estudo e intervenção das/os assistentes sociais.

Além disso, o capitalismo tem relação direta com a forma como a sociedade vê e trata esse público historicamente, à medida que o capacitismo, etimologicamente, se origina da noção de capacidade e, conseqüentemente, de ser ou não capaz de produzir para o sistema.

Dessa forma, a ideia global de incapacidade e invalidez difundida pelo sistema cria barreiras para o aproveitamento desses indivíduos como força de trabalho, além de interferir em suas relações afetivas, educacionais e políticas por meio do seu poder ideológico (Mello, 2016).

Ademais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm se mostrado cada vez mais comprometidos com a luta anticapacitista, compreendendo a relevância do papel do Serviço Social nessa problemática, ao promover ações como: a implementação de Comitês Anticapacitistas tanto no Conselho Federal quanto nos Conselhos Regionais; a promoção do Seminário Nacional Serviço Social e a Luta Anticapacitista – primeiro seminário nacional voltado à temática – ,que ocorrerá nos dias 4 e 5 de abril de 2025 em Recife(PE), dentre outras medidas que visam promover acessibilidade.

Apesar disso, é notável uma carência de produções bibliográficas e uma insuficiência de políticas públicas a fim de viabilizar as mudanças sociais necessárias para reverter o cenário atual, decorrente de processos históricos, da pessoa com deficiência no Brasil.

Cabe mencionar ainda a necessidade de aprimorar e avaliar as políticas públicas existentes, atualizá-las compreendendo que o capacitismo é um conceito histórico que se modifica com o tempo assim como seu efeito ideológico e, portanto, a forma como a sociedade o vê. Assim, se comprometer com a luta da pessoa com

deficiência é também seguir o Projeto Ético-Político do Serviço Social, norteador tão importante dessa categoria de profissionais, ultrapassando a ideia de ser somente uma demanda profissional. (Gallo; Klazura, 2023.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o conceito de deficiência reflete uma jornada histórica de exclusão e inclusão, marcada por uma transição em andamento do modelo biomédico para o modelo social. Enquanto o modelo biomédico ainda perpetua práticas discriminatórias e a segregação, o modelo social destaca a necessidade de uma responsabilidade coletiva para transformar a sociedade. A luta por essa transformação permanece essencial, buscando eliminar barreiras e preconceitos e avançar na superação definitiva do modelo biomédico. O Serviço Social desempenhou papel crucial nessa luta, alinhando-se a movimentos sociais e promovendo direitos humanos, autonomia e justiça social.

Entretanto, o enfrentamento do capacitismo continua sendo um desafio no cenário atual, pois está intrinsecamente ligado às desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo e pelas políticas neoliberais. O avanço depende não apenas do comprometimento ético e político dos assistentes sociais, mas também do aprimoramento constante de políticas públicas que considerem o capacitismo como uma construção histórica e ideológica a ser superada.

Por fim, reafirma-se a importância de fortalecer ações coletivas e ampliar o debate sobre a inclusão, para construir uma sociedade onde as pessoas com deficiência sejam plenamente reconhecidas em sua cidadania e participação. Esse compromisso é uma expressão essencial do Projeto Ético-Político do Serviço Social e da busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Projeto ético-político do Serviço Social**: fundamentos, princípios e diretrizes. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CROW, Liz. *Including all of our lives: reviewing the Social Model of Disability*. In: BARNES, Colin. & MENCER, Geof. *Exploring the divide: illness and disability*. Leeds: Disability Press. 1996.

França, T. H. **Modelo Social da Deficiência**: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, 17(31),59-73, 2013.

GALLO, Kelly Olinda; KLAZURA, Marcos Antonio. **Reflexões sobre a atuação do Serviço Social na garantia de direitos das pessoas com deficiência**. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, v. 7, n. 17, p. 91-110, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 34. ed: Boitempo Editorial, 2013.

MELLO, Anahi Guedes de. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. DOI: 10.1590/1413-812320152110.07792016



EIXO 7

**SERVIÇO SOCIAL,
RELAÇÕES DE
EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO
DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA
E SEXUALIDADES**



A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL: entre a lei e a prática

MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA¹
RÚBIA MARIA VIEIRA E SILVA²

INTRODUÇÃO

Compreende-se que o sistema prisional apresenta impasses para a manutenção da cidadania e dignidade humana, tal como Monteiro e Cardoso (*apud* Alves, 2018) apontam. De modo que urge a necessidade de refletir em como o encarceramento afeta a realidade de mulheres em conflito com a lei, uma vez que a mulher possui particularidades que tornam o encarceramento uma experiência que fere sua dignidade. Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um panorama da realidade do encarceramento feminino no Brasil, de modo que objetiva especificamente apresentar os desafios enfrentados e a política pública no atendimento público.

Palavras- chave: encarceramento; mulheres; direitos.

¹Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: mariaa1911.ri@gmail.com

²Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: rubiamaria760@gmail.com

METODOLOGIA

O presente trabalho foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica e documental que de acordo com Severino (2017) corresponde a utilização de registros que estão disponíveis, estes que são decorrentes de pesquisas realizadas anteriormente, documentos como livros, artigos e teses utilizando assim conceitos, dados, teorias trabalhadas por outros pesquisadores. Assim, a partir das contribuições de autores como Alves (2018), Santos (2021), Ribeiro (2019), realizou-se um estudo analítico de suas produções sobre o tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema prisional brasileiro é composto por um ambiente de extrema deterioração de sua infraestrutura, e principalmente no que diz respeito à dignidade daqueles que se encontram dentro deste sistema. Sistema esse marcado pelo uso de práticas de repressão e de criminalização da pobreza (Monteiro; Cardoso, 2013 *apud* Alves, 2018).

Monteiro e Cardoso (2013 *apud* Alves, 2018) demonstram que o crescimento das taxas de encarceramento no país está acontecendo de forma exponencial, e se dá de forma severa e repressiva e com isso há adoção de regimes cada vez mais rígidos contrapondo a perspectiva da ressocialização, além de haver um processo de encarceramento massivo de uma parcela da população de forma mais seletiva.

O relatório divulgado em 2017 pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias feito através do Infopen, o Brasil neste momento ocupava o terceiro lugar no ranking de países com maior população carcerária do mundo (Brasil, 2017 *apud* Alves, 2018). Os primeiros documentos legais a tratarem sobre o encarceramento no Brasil são a Constituição Imperial do Brasil do ano de 1824 e o Código Criminal de 1830, que em relação às mulheres era proibido o julgamento destas se grávidas e determinava um lugar para a prisão das condenadas (Ronchi, 2017 *apud* Santos, 2021)

É somente entre os anos de 1930 e 1940 que foram criados os primeiros espaços prisionais específicos para mulheres, tendo em vista o crescimento da população carcerária feminina, o código penal de 1940 contribuiu neste processo, pois o mesmo determinava que suas penas deveriam ser executadas em penitenciárias

femininas (Ronchi, 2017 *apud* Santos, 2021). De acordo com Queiroz (2015 *apud* Santos, 2021) anterior a criação destas instituições as mulheres condenadas que cumpriam suas penas em penitenciárias mistas dividiam celas com homens, o que as deixavam vulneráveis a violências, principalmente sexual.

As primeiras instituições criadas eram administradas pelas Irmãs da Congregação do Bom Pastor D'Anges, irmandades de grande influência no país. Neste momento o maior objetivo era moldar estas mulheres aos valores religiosos e morais (Ronchi, 2017 *apud* Santos, 2021). Queiroz (2015 *apud* Santos, 2021) destaca que por possuir estes objetivos os presídios recebiam também mulheres em situação de rua, prostitutas, divorciadas, mulheres com opiniões, entre outras que se apresentavam como uma ameaça aos papéis socialmente estabelecidos a elas.

No que diz respeito ao perfil das mulheres encarceradas relatório da INFOPEN (2018 *apud* Santos, 2021) aponta que houve um crescimento de 656% a partir dos anos 2000, que em números absolutos no ano em que o relatório foi produzido a população prisional feminina era de 42.355 mulheres, das quais 25.581 eram negras, em relação ao crime cometido 62% das incidências penais possuem relação com o tráfico de drogas.

É de suma importância percebemos que dos números citados 62% são mulheres solteiras que eram chefes de família, e 74% possuíam filhos. No ano de 2018 dados do Conselho Nacional de Justiça apontam a existência de 622 mulheres grávidas ou lactantes nos presídios do país (INFOPEN, 2018 *apud* Santos, 2021)

Em 2008, o Diagnóstico Nacional Sobre Mulheres Encarceradas lançado pelo Ministério da Justiça, expôs que 62,75% dos estabelecimentos exclusivos para as mulheres em cumprimento de medida de privação de liberdade não possuíam estruturas específicas para a custódia de mulheres grávidas. Em 2018, após 10 anos, Relatório produzido pela Infopen Mulheres 2º edição (2018), demonstrou que não houve mudanças significativas, tendo em vista que muitas unidades prisionais no país ainda não possuíam alas específicas para mulheres grávidas ou com filhos recém-nascidos (Infopen, 2018 *apud* Ribeiro, 2019)

Isto ocorre na realidade brasileira mesmo que na legislação do país assegure princípios, que devem ser garantidos às gestantes em privação de liberdade e seus filhos, onde no Artigo 5º encontra-se que estas mulheres são asseguradas de condições para a permanência de seus filhos durante o período de amamentação, que

de acordo com a Organização Mundial de Saúde é até os seis meses (Brasil, 1988 *apud* Ribeiro, 2019)

Diante disso, observa-se que historicamente o sistema prisional foi criado sem considerar as particularidades do corpo feminino, sobretudo para atender às especificidades necessárias no cuidado da gestação. Embora a Lei de Execução Penal, nº7.210/82, garanta o atendimento humanitário médico antes e após o parto de modo a promover assistência à saúde integral da mãe e seu filho (Brasil, 1984), a realidade é marcada por constantes violação de direitos dessas mulheres.

Plano lançado em 2015 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, fixou as diretrizes para esta política, onde em relatório observou-se diversas evidências da realidade prisional feminina que demonstram casos de negação e violação de direitos humanos, principalmente no que diz respeito à assistência à saúde onde há a necessidade de atender as especificidades de gênero, além de mulheres grávidas e com crianças (CNPC, 2015 *apud* Ribeiro, 2019)

A própria condição do encarceramento se constitui como um desafio à saúde física e mental das mulheres gestantes encarceradas. Questões como superlotação, ausência de local apropriado para o materno, falta de infraestrutura e profissionais qualificados para realização do pré-natal e outros cuidados médicos, colocam em risco a integridade da saúde tanto da mãe como do bebê (Matos et al, 2018).

Além disso, a saúde mental também é prejudicada, de acordo com Matos et al (2018) além do parto não ter de fato assistência digna, tanto devido a morosidade para a escolta ao hospital, como a negação do direito ao acompanhante, o que ocasiona em insegurança no momento do parto. Ademais, outro fator incidente é a fragilização tanto dos vínculos familiares devido ao isolamento, como do vínculo da mãe-bebê, uma vez que após o período de amamentação, a criança é entregue a família da mãe, causando sofrimento devido a separação.

Diante disso, em 2018 o Supremo Tribunal Federal determinou, por meio do Habeas Corpus Coletivo n. 143.641/SP, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para mulheres gestantes ou mães de crianças de até 12 anos como meio de garantir a integridade da saúde, uma vez que essa mulher passará a utilizar os serviços de sua região, além disso também possibilita o convívio familiar da criança com a mãe até os 12 anos. A medida visa lidar com a situação de modo emergencial, uma vez que é visível a escassez de políticas públicas para este segmento da sociedade (Feriato, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível apresentar um breve panorama da realidade enfrentada pelas mulheres em situação de cárcere, desde o surgimento das penitenciárias femininas aos desafios enfrentados na contemporaneidade. De maneira que é visível que desde o seu surgimento, que essas unidades não possuíam estrutura adequada para a garantia de direito e se constituíram como um campo de violação de direitos.

Assim, apesar da Lei de Execução Penal estabelecer os direitos da pessoa em situação de cárcere, o que se observa na realidade é a constante degradação dos direitos, e por consequência da dignidade humana. Além disso, chama a atenção a falta de políticas públicas voltadas para a mulher em cárcere diante de suas particularidades. Logo é importante ressaltar que a necessidade de implementar políticas voltadas para a mulher em cárcere, de modo a garantir a defesa da cidadania e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nycole Abreu. **Condição da mulher em cárcere: do surgimento das prisões femininas no Brasil ao fenômeno do encarceramento em massa**. 2018.

BRASIL. Lei de Execução Penal. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

FERIATO, Juliana Marteli Fais. Mulheres encarceradas: da gestação ao parto de crianças atrás das grades e desrespeito à dignidade da pessoa humana. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto-SP, ano XXV, v. 29, n. 1, p. 128-153, jan./abr. 2020. ISSN 2318-8650.

MATOS, K. K. C.; SILVA, S. P. C.; LIMA, J. K. S. Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. **Rev. enferm.** UFPE on line, Recife, v. 12, n. 11, p. 3069-3077, nov. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i11a235006p3069-3077-2018>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

RIBEIRO, Janielly Oliveira de Pontes et al. **Ser mulher, mãe e presa: um estudo sobre direitos humanos e maternidade no sistema prisional**. 2019.

SANTOS, Amanda Rayane Souza; SANTOS, Jacksilane da Silva. **Saúde da Mulher Encarcerada: Os Desafios da Maternidade Diante do Sistema Prisional**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, nov. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.



ACESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS E MÃES NO ENSINO SUPERIOR: desafios e perspectivas no Serviço Social

LETÍCIA GOMES¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca relatar e analisar a experiência de uma mulher negra, mãe e de baixa renda durante sua trajetória no curso de Serviço Social. A reflexão sobre a intersecção entre classe, gênero e raça no acesso e permanência no ensino superior é essencial para compreender os desafios estruturais enfrentados por estudantes que compartilham dessa realidade. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, com inspiração autobiográfica, alinhada à literatura sobre desigualdade educacional e políticas afirmativas.

A experiência universitária para estudantes de baixa renda, negros e mães é marcada por desafios estruturais que atravessam o percurso acadêmico. O Serviço Social, comprometido com a defesa dos direitos humanos e a justiça social, tem um papel fundamental na construção de políticas que garantam a permanência e a equidade no ensino superior. Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2020), a profissão orienta-se pela luta contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero, garantindo o direito à educação como princípio fundamental.

¹ Letícia Ferreira Gomes - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: leticia.gomes@ufpi.edu.br.

Palavras- chave: Acesso ao ensino superior; permanência estudantil; mulheres negras; mães universitárias; interseccionalidade; políticas afirmativas; Serviço Social.

OBJETIVOS

Analisar os desafios de permanência de mulheres negras e mães no ensino superior, considerando desigualdades estruturais e a efetividade das políticas de assistência estudantil, identificando obstáculos como sobrecarga, falta de creches e dificuldades financeiras, examinando o papel das políticas afirmativas e do PNAES na permanência acadêmica e refletindo sobre o Serviço Social na promoção da equidade no ensino superior.

METODOLOGIA

A pesquisa tem um caráter exploratório e descritivo, baseada em um relato de experiência pessoal. O método utilizado é a autoetnografia, que permite uma análise subjetiva, mas cientificamente embasada, da vivência universitária. Além disso, utiliza-se uma revisão bibliográfica sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes negros e de baixa renda no ensino superior, destacando aspectos estruturais e históricos que influenciam a permanência acadêmica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A desigualdade no acesso e na permanência de mulheres negras e mães no ensino superior pode ser evidenciada por meio de dados concretos que reforçam a urgência de políticas institucionais mais eficazes. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), em 2022, apenas 14,7% das mulheres negras haviam concluído o ensino superior, enquanto 29% das mulheres brancas alcançaram esse nível de escolaridade. Essa disparidade reflete as barreiras estruturais impostas às mulheres negras, que enfrentam múltiplas desigualdades decorrentes da interseção entre raça, gênero e classe social.

Além das dificuldades de ingresso, a permanência no ensino superior também é um desafio significativo. Entre 2016 e 2019, a taxa de ingresso de mulheres brancas no ensino superior foi de 29,2%, enquanto apenas 16,5% das mulheres negras

conseguiram acessar essa etapa educacional. O menor tempo médio de escolaridade da população negra no Brasil (11,5 anos, contra 12,8 anos da população branca) também impacta diretamente as oportunidades acadêmicas e profissionais dessas estudantes.

A realidade das mães universitárias agrava ainda mais esse cenário. A sobrecarga de responsabilidades, a ausência de creches universitárias e a falta de suporte institucional são fatores que aumentam as chances de evasão. Mesmo diante da existência de políticas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e projetos de lei que propõem medidas de apoio, a falta de implementação prática dessas iniciativas impede que muitas estudantes consigam concluir seus estudos. Esses dados demonstram que a luta pela equidade no ensino superior deve ir além da criação de legislações, exigindo um compromisso efetivo das universidades na formulação de políticas de assistência estudantil que atendam às necessidades reais das mulheres negras e mães. Sem essas garantias, a democratização do ensino superior continuará sendo um desafio, e a desigualdade acadêmica permanecerá como um reflexo das desigualdades sociais mais amplas.

A trajetória universitária é marcada por desafios financeiros, raciais e de gênero. A conciliação entre estudos e maternidade demanda uma organização rigorosa e, muitas vezes, a renúncia a momentos de lazer e descanso. A falta de creches acessíveis e o preconceito estrutural são barreiras adicionais. Contudo, o acesso a políticas afirmativas, auxílios estudantis e a rede de apoio entre colegas e docentes se mostram fundamentais para a continuidade na formação acadêmica. O relato também evidencia a importância do curso de Serviço Social na construção de uma consciência crítica e na articulação de lutas por direitos dentro e fora da universidade. Nos últimos anos, a adoção de políticas afirmativas contribuiu para a democratização do ensino superior, permitindo o acesso de estudantes historicamente excluídos. Entretanto, a permanência desses alunos ainda é um grande desafio. Estudos indicam que, apesar do aumento da inserção de estudantes das camadas populares, as universidades ainda não estruturaram mecanismos suficientes para garantir sua continuidade acadêmica (SILVA, 2020).

O recorte de raça, classe e gênero é fundamental para compreender as barreiras enfrentadas por mulheres negras no acesso e permanência na universidade (CARVALHO, 2019). A maternidade universitária, por sua vez, é um fator que se soma às desigualdades estruturais, exigindo políticas públicas específicas para evitar a

evasão acadêmica. Segundo Hooks (2020), a vivência da maternidade dentro do ensino superior exige uma abordagem crítica e a superação de estruturas opressoras que dificultam a emancipação dessas mulheres.

O debate sobre maternidade nas universidades ainda é incipiente dentro do Serviço Social, apesar de sua relevância para a permanência de mulheres mães no ensino superior (ALMEIDA, 2018). A assistência estudantil precisa ser reformulada para incluir as necessidades de estudantes mães, como acesso a creches e suporte institucional para conciliar estudos e maternidade (SOUZA, 2021). Além disso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ainda precisa se articular melhor para garantir a permanência dessas estudantes (BRASIL, 2017).

A permanência de mulheres negras e mães no ensino superior está diretamente relacionada às limitações das políticas públicas voltadas para assistência estudantil. Muitas dessas políticas não consideram as especificidades desse grupo, resultando na reprodução das desigualdades dentro da universidade. Isso reflete uma problemática maior das políticas sociais no Brasil, que, segundo Iamamoto (2007), são influenciadas pela lógica do capital, restringindo o acesso pleno aos direitos sociais. De acordo com Iamamoto (2007, p. 89):

“O acesso aos direitos sociais, longe de representar uma conquista plena da classe trabalhadora, expressa, antes, os limites e contradições das políticas públicas, subordinadas à lógica da acumulação do capital.”

Isso significa que, mesmo quando há avanços na ampliação do acesso ao ensino superior, a permanência ainda enfrenta barreiras estruturais. O modelo econômico vigente influencia diretamente o alcance e a efetividade das políticas educacionais, limitando o impacto real das ações afirmativas e de assistência estudantil. Dessa forma, para garantir uma inclusão efetiva, é necessário que essas políticas levem em consideração não apenas o ingresso, mas também a permanência dos estudantes historicamente marginalizados.

Nesse contexto, o Projeto de Lei Nº 2189/19 propõe a criação de espaços recreativos para filhos de estudantes em instituições de ensino superior, o que representaria um avanço significativo para mães universitárias (BRASIL, 2019). No entanto, a existência de legislações e princípios que garantem a equidade no ensino superior não tem sido suficiente para transformar a realidade dessas estudantes. A falta de estrutura e a ausência de uma efetivação concreta dessas políticas resultam

na continuidade das barreiras para mães universitárias, principalmente mulheres negras e de baixa renda.

O Código de Ética do Assistente Social estabelece como princípios fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos e o combate às desigualdades sociais. A universidade, enquanto espaço de formação, deve garantir que suas políticas institucionais estejam alinhadas a esses princípios, promovendo ações afirmativas eficazes e assegurando o direito à educação sem barreiras de classe, raça ou gênero (CFESS, 2012). No entanto, a permanência estudantil ainda esbarra na insuficiência de medidas práticas, demonstrando um descompasso entre o que está previsto nas normativas e o que é realmente garantido dentro das instituições de ensino. A ausência de creches, a sobrecarga acadêmica e a falta de suporte específico para mães universitárias evidenciam a necessidade de um compromisso efetivo das universidades na concretização dessas garantias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reforça a necessidade de maior investimento em políticas de permanência, especialmente para mulheres negras e mães no ensino superior. O reconhecimento dessas dificuldades é essencial para construir uma universidade mais inclusiva e equitativa. A trajetória aqui relatada é um testemunho da resiliência de estudantes em situação de vulnerabilidade e da importância da educação como ferramenta de transformação social.

A jornada universitária de estudantes negros, de baixa renda e mães deve ser compreendida a partir de um olhar interseccional. O Serviço Social, como campo de atuação e produção de conhecimento, tem o compromisso ético de fomentar discussões e ações que ampliem a inclusão e a permanência dessas populações. Dessa forma, é imprescindível que as universidades revisem e ampliem suas políticas institucionais, garantindo um ambiente acadêmico verdadeiramente democrático e acessível (SANTOS, 2020).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Documento de orientação. 2020.

ALMEIDA, M. *Maternidade e universidade: desafios para a permanência*. Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 2, p. 45-67, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei Nº 2189/19*. 2019.

CARVALHO, R. *Gênero, raça e permanência universitária: desafios interseccionais*. Educação & Sociedade, v. 40, n. 3, p. 789-806, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília, 2012.

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9ac298aaf1203418036ae00bf1272e92.pdf. Acesso em: 31 mar. 2025.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA – PNAD. *Síntese de indicadores educacionais*. IBGE, 2022.

SANTOS, J. *A permanência estudantil de mães negras no ensino superior*. Cadernos de Serviço Social, v. 27, n. 1, p. 112-130, 2020.

SILVA, L. *Políticas afirmativas e permanência universitária*. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 1, p. 98-115, 2020.

SOUZA, F. *Assistência estudantil e maternidade: desafios e perspectivas*. Serviço Social em Debate, v. 15, n. 2, p. 220-238, 2021.



CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A SEGURANÇA: atuação do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da UESPI

MALENA ARAÚJO ALVES DE LIMA¹
JAYANE MARIA FERREIRA CARVALHO²
VITÓRIA ANTÃO DE CARVALHO ROSA³

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno multifacetado, persistente, que atinge diversas mulheres ao redor do mundo sem distinção de classe, raça e gênero. Tal manifestação abrange diversas formas de violência, entre elas, agressão física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, e está enraizada nas desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. Segundo Campo (2015), a violência contra a mulher resulta de uma estrutura patriarcal que subordina as mulheres, perpetuando sua vulnerabilidade e expondo-as a diversas formas de opressão.

¹ Mestra em Psicologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI), Psicóloga (UniFacid), Especialista Clínica em Gestalt Terapia (Faculdade Inspirar), atualmente Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à violência contra a mulher - NEVIM (UESPI/SSP) e Assessora Técnica - Diretoria de Defesa Social (DDS/SSP).

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Gestão Pública e Gestão em Serviço Social (Faculdade IPEMIG). Atualmente Assistente Social do NEVIM/UESPI/SSP.

³ Bacharel e Licenciada em Psicologia-Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Especialista em avaliação de psicologia (Faculdade Metropolitana), Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental (Faculdade Metropolitana), Especialista em Neuropsicologia (Faculdade Metropolitana). Atualmente psicóloga do NEVIM/UESPI/SSP.

A universidade não é descolada da sociedade na qual estamos inseridas (os), por isso nela também há reprodução de comportamentos violentos contra mulheres em seu contexto, além disso existem estruturas hierárquicas, dinâmicas permissivas e sexistas que criam um âmbito de hostilidade e culpabilização das vítimas, bem como a naturalização da violência tanto nos relacionamentos afetivos como de hierarquia com os professores e chefes (BELLINI E MELO, 2022).

Apesar de ser um problema social em reminiscência no âmbito universitário é um tema ainda pouco pesquisado e debatido. Um dos poucos estudos realizados no Brasil, foi conduzido pelo Instituto Avon e Data Popular em 2015, revela que, em uma amostra de 1.823 estudantes universitários, 73 % dos homens e mulheres relataram que conheciam casos de assédio sexual na universidade; e 56% das mulheres relataram ter sofrido assédio sexual, bem como 26% reconheceram que cometeram algum tipo de assédio e violência contra as mulheres. Outro dado, diz respeito a desqualificação intelectual ou piadas ofensivas por ser mulher em que 62% reconhecem casos, 49% sofreram e 19% cometeram. (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015).

Mesmo sendo uma ocorrência muito frequente no contexto acadêmico, como indica a pesquisa citada, essas violências permanecem, na maioria das vezes, ocultas e marcadas pelo silenciamento, e as razões apontadas para isso são variadas e vão desde aspectos sociais/institucionais àquelas mais pessoais. Dessa forma, a atuação de núcleos especializados de enfrentamento à violência, como os serviços de acolhimento, orientação e suporte, tem sido essencial para garantir que essas mulheres recebam o atendimento adequado e a proteção necessária para romper com o ciclo de violência.

Sendo assim, este relato de experiência tem como objetivo apresentar a atuação do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Universidade Estadual do Piauí (NEVIM), destacando as ações desenvolvidas no enfrentamento, acolhimento e prevenção da violência de gênero no ambiente acadêmico. Dessa forma, pretende-se: Descrever o funcionamento do NEVIM, evidenciando seus eixos de atuação e os serviços prestados às mulheres em situação de violência no contexto universitário; analisar os desafios e avanços na implementação do núcleo, considerando a articulação com políticas públicas e órgãos institucionais; e destacar a importância da produção de dados e incentivos à denúncia para a redução da subnotificação e do silenciamento das vítimas no espaço universitário.

O relato também procura evidenciar a necessidade de um trabalho contínuo de conscientização, a experiência vivida reflete não apenas a necessidade de intervenções eficazes, mas também como elas fizeram a diferença para que com o apoio correto as mulheres encontrem caminhos para quebrar ciclos de violência.

Palavras- chave: Violência de gênero. Ambiente acadêmico. Núcleo de Enfrentamento à violência contra a mulher.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, com abordagem qualitativa e do tipo relato de experiência. Conforme Ludke e Andre (2013), a abordagem com o foco qualitativo, de uma forma geral, é feita em um ambiente natural, onde o pesquisador se configura como o principal instrumento e os dados coletados são preferencialmente descritivos com um significado mais subjetivo para as análises realizadas. No que se refere ao relato de experiência, Grollmus e Tarrés (2015) afirmam ser uma forma de narrativa que acontece por meio da escrita com o intuito de expressar um acontecimento ou experiência vivida, de forma subjetiva e detalhada.

O relato foi embasado na atuação prática do NEVIM ao longo de seu primeiro ano de funcionamento (2023-2024). Com base na análise documental, observação participante e levantamento de dados institucionais. As estratégias metodológicas utilizadas foram possíveis através da avaliação dos documentos institucionais produzidos pelo núcleo, como o “Protocolo do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher” e a cartilha “UESPI Livre de Assédio”.

As ações educativas realizadas em diferentes campi da universidade, registrando a receptividade e o engajamento da comunidade acadêmica permitiu a utilização do método da observação participante, que permite ao pesquisador maior interação. E através do levantamento de dados institucionais aplicado pelo NEVIM por meio do formulário diagnóstico foi possível realizar uma análise das informações coletadas sobre a percepção de segurança dos discentes em geral e dos atendimentos psicossociais prestados às mulheres vítimas de violência.

A sistematização desses dados permitiu compreender os avanços e desafios da atuação do NEVIM, bem como propor reflexões sobre o fortalecimento de políticas

públicas e práticas institucionais voltadas à segurança e equidade de gênero no ambiente acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher- NEVIM foi instituído em novembro de 2023, em uma parceria entre Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí e a Universidade Estadual. Essa parceria simboliza o caráter preventivo das ações de segurança, além disso, a escolha do contexto universitário como locação para essas ações foi motivada devido a ocorrências de assédios e feminicídio em outras universidades do Estado, assim como a presença dessa instituição em diversos municípios do Estado, garante um amplo acesso a essa política pública.

As estatísticas crescentes de feminicídio e violência contra a mulher no Estado, demonstram a necessidade de ações preventivas juntamente às ações punitivas a fim de reduzir as estatísticas dessa problemática, bem como a insegurança vivenciada por mulheres até mesmo em ambientes considerados supostamente seguros. É válido ressaltar que essa problemática ameaça o direito à equidade e acesso à educação para as mulheres.

Diante disso, o Núcleo tem como principal objetivo a garantia da saúde mental, acolhimento e segurança das mulheres dentro da comunidade acadêmica e foi fomentado a partir de eixos de atuação: enfrentamento, prevenção e treinamento e articulação. O eixo de enfrentamento refere-se a oferta de atendimentos psicossociais e acompanhamento para todas as mulheres (cis e trans) que compõem o contexto universitário que tenham sofrido ou estejam sofrendo algum tipo de violência de gênero dentro ou fora do espaço universitário.

Em 2024, 10 mulheres procuraram por demanda espontânea ou foram encaminhadas pela Ouvidoria e Serviço de Psicologia para atendimento no NEVIM. Nesse eixo é estabelecido que após o enfrentamento da demanda inicial, redução do risco e encaminhamento para a rede de enfrentamento municipal ou estadual, essa mulher continua sendo acompanhada de forma online até que manifestasse o interesse em finalizar o vínculo com o serviço. Além dos atendimentos à vítima, a partir da análise de cada caso também é oferecido orientação jurídica ou são realizados

atendimentos familiares e reuniões pedagógicas com outros componentes da Universidade.

O eixo de prevenção é fomentado a partir da realização de ações educativas em todos os municípios do Estado em que há campus da UESPI. No primeiro ano de funcionamento do Núcleo, foram realizadas ações em Picos, Campo Maior e nas duas sedes em Teresina, Clóvis Moura e Torquato Neto, o qual possui a maior parte de alunos e centros. Durante a realização dessas atividades foi percebido a boa receptividade dos alunos, diretores e professores com as ações, os quais evidenciaram a importância de falar sobre o assunto e carência desses diálogos na universidade.

Para a realização foram usadas metodologias ativas, materiais gráficos personalizados e dinâmicas, bem como sempre são realizadas provocações ao público sobre a temática para que esses participem ativamente da construção desse saber. Outro dado interessante foi a participação de alunos que se identificam com o gênero masculino nas discussões e o aumento dos atendimentos concomitantemente a realização dessas atividades, o que demonstra que elas também influenciaram em grande parte o encorajamento das mulheres na saída do silenciamento.

Outrossim, o eixo de prevenção engloba a contribuição em novas políticas públicas e práticas de equidade de gênero, como foi o caso da proposta e construção de um Código de Conduta para enfrentamento ao assédio e outras violências contra as mulheres na UESPI desenhado para obter um fluxo sobre as denúncias de assédio, bem como a responsabilização de cada setor para proteger e acolher a vítima, essa proposta resultou-se na Resolução CONSUN 007/2024 que institucionaliza as ações e recomendações que devem ser seguidas por todos os membros da comunidade acadêmica e por todas as pessoas que com ela se relacionam e na cartilha “UESPI Livre de Assédio”, apresenta de forma prática e linguagem mais acessível as normas da resolução.

O trabalho no eixo de prevenção está diretamente ligado à transformação do contexto social por meio da produção de programas e projetos, fortalecimento das políticas públicas, bem como a produção de trabalhos científicos e participação em eventos acadêmicos para a divulgação do serviço.

E o último eixo de atuação, de treinamento e articulação, consiste no trabalho da realização de qualificações com professores, setores administrativos e prestadores de serviço da UESPI a fim de promover a redução de assédios contra mulheres no

contexto acadêmico, bem como para que esses possam agir de forma ágil e eficiente na redução dessas práticas. Também se caracteriza pela articulação com outros setores que facilitem o acompanhamento dos processos de violência contra a mulher que ocorrem na universidade, entretanto, essa atuação representa um dos maiores desafios por depender de respostas jurídicas, administrativas e judiciais de outros órgãos, e o Núcleo precisa lidar com a morosidade do andamento de processos e a efetivação de denúncias formais que embasam a atuação do serviço que trabalha como intermediador e facilitador das informações e fluxos pouco conhecidos pela comunidade acadêmica.

Em suma, no primeiro ano de funcionamento o NEVIM produziu dois documentos para o público o “Protocolo do Núcleo de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher” e cartilha “UESPI Livre de assédio”, respectivamente, esses documentos trata-se de um documento de divulgação e informação sobre o funcionamento do Núcleo e cartilha com instruções, informações sobre tipos de violência e medidas administrativas que podem ser tomadas, bem como instruções internas para coordenadores e professores.

Também alcançou um número considerável de pessoas com a realização de 20 ações educativas ao longo do ano, com um público total de 969 pessoas dentro e fora do contexto universitário. 10 mulheres foram atendidas e acolhidas pelo Psicossocial, e somando-se 54 atendimentos e monitoramentos ao total, inclusive orientação a uma mulher fora do contexto universitário a qual teve acesso ao serviço por indicação de outros serviços. Para além, as redes sociais, como por exemplo youtube e instagram, também foram um dos focos de divulgação e compartilhamento de informações com alcance de aproximadamente 37.574 visualizações, apesar de um menor número de intervenções.

Apesar dos inúmeros resultados exitosos tanto no campo de alcance de pessoas, como de produção de documentos e estruturação da política pública sendo reconhecido dentro e fora da instituição de ensino, houve desafios quanto ao acesso a municípios e articulação com os docentes fora da capital, onde observou-se que os campis do interior foram onde mais tiveram casos de assédio, inclusive de repercussão. Também se enfrentou a morosidade em relação a processos administrativos que dependem de decisões de órgãos extra acadêmicos, o que gera descontentamento e pode resultar no enfraquecimento da realização de denúncias.

Entretanto, esses desafios e impasses resultaram em ações de fortalecimento, discussão e construção das políticas públicas sobre o fluxo das denúncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da UESPI (NEVIM) demonstra que, apesar dos desafios institucionais e estruturais, é possível construir caminhos de acolhimento e proteção para mulheres no ambiente acadêmico. Ao longo do primeiro ano de atuação, as ações do núcleo alcançaram um número significativo de pessoas, promovendo diálogos, garantindo atendimentos e fortalecendo a conscientização sobre a violência de gênero.

Os dados levantados no formulário diagnóstico, quanto nos atendimentos individuais e nas atividades educativas, evidenciam a necessidade de um trabalho contínuo para enfrentar a cultura de silenciamento que ainda persiste dentro das universidades. A resistência em denunciar e os entraves burocráticos são obstáculos que exigem respostas institucionais mais ágeis e comprometidas com a segurança das mulheres. No entanto, cada atendimento realizado, cada informação compartilhada e cada espaço de escuta criado reforçam a importância de iniciativas como o NEVIM.

Ao combinar acolhimento, prevenção e enfrentamento, ele não apenas oferece suporte às vítimas, mas também desafia estruturas institucionais enraizadas de desigualdade. O engajamento da comunidade acadêmica, especialmente dos estudantes, demonstra que a universidade pode – e deve – ser um espaço de conscientização e combate à violência de gênero.

Ainda há um longo caminho a percorrer, mas os resultados conquistados até aqui mostram que é possível mudar realidades quando há comprometimento e ação, uma vez que a violência de gênero é um obstáculo para o desenvolvimento, segurança, qualificação e qualidade de vida das mulheres acadêmicas, pesquisadoras, mesmo depois de terem alcançado o contexto universitário.

O NEVIM se consolida, assim, não apenas como um núcleo de enfrentamento à violência de gênero, mas como um espaço de resistência para propor mudanças organizacionais e institucionais para que a UESPI se torne um lugar mais acolhedor e ambiente seguro para as mulheres, para que elas iniciem e terminem seus cursos de

graduação e pós-graduação, bem como seus trabalhos diários com integridade física e mental.

REFERÊNCIAS

Bellini, D, M, G; Mello, R, R. (2022) AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS PARA A PREVENÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES. In: Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas / organizador: Tânia Mara Campos de Almeida, Valeska Zanella - Brasília: OAB Editora, 2022.

CAMPO, Danielle Borcioni et al. Mulheres migrantes do Sul Global no Brasil: uma abordagem interseccional sobre desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho (2015-2022)

GROLLMUS, Nicholas S.; TARRÈS, Joan P. Relatos metodológicos: difractando experiências narrativas de investigación. Fórum Qualitative Social Research, v.16, n. 2, mayo 2015.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário. São Paulo: Instituto Avon, 2015.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa. 2.ed. São Paulo: EPU, 2013.



DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E A PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO ENSINO SUPERIOR

RAISSA GOMES GUERREIRO¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios à permanência estudantil de indígenas e quilombolas em uma universidade federal do norte do Brasil, considerando as dinâmicas de discriminação étnico-racial presentes no contexto ensino superior brasileiro. A inserção desse grupo, historicamente marginalizado na sociedade brasileira, foi viabilizado pela implementação das políticas de ações afirmativas. Contudo, mesmo que a problemática do acesso tenha caminhado em direção a sua superação, especialmente a partir do século XX, permanecem cristalizados os obstáculos que dificultam a permanência e conclusão com êxito desses estudantes. A realização desse trabalho justificasse pela necessidade de compreender de que maneira os processos de discriminação se materializam no ensino superior e como impactam no desempenho acadêmico discente. Além disso, o estudo contribui para o debate acadêmico sobre a efetividade das ações afirmativas no Brasil, destacando a importância de ir além do acesso e garantir condições reais de permanência e conclusão com êxito dos cursos de graduação.

¹ Assistente social, Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA, raissa.guerreiro@icsa.ufpa.br.

Palavras- chave: Permanência estudantil. Indígenas. Quilombolas.

METODOLOGIA

Este trabalho adotou como metodologia de pesquisa, a pesquisa bibliográfica, fundamentada em uma revisão sistemática da literatura realizada em bases de dados institucionais e periódicos acadêmicos de relevância para a temática. Paralelamente, foram consultados documentos oficiais, como relatórios institucionais e registros disponíveis nos sistemas de informação da instituição em questão. Para Severino (2013), a pesquisa documental se caracteriza por conteúdos que “ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2013, p.106). A pesquisa bibliográfica, por outro lado, “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. [...] O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2013, p.106).

Complementarmente a pesquisa bibliográfica e documental, foram realizadas rodas de conversas com os estudantes indígenas e quilombolas dentro das Associações estudantis desses estudantes. Essa abordagem qualitativa permitiu capturar as perspectivas dos próprios sujeitos envolvidos sobre a problemática, enriquecendo a análise com elementos subjetivos e contextuais que não estariam acessíveis apenas por meio da revisão bibliográfica ou documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade da incorporação, de forma efetiva, da discussão étnico-racial na formulação e implementação das políticas de permanência estudantil no Institutos Federais de Ensino Superior, de modo a atender as especificidades dos indígenas e quilombolas estudantes. Os relatos desses estudantes nas rodas de conversa destacaram a existência de barreiras no acesso aos serviços e auxílios de assistência estudantil, derivados dos processos de burocratização da política que não consideram as realidades socioculturais e as limitações enfrentadas por esses grupos, especialmente no que se refere ao letramento digital, visto que todo processo de solicitação de auxílio ou serviço é feita

de forma digital. Outro aspecto identificado na pesquisa, tanto por meio das narrativas dos estudantes quanto pela revisão da literatura, é a persistente discriminação racial enfrentada por esses discentes. Tal discriminação se manifesta através dos colegas de classe, docentes e pela política institucional.

Bernardino-costa e Moura (2023), destacam que o racismo e a discriminação no ensino superior se constituem como percalços que podem impactar no desempenho acadêmico e na permanência dos estudantes cotistas. Para os autores o “recurso às narrativas dos próprios discentes destaca a singularidade de cada pessoa reconhecida em sua condição”.

Para Gomes (2017),

O Brasil construiu, historicamente um tipo de racismo insidioso, ambíguo, que se afirma via sua própria negação e que está cristalizado na estrutura da nossa sociedade. Sua característica principal é a aparente invisibilidade. Essa invisibilidade aparente é ainda mais ardilosa, pois se dá via mito da democracia racial, uma construção social produzida nas plagas brasileiras. (GOMES, 2017, p. 51)

Promover a discussão étnico-racial no âmbito do ensino superior configura-se como uma estratégia fundamental para romper com a lógica do passado colonial brasileiro, podendo, assim, representar um caminho efetivo para a superação dos obstáculos que perpetuam as desigualdades e a discriminação no ambiente acadêmico. Esse diálogo deve ocorrer de forma permanente e integrada às políticas de ação afirmativa, sejam elas voltadas ao acesso ou à permanência no ensino superior.

A implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil insere-se no contexto educacional brasileiro com o objetivo de reduzir a discriminação racial e socioeconômica, promovendo maior inclusão e equidade no acesso ao ensino superior. Contudo, além do contínuo aprimoramento dessa política, é fundamental a promoção do aprimoramento das políticas de permanência institucionais, regulamentadas pela Lei Federal de nº 14.914 de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar os desafios à permanência de estudantes indígenas e quilombolas em uma universidade federal do Norte do Brasil, com foco nas dinâmicas de discriminação étnico-racial presentes no ensino superior. A pesquisa evidenciou que, embora as políticas de ações afirmativas tenham avançado significativamente no que diz respeito ao acesso desses grupos ao ensino superior, os obstáculos à sua permanência e conclusão dos cursos ainda são permanentes. A discriminação racial, a burocratização dos processos de assistência estudantil e a falta de letramento digital foram identificados como fatores críticos que impactam negativamente a trajetória acadêmica desses estudantes.

Concordo com Costa e Picanço (2020) quando afirmam que

compreender os efeitos da expansão do Ensino Superior depende de uma análise que exceda os resultados verificáveis a partir dos bem-sucedidos números de matrícula em ies. É necessário considerar os componentes que interferem diretamente nas chances de conversão da entrada em uma trajetória bem-sucedida (COSTA; PICANÇO, 2020, p.288).

Por fim, este estudo contribui para o debate acadêmico sobre a efetividade das ações afirmativas no Brasil, destacando a importância de ir além do acesso e garantir condições reais de permanência e sucesso acadêmico. A superação dos desafios identificados requer não apenas o aprimoramento das políticas institucionais, mas também uma mudança cultural que valorize a diversidade e promova a equidade no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MOURA, Cristina Patriota De. JALECOS BRANCOS: TRAJETÓRIA E DESEMPENHO DE COTISTAS DO CURSO DE MEDICINA DA UNB. Educação & Sociedade, v. 44, p. e271267, 2023.

COSTA, Andrea Lopes Da; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no ensino superior. Novos Estudos - CEBRAP, v. 39, n. 2, p. 281–306, 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1 Ed. São Paulo : Cortez, 2013.



ENCARCERAMENTO NO BRASIL: desigualdades estruturais no processo do cárcere

ANANDA INGRED RODRIGUES DE OLIVEIRA¹
CYNTHIA LEAL FRANÇA²
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA³
SARAH LETÍCIA PACHECO CALAÇA⁴

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo principal tecer uma análise das raízes históricas das desigualdades sociais no Brasil e sua intrínseca conexão com a trajetória do sistema prisional, buscando desvendar as múltiplas expressões da questão social que se manifestam no ambiente carcerário. Nesse contexto, este estudo se propõe a discutir como a escravidão e outros processos de exclusão, moldaram o sistema prisional brasileiro e contribuem para a perpetuação de um ciclo de violência e marginalização.

Embora a prisão seja concebida como um mal necessário para punir condutas criminosas, o sistema falha em seu papel de ressocialização, perpetuando um ciclo de violência e marginalização (Bittencourt, 1993; Mirabette, 2003). A negligência aos direitos dos condenados, somada a outros fatores, impede a reintegração do indivíduo

¹ Residente em Saúde Mental; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2025); anandaingred@ufpi.edu.br;

² Mestranda em Políticas Públicas pela UFPI; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2024); cynthialefran22@gmail.com;

³ Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI); rosilenemarquessobrinho@gmail.com;

⁴ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2024); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); sarahcalaca@ufpi.edu.br;

na sociedade e contribui para a reincidência e o aumento da criminalidade. Logo, torna-se imprescindível compreender essa intrínseca relação entre o contexto histórico nacional e os atuais problemas enfrentados pelo sistema prisional, buscando soluções que promovam a justiça social e a superação do modelo punitivo vigente.

Palavras-chave: Encarceramento. Sistema Prisional. Questão Social.

METODOLOGIA

Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, alicerçada em um estudo bibliográfico crítico de autores como Angotti (2011), Foucault (1987), Iamamoto e Carvalho (2006), cujas obras fornecem arcabouço teórico para a análise da temática em questão. Complementarmente, a pesquisa documental se revela essencial, com a consulta a legislações pertinentes e dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), visando a uma compreensão abrangente do contexto histórico e social que permeia a relação entre desigualdades e o sistema prisional brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A priori, importa mencionar que a desigualdade de classes, originada com a colonização europeia e o avanço do capitalismo, se entrelaça na formação social brasileira com as desigualdades de raça/etnia e gênero, marcadas pelo racismo e heteropatriarcado, cujas raízes persistem no presente. Desse modo, a discussão sobre raça, classe e gênero permitirá desvendar como essas categorias se intersectam e se reforçam mutuamente, moldando as experiências de indivíduos e grupos na sociedade.

Conforme Almeida (2019), o racismo se configura como um sistema de discriminação racial, manifestando-se tanto em ações conscientes quanto inconscientes, que resultam em disparidades de privilégios e desvantagens entre grupos sociais. Essa prática, por sua vez, não apenas prejudica individualmente suas vítimas, mas também afeta a população negra como um todo, contribuindo para a criminalização e marginalização de jovens negros, especialmente aqueles oriundos das periferias urbanas, reforçando estigmas prejudiciais. Sob esse aspecto, Silva e

Ávila (2015) ponderam que a criminalização da pobreza se baseia na associação do indivíduo pobre à periculosidade, que a qualquer momento pode causar um mal à sociedade, justificando e facilitando a ação repressiva do Estado.

Consoante a desigualdade de gênero, ressalta-se que o heteropatriarcado tem sua natureza ainda no sistema escravista (Álvaro; Araújo, 2021). Essa herança histórica se manifesta no sistema prisional, moldando a trajetória e o desenvolvimento dos presídios femininos no Brasil, conforme observado por Angotti (2011, p. 17):

Desde o período colonial, no Brasil, as mulheres foram encarceradas em estabelecimentos onde prevaleciam prisioneiros do sexo masculino, sendo a elas raramente destinados espaços reservados. Prostitutas e escravas, em sua maioria, as mulheres eram confinadas junto aos homens, frequentemente dividindo a mesma cela. Narrativas de abandono, abusos sexuais, problemas com a guarda – na maioria das vezes masculina –, doenças, promiscuidade e outros, envolvendo as mulheres encarceradas, estavam sempre presentes nos trabalhos de penitenciaristas do século XX.

Assim, compreende-se que as estruturas desiguais, moldadas por um sistema racista e heteropatriarcal proveniente da colonização e do capitalismo, exercem forte influência no contexto carcerário.

Nessa perspectiva, ao longo da história, a oscilação entre punição severa e a busca pela ressocialização marcou os modelos penais, sem que um equilíbrio eficaz fosse alcançado. Foucault (1987) destaca o surgimento do cárcere moderno no século XVIII, concebido como um instrumento de disciplina social a serviço do capital. Diferentemente das prisões medievais, meros locais de espera para sentenças, o cárcere moderno ambicionava disciplinar corpos e comportamentos, moldando indivíduos à ordem capitalista (Angotti, 2011). Assim, a prisão tornou-se um mecanismo de controle social, submetendo o corpo do indivíduo a um regime disciplinar estrito, com o objetivo de reeducá-lo e integrá-lo à sociedade.

No Brasil, a história do sistema penitenciário revela que a prisão, desde seus primórdios, também foi um espaço de exclusão social e negligência por parte das políticas públicas (Angotti, 2011). Embora a redemocratização e a Constituição de 1988 tenham acendido a esperança de um sistema mais justo e humanizado, com princípios como a dignidade humana e a finalidade educativa da pena, a realidade dos presídios permanece precária, assolada pela superlotação e violência (Brasil, 1988). A ressocialização, mesmo prevista em lei, persiste como um desafio significativo, exigindo esforços contínuos e abrangentes para sua efetivação.

Diante desse cenário, também se faz necessária a discussão sobre as expressões da questão social que se apresentam no contexto do cárcere. Iamamoto e Carvalho (2006), apontam que a questão social é o reflexo das contradições e desigualdades próprias do sistema capitalista, e o sistema prisional, longe de ser um espaço de ressocialização, acaba funcionando como um mecanismo de coerção e intensificador das desigualdades sociais.

Atualmente, com mais de 660 mil pessoas privadas de liberdade e a capacidade de apenas 448 mil lugares, o sistema prisional vive uma crise de superlotação, com 51% dos estabelecimentos superlotados (SISDEPEN, 2024; CNJ, 2025), comprometendo os direitos das pessoas privadas de liberdade, que muitas vezes são mantidas em condições degradantes, sem espaço adequado para dormir, com saneamento precário e dificuldades para acesso à alimentação e atendimento médico, tornando impossível garantir um ambiente minimamente digno e dificultando a reinserção do apenado na sociedade.

Vale destacar, também, a seletividade penal ao analisarmos os dados a partir de recortes de raça/etnia e gênero. Dados coletados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), refletem este cenário:

Tabela 1 – Perfil do preso por cor de pele/raça/etnia

Cor de pele/raça/etnia	Masculino	Feminino	Total
Branco	178.330	9.054	187.384
Preto	99.980	3.819	103.799
Pardo	306.571	14.250	320.821
Amarelo	5.749	214	5.963
Indígena	1.345	91	1.436
Não informado	33.114	1.172	34.286

Fonte: SISDEPEN (2024).

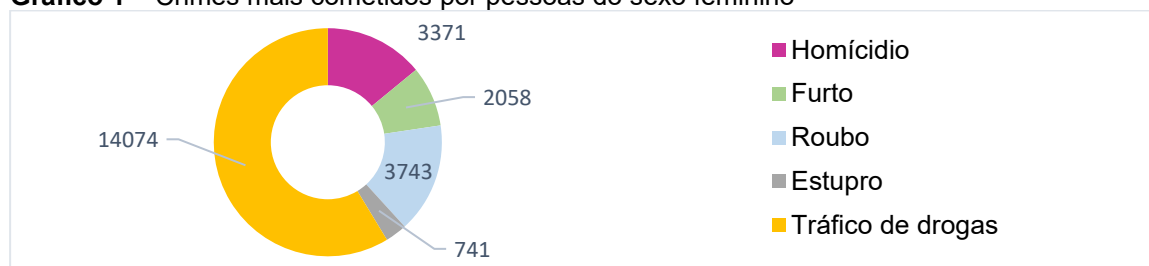
Infere-se, a partir da Tabela 1, que existe uma clara seletividade racial no sistema penal brasileiro. Pessoas negras são desproporcionalmente representadas na população carcerária, compreendendo 64% do público, demonstrando como o racismo é influência estrutural e quem é criminalizado(a) e punido(a) com mais rigor. Sob isso, Santos *et al.* (2022) apontam que originalmente, o sistema de justiça criminal brasileiro surgiu pautado na ideologia escravista, na coerção, na violência e na punição como suas principais estratégias de indicar qual a posição das pessoas negras na sociedade brasileira.

Em conformidade com a afirmação, séculos depois, apesar da Constituição Federal brasileira de 1988, no caput do seu 5º artigo, afirmar que “todos são iguais

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o sistema penitenciário brasileiro confirma na prática que essa igualdade é uma mera utopia.

Os dados ainda revelam outra face perversa do cárcere, a criminalização das mulheres. O encarceramento feminino tem crescido de forma alarmante e o gráfico a seguir aponta algumas informações sobre isso.

Gráfico 1 – Crimes mais cometidos por pessoas do sexo feminino



Fonte: SISDEPEN(2024)

A criminalização das mulheres está fortemente relacionada ao tráfico de drogas, que responde pela maior parte das prisões femininas. No entanto, ao contrário do que muitas vezes se imagina, essas mulheres geralmente ocupam posições de menor poder dentro do tráfico, atuando como "mulas", transportando drogas em condições precárias ou sendo usadas para favorecer parceiros envolvidos no crime (Souza, 2009).

Além disso, o estudo nos alerta outro aspecto importante, a invisibilidade dos corpos femininos no cárcere. O sistema prisional é historicamente estruturado para homens e isso impacta diretamente as condições das detentas, que enfrentam falta de acesso a itens de higiene menstrual, atendimento médico adequado e políticas para mães encarceradas (Angotti, 2011). Dessa forma, evidencia-se que o recorte é feito apenas com base no sexo biológico (masculino e feminino), sem considerar as nuances de gênero. Essa limitação invisibiliza as experiências de pessoas trans e travestis, que enfrentam desafios específicos dentro do sistema de justiça criminal, como a violência e a discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica do sistema prisional brasileiro é profundamente influenciada pelo processo de colonização europeia, pela exploração social, cultural e econômica e pela escravização. A pesquisa evidencia que esses elementos estruturais continuam a produzir impactos significativos na atualidade, especialmente

sobre a população preta e parda, que enfrenta maiores barreiras no acesso aos direitos fundamentais, e está sub-representadas no sistema prisional.

Além disso, a seletividade penal, quando comprovada sob o prisma dos aspectos de gênero, revela mais desigualdades estruturais no sistema de justiça criminal. A falta de um recorte analítico que reconheça as especificidades de gênero e identidade nas políticas penais contribui para a manutenção de um sistema que não só falha na promoção da reintegração social, mas também reforça as desigualdades de gênero, raciais e sociais.

Nesse sentido, a configuração sociopolítica do país, marcada pelo avanço das políticas neoliberais, exerce influência direta sobre o funcionamento do sistema carcerário e a formulação de políticas públicas externas à população privada de liberdade. A criminalização da pobreza, a ausência de políticas públicas eficazes e a precarização das condições de vida da população carcerária demonstram que o sistema penal não apenas pune, mas também aprofunda as vulnerabilidades sociais preexistentes. A adoção de medidas que restrinjam direitos e minimizem a responsabilidade do Estado contribui para o aprofundamento das desigualdades, comprometendo a efetivação da democracia e dificultando a garantia do exercício do pleno da cidadania para essas populações historicamente marginalizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ÁLVARO, Mirla Cisne; ARAÚJO, Nayra da Silva de. **Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial**. Tensões Mundiais, v. 17, n. 33, p. 349-370, 2021.

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus**. O surgimento dos presídios femininos no Brasil. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BITTENCOURT, César Roberto. **Falência da Pena de Prisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Painel de dados sobre as inspeções penais em estabelecimentos prisionais**, 2024. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e28debcd-15e7-4f17-ba93->

9aa3ee4d3c5d&sheet=da3c5032-89ad-48d2-8d15-54eb35561278&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel. Acesso em: 07 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão: tradução de Raquel Ramalhete. 20.ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIRABETE, Júlio Fabrini. **Processo Penal**.14.ed.rev.até dezembro de 2002.São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Paulo Roberto Felix dos et al.. Encarceramento em massa e racismo: a realidade no sistema prisional sergipano. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 2, p. 291–302, maio 2022.

SILVA, Ariane Floriano da; ÁVILA, Gustavo Noronha de. O estigma do jovem morador da periferia: um “rolezinho” criminológico sobre preconceito. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 31, n. 1, 2015.

SISDEPEN, Sistema Nacional de Informações Penais. **Relatório de Informações Penais**. 16º ciclo - período de janeiro a junho de 2024. Brasília: SENAPPEN, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/ptbr/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1o- semestre-de-2024.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, Kátia Olivia José de. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4. p. 649-657, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/RWRqYxBVPmN6jjDmKzKrn4R/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2025.



“MÃE, ESPOSA, DONA DO LAR”: uma análise sobre a construção social da figura feminina na sociedade e a violência sofrida por elas

FRANCISCO DE SOUZA CAVALCANTE NETO¹
IONARA DA SILVA SOARES²
MAYANNE DE CARVALHO SANTOS³
JOELMA DA SILVA LOPES⁴

INTRODUÇÃO

Cultural e socialmente a construção da mulher na sociedade tem sido marcada por desvalorização, opressão e submissão, fazendo parte de um sistema patriarcal de poder e dominação masculina que produz a desigualdade de gênero em diversas civilizações. Ao longo da história, papéis subalternos foram impostos às mulheres, principalmente relacionados aos cuidados, fragilidades e maternidade, justificando tais “limitações” a crenças biológicas que balizam essa submissão e negação de suas capacidades. Exemplo disso é que durante períodos em que as sociedades eram predominantemente agrárias, as mulheres eram frequentemente responsáveis pelo

¹ Francisco de Souza Cavalcante Neto, graduado em Serviço Social pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF) e pós-graduação em Docência do Ensino Superior e Políticas Públicas e Projetos Sociais. E-mail: franciscocavalcanteas.13@gmail.com.

² Ionara da Silva Soares, Assistente Social, pós-graduação em gestão do SUAS e docência do ensino superior E-mail hyonnarabrandao@outlook.com.

³ Mayanne de Carvalho Santos graduada em serviço Social pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF), pós-graduação em Serviço Social na Educação, Serviço Social e Saúde Mental e Políticas Públicas e Projetos Sociais E-mail mayanecarsantos@gmail.com.

⁴ Joelma da Silva Lopes, graduado em Serviço Social pela Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (FEMAF) e pós-graduação Políticas Públicas e Projetos Sociais. Email: joelma.lopezz@gmail.com.

gerenciamento das tarefas domésticas, como cozinhar, cuidar das crianças, costurar e limpar. Essas atividades foram, ao longo do tempo, codificadas como inerentes à natureza feminina e refletem nas sociedades contemporâneas.

Entretanto, a construção social do gênero advinda da teoria de Simone de Beauvoir contradiz esse pensamento ao afirmar que "não se nasce mulher, torna-se mulher", expondo que ser mulher pode variar seu significado conforme seu contexto social e cultural, ou seja, ser mulher depende do papel social que as sociedade impõem. Essa concepção pode variar suas manifestações, mas partem do machismo estrutural, aliados a fatores políticos, religiosos e de dominação, perpetuando a desigualdade de gênero e resultando em violência contra a mulher. A construção de poder e posse masculina, atrelado ao entendimento de inferioridade e fragilidade feminina são parte fundamentadoras da violência de gênero, tendo como resultado o aumento do número de casos e da brutalidade do mesmo, apesar dos avanços em Políticas Públicas de prevenção, conscientização e punição.

Este estudo tem como objetivo geral analisar a construção social da figura feminina na sociedade e a violência sofrida por mulheres, destacando como os estereótipos de gênero e as estruturas patriarcais contribuem para a perpetuação da desigualdade e da violência. Como objetivos específicos, busca-se: compreender a influência dos fatores biológicos e sociais na construção da identidade feminina; examinar como as desigualdades de gênero são perpetuadas em diferentes culturas e contextos históricos; e discutir as implicações da violência de gênero na vida das mulheres e as políticas públicas existentes para combatê-la.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de promover uma mudança profunda nas estruturas sociais que perpetuam a opressão feminina, além de fomentar a conscientização sobre a igualdade de gênero e a educação como ferramentas fundamentais para romper os ciclos de violência. A revisão bibliográfica realizada inclui autores como Beauvoir (1970), Scott (1995) e Saffioti (1999), que discutem a construção social do gênero e a violência contra a mulher, oferecendo uma base teórica sólida para a análise proposta.

Palavras-chave: patriarcado, violência de gênero, construção social, desigualdade de gênero, Simone de Beauvoir.

METODOLOGIA

Para a concretização de um projeto é fundamental definir a metodologia que se deseja usar, bem como, a capacidade e viabilidade da mesma, sendo a adequada para obter respostas às perguntas de partida. Tendo em conta a especificidade do estudo foi necessário adotar uma estratégia de investigação que permitisse atingir os objetivos definidos. Esta pesquisa pauta-se em uma pesquisa bibliográfica, por proporcionar uma maior variedade de materiais, sejam eles impressos ou extraídos de meios digitais a serem utilizados na sua fundamentação. Citando Gil (2010, p. 29): “A pesquisa bibliográfica consiste na pesquisa a partir de fontes secundárias, material impresso, material disponibilizado na internet [...] e que com o passar do tempo passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas e CD’s”. A pesquisa se trata também de uma abordagem qualitativa que segue sendo um processo de investigação que se preocupa em descrever e compreender os fenômenos sociais, baseando-se em perspectivas holísticas e interpretativas de acordo com Minayo e Guerriero (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por séculos, as mulheres foram subjugadas, limitadas principalmente às funções de reprodução, amamentação e criação dos filhos. Isso era especialmente evidente na Idade Média, onde as mulheres eram controladas pelos homens, que decidiam sobre suas vidas e as puniam quando necessário. A filosofia de Aristóteles defendia a superioridade masculina e justificava a submissão das mulheres, alegando que elas deveriam se concentrar em ser mães e educadoras dos filhos (Klapisch, 2006).

A construção identitária da mulher na sociedade fora moldada por estigmas e fatores biológicos e reprodutivos para determinar a importância e o papel feminino nos grupos sociais ao qual fazem parte, seja família, trabalho, religiosidade e etc. Dentro dessa conjuntura patriarcal, cabe a mulher abdicar de oportunidades, autonomia e liberdade para assumir papéis determinados como tradicionais, geralmente ligados à maternidade e ao cuidado, restringindo suas escolhas (Scott, 1995).

Trazendo o conceito de gênero, o qual refere-se a representações socialmente construídas de masculinidade e feminilidade. Isto significa que as ideias sobre o que

significa ser homem ou mulher não são inerentes à biologia, mas são moldadas pela cultura, história e contexto social. Vale a pena sublinhar que os papéis dos homens e das mulheres são culturalmente construídos e mudam ao longo do tempo e nas diferentes sociedades. Esta é uma observação fundamental, sugerindo que as normas de gênero são flexíveis e não universais, sendo os diversos tipos de violências partes desse processo.

A violência contra as mulheres é um problema global que se manifesta em todos os países, independentemente de raça e cultura. Essa forma de violência persiste devido à discriminação de gênero e à crença na fragilidade e submissão das mulheres aos homens (Macdonald, 2013). A percepção de fragilidade e submissão que os homens têm sobre a mulher contribuem para a persistência desse problema. Em diversas partes da sociedade ainda se mantêm crenças e atitudes que justificam ou minimizam a violência contra a mulher, o que torna mais difícil combater com efetividade essa questão.

Apesar de Organizações Internacionais, Governos ativistas em todo mundo estarem trabalhando a conscientização acerca da violência de gênero, promovendo constantemente políticas de igualdade e implantando leis que visam prevenir e punir a violência contra as mulheres, tem se observado um entrave para erradicação desse mal que assola várias partes do mundo inclusive nosso País.

A estrutura social não passou por transformações significativas mesmo com a evolução da posição das mulheres. “Mesmo quando as mulheres alcançam independência econômica em relação aos homens, isso não é colocado em uma situação moral, social e psicológica idêntica aos homens” (Álvares, 2014, p.9). A submissão e subvalorização das mulheres era uma realidade presente em vários países, incluindo o Brasil.

A violência contra mulheres no país continua sendo uma preocupação da sociedade e gera constante inquietação, conforme indicado por uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (Deloitte, 2020), que investigou percepções sobre a violência. Os dados revelaram que 40% das entrevistadas manifestaram medo de violência e assédio, aumentando para 45% entre as mulheres solteiras. Além disso, 26% demonstraram preocupação com a possibilidade de ocorrência de feminicídios. Esses números somam 66% no quesito violência de gênero, e 70% das entrevistadas estão cientes de que o Brasil ocupa a 5ª posição em mortes violentas de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa foi possível explorar de forma ampla a construção feminina em diferentes culturas e civilizações através da persistente violência e opressão sofridas pelas mulheres ao longo dos séculos, analisando sob a ótica de Simone de Beauvoir como a construção de papéis sociais e estereótipos enraizados na sociedade contribuem para perpetuação da desigualdade de gênero em diversos lugares do mundo. O ponto central do estudo está relacionado ao reconhecimento que a figura feminina e sua identidade é construído tanto por fatores biológicos e genitalistas quando por construções sociais e culturais, o qual desde a filosofia Aristotélica que defendia a submissão total feminina alicerçadas por fatores biológicos até a concepção moderna que limitam desde a infância a forma de se vestir, portar, brinquedos e brincadeiras que reforça o papel do cuidado e afloramento da maternidade, evidenciando que a sociedade se alinha com a biologia para determinar a identidade feminina.

Além disso, é estudado a forma que a desigualdade de gênero se caracteriza como causa predominantemente para violência contra mulher, influenciada por questões religiosas que tentam justificar a submissão feminina e superioridade masculina e normas sociais que minimizam a violência contra mulheres e “entendem” que tal problemática faz parte da vida privada dos indivíduos e não um problema social que atinge todo o mundo. Desta forma, é necessário ressaltar que apesar dos avanços significativos no que se refere aos direitos das mulheres, às políticas de cuidados e proteção e a conscientização da desigualdade de gênero, o sistema se responsabiliza pela manutenção do machismo e poder masculino. Quando analisamos outros fatores como classe social e etnia tal constatação se torna mais alarmante, provocando outro objeto de estudo, o que externaliza o agravamento da problemática.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Beauvoir, **o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres**. Revista do NUFEN, v. 6, n. 1, p. 6-14, 2014

BEAUVOIR, Simone; MANSOUR, Mónica. La vejez. **Debate Feminista**, v. 5, 1970.

DELOITTE. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2020**. FEBRABAN, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KLAPISCH, Christiane. Masculino/feminino. In: LE GOFF, Jacques; Schmitt, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006. p. 137-150

MATOS, Maria Izilda. **História das mulheres e gênero: usos e perspectivas**. Caderno Espaço Feminino, v. 3, n. 1/2, 2009.

MACDONALD, Morag. **Women prisoners, mental health, violence and abuse**. International Journal of Law and Psychiatry, v. 36, n. 3-4, p. 293-303, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em perspectiva, v. 13, p. 82-91, 1999.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott**. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.



MULHERES E VIDA NAS RUAS: a realidade das mulheres em situação de rua no Brasil

RÚBIA MARIA VIEIRA E SILVA¹
MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA²

INTRODUÇÃO

O espaço da rua se configura como um ambiente hostil, cotidianamente as pessoas que estão em situação de rua enfrentam diversas dificuldades, as quais são potencializadas quando se trata da mulher em situação de rua, pois tal como aponta Minayo (2007 *apud* Sanchotene), 2019) a violência de gênero é também uma violência cultural, visto que foi naturalizada por conta da dominação masculina. Assim, ao observar que a mulher em situação de rua enfrenta além das dificuldades comuns a homens, também é transpassada pelo fator do gênero, de modo que urge investigar como isso ocorre na realidade brasileira. Logo, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a vivência da mulher em situação de rua, bem como tem o objetivo específico de caracterizar as principais dificuldades e violências sofridas por este público no espaço da rua.

Palavras-chave: mulheres; situação de rua; violência.

¹ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: rubiamaria760@gmail.com.

² Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: mariaa1911.ri@gmail.com.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi produzido por meio de pesquisa bibliográfica e documental que conforme o pensamento de Severino (2017) se caracteriza pelo uso de referências já existentes, as quais são frutos de outros trabalhos, pesquisas e registros históricos. Nesta perspectiva, o trabalho está fundamentado em autores como: Oliveira (2021); Silva (2019); e Andrade (2022). Desse modo, foi analisado o pensamento destes e outros autores para fomentar criticamente a discussão

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É por meio do Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009, que se instituiu um conceito para definir a população em situação de rua, neste conceito encontra-se que ela é definida como um grupo populacional heterogêneo que possuem características em comum, a extrema pobreza, a quebra de vínculos familiares ou a sua fragilização, a inexistência de moradia convencional regular (Decreto nº 7053/2009 Artigo 1º, Parágrafo Único *apud* Oliveira, 2021).

Silva (2009 *apud* Oliveira, 2021) aponta que a condição de extrema pobreza é essencial para se compreender este fenômeno. Esta condição conecta a população em situação de rua à estrutura da sociedade capitalista, sendo assim ela é produto deste sistema de produção que tem como suas principais características a desigualdade e a exclusão, que para produzir e acumular riquezas produz e reproduz a miséria e o pauperismo.

As condições de pauperismo e miséria trazem consigo as piores formas de violência, esta é produzida por sua própria estrutura social se desdobrando em diversas formas no cotidiano. Esta violência gera a precarização das condições de vida de grande parcela da população, chamada de violência estrutural (Ros, 2011 *apud* Oliveira, 2021).

A violência estrutural vai surgir a partir das condições próprias de produção e reprodução que envolve diversos aspectos, como os econômicos, políticos e ideológicos. Estando também relacionada ao acesso, ou a falta dele, a direitos sociais (Ros, 2011 *apud* Oliveira, 2021).

A pauperização da classe trabalhadora enquanto uma expressão da questão social está diretamente relacionada com a produção e reprodução da população em

situação de rua, pois quando a mesma se encontra fora do mercado de trabalho ou em condições precárias sem condições de garantir nem para si próprio uma moradia digna, acaba encontrando na rua um espaço de sobrevivência (Oliveira, 2021)

Outra questão ainda é a situação de vulnerabilidade que as mulheres em situação de rua se encontram, ainda que o número de mulheres se comparado ao de homens nas ruas seja menor, este número vem crescendo. Estas mulheres possuem em comum algumas características entre elas, o lar fragmentado, desemprego, violência, problemas familiares, abuso de álcool e outras drogas (Brasil, 2009 *apud* Silva, 2019).

Observa-se que o fator do gênero é determinante em relação às vulnerabilidades que a mulher está sujeita no ambiente da rua (Prates, 2011 *apud* Silva, 2019). Minayo (2007 *apud* Sanchotene, 2019) coloca a violência de gênero como parte de uma violência que é cultural, sendo assim atravessa todas as classes e segmentos sociais, dada como algo natural.

Nesse cenário, embora tanto homens quanto mulheres em situação de rua estejam expostos a enfrentarem dificuldades como o acesso à alimentação, saúde, higiene pessoal, estas ainda enfrentam adversidades intensificadas pelo fator do gênero. Pereira et al (2021) assinala que além violência sexual sofrida, também há casos da violência física praticada por pessoas que possuem uma visão higienista da sociedade.

A vivência no espaço da rua exige que a mulher desenvolva táticas de sobrevivência, seja preferindo dormir em grupos ou até mesmo entrando em um relacionamento com um homem, com o objetivo de obter proteção, no entanto, este mesmo relacionamento pode ocasionar em situações agressivas e abusivas (Richwin; Zanello, 2023).

Assim, existe uma relação estabelecida entre a violência de gênero e a população feminina que se encontra no espaço da rua, isto se deve pelo fato que relacionamentos conflituosos e casos de violência são um dos principais motivadores para a ida à rua como uma tentativa de escapar dessas situações (Pereira et al, 2021). De acordo com Richwin; Zanello, (2023), esta circunstância é impulsionada por outras expressões da questão social, tais como, pobreza, trabalho infantil, evasão escolar as quais incidem ainda na infância e adolescência.

Outro fator importante a destacar, é a vivência da gravidez no espaço da rua, momento em que a saúde feminina requer mais cuidados específicos, entretanto a

dificuldade em acessar o sistema de saúde, falta de alimentação adequada, qualidade de sono e higiene precarizadas, são condições que colocam em risco tanto a vida do bebê como da mãe.

Segundo Pereira et al (2021), é comum que essas mulheres percam a guarda de seus filhos ainda no hospital, algumas dessas mães embora tenham criado vínculo emocional, mas entendem que não conseguem cuidar de seus filhos, outras não tiveram o vínculo formado com a criança, há também casos de mulheres que querem permanecer com o bebê e desejam sair do espaço da rua para ter e proporcionar melhor qualidade de vida para seu filho.

Nesse cenário, diante da complexidade apresentada, em 2009 foi criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio decreto nº7.053, tendo como base princípios voltados para o respeito à dignidade humana, atendimento humanizado, e o direito à convivência familiar e comunitária. Além disso, o decreto também institui a criação de serviços de acolhimento temporário com sua estruturação de acordo com a necessidade de cada município (Brasil, 2009).

Outrossim, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro POP, é um espaço que atende pessoas em situação de rua por meio de orientações e encaminhamentos para a rede de serviços socioassistencial, além disso, também é disponibilizado apoio para necessidades pessoais, como refeições, higiene e guarda pertences (Brasil, 2011).

No âmbito da saúde, o Consultório na Rua, instituído pela Política Nacional de Atenção Básica, tem o intuito ampliar o acesso à saúde à população em situação de rua, a equipe é composta por profissionais da saúde que atuam no âmbito da atenção básica. As ações ocorrem de modo itinerante e em Unidades básicas de Saúde, e o horário de funcionamento pode se adequar à demanda do público atendido (Brasil, 2011).

Em 2023 no Brasil havia 202 equipes de Consultório na Rua, estes presentes em 138 municípios de todas as regiões do país (Brasil, 2023). Com estes dados pode-se perceber que o número de equipes se apresenta como pequeno tendo em vista o número de pessoas que se encontram em situação de rua em todo o país e que esta população segue crescendo, além do pequeno número de municípios. Deste modo, existe um grande déficit no que diz respeito à abrangência dos Consultórios na Rua.

Oliveira et al (2012, *apud* Andrade, 2022) destacam que a população em situação de rua recebe atendimento quando se encontra em estado grave, buscando

apenas serviços de emergência e de internação hospitalar. Este fato ocorre pelas barreiras estruturais encontradas por esta população nestas instituições, dentre os empecilhos encontrados está a exigência de documentação, comprovante de residência e cartão do SUS.

Esta restrição do acesso, são impostas pelos próprios regulamentos das instituições públicas, desta forma, percebe-se a necessidade da criação e efetivação de políticas e também de práticas institucionais que sejam sensíveis à diversidade e que tenham como base a justiça e o reconhecimento social (Brasi, 2014 *apud* Andrade, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível observar a complexidade das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua. De maneira que, apesar de existirem ações voltadas para a população em situação de rua, observa-se a dificuldade do acesso aos serviços devido à dificuldade de abrangência em todo território nacional. Além disso, também se percebe a escassez de medidas voltadas especificamente para as mulheres em situação de rua, de modo que exige ainda mais o fortalecimento da intersetorialidade das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rebeca de et al. **O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa.** Saúde em Debate, v. 46, p. 227-239, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acesso à saúde é prioridade para população em situação de rua.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/acesso-a-saude-e-prioridade-para-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2025.

DE OLIVEIRA, Rafaela Barbosa. **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS VIOLÊNCIAS ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL: UM DESAFIO PARA O SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo, 2021

PEREIRA, Laura Onisto Machado; MAGALHÃES, Carolina Lobato; LOPES, Camila Montandon Dumont. Gênero e vivências: relação de mulheres em situação de rua com a sexualidade, violência e gravidez. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, v. 5, n. 9, p. 151-162, 2021.

RICHWIN, Iara Flor; ZANELLO, Valeska. 'Desde casa, desde berço, desde sempre': violência e mulheres em situação de rua. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e77926, 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n177926.

SANCHOTENE, Iulla Portillo; DE ANTONI, Clarissa; MUNHÓS, Aline Assmann Ruas. **MARIA, MARIA: concepções sobre ser mulher em situação de rua**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 146-160, 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Maria Isabel Nery. **Invisibilidade da mulher em situação de rua nos serviços especializados de atendimento à mulher**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.



O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

ANTONIA CAMILLE SEVERIANA MACIEL¹
MARINA DANIEL E SILVA²

INTRODUÇÃO

A luta dos povos indígenas no Brasil por reconhecimento de direitos e preservação de suas culturas é uma questão que ressoa não apenas na esfera política, mas também na social e econômica. A rica diversidade étnica, linguística e cultural dessas comunidades é frequentemente desconsiderada em decorrência de séculos de colonização e exploração. Em um contexto em que as políticas públicas frequentemente falham em atender adequadamente às demandas específicas dessas populações, a atuação do Serviço Social surge como um campo essencial para promover mudanças significativas (Estrela, 2023).

É necessário entender que a relação entre assistentes sociais e comunidades indígenas deve ser mediada por um profundo respeito e pela busca de diálogo, ao invés de imposições. A construção de laços de confiança entre as partes é fundamental para que as intervenções não apenas reconheçam, mas também valorizem as particularidades culturais e sociais. Profissionais capacitados podem atuar como agentes de transformação, facilitando a expressão das demandas

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí inserida no Programa de Educação Tutorial (PET- Serviço Social) e no Programa de Extensão “Memória do Serviço Social no Piauí”. E-mail: antonia.maciell@ufpi.edu.br.

² Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí inserida no Programa de Educação Tutorial (PET- Serviço Social). E-mail: daniellesilvamarina@gmail.com.

indígenas e promovendo a inclusão dessas vozes nas esferas de decisão (Estrela, 2023).

Além disso, o estudo qualitativo sobre as realidades enfrentadas pelos povos indígenas é essencial para o desenvolvimento de estratégias efetivas de intervenção. As políticas assistenciais devem ser revisadas e adaptadas para respeitar as tradições e modos de vida, ao mesmo tempo em que garantem acesso a direitos básicos, como saúde, educação e moradia. Assim, este trabalho se propõe a analisar o papel do Serviço Social na articulação dessas demandas, enfatizando a necessidade de um compromisso ético com a equidade e justiça social frente às desigualdades históricas vivenciadas pelos povos indígenas.

Palavras- chave: Direitos indígenas. Marginalização. Políticas públicas.

METODOLOGIA

O presente estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa, utilizando a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, sendo realizada uma revisão das literaturas pertinentes à temática dos povos indígenas, focando em obras de autores que discutem suas questões culturais, sociais e de saúde, como Estrela (2023), Gomes, Madeira e Brandão (2020), Oliveira (2022), além de Setti (2025). Este processo metodológico permitiu a construção de um panorama abrangente sobre as relações entre as práticas do serviço social e os contextos sociais e históricos vivenciados pelos povos indígenas, ressaltando a importância de uma atuação respeitosa e integrada no campo da assistência social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Estrela (2023), os povos indígenas do Brasil, estimados em cerca de 370.000 pessoas e pertencentes a 210 grupos étnicos, apresentam uma rica diversidade cultural e social, com mais de 170 línguas faladas. Cada grupo étnico, como os Guarani, possui formas únicas de compreender e interagir com o mundo, com histórias que variam desde contatos prolongados com a sociedade não indígena até isolamentos mais recentes. Esses povos enfrentam desafios significativos relacionados à preservação de suas identidades culturais e à luta por direitos,

frequentemente ameaçados por colonização, exploração de terras e racismo. Nesse contexto, a discussão sobre os direitos indígenas deve ser ampliada, visando uma sociedade mais justa e equânime, onde a diversidade cultural seja reconhecida e celebrada como parte da identidade nacional.

Na perspectiva de Setti (2024), o racismo sempre foi um elemento marcante na formação sócio-histórica do Brasil, isto porque a construção do território latino-americano teve como base a escravidão dos povos indígenas e negros. Nesse viés, ao analisar, historicamente, a luta dos povos originários do Brasil, percebe-se que a demarcação de terras é o conflito central e emergente, essa problemática aliada à visão eugenista propagada durante a colonização portuguesa foram responsáveis por diversas mazelas enfrentadas até os dias atuais pelos povos indígenas, a exemplo do desemprego, da fome, pobreza e o não acesso às políticas sociais.

Todavia, também merece destaque a contribuição dos demais Governos e períodos históricos do país para o enaltecimento do conservadorismo, capitalismo e consequentemente das diversas formas de preconceito, durante a era Vargas, por exemplo, utilizou-se de diversas estratégias de contenção dos movimentos trabalhistas em prol do desenvolvimento nacional, já no Governo JK, as políticas públicas foram utilizadas como ferramenta para intensificar a industrialização, no período da redemocratização, apesar do avanço da conquista de uma gama de direitos, a constituição sofre uma série de ataques tanto do conservadorismo como do neoliberalismo (Setti, 2024).

Nesse contexto de crescente autoritarismo, lideranças indígenas frequentemente enfrentam criminalização por suas lutas em defesa de seus direitos e territórios. O crescimento de milícias armadas e a legitimação de discursos de ódio contra esses povos exacerbam a violência e as ameaças às suas vidas e modos de vida. A violação sistemática dos direitos dos indígenas, frequentemente expressa em projetos de exploração ambiental, revela a falta de respeito pelas exigências legais de consulta prévia e consentimento. Embora haja uma proposição de políticas públicas, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e o Decreto 6040/2007, que visam uma abordagem mais inclusiva em relação aos direitos dos povos indígenas, ainda não têm conseguido romper com as estruturas de desigualdade. A ausência de ações efetivas que considerem a especificidade cultural e social das comunidades indígenas demonstra a necessidade de reformas profundas

nas políticas públicas e um compromisso genuíno do Estado em respeitar e garantir os direitos desses povos (Gomes et al, 2020).

Ademais, existe um confronto entre os ideais indígenas e os ideais capitalistas/neoliberais, isso porque há uma clara contradição entre desenvolvimento e preservação ambiental, por exemplo, desse modo, os povos indígenas tornam-se alvo das grandes mineradoras e dos latifundiários, ou seja, de todas as ofensivas e perversidades do capital por não estarem integrados à lógica burguesa e empresarial. Nesse contexto, surge a importância da intervenção do(a) Assistente Social, como um ator que auxilie os povos indígenas no fortalecimento de suas mobilizações sociais e seja um intermediador na articulação com o Estado para a garantia dos direitos das diversas etnias (Oliveira, 2022).

Nesse âmbito, o Serviço Social deve apoiar e fortalecer as reivindicações das comunidades indígenas. Isso porque o código de ética da profissão estabelece que é dever do (a) Assistente Social o combate à toda e qualquer forma de opressão às diversidades étnico-raciais. Entretanto, na perspectiva de Quermes e Carvalho (p.770; 2013 *apud* Setti; 2024) na prática profissional, as políticas assistenciais não têm conseguido alterar o cenário de vulnerabilidade social que aflige os povos indígenas, isso porque muitos profissionais do Serviço Social não estão devidamente capacitados para lidar com as demandas específicas trazidas por essas comunidades, portanto a necessidade de que não só o (a) Assistente Social, mas toda a equipe multiprofissional esteja preparada para intervir sobre as especificidades de cada etnia (Oliveira, 2022).

Embora os povos indígenas estejam cada vez mais organizados para reivindicar seus direitos e preservar suas culturas, os Assistentes Sociais desempenham um papel fundamental nesse processo. O trabalho desses profissionais deve ir além da mera assistência, ele deve ser um agente facilitador, um aliado que promove a articulação entre as comunidades indígenas e as políticas públicas, garantindo que as vozes desses povos sejam ouvidas e respeitadas (Gomes et al, 2020).

O assistente social precisa entender a complexidade das questões enfrentadas pelos povos indígenas, como a luta por terras, a preservação de suas culturas e a luta contra a discriminação e a marginalização. Essa compreensão deve fundamentar sua prática profissional, que deve ser pautada em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais (Gomes et al, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise realizada ao decorrer deste trabalho, torna-se possível compreender as diversas formas de violência e opressão sofridas pelos povos indígenas ao decorrer do contexto sócio-histórico brasileiro, bem como a importância da atuação profissional do (a) Assistente Social no que diz respeito à garantia dos direitos e proteção das múltiplas comunidades indígenas. Assim, conclui-se que só é possível a garantia de uma política de proteção social efetiva a esses povos através da criação de espaços de diálogos, de escuta às comunidades, bem como através do desprendimento profissional de ideologias coloniais e conservadoras.

REFERÊNCIAS

- ESTRELA, Camila Rodrigues. **A política social na crise sanitária revelando outras crises: o trabalho da assistente social nas aldeias indígenas de Maricá.** Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social. Brasília, 2023.
- GOMES, Daiane de Oliveira; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; BRANDÃO, Wanessa Nhayara Maria Pereira. **Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais.** R. Katál., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 317-326, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p317>.
- OLIVEIRA, Sandy. **O papel do Serviço Social na consolidação da política de Assistência Social a povos indígenas.** Anais X Congresso Internacional de Política Social de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina, v.4, n.1, p. 1-13, maio, 2022.
- SETTI, Fernanda Nunes. **O que não foi descoberto: o trabalho em Serviço Social com povos indígenas.** Orientador: Profa.Dra.Ana Maria Paim Camardelo. 2024. 75 f. TCC (graduação)- Curso de Serviço Social, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/13578/TCC%20Fernanda%20Nunes%20Setti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 fev.2025.



O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E O ATENDIMENTO DOS INDÍGENAS DA ETNIA WARAO: um relato de experiência

HELLEN BEATRIZ DA SILVA ARAÚJO¹
IOLANDA MACÊDO DE ARAÚJO DA SILVA²

INTRODUÇÃO

A crise econômica, política e humanitária perpassada pela Venezuela nas últimas décadas provocou um movimento migratório forçado de sua população, sendo o Brasil um dos principais destinos neste processo. Tal fato é entrelaçado por diversos fenômenos complexos dos quais destaca-se o expressivo número de migrantes indígenas da etnia Warao que buscam no solo brasileiro a esperança de uma vida mais digna diante do agravamento da pobreza, da inflação e da escassez de alimentos em seu país de origem.

Além disso, os povos indígenas da etnia Warao sofrem o fenômeno que Achille Mbembe (2020) descreve como “vida no limiar dos extremos”, à luz dos conceitos de brutalismo e de necropolítica: a condição negra, indígena, quilombola, de gênero, de

¹ Discente no curso bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestranda em Sociedade e Cultura no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí - (PPGSC-UESPI). Bolsista CAPES/Brasil no "Projeto Avaliação dos impactos das Políticas de Ações Afirmativas nos Programas de Pós-graduação das Universidades Públicas no Estado do Piauí (UESPI/UFPI/UNIVASF)
E-mail: hellenbeatrz@ufpi.edu.br

² Assistente Social na Secretaria de Educação Municipal de Teresina (SEMEC). Graduada em Bacharelado em Serviço social pela Universidade Federal do Piauí – UFPI.

migração apátridas e de pobreza se submetem a viver sob regime de depredação, racialização dos corpos, estigmatização e criminalização.

São definidos (no sentido de imposição) como “corpos-fronteira” (teoria do Brutalismo de Achille Mbembe): à medida que vivenciam processos excludentes de ordens identitária e territorial engendrados pelo sistema capitalista globalizado, são forçados a buscar um lugar melhor para viver.

O fluxo de refugiados no Brasil ampliou-se a partir de 2016, especialmente na região Norte, seguida da região Nordeste e, a partir de 2019, para outras regiões do país. Foi e é um fenômeno que exige do Poder Público estratégias de organização e implementação de políticas públicas que atendam os refugiados indígenas da etnia Warao em sua inteireza, destacando-se neste trabalho a inclusão na educação básica no município de Teresina/PI.

A Resolução nº 01/2020 do Ministério da Educação, em seu Art.1º dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados/as, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Ao refletirmos sobre as condições envolvidas no contexto de crianças e adolescentes venezuelanos, por exemplo, é essencial compreender as múltiplas expressões da questão social que atravessam esse povo, abrangendo questões para além do acesso, mas também os desafios para a adaptação e a permanência no sistema de ensino. Neste contexto, o Serviço Social na educação faz-se essencial na garantia do acesso e permanência dos povos indígenas, guardando relação direta com o projeto ético-político profissional que afirma o compromisso com a defesa de grupos historicamente subalternizados e a eliminação de todas as formas de opressão, preconceito e discriminação.

Em Teresina foram desenvolvidos projetos que objetivam garantir o acesso e permanência dos estudantes da etnia Warao na educação, quais sejam: Ciranda Latina³, Projeto Alfabetização sem Fronteiras e EJA Intercultural⁴. Nesse texto dar-se-á ênfase ao “Projeto Alfabetização Sem Fronteiras” desenvolvido pela Secretaria de Educação Municipal de Teresina (SEMEC), articulado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC), destacando-se as ações e intervenções

³ Fez parte de um projeto desenvolvido pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e esteve direcionado a perspectiva da educação popular.

⁴ Uma proposta da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC-PI) iniciada em 2023, que visou ampliar o atendimento aos indígenas Warao, com base na interculturalidade como um elemento chave no desenvolvimento de uma educação trilingue, importante na construção curricular e de materiais didáticos.

do Serviço Social por meio da Divisão de Assistência ao Educando (DAE-SEMEC), nos processos que abrangem o atendimento de crianças e adolescentes indígenas da etnia Warao.

Palavras- chave: Serviço Social. Educação. Indígenas. Warao. Teresina.

METODOLOGIA

Adotou-se como metodologia de pesquisa a de natureza quanti-qualitativa: levantamento de dados sobre os alunos da etnia *Warao* atendidos na rede municipal de ensino de Teresina; correlacionando à análise bibliográfica e às observações a partir de estágio extracurricular e trabalho técnico do Serviço Social na SEMEC. Além disso, utilizou-se dados fornecidos pela SEMEC e pela Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SASC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da breve contextualização apresentada no item anterior, atualmente o Município de Teresina possui 05 comunidades onde estão abrigados os indígenas da etnia Warao, quais sejam: comunidade Ka Ubanoko (Miguel Rosa) localizada na região sul, comunidade Piratinga (Poty Velho) e CSU Buenos Aires (Buenos Aires) localizadas na região norte, comunidade Ka Ubanoko (São João) e Casa de Passagem do Imigrante, localizadas na região leste, informações obtidas a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SEMCAPI). É importante destacar que esse quantitativo é dinâmico e muda de acordo com o fluxo dos indígenas Warao na capital.

COMUNIDADES EM TERESINA

COMUNIDADE	Nº DE PESSOAS	Nº DE FAMÍLIAS
Miguel Rosa	84	24
São João	48	12
Buenos Aires	34	9
Casa de Passagem	39	11
Poty Velho	82	19

Fonte: SASC, 2025.

A partir das vivências dos próprios indígenas, que começaram a desenvolver sentimento de pertencimento aos lugares em que hoje residem com suas famílias, passaram a reivindicar a mudança do termo “abrigo” para “comunidade”.

Assumindo o dever Constitucional de garantir a todos os cidadãos e estrangeiros no país o acesso à uma vida digna, incluindo o acesso e a permanência nos serviços públicos de ensino, em 2023 a Prefeitura Municipal de Teresina/PI através da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Teresina, criou o Projeto Alfabetização Sem Fronteiras.

Este Projeto tem como objetivo alfabetizar crianças e adolescentes filhos de famílias migrantes refugiadas indígenas venezuelanas da etnia Warao acolhidos pelo Brasil e residentes em Teresina, na rede municipal de ensino, promovendo inclusão no processo de educação e introdução na língua portuguesa, conservando a cultura originária e as línguas warao e espanhol. Ao longo de sua execução, o Projeto passou a contar com o apoio da Secretaria Estadual de Educação do Piauí com o custeio de professores de espanhol e “educadores” pertencentes ao próprio povo Warao, estes percebendo salário mensal, que garante oportunidade de emprego aos migrantes e melhor adaptação dos alunos nas escolas, imprescindíveis neste processo. Contudo, ao longo da execução, houve déficit de professores de espanhol ofertados pela SEDUC.

Assim, em 2025, a partir de uma avaliação multisetorial do Projeto, tem-se reafirmado a importância da garantia da presença desses profissionais com mais efetividade em sala de aula, uma vez que uma das dificuldades encontradas na execução da proposta iniciada em 2023, é a da comunicação, uma das principais limitações no atendimento dos Warao.

De acordo com dados fornecidos pela SEMEC, a rede municipal de educação atendeu em 2023, 93 Waraos e em 2024, 76 Waraos. Atualmente, o atendimento está disposto da seguinte forma:

ATENDIMENTO AOS INDÍGENAS VENEZUELANOS WARAO - SEMEC

UNIDADE DE ENSINO	NÚMERO DE ALUNOS	ANO ESCOLAR	ZONA	TURNOS
	08	Manhã - 1º Período - 05	Norte	M/T

CMEI Peixe Vivo		Maternal II - 01 Tarde - 2º Período - 02		
CMEI Tia Anita Gayoso	09	2º Período - 05 1º Ano - 04	Norte	M
E.M José Auto de Abreu	26	Multisseriada	Sul	M
E.M Mocambinho	21	Multisseriada	Norte	M
E.M Iolanda Raulino	24	Multisseriada	Norte	M

Fonte: Gestores Escolares, SEMEC, 2025.

Isso só foi possível através do compromisso reafirmado pelos dos setores governamentais e da sociedade civil organizada que promovem a execução desta política pública, viabilizando reuniões de avaliação e monitoramento que, de modo mediato, fomenta o exercício da cidadania e do acesso à uma educação pública de qualidade que valorize e conserve a cultura Warao em suas particularidades.

Identificamos que uma das principais barreiras para a permanência de crianças e adolescentes Warao nas escolas do município é a dificuldade de comunicação entre professores e alunos. Teixeira (2023) considera que a comunicação por meio da linguagem constitui um dos principais elos para a humanização. Principalmente no caso de pessoas refugiadas, a apropriação da linguagem do novo país torna-se um fator determinante para o início de sua nova jornada. Em relação às crianças, esse processo é ainda mais complexo, pois elas não conseguem se comunicar ou se apropriar do conhecimento sem compreender as representações e a linguagem do país que as acolheu (Teixeira, 2023, p. 43).

Para isso, são necessários preparo, sensibilidade e compromisso, pois o acolhimento de crianças e adolescentes indígenas em Teresina continua sendo frágil. Diante desse cenário, Teixeira (2023) sugere que a inserção no ambiente escolar e no novo espaço geográfico e cultural requer profissionais capacitados para atender às singularidades desse público, com base no princípio da interculturalidade (Teixeira, 2023, p. 43). Os projetos educativos voltados às populações indígenas latino-americanas são fundamentados na educação intercultural e bilíngue, aliada ao fortalecimento da identidade e da cultura dos povos indígenas (Teixeira, 2023, p. 11). No Piauí, não deve ser diferente: a proposta de uma educação trilingue deve seguir a abordagem intercultural, promovendo avanços no atendimento e acolhimento dos Warao.

No entanto, persistem fragilidades na oferta e na manutenção de uma educação sem fronteiras, trilingue e emancipadora. Esses desafios contribuem para o afastamento de crianças e adolescentes Warao da escola. Para garantir sua permanência, seria importante a presença de educadores indígenas na sala de aula, atuando como intérpretes e facilitadores no processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, essa ausência representa um grande gargalo na Educação Municipal de Teresina. Notamos que a interculturalidade assume grande relevância, pois se coloca para além do reconhecimento da diversidade cultural e envolve as diferentes formas de interação e diálogo. Os projetos “Alfabetização sem Fronteiras” e “EJA Intercultural”, embora baseados nos princípios de uma educação emancipadora e diferenciada, não são suficientes para impulsionar a implementação de uma política pública voltada a Educação Escolar Indígena no Piauí. Pelo contrário, funcionam como acessórios narrativos para que os gestores municipais e estaduais possam responder às cobranças de movimentos sociais e instituições fiscalizadoras (Oliveira;Medeiros, 2024, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 13.935/2019 estabelece as atribuições e competências profissionais da Psicologia e do Serviço Social na Educação Básica, delimitando ações que englobam assessoria técnica e apoio permanente às secretarias de educação e outros órgãos da gestão regional. Nesse sentido, é possível identificar o papel do Serviço Social na Divisão de Assistência ao Educando (DAE-SEMEC), que, além de prestar atendimento ao público, atua no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e ações lideradas pela Secretaria de Educação.

Também realiza o acompanhamento e encaminhamento de situações que demandam articulação em rede para a garantia de direitos. Pontuamos que a experiência no atendimento aos indígenas da etnia Warao, permitiu que pudéssemos visualizar a importância da Intervenção do Serviço Social na Educação, pois temos um papel fundamental no processo de promoção da igualdade e justiça social para os povos indígenas, respeitando sua diversidade, sua heterogeneidade e autonomia.



FONTE: Reunião de alinhamento, Arquivo Pessoal, 2025.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento de Subsídio para Implementação da Lei 13.935/2019**, Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, 2025. Disponível em: https://www.cfess.org.br/uploads/revista/5065/qhcL9S8rXI36D3sjYZ2XviqC-R_P5mwQ.pdf (Acesso em: 14/03/2025)

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. Brutalisme. Paris: La Découverte, 2020 (no prelo em português pela n-1 edições).

OLIVEIRA, Tatiana; MEDEIROS, Lucienide. **Yakera Jakitane Saba Nonate**: os projetos de alfabetização dos indígenas venezuelanos Warao em Teresina, Piauí (2022-2023). Revista História Hoje. São Paulo, v.13, nº29, 2024.

TEIXEIRA, Marcia. **Acolhimento às crianças em situação de refúgio nas séries iniciais do ensino fundamental**: contribuições a partir da teoria de D.W. Winnicott. Presidente Prudente, 2023.



PET SERVIÇO SOCIAL: a extensão como ferramenta de debate sobre raça e gênero

BEATRIZ SANTOS TEIXEIRA DA SILVA¹
ELLEN DAYENE DOS SANTOS MOURA²
LOURDES VITÓRIA DE MELO VELOSO SILVA³
VÍVIAN MARIA ALMEIDA DE AMORIM⁴
ISADORA LEÃO PINHEIRO⁵
IRACILDA ALVES BRAGA⁶

INTRODUÇÃO

A extensão é uma ferramenta importante para a formação acadêmica, uma vez que proporciona debates e experiências com temas alinhados à realidade social. Nesta perspectiva, o presente trabalho visa apresentar a importância da extensão, por meio do Programa de Educação Tutorial (PET), em específico no âmbito do PET Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como um espaço de debate

¹ Beatriz Santos Teixeira da Silva.1 E-mail: beatrizttsant134@gmail.com. Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Residente Multiprofissional em Saúde da Família da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE).

² Ellen Dayene dos Santos Moura.2 Email: ellendayene74@gmail.com. Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí.

³ Lourdes Vitória de Melo Veloso Silva3. Email: vitoria10melo21@gmail.com. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, ex-membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).

⁴ Vívian Maria Almeida de Amorim4. E-mail: almeida4547@gmail.com. Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Residente Multiprofissional em Atenção em Obstetrícia pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE).

⁵ Isadora Leão Pinheiro5. E-mail: isadoralpufpi2024@gmail.com Graduada do 7º período em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

⁶ Iracilda Alves Braga. Docente do DSS/UFPI e do PPGPP/UFPI. Líder do GEPSS, membro do Programa História e Memória do Serviço Social/UFPI, e tutora PET Serviço Social/UFPI. E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br.

acerca da raça e gênero através do projeto de extensão “PET em Movimento” que constitui-se como uma estratégia que almeja promover uma formação crítica, capaz de desvelar as manifestações da questão social, objeto de intervenção e estudo do Serviço Social.

No âmbito da graduação em Serviço Social, o PET foi implantado em agosto de 2009, por meio do Edital nº 05/2009 - MEC/SESU/DIFES, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Maria D'Alva Macedo Ferreira, conforme mencionado por Guimarães, Silva e Ferreira (2021). Em 2017, o PET Serviço Social passou a contar com um novo Plano de Ação, resultado de uma Oficina de Planejamento Participativo coordenada pela Prof.^a Rosilene Marques, docente do curso de Serviço Social da UFPI. Esse plano visava atualizar a metodologia de trabalho e as ações do programa, em consonância com a Pedagogia da Autonomia e a Pedagogia da Problematização (Freire, 1996).

O objetivo do trabalho é problematizar a extensão como ferramenta de debate sobre raça e gênero. O principal resultado dessa atividade foi a criação de Grupos de Trabalho (GTs), que hoje formam a estrutura do PET-Serviço Social e desenvolvem ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Os grupos são:

- ✓ GT1 - Formação profissional e acadêmico-institucional;
- ✓ GT2 - Processos de trabalho e garantia de direitos;
- ✓ GT3 – Serviço Social e a questão étnico racial em pauta; e
- ✓ GT4 – Serviço Social, Diversidade e Gênero.

Atualmente, o programa conta com 13 discentes, 12 bolsistas e 1 não bolsista, todas mulheres que se encontram em diferentes períodos do curso de Serviço Social (4º, 6º e 8º período).

Palavras-chave: Cinepet. Atividades. Formação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, baseia-se em um relato de experiência vivenciado no PET Serviço Social. A coleta de dados ocorreu por meio da observação participante e do registro das atividades desenvolvidas, focando na extensão como ferramenta de debate sobre raça e gênero. A análise foi realizada a partir da reflexão crítica sobre as práticas e diálogos promovidos no programa, destacando seus impactos na formação acadêmica e social dos envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET), é um programa do governo federal, regulamentado pela Lei nº 11.180, de 23 de dezembro de 2005, e pelas Portarias MEC nº 3.385, de setembro de 2005, e nº 1.632, de 25 de setembro de 2006 e ao todo forma um grupo de 18 estudantes, podendo ser bolsistas e voluntários. Tais grupos desenvolvem ações pré-estabelecidas e organizadas voltadas para a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

A extensão tem sido uma ferramenta efetiva na construção de uma formação que vai além dos muros da universidade, é um instrumento que tem se mostrado eficaz na introdução de vários temas necessários que conduz a um incremento a formação dos acadêmicos, ademais a atividade de extensão, atualmente, é definida como um processo educacional interdisciplinar, que visa garantir a articulação e comunicação entre universidade e sociedade (PNEU, 2012).

Em primeira análise, o Grupo Temático 3 (GT 3) - Problematizando as relações sociais: questões étnico-raciais, do PET-Serviço Social, tem como objetivo problematizar o discurso racista e o racismo, estudar sobre a importância do Movimento social negro e a implementação das políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, bem como refletir acerca do papel do Estado e da sociedade civil na construção de relações democráticas e plurais (Teresina, 2017). Assim, ao discutir as questões étnico-raciais e suas reverberações na realidade social, o GT 3 trabalha a temática por meio de diferentes abordagens dentre as quais destacamos os CINEPET's - Arte e Diálogos, que consiste na exibição de obras cinematográficas com o intuito de promover o debate sobre a questão étnico-racial no processo de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, esses momentos, sempre contam com convidados, sendo eles professores, pesquisadores, ativistas, representantes dos movimentos sociais, assim como membros da sociedade em geral, que compartilham reflexões sociais e políticas presentes nas obras selecionadas.

A atividade que conta a exibição de filmes, curtas e documentários se mostra como estratégia dinâmica para incentivar o interesse e participação dos discentes e docentes sobre os temas trabalhados pelo GT, que objetiva ampliar a discussão para além dos demais grupos de trabalhos do PET Serviço Social e, desse modo, espalhar

as temáticas como, racismo, movimento negro, luta antirracista, dentre outros, no contexto acadêmico e além dos muros da universidade.

Nessa perspectiva, o CINEPET promovido em março de 2024, trabalhou o documentário brasileiro “Sobre Nós” (2021), dirigido por Naina de Paula. A atividade foi realizada presencialmente na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e teve como convidadas, Beatriz Marques, psicóloga clínica e professora de Psicologia na AESPI (Ensino Superior do Piauí), especialista em Direitos Humanos e Movimentos Sociais e estudiosa sobre proteção social, relações étnico-raciais, mulheridades e vivências LGBT; e Kelly Silva, psicóloga clínica, bacharel em Psicologia pela UESPI (Universidade Estadual do Piauí) e especialista em direitos humanos e movimentos sociais pela UESPI, com formação em diversidade e direitos humanos pela USP (Universidade de São Paulo)

A obra em questão traz à tona os impactos do racismo no amor e na afetividade das mulheres negras, através de 11 experiências de vida, de diversas origens, classes, gerações e orientação sexual. Na oportunidade, as convidadas ressaltaram a relação intrínseca entre o racismo e a branquitude, os impactos do racismo na infância no que diz respeito ao processo de construção da autoimagem de meninas negras e como isso afeta os relacionamentos durante a adolescência e a vida adulta.

Desse modo, o CINEPET foi um momento que possibilitou a reflexão sobre os rebatimentos do racismo na autoimagem e a afetividade das mulheres negras na sociedade brasileira. O encontro proporcionou a ampliação dos horizontes da discussão e contemplou a comunidade estudantil do Serviço Social da UFPI. Ressalta-se, portanto, como esses momentos, promovidos pelo PET Serviço Social, são fundamentais para o espraiamento da luta antirracista e ampliação do debate étnico-racial no processo de formação acadêmica das/os futuras/os assistentes sociais, que em seus espaços sócio-ocupacionais trabalharão frente às expressões da questão social, objeto de trabalho da profissão e, consoante Gonçalves (2018), tem o seu nó na questão racial, sendo essa não somente uma manifestação da questão social, mas também o sustentáculo do antagonismo entre as classes sociais e alicerce da desigual distribuição de riqueza no Brasil.

É importante salientar que os GT's mencionados têm um plano anual no qual são desenvolvidas diversas atividades de acordo com seus respectivos eixos temáticos. Nessa perspectiva, o GT 4 com sua linha temática atua nas discussões

pertinentes ao debate acerca da violência de gênero e realiza atividades anuais para discuti-las associado a temas transversais

Desse modo, em maio de 2023, foi realizado um estudo temático em formato de roda de conversa pelo GT 4 que contou com cerca de 15 participantes que se dividiram em acadêmicos e graduados do curso de Serviço Social. O estudo temático consistiu na exposição de um artigo sobre as práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Durante a apresentação da bibliografia a temática foi explorada e os participantes contribuíram para o debate com experiências de trabalho e situações presenciadas no campo de estágio, o qual é um momento importantíssimo na formação dos estudantes do curso, visto que aproxima o discente da realidade no qual futuramente estará inserido, o que denota a importância da discussão produzida pela referida atividade de extensão do PET Serviço Social.

A exposição possibilitou a discussão sobre as dinâmicas da violência intrafamiliar que se encontram enraizadas nas relações sociais, aspecto que dificulta a intervenção de profissionais, pois é comum ocorrerem sob a dinâmica do silêncio. Após a discussão da temática, foi exibido o documentário “Se você contar”, produção nacional de 2017, em que cinco mulheres se dispõem a compartilhar experiências de abuso sexual, ao todo são oito histórias, contendo relatos próprios e de outras vítimas.

A experiência levantada pelos/as petianos/as e acadêmicos em situações cotidianas proporcionou uma reflexão crítica ao tema que perpassa o ambiente academicista e se encontra inserido no ambiente social dos estudantes além de proporcionar uma formação complementar aos discentes que irão atuar sob as expressões dessa questão social em seu exercício profissional. Ademais, a discussão exposta se debruça justamente sobre práticas conservadoras que sustentam a inércia frente ao enfrentamento de tal violência, assim como o agir reducionista que alimentam o estigma do silêncio que impera entre a família e as vítimas.

Ao término da exibição do filme documentário, foi realizada uma dinâmica para o encerramento da atividade contendo algumas perguntas referente a obra cinematográfica, a fim de propor um momento de interação entre os participantes. A equipe organizadora de ambas as atividades avaliou bem as atividades, visto que em ambos, estudo temático e o CINEPET – Arte e Diálogos, instigar o debate sobre as temáticas com contribuições dos participantes e um aporte para a formação dos

discentes colaborando para um momento de trocas de experiências, construção de um debate crítico e lúdico além de conhecimentos sobre a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as experiências relatadas, compreende-se que são de suma importância as atividades de extensão desenvolvidas pelos Grupos Temáticos 3 e 4, o CINEPET – Arte e Diálogos - "Sobre Nós" (2021) e o Estudo Temático sobre as “Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes”, respectivamente. As atividades de extensão, como as desenvolvidas pelos Grupos Temáticos 3 e 4, têm um papel crucial no fortalecimento da relação entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, permitindo que a teoria seja aplicada de maneira prática e transformadora. Tais ações de extensão realizadas pelos/as petianos/as possibilitaram a disseminação do conhecimento a respeito das temáticas étnico-raciais e de violência de gênero, bem como o estímulo ao debate sobre as temáticas propostas, o que proporcionou também uma integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Salienta-se a importância da permanência de atividades de extensão que possam instigar debates acerca das expressões da questão social, objeto de atuação do Serviço Social, como meio de conhecê-las e superá-las, em busca de uma sociedade equânime.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16 ed. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1996.

GT3 - Problematizando as relações sociais: questões étnicas. In: **Caderno de acompanhamento**, Teresina, v. 3, 2017.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

PNEU- Política Nacional de Extensão Universitária. **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. (2012). Manaus-AM.

GUIMARÃES, Jéssica Ferreira et al. A HISTÓRIA DO PET SERVIÇO SOCIAL–UFPI NO CAMPO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO. In: **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 7, n. 24, 2021.

SCHEK, Gabriele; SILVA, Mara Regina Santos da; LACHARITÉ, Carl; VAZ, Marta Regina Cézar; BUENO, Maria Emília Nunes; VENTURA, Jeferson. Práticas profissionais que silenciam a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Rev. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 27, n. 1, p. 1 8, 2018.



POLÍTICAS CULTURAIS E GÊNERO NO HIP-HOP: desafios e estratégias de resistência feminina

LUANA DA SILVA SANTOS¹
DÉBORA CAROL LUZ DA PORCIUNCULA²

INTRODUÇÃO

O Hip-Hop é uma cultura de resistência que surgiu no Bronx, Nova Iorque, na década de 1970, como uma forma de expressão artística e política das populações negras e latinas marginalizadas (FELIX, 2005). Constituído pelos elementos do rap, DJing, breakdance e graffiti, o Hip-Hop se consolidou como um espaço de denúncia das desigualdades sociais, promovendo debates sobre racismo, pobreza e exclusão.

No Brasil, sua chegada ocorreu nos anos 1980, especialmente em São Paulo, com encontros marcantes na Rua 24 de Maio e no Metrô São Bento (MOASSAB, 2008). No entanto, apesar de seu caráter contestador, o Hip-Hop também reflete contradições sociais, como a reprodução do machismo e da hierarquia de gênero, que dificultam a plena participação e reconhecimento das mulheres no movimento.

¹ Bacharel em Serviço Social Pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); mestranda no Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios (PPG-POSTERR); Pós-graduanda em Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Email: luanass@aluno.ufrb.edu.br.

² Pós Doutora em Território, Ambiente e Sociedade (PNPD/CAPES), Doutora e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL) Bel; Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios (POSTERR/UFRB). Email: debora.porciuncula@ufrb.edu.br.

Essa contradição não se limita à baixa presença e reconhecimento das mulheres no Hip-Hop, mas se enraíza em estruturas mais amplas do patriarcado e do racismo, que sustentam relações hierárquicas de poder. Como aponta Akotirene (2019), a interseccionalidade revela como opressões de gênero, raça e classe não operam isoladamente, mas de forma conjunta e indissociável.

Em justaposição, destaca Santos (2023):

Apesar das adversidades, as mulheres persistem em sua luta por emancipação e visibilidade, pois entendem que a cultura é um direito universal, independentemente de seu gênero ou classe social (SANTOS, 2023, p.44).

Historicamente, as mulheres tiveram sua participação restringida em diversas esferas, sendo sistematicamente excluídas ou desvalorizadas. Assim, a luta por visibilidade e equidade no Hip-Hop se insere em um contexto maior de enfrentamento às desigualdades de gênero, evidenciando a necessidade de políticas e ações que garantam a inclusão e o reconhecimento feminino em todas as esferas da sociedade. Entretanto, elas também desenvolvem estratégias de resistência e empoderamento, reivindicando o direito de pertencer e transformar esse espaço cultural.

As organizações sociais e as reivindicações coletivas têm sido fundamentais para promover mudanças e ampliar espaços de participação. Nesse sentido, a atuação do Estado na proposição e execução de políticas culturais inclusivas ocorre, em grande medida, como resposta à pressão desses movimentos. A luta das mulheres no Hip-Hop, assim como em outras esferas culturais e sociais, evidencia a necessidade de continuar promovendo diversidade, equidade e reconhecimento para essas artistas e ativistas.

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar como as mulheres se posicionam e resistem dentro de um espaço cultural predominantemente masculino. Para isso, busca-se discutir a importância das políticas culturais voltadas para as mulheres no Hip-Hop, explorando os desafios enfrentados e as estratégias de empoderamento e resistência que emergem dessas experiências.

A pesquisa busca responder à seguinte questão: De que forma as mulheres no Hip-Hop enfrentam as desigualdades de gênero e quais estratégias utilizam para conquistar maior visibilidade e reconhecimento dentro desse movimento?

Palavras-chave: Hip-Hop. Políticas Culturais. Gênero. Resistência. Empoderamento.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em uma pesquisa bibliográfica, visando compreender a dinâmica de gênero no Hip-Hop e a importância das políticas culturais para a inclusão e valorização das mulheres nesse contexto. A pesquisa permitiu um aprofundamento teórico sobre o tema, possibilitando a análise de estudos já realizados e a construção de um arcabouço crítico sobre as desigualdades e estratégias de resistência femininas dentro do Hip-Hop.

Para fundamentar esta investigação, serão utilizadas obras de autoras que discutem a presença feminina na cultura Hip-Hop e as políticas culturais voltadas para as mulheres, como (ALMEIDA, 2017; SANTANA, 2017; POSTALI, 2020; SANTOS, 2023).

A metodologia aplicada permite uma compreensão crítica e reflexiva sobre o papel das mulheres no Hip-Hop, destacando suas lutas, conquistas e os desafios que ainda persistem. Dessa forma, busca-se não apenas evidenciar as desigualdades existentes, mas também ressaltar a importância das políticas culturais como instrumento de transformação e empoderamento feminino dentro desse movimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Hip-Hop e as mulheres em seus reveses contemporâneos

No Hip-Hop, um espaço tradicionalmente masculino, as mulheres enfrentam desafios significativos relacionados à desigualdade de gênero. Apesar de sua longa participação no movimento, suas contribuições são frequentemente invisibilizadas. Segundo Postali (2020), as mulheres estão presentes desde o surgimento do Hip-Hop brasileiro, mas sua atuação raramente recebe o devido reconhecimento.

A desigualdade de gênero refere-se à desvalorização de um grupo considerado inferior com base em seu gênero. Nesse contexto, o gênero desempenha um papel central nas relações sociais, estruturadas a partir das diferenças percebidas entre os sexos feminino e masculino. De acordo com Saffioti (2015), o gênero é uma

construção social das identidades masculinas e femininas. Assim, a desigualdade de gênero não é um dado natural, mas um fenômeno socialmente construído, que pode emergir tanto nas relações entre homens quanto entre mulheres, sendo frequentemente reforçado ao longo do tempo.

Menezes (2015) observa que, no Hip-Hop, as desigualdades de gênero se manifestam nas diferenças de participação em eventos, nas oportunidades de expressão cultural e em competições de ideias e valores. Embora haja registros da participação feminina no Hip-Hop a partir da década de 1990, essa presença ainda é marcada pela falta de visibilidade.

Políticas culturais para as mulheres no Hip-Hop

As políticas culturais desempenham um papel essencial na promoção da equidade de gênero no Hip-Hop. Não obstante, a ausência de ações concretas reflete um problema estrutural do Estado brasileiro, que historicamente negligencia políticas culturais voltadas para as mulheres (COUTINHO, 2006).

No Hip-Hop, a formulação de políticas culturais específicas para mulheres pode atuar como um meio de garantir sua participação, valorização e permanência no movimento. Postali (2020) argumenta que a cultura Hip-Hop um espaço de reflexão e contestação, tornando-se fundamental que políticas públicas incentivem a produção e a visibilidade feminina nesse contexto.

Não obstante, para que essa transformação se consolide e as vozes femininas no Hip-Hop sejam plenamente reconhecidas e valorizadas, é imprescindível que existam políticas culturais eficazes que apoiem e promovam a inclusão e a visibilidade dessas artistas. Conforme aponta Almeida (2017), as políticas culturais no Brasil são historicamente marcadas por descontinuidades e traços de autoritarismo, frequentemente negligenciando a perspectiva de gênero na formulação de programas e projetos.

Ademais, as políticas culturais devem garantir aos cidadãos o acesso a bens e serviços culturais, especialmente aqueles que não são adequadamente oferecidos pelo mercado. Nessa perspectiva, a formulação de políticas culturais se torna uma estratégia vital para promover o desenvolvimento individual, corrigir falhas de mercado e assegurar a preservação de expressões culturais que estão em risco de desaparecer.

Empoderamento feminino através da resistência

O empoderamento feminino no Hip-Hop ocorre por meio de diversas estratégias, sendo o rap uma das principais ferramentas de resistência. A internet tem sido uma aliada nesse processo, permitindo que artistas divulguem as suas produções e fortaleçam redes de apoio. Siqueira (2021) enfatiza que o discurso feminista e a luta por igualdade estão cada vez mais acessíveis, ampliando a conscientização e o engajamento das mulheres no Hip-Hop.

Flora Matos, com a canção “Preta de Quebrada” (2017), exemplifica como a música pode ser um veículo de empoderamento e resistência. A letra destaca a autonomia feminina, desafiando padrões de dependência e submissão impostos socialmente. Conforme Santos (2023), o rap permite que mulheres expressem suas experiências e reivindiquem seus direitos, tornando-se uma ferramenta essencial na luta pela equidade de gênero no Hip-Hop.

Ao enfatizar a capacidade de resistência e a busca por um espaço no Hip-Hop, as mulheres reivindicam tanto sua participação como também desafiam normas tradicionais, encorajando uma análise crítica das dinâmicas de poder e abrindo caminho para uma maior equidade de gênero, se tornando uma representatividade.

Santana (2017) compartilha do mesmo pensamento quando diz:

[...] o empoderamento está presente na sociedade como elemento de emancipação do povo. Mas, podemos destacar a apropriação do termo pelo movimento feminista, como um caminho de promoção para a inclusão social e cidadania, visto que as mulheres tiveram seus direitos negados. Nessa perspectiva, vale destacar a cultura hip hop como um cenário de predominância masculina, isso se deve em sua maior parte ao contexto histórico em que o movimento está inserido e ao machismo presente na sociedade. (idem, 2017, p. 7).

A equidade social e a união entre as mulheres emergem como símbolos de empoderamento, refletindo-se em suas produções artísticas. Ao incorporar esses princípios em seu trabalho, as artistas fortalecem não apenas a si mesmas, mas também a luta coletiva por espaço e reconhecimento. Esse processo possibilita o enfrentamento de atitudes sexistas dentro e fora do movimento, garantindo a continuidade e expansão de sua presença na cultura Hip-Hop.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que, apesar dos avanços na visibilidade feminina dentro do *Hip-Hop*, ainda há desafios significativos relacionados à desigualdade de gênero. As mulheres continuam enfrentando barreiras estruturais e culturais que limitam sua participação e reconhecimento dentro do movimento.

As políticas culturais podem desempenhar um papel essencial na promoção da inclusão feminina no *Hip-Hop*. No entanto, como destacado por Almeida (2017), a ausência de políticas específicas reflete um problema histórico e estrutural. Para garantir maior equidade, é necessário que tais políticas sejam formuladas e implementadas com um olhar voltado para as demandas das mulheres no movimento.

O empoderamento feminino, impulsionado pela resistência e pelo rap, tem sido um fator determinante para a ocupação de espaços e a conquista de direitos dentro do *Hip-Hop*. O estudo reforça a importância de ações que promovam a equidade de gênero, permitindo que o *Hip-Hop* evolua como um espaço verdadeiramente inclusivo e representativo de todas as vozes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Milena Cristina; CEREDA, Allan Mateus. História Das Políticas Culturais Para Mulheres No Brasil. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, p. 142-153, 2017.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J.C.F., and

FELIX, João Batista de Jesus. *Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano*. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MATOS, Flora. **Preta de Quebrada**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0JulrVf_n2g>. Acesso em: 31 de julho de 2024.

MENEZES, Jaileila de A. et al. Entre fronteiras e trincheiras: conflitos políticos e antagonismo de gênero no movimento hip hop. **Revista Ártemis**, v. 20, 2015.

MOASSAB, Andreia et al. *Brasil Periferia (s): a comunicação insurgente do hip-hop*. 2008.

POSTALI, Thífani. A invisibilidade da mulher no hip hop: Uma análise sobre documentários dos anos 2000. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 032-050, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero patriarcado violência. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti.- 2.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTANA, C. B. et al. Mulheres e resistência: a utilização do rap como instrumento de empoderamento e manifestação folkcomunicacional. Intercom. **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, Fortaleza, 2017.

SANTOS, L. da S. (2023). **As minas no Hip-Hop**: Uma abordagem da atuação feminina no âmbito cultural no recôncavo baiano. In Territórios em Foco: Percepções do tempo e espaço. (p. 34–48). Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10253247>

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. *Revista Thesis Juris*, 2020.



POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: aproximações com a realidade a partir dos dados do Censo do IBGE e do CadÚnico

EDIMARA KALINE DE JESUS FARIAS¹
SÂMIA RAQUEL LOPES MARTINS²
TERESA CRISTINA MOURA COSTA³

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas, também chamados de povos originários, termo por eles reivindicados tendo em vista que foram os primeiros habitantes do território que hoje é denominado Brasil, sofrem adversidades em sua realidade como o preconceito, a discriminação e ausência de acesso a direitos ou muitas vezes nem são enxergados como cidadãos. De acordo com o Censo Demográfico divulgado pelo IBGE em 2022, a população indígena soma 1.693.535 pessoas, um aumento significativo em relação ao último Censo. O aumento dessa população traz consigo a necessidade de políticas públicas e sociais que atendam às suas demandas de forma equânime, pois

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, Bolsista de Extensão do Programa de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania. edimarafarias1@gmail.com.

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, Integrante de Extensão do Programa de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania. Raquelsamia16@gmail.com.

³ Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS). Coordenadora do Projeto de Extensão Diálogos com o SUAS e Coordenadora Adjunta do Programa de Extensão Memória do Serviço Social no Piauí. E-mail: tcmcosta@ufpi.edu.br.

compreende-se que a realidade vivida por esses povos é arraigada de adversidades quanto ao acesso a direitos e políticas públicas.

Esse resumo objetiva discutir a situação dos povos indígenas na atual conjuntura, seu acesso à Política de Assistência Social, com destaque para o Programa Bolsa Família e para as orientações para o trabalho socioassistencial junto a esse público. Espera-se contribuir com a problematização das desigualdades sociais, de classe e étnico-raciais enfrentadas pelos povos originários.

Palavras- chave: Povos Originários. Acesso a direitos. Políticas Sociais.

METODOLOGIA

O presente artigo foi elaborado através de revisão bibliográfica e documental, tendo como referência autores como Ribeiro e Nascimento (2024), Sposati (2009), Gorender (2016), Amaral e Billar (2020). Também foram analisados dados divulgados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Relatório de Informações Sociais disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Social Assistência Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de conhecer a realidade social desses povos, quanto ao acesso a direitos e aos programas sociais acessados pelo CadÚnico.

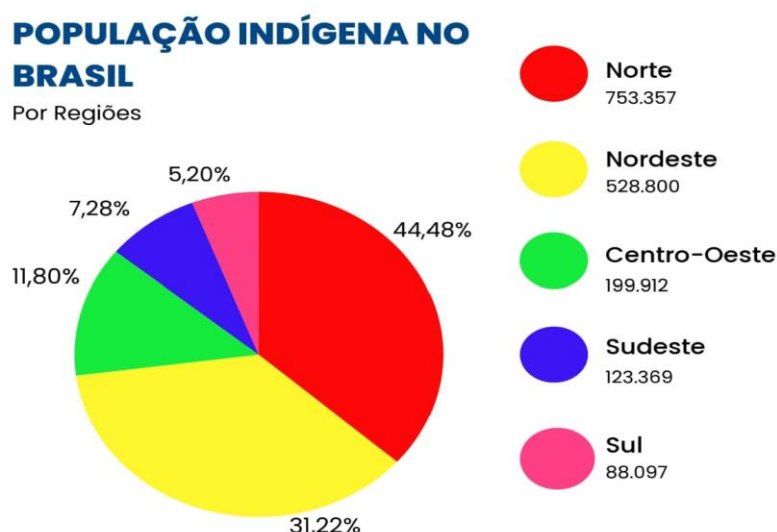
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que os povos originários do território hoje denominado Brasil, vêm sofrendo com violações de direitos há séculos, dentre elas o etnocídio, que se caracteriza como a destruição de povos junto com seus costumes e crenças, como a culinária, religião e outros fatores, mesmo com leis voltadas a suas questões. A população indígena ainda enfrenta adversidades no acesso às políticas sociais e com a invisibilização de suas lutas. Muitos problemas podem ser citados como dificuldade no trajeto até as escolas, adaptação às escolas que não tenham a língua nativa, e quanto a saúde exemplo como ocorreu no período da pandemia são indispensáveis de ser citados quando se trata de relatar a negligência estatal ocorrida com esses povos.

Segundo Gorender (2016, p.189),

Os diferentes contextos históricos - Período Colonial, Imperial e as diferentes fases republicanas - redesenharam a relação entre Estado e sociedades indígenas, sempre mediadas pela expropriação, usurpação e exploração dos seus territórios tradicionais, seja pelas monoculturas agrícolas e agropecuárias, seja pelos empreendimentos públicos e privados telegráficos ferroviários, hidroelétricos e de transmissão elétrica, rodoviários de mineradoras etc., bases fundamentais para a estruturação urbano-industrial no país. Destaca-se ainda, no Período Colonial, a existência da escravidão indígena, que caracterizou a caça e o aprisionamento de milhares de pessoas indígenas e seu envio para o trabalho escravo em fazendas.

Mesmo assim, os povos originários têm resistido ao longo da história e tentado preservar sua cultura rica e suas heranças. Segundo o Censo 2022 divulgado pelo IBGE, a população indígena no Brasil configura 0,83% da população que é 1.693.535 pessoas, e desse continente a maior parte reside na região Norte, seguida pelo Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, nessa ordem, como aponta o gráfico abaixo:



FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2022: Indígenas - Primeiros Resultados do Universo

Os números, se vistos entre 2010 e os dias atuais, mostram um aumento na população indígena no Brasil, porém mostra uma outra face quando se observa que os povos originários hoje se encontram em menos de 1% da população brasileira, outros dados ainda são mais alarmantes como um exemplo as terras pertencentes a esse grupo social garantido por lei e a ocupação desses territórios.

Muitos exemplos de negligência para com a população indígena podem ser citados. Ribeiro e Nascimento (2024) destacam como violência contra as pessoas indígenas (violência física e sexual), garimpo ilegal na Amazônia, mercantilização da

Amazônia (onde a maioria reside), expulsão e deslocamentos compulsórios, invasão das terras demarcadas como território indígena, e ainda o não acesso a direito.

Nessa linha de pensamento compreende-se que “A condição de indígena não pode ser automaticamente sinônimo de vulnerabilidade” (BRASÍLIA, 2017, p.46) e para reforçar esse pensamento e reforçar ainda mais o conhecimento da realidade dos povos indígenas brasileiros com sua cultura, história, influência e unir mais vozes para as suas questões, é necessária uma configuração avançada de políticas que se adequem e atendam as demandas desses povos. No que se refere à Política de Assistência Social, Ribeiro e Nascimento (2024, p.190) afirmam que “essa política precisa acompanhar as pautas atuais dos movimentos indígenas e quilombolas”.

Trazendo esse recorte da Política de Assistência Social, no que tange ao acesso aos programas, os números apontam disparidades quanto ao acesso das pessoas Indígenas aos Programas Sociais a partir do CadÚnico. Como já discutido, a realidade indígena no Brasil é marcada pela desigualdade social e étnico-racial e os dados analisados mostram que de 1.693.535 indígenas, apenas 311.474 estão inclusos no Cadastro Único e (CadÚnico), e destes, apenas 240.100 recebem benefício do Programa Bolsa Família (PBF), hoje um dos programas que garantem a segurança de renda às famílias vulneráveis. Destacou-se também a quantidade de Cestas Básicas ofertadas que somaram 321.805 entregas às famílias Indígenas.

Observa-se duas expressões da questão social, sendo a vulnerabilidade econômica e a insegurança alimentar, de praticamente todas as famílias inscritas no CadÚnico, pois sabe-se os critérios e condicionalidades exigidos pelos programas são muito focais atualmente, o que implica afirmar que para acessar os programas e serviços, a família/usuário(a) se “encaixa” como vulnerabilizado socialmente.

E quanto aos que não se encontram inscritos no CadÚnico? E em outros programas e benefícios? É interessante citar também acerca da ausência de dados e termos que se refiram às pessoas indígenas em alguns gráficos e tabelas apresentados no Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social. Percebeu-se a presença de títulos como “Informações Raciais”, ao invés de “Informações Étnico-Raciais” e “Recortes Étnico-Raciais”, que apesar do uso do termo, não traz informações acerca dos povos indígenas. Compreende-se que não se trata de um detalhe, mas da necessidade de adequar os instrumentos de informação para superar a histórica invisibilização desses povos como integrantes da população brasileira.

Ainda segundo Sposati (2009) para trabalhar com um determinado grupo social, é necessário conhecer o mesmo, suas demandas, vulnerabilidades e olhar os usuários para além disso, ou seja, desconstruir a ideia de que as pessoas indígenas são apenas pessoas em situação de vulnerabilidade social e com dificuldade em acesso a direitos, é necessário conhecê-los para além disso, mas sem deixar de lado a luta pelo acesso pleno a direitos e políticas públicas.

Um avanço no campo da Política de Assistência Social, foi a elaboração e publicação em 2017, do livro que se intitula “Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica” elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A produção tem como objetivo complementar mais aportes teóricos para as equipes de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que trabalham com o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família) com famílias e comunidades Indígenas e ainda busca e “se propõe a apresentar ações preventivas e protetivas da PAIF visando a convivência familiar e comunitária e o acesso a direitos pelas famílias Indígenas” (BRASILIA, 2017, p.8).

Orientações como essa são de extrema importância para as equipes de referência possam valorizar o conhecimento acerca desses grupos sociais, seus territórios, suas culturas e costumes, pois desse modo facilita o trabalho social com famílias em uma perspectiva de cidadania e acesso aos direitos.

Finalmente, destaca-se como conquista, a recente criação de um Ministério dos Povos Indígenas, já no Governo Lula 3, em que o poder público assume o compromisso de incorporar à agenda pública, as pautas dos povos originários com maior atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se que há uma necessidade da inclusão dos povos originários nas políticas sociais de modo a melhorar e facilitar o seu acesso aos programas e serviços das Políticas Públicas, como a de Assistência Social e maior visibilidade às causas de um grupo social tão importante na construção da sociedade brasileira desde os primórdios aos dias atuais. O reconhecimento de seus direitos, lutas e cultura na melhoria da qualidade de vida e exercício da cidadania é urgente.

Além disso, destaca-se a importância de mais produções como “Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica”, tendo como objetivo

melhorar a qualidade no processo de trabalho das equipes de referência no atendimento aos usuários dos serviços. Com o conhecimento acerca da realidade dos usuários e as expressões da questão social vivenciadas, há maior compreensão quanto a instrumentalidade para realizar as ações necessárias. Trazer ainda nas universidades, projetos de extensão que tenham como objetivo pesquisar e trabalhar com esse grupo social, em sua comunidade para “além dos muros”, pode propiciar a formação de profissionais que conheçam a realidade a qual vão atuar, trazendo a aproximação e troca de conhecimento entre as universidades e as comunidades.

REFERÊNCIAS

GORENDER, J. A escravidão colonial. São Paulo: Expressão popular, 2016

AMARAL, Wagner Roberto do; BILLAR, Jenifer Araújo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 123-135, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistaempauta.com.br/index.php/revista/article/view/123>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes. In: MDS e UNESCO. Concepção e gestão da proteção não contributiva no Brasil. Brasília: MDS e UNESCO, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Trabalho Social com famílias indígenas na proteção social básica. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

ISPN. Mais indígenas estudantes nas universidades: o desafio de permanecer. Instituto Sociedade, População e Natureza, 2024. Disponível em: <https://ispn.org.br/artigo-mais-indigenas-estudantes-nas-universidades-o-desafio-de-permanecer/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: População residente total e indígena por localização do domicílio e quesito de declaração indígena. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RIBEIRO, Patrício Azevedo; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. Movimento indígena e quilombola: lutas sociais e políticas públicas no meio rural amazônico. Argumentum, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 178–194, 2024. Acesso em: 26 mar.2025

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Relatório de Informações Sociais. Acesso em: 21 mar.2025



QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: racismo institucional e o (não) acesso às políticas sociais da população negra

JOACAZ OLIVEIRA SANTOS¹
IRACILDA ALVES BRAGA²

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar como o Racismo Institucional se configura numa barreira para o acesso da população negra às políticas sociais, evidenciando o impacto que este fenômeno tem sobre a vida dessas pessoas, ao se constituir um relevante impasse para o acesso à direitos sociais e a continuação da exclusão dessas pessoas aos mais variados espaços.

O Racismo Institucional, muitas vezes sutil, vai se manifestar dentro das instituições públicas ou privadas e que vão privilegiar determinados grupos raciais em detrimento de outros, dificultando tanto o alcance dessas políticas quanto no combate ao racismo (Theodoro, 2008).

Para uma melhor compreensão da temática, este estudo traz uma breve construção histórica sobre esse processo de invisibilidade social e da desigualdade

1 Graduando do curso de Serviço Social (UFPI); bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social; Membro do Comitê antirracista CRESS-PI 22º Região; E-mail: joacazoliveira2018@gmail.com.

2 Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social; docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas - UFPI; líder do Grupo de Estudos em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS); pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas (UFPI) e do Núcleo de Estudo da Família NEF/UNIFESP; E-mail: iracildabraga@ufpi.edu.br.

que as pessoas negras vêm sofrendo desde a Abolição da escravidão, em 1888, até a Constituição Federal de 1988 com base na sua raça. O trabalho destaca alguns dos avanços nas legislações brasileiras, como a criação do tripé da seguridade social, mas que apesar destas conquistas, o pleno acesso a esses direitos ainda é limitado na prática, o que contribui para a perpetuação da discriminação e para a desigualdade enfrentada pela população negra.

Palavras- chave: Racismo Institucional. Políticas Sociais. Acesso.

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido tendo como referência uma revisão de literatura que forneceu subsídios teóricos para a construção e análise do tema proposto. Foram consultadas dissertações, teses, artigos e livros, que permitiram o embasamento necessário para abordar as questões relacionadas ao racismo institucional e suas implicações para o acesso da população negra aos direitos sociais. O método adotado foi o dedutivo, partindo do princípio de que o racismo institucional limita o acesso de pessoas negras à assistência, saúde e previdência, mostrando como essas barreiras se manifestam na prática. (Gil,2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a Abolição da escravidão em 1888, não houve políticas que viessem integrar os ex-escravizados na sociedade. As elites preferiram a mão de obra imigrante europeia, marginalizando a população negra e relocando – os para os estratos sociais mais vulneráveis da sociedade (Theodoro,2008). Sem acesso à saúde, educação e moradia, essa população não poderia ascender socialmente e obter melhores condições de vida. Tal problemática, ainda reverbera na sociedade pós-constituição devido ao Racismo Institucional, que limita o acesso de pessoas negras às Políticas Sociais. Dessa forma, menciono o contexto de pós-abolição para mostrar que, enquanto nesse contexto, o que restringia o acesso da população negra às políticas sociais era a inexistência delas, na sociedade constitucional, as barreiras são sistêmicas e estruturais, dificultando o gozo dos direitos sociais conquistados.

A partir de 1988, cem anos após a abolição, temos um marco jurídico-normativo importante no Brasil. Esse contexto, marca a homologação da Constituição Cidadã, que firmou o compromisso de igualdade de todos perante a lei. Além disso, versou sobre tripé da Seguridade Social como um direito: à Saúde universal; à Assistência Social para quem dela necessitar; e à Previdência Social, política de proteção ao trabalhador, cuja característica é ser contributiva. O principal objetivo é a promoção do bem-estar social de todos os cidadãos brasileiros, independentemente de raça, cor, idade, classe ou sexualidade (Brasil,1988). Entretanto, persiste a disparidade entre o que se buscou nos objetivos e princípios estabelecidos na Constituição com a realidade que se apresenta.

Tendo como princípios básicos a equidade, integralidade e universalidade, observa-se na saúde a discrepância entre os serviços ofertados à população negra em relação a esses princípios. Embora se tenha havido avanços nos serviços de saúde voltados para a população negra, a efetividade na implementação ainda depende de muitos outros fatores, pois ainda prevalece a precarização e o negligenciamento, por parte do Estado e de profissionais da saúde. Em 2009 consolida-se a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com vista o combate à exclusão racial e a promoção de um serviço que leve em consideração as particularidades dessa população, contudo, denota-se que ainda não há a integração concreta dessa Política por muitos municípios do estado brasileiro (Passos; Lacerda,2024). Isso demonstra o descaso e a falta de informações sobre existência desses serviços, o que gera impacto sobre a vida dessas pessoas que já enfrentam intenso estigma social, resultando na omissão do tratamento de doenças, e na negação do direito à saúde.

A Assistência Social, política que integra o tripé da seguridade social, estabelece como garantia o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas idosas e pessoas com deficiência que estão em situação de vulnerabilidade social. Contudo, pessoas brancas tem mais acesso ao benefício do que pessoas negras (MDS,2024). Isso demonstra como o Racismo Institucional impera na nossa sociedade, já que, em muitos casos, o que ocorre é só a falta de acesso à informação e isso, de forma sistêmica, acaba excluindo pessoas negras do acesso aos direitos socioassistenciais, reforçando a histórica marginalização que essa população enfrenta no Brasil. Esse cenário mostra como essa política ainda tem caráter seletivo, não

conseguindo promover uma ruptura efetiva com o privilégio racial de determinados grupos no acesso à alguns benefícios que a assistência social assegura.

A Previdência Social por sua vez, é uma Política que visa a proteção social aos trabalhadores em caso de incapacidade laboral, velhice, doenças e morte (Brasil,1988). O Racismo Institucional, infelizmente, impacta negativamente o acesso de pessoas negras a essa política por meio de práticas discriminatórias e históricas, que sempre colocam as pessoas negras em lugar de subserviência e que dificultam a inserção no trabalho formal.

Sendo a única Política contributiva dentro do tripé da Seguridade Social, a Previdência é uma realidade distante para grande parte da população negra, que tendo em vista as necessidades econômicas se submete a vínculos empregatícios frágeis, limitando o acesso a política previdenciária (GOMES,2024, p.12)

Isso nos leva a refletir sobre a situação das pessoas negras que, ao não conseguirem mais trabalhar nem de forma informal, não poderão ter acesso aos benefícios previdenciários que lhes garantiriam o mínimo de conforto para si e suas famílias, ficando, assim, em muitos casos, dependentes da caridade e do clientelismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada nos incita a refletir sobre como o racismo institucional no Brasil, é um sistema que dificulta o acesso de determinadas raças às políticas sociais em detrimento de outras. Esse fenômeno está presente nas instituições e continua marginalizando a população negra, excluindo-a do acesso a direitos e de espaços democráticos.

Desde a abolição, a marginalização da população negra foi marcada pela falta de políticas inclusivas, substituídas por práticas que priorizavam a mão de obra imigrante europeia e destinavam os negros às áreas periféricas sem as condições mínimas para uma vida digna, evidenciando as condições desiguais enfrentadas por essa população ao longo dos anos, e que mesmo com alguns avanços jurídicos-normativos trazidos pela Constituição de 1988, é evidente a disparidade entre o que está previsto nas leis e o que se materializa na prática.

A população negra continua enfrentando desigualdades no acesso à saúde, previdência e assistência, consequência do racismo que exclui essas pessoas de

maneira sistemática, condenando-as a uma condição de vulnerabilidade estrutural. Isso demonstra a necessidade de ações mais efetivas no combate ao racismo institucional, e promova de fato a universalização das políticas sociais de forma equitativa, por meio do enfrentamento dessa faceta do racismo.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

GOMES, Lara Danuta da Silva Amaral. Questão racial e a política de assistência social: estudo sobre a (des)proteção social à população negra de Teresina/PI: uma análise sobre os CRAS e CREAS a partir do relato das profissionais. 2024.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024

As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.), Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. – Brasília: Ipea, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PASSOS, Juliana; LACERDA, Nara. Quinze anos depois, Política de Saúde da População Negra ainda precisa avançar no Brasil. Brasil de Fato, [online], 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/reporter-sus/2024/05/29/quinze-anos-depois-politica-de-saude-da-populacao-negra-ainda-precisa-avancar-no-brasil/>

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) [recurso eletrônico]: Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). Desafios para construção de um SUAS sem racismo: Assistência Social e população negra no Brasil. Brasília: MDS, 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 maio 2009.



SAÚDE MENTAL DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

ANA MAYZA NASCIMENTO DE ARAÚJO¹
HELEN REJANE BATISTA LOUZEIRO²
MARIA EDUARDA DE ARAÚJO CARVALHO³
NARA KALLINNY MARQUES LOPES⁴
RENATHA VICTÓRIA DE MENEZES XAVIER⁵

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher, especialmente em contextos domésticos, configura-se como uma grave violação dos direitos humanos, impactando não apenas a integridade física, mas também a saúde mental das vítimas. Dentre os efeitos psicológicos, destacam-se a depressão, a ansiedade e o transtorno de estresse pós-traumático, que comprometem a qualidade de vida, a autonomia e o convívio social dessas mulheres.

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal Do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: ana.maysa507@gmail .com.

² Assistente Social formada pela Universidade Federal Do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: hbatistalouzeiro@gmail.com.

³ Assistente Social formada pela Universidade Federal Do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: eduardaufpi@gmail.com.

⁴ Assistente Social formada pela Universidade Federal Do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: mnara5451@gmail.com.

⁵ Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: renatha.m.2002@gmail.com.

Nesse contexto, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte psicológico e social para mulheres em situação de violência. No entanto, persistem desafios que dificultam tanto o acesso das vítimas aos serviços de saúde mental quanto a atuação dos profissionais responsáveis pelo acolhimento e atendimento. A falta de articulação entre os setores, a escassez de recursos e a reprodução de estereótipos durante o atendimento são obstáculos que comprometem a efetividade das intervenções.

Diante desse contexto, este estudo propõe uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pela Rede de Atenção Psicossocial no acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. A pesquisa busca compreender as dificuldades estruturais e metodológicas que impactam a efetividade dos serviços, além de discutir a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e das práticas profissionais. Através da revisão de literatura e do diálogo com referências teóricas sobre o tema, pretende-se contribuir para a ampliação do debate e para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à violência de gênero, garantindo a essas mulheres um atendimento digno, capaz de romper o ciclo da violência e promover a autonomia das vítimas.

Palavras- chave: Violência doméstica; Saúde mental; Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Políticas públicas; Autonomia.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória para analisar a relação entre violência de gênero e seus impactos na saúde mental, com foco na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e no Serviço Social. Para tanto, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental, utilizando autores como Barbosa, Dimenstein & Leite (2014), Oram, Khalifeh & Howard (2017) e Teixeira & Paiva (2021). Foram também examinadas normativas e diretrizes do CFESS (2018) e CRESS (2020), além de relatórios sobre o funcionamento da RAPS. O estudo busca avaliar a efetividade das políticas públicas e destacar a importância da capacitação profissional para um atendimento adequado e humanizado às vítimas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto de violência em que se encontra uma grande parte das mulheres, possui impactos além das marcas de violência física. No entanto, ao abordar a temática de violência de gênero, é de suma importância esclarecer que essa violação de direito perpassa contextos econômicos, raciais e diferentes grupos étnicos. Uma sociedade enraizada no viés patriarcal, conseqüentemente propaga a segregação e violência contra essas mulheres.

Nesse sentido, o ciclo de violência possui grande impacto na saúde mental das vítimas, o que mostra a correlação entre esses dois fatores. Assim como demonstra o crescimento da procura dessas mulheres para a rede de atenção psicossocial, que presta atendimento a esses grupos, por meio de políticas de enfrentamento que buscam intervir de forma efetiva e que auxiliam na atenção aos impactos psicossociais (Barbosa, Dimenstein & Leite, 2014).

As vítimas de violência doméstica demonstram um alto índice no desenvolvimento de doenças psíquicas, dentre elas: depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Todo esse contexto de violência e adoecimento influenciam diretamente na qualidade de vida, autoestima, autonomia e convívio social dessas mulheres. Tendo em vista que possui impactos nas suas atividades de cunho laboral, e social como um todo, o que gera problemáticas a serem enfrentadas por meio de auxílio através de serviços, programas e projetos que visam atender as vítimas de violência doméstica (Oram, Khalifeh & Howard, 2017).

Diante do exposto, a necessidade de profissionais da saúde mental que compreendam de forma aprofundada os impactos da violência contra as mulheres, com o objetivo de identificar adequadamente, assim como intervir de forma eficaz nesses casos se torna evidente. Desse modo, é possível analisar as complexidades presentes nesse contexto, garantindo e preservando os direitos das vítimas, contribuindo para a prevenção de novas violências (Meinhard & Maia, 2015).

Nesse contexto, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) assume um papel fundamental, articulando serviços de saúde mental, assistência social e direitos humanos para garantir um acolhimento qualificado às vítimas. A RAPS, enquanto política pública, deve atuar em conjunto com a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, incluindo serviços como os Centros de Referência de Assistência

Social (CRAS), Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), Casas-Abrigo e CAPS (Centros de Atenção Psicossocial).

Em síntese, a RAPS representa um eixo estratégico no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas sua efetividade depende de recursos, articulação em rede e compromisso ético-político. Além disso, a formação dos profissionais da RAPS deve incorporar uma perspectiva de gênero e direitos humanos. Portanto, investir em capacitação e supervisão técnica é crucial para um atendimento eficaz.

No que se refere a atenção em saúde mental ofertada pelo CAPS, o serviço envolve acolhimento, grupos terapêuticos, grupos de trabalho e geração de renda, acompanhamento aos familiares, acompanhamento psiquiátrico, psicológico e social (Meinhardt & Maia, 2015). O acolhimento psicossocial deve considerar as singularidades de cada caso, evitando revitimização e garantindo autonomia.

Barbosa, Dimenstein e Leite (2014), retratam uma crítica aos desafios sofridos pelas mulheres em meio ao sistema de saúde mental e psicossocial, onde evidenciam a invisibilidade das mulheres em situação de violência e a desconformidade do atendimento proporcionado as mulheres com transtornos mentais ou demandas em saúde mental.

A crítica dos autores, elenca que o sistema de saúde lida com as mulheres em situação de violência de forma a reforçar estigmas e negligenciar o atendimento tratando-as “como clientela especial” e ainda oferece um atendimento pautado em inadequações que infere em práticas violentas, não acolhimento e abordagens psicológicas culpabilização das vítimas. Essa prática reforça estereótipos e desconsidera o contexto social e estrutural da violência de gênero

Nesse contexto multifacetado e complexo, deveria ser indispensável o fornecimento de apoio por meio da rede psicossocial de amparo emocional, social e psicológico, para que as vítimas venham a ter um suporte elegível, e os profissionais consigam exercer suas funções com qualidade, se desvencilhando das barreiras estruturais. Os desafios em relação ao trato da questão da violência pelos profissionais de saúde mental demonstram que melhores intervenções nesta problemática perpassam competências que estão além das atribuições individuais de cada profissional (TEIXEIRA; PAIVA, 2021, P.16).

A abordagem de Paiva e Teixeira (2021), perpassa a necessidade de uma abordagem coletiva, intersetorial e sistêmica. Uma rede integrada de serviços garante a eficácia no combate à violência, pois a superação dos desafios depende de uma

atuação coordenada e integrada entre diferentes setores e profissionais. Além disso, vale ressaltar a importância de capacitação contínua e suporte institucional para que os profissionais possam lidar com as demandas emocionais e técnicas que esse tipo de atendimento exige.

Segundo Sousa, 2023, a violência física contra as mulheres no Brasil é uma realidade alarmante, o que evidencia a urgência de se implementar políticas públicas específicas para esse contexto, com o objetivo de proporcionar um atendimento adequado às mulheres, contando com profissionais capacitados para lidar com essa problemática. É nesse contexto que se ressalta a importância da atuação do Serviço Social diante dessa realidade.

A questão da violência contra a mulher é um tema complexo e torna necessária uma abordagem cuidadosa e específica por parte dos profissionais que atuam na rede de proteção, incluindo o assistente social, no qual tem um papel essencial no processo de acolhimento, atendimento e orientação às mulheres vítimas de violência, especialmente considerando que a violência doméstica está presente na vida de boa parte da população feminina.

Nessa perspectiva, é de suma importância destacar que “o Serviço Social se apresenta como uma especialização do trabalho coletivo, inserido em uma divisão social e técnica do trabalho, de forma que cria e presta serviços buscando contribuir para o alcance das necessidades sociais” (Sousa, 2023, p.10). Sendo assim, pontua-se que o Serviço Social na atenção psicossocial de mulheres vítimas de violência doméstica desempenha um papel crucial na garantia de direitos, no acolhimento e na construção de estratégias para romper com o ciclo da violência.

É nessa linha que “a atuação do assistente social requer um compromisso dos setores envolvidos, como saúde, segurança, justiça, educação e assistência social, propondo ações de prevenção” (Sousa, 2023, p.12). A atuação se dá em uma rede interdisciplinar, com psicólogos, médicos, advogados e outros profissionais, garantindo um atendimento integral às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em suma, é na atenção psicossocial que se oferece um atendimento integral e eficaz às mulheres vítimas de violência doméstica, abordando não apenas os impactos emocionais do abuso, mas também as desigualdades estruturais e sociais que perpetuam esse ciclo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e gravidade da violência contra a mulher, torna-se evidente a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre os impactos psicossociais enfrentados pelas vítimas. A violência doméstica não se limita às agressões físicas, mas também desencadeia danos emocionais e psicológicos que comprometem a saúde mental, a autoestima e a autonomia dessas mulheres. O ciclo de violência perpetua-se quando não há mecanismos eficazes de acolhimento e intervenção, reforçando a vulnerabilidade das vítimas e dificultando a ruptura com essa realidade.

Como já mencionado a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) desempenha um papel essencial nesse contexto, promovendo um atendimento integrado, com a participação de diferentes setores, como saúde, assistência social e justiça. No entanto, os desafios enfrentados por essa rede são expressivos, desde a insuficiência de recursos e profissionais capacitados até a falta de articulação entre os serviços. A invisibilidade da violência de gênero dentro do sistema de saúde e a reprodução de estereótipos também comprometem a efetividade do atendimento.

Para que haja avanço na assistência às mulheres vítimas de violência, é imprescindível investir na capacitação contínua dos profissionais da RAPS, incluindo a perspectiva de gênero e direitos humanos em suas formações. Além disso, é necessário fortalecer políticas públicas que garantam um suporte adequado, tanto no acolhimento inicial quanto no acompanhamento a longo prazo das vítimas. O aprimoramento de estratégias intersetoriais, que integrem a rede de enfrentamento à violência com as políticas de saúde mental, também é fundamental para garantir um atendimento mais eficaz.

Por fim, a superação desse problema social exige um compromisso coletivo e políticas de prevenção que combatam as raízes estruturais da violência de gênero. A atenção psicossocial deve ir além do acolhimento emergencial, proporcionando suporte efetivo para que essas mulheres possam reconstruir suas vidas com autonomia e dignidade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laís Barreto; DIMENSTEIN, Magda ; LEITE, Jáder Ferreira. **Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re) pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços**. Avances en Psicología Latinoamericana, v. 32, n. 2, p. 309–320, 2025. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242014000200009>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MEINHARD, M.; MAIA, A. **Não é uma rede que flui: da invisibilidade às possibilidades de novos modos de cuidar – a violência contra as mulheres na saúde mental**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 44, n. esp., p. 120-136, 2015.

ORAM, S., Khalifeh, H. & HOWARD, L.M. Violence against women and mental health. (2017). **Lancet Psychiatry**, 4(2), 159-70.

SOUSA, Malvina Maria de. **A atuação do assistente social no bem-estar e na saúde mental de mulheres vítimas de violência doméstica por seus parceiros íntimos**. Rede De Ensino Doctum , Cataguases, 2023.

TEIXEIRA, Silva ; PAIVA, Sabrina Pereira. **Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial**. Physis Revista de Saúde Coletiva, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrkX7RXrC7XFT3jDs/>>. Acesso em: 1 abr. 2025.



SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL: desigualdades, políticas públicas e resistência

AYLA ALICE SENA RIBEIRO¹

INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil desempenha um papel fundamental na luta contra as desigualdades sociais, especialmente no que diz respeito às desigualdades raciais. Embora o país tenha avançado em diversas áreas, a desigualdade racial continua a ser um problema estrutural que afeta profundamente a população negra.

O Brasil, com sua história marcada pela escravidão, ainda enfrenta desafios no que se refere à inclusão social e à eliminação das desigualdades que resultam dessa herança histórica. Apesar de avanços em políticas públicas e da luta de movimentos sociais, o país ainda não conseguiu, de forma efetiva, superar as barreiras que mantêm a população negra em condições de exclusão, especialmente nas áreas de educação, emprego, saúde e representação política.

O objetivo deste trabalho é analisar como o Serviço Social pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil, considerando o contexto histórico e as atuais condições estruturais. A pesquisa busca compreender a relação entre as práticas profissionais e as políticas públicas voltadas à promoção da equidade, e como o compromisso ético-político da profissão pode ser um instrumento eficaz na luta contra o racismo estrutural. Além disso, a pesquisa objetiva discutir os desafios enfrentados pelos assistentes sociais ao lidarem com a exclusão social e as

¹ Discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: aylasena020@gmail.com.

desigualdades raciais, e a importância das políticas de ação afirmativa como forma de reduzir essas desigualdades.

Palavras-chave: Serviço Social; desigualdades raciais; racismo estrutural.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foram consultados materiais bibliográficos pertinentes ao tema, como artigos científicos, teses e dissertações, que abordam as desigualdades raciais, racismo estrutural e políticas de ações afirmativas. A partir dessa análise teórica, será examinado o papel do assistente social no enfrentamento das desigualdades raciais e na promoção da justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre Serviço Social e a questão racial evidencia desafios estruturais que atravessam o campo da atuação profissional e das políticas públicas. A atuação do/da assistente social deve estar pautada no compromisso ético-político da profissão, que preconiza a luta pela equidade e justiça social, enfrentando as desigualdades raciais historicamente impostas à população negra no Brasil.

Além disso, o racismo no Brasil tem raízes históricas profundas devido aos mais de 300 anos de escravidão e ao fato de o país ter sido o último a abolir-la. Apesar do fim formal da escravidão, a população negra ainda enfrenta desigualdades em várias áreas, como acesso à educação, emprego e representação política. Essas desigualdades são reflexo de um racismo estrutural que perpetua a exclusão social e econômica, dificultando a mobilidade e a equidade para milhões de pessoas negras no país. (Santos; Levyski; Rocha, 2019)

Além do mais, Almeida (2019) ressalta que o racismo não é um problema isolado ou um erro do sistema, mas sim parte do próprio funcionamento da sociedade. Ele está presente nas instituições, nas relações de poder e no modo como a economia, a política e as leis são organizadas. Isso significa que, mesmo sem ações individuais intencionais, as desigualdades raciais continuam sendo reproduzidas de forma automática e sistêmica. Ou seja, o racismo faz parte da estrutura social e não apenas de atitudes ou comportamentos isolados.

Ademais, as relações sociais são desiguais, e a raça/cor influencia diretamente na inclusão ou exclusão das pessoas. A população negra enfrenta desigualdades em praticamente todos os indicadores sociais, estando entre os grupos mais pobres do Brasil. Apesar de avanços nas políticas de combate ao racismo e na busca por igualdade, ainda existem obstáculos ideológicos e políticos que dificultam a plena efetivação dessas medidas. (Almeida, 2015)

Contudo, as políticas de ações afirmativas, como cotas raciais e programas de inclusão, são instrumentos fundamentais na redução das desigualdades raciais. As ações afirmativas buscam combater desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos marginalizados.

Seus objetivos principais são: mudar a forma como a sociedade enxerga questões de raça e gênero, combater a discriminação atual, eliminar os efeitos persistentes da discriminação passada, promover a diversidade e aumentar a representatividade de grupos minoritários, além de criar figuras emblemáticas que inspirem as gerações mais jovens a investir em educação e buscar igualdade de oportunidades. (Gomes apud Domingues, 2005)

A luta contra o racismo vai além das ações de uma profissão ou do entendimento de um indivíduo, ela envolve transformações nas relações étnico-raciais. O Serviço Social, com seu histórico de compromisso com as lutas sociais, tem condições de contribuir fortemente para o fortalecimento do debate e na criação de ações concretas de combate ao racismo. (Eurico, apud Batista *et al*, 2019)

Com base em alguns princípios do Código de Ética do Serviço Social, a profissão se empenha na luta contra as desigualdades sociais e raciais, buscando a promoção da justiça e da igualdade, são eles:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

(CFESS, 1993)

Assim, o Código de Ética do Assistente Social rejeita de forma clara o preconceito e a discriminação. No seu dia a dia, os assistentes sociais lidam com questões sociais e com a garantia de acesso aos direitos fundamentais. Por isso, é essencial que esses profissionais compreendam as pautas e as lutas da população negra. Atualmente, a profissão enfrenta desafios significativos relacionados a esse tema, como a continuidade do racismo, a persistente desigualdade racial e o ressurgimento de políticas neoliberais. (Eurico, apud Batista *et al*, 2019)

Por tanto, o Serviço Social tem um papel fundamental na garantia dos direitos dos usuários, conectando instituições e serviços à população que precisa deles. A questão racial está diretamente ligada às desigualdades sociais, econômicas e culturais geradas pelo sistema capitalista. Assim, entender as raízes e formas de manifestação dessas desigualdades é essencial para que o Serviço Social desenvolva estratégias eficazes de enfrentamento e promoção da equidade. (Almeida, 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das relações entre o Serviço Social e as desigualdades raciais, é possível concluir que a profissão desempenha um papel fundamental na luta pela equidade e na promoção da justiça social. Embora o Brasil tenha avançado em algumas políticas públicas, a persistência do racismo estrutural continua a ser um dos maiores desafios para a inclusão plena da população negra. O compromisso ético-político do/da assistente social, conforme expresso no Código de Ética da profissão, exige que esses profissionais atuem de maneira firme no enfrentamento das desigualdades raciais, promovendo a eliminação de todas as formas de discriminação e preconceito.

O Serviço Social, por meio de suas práticas, deve ir além do atendimento às demandas individuais, influenciando a transformação das estruturas sociais que reproduzem as desigualdades. A implementação de políticas públicas de ação afirmativa, como cotas raciais, é fundamental nesse processo, pois busca corrigir as desigualdades históricas e garantir a inclusão de grupos marginalizados. Contudo, os profissionais precisam compreender o racismo como uma questão estrutural e não apenas como um problema isolado, como alertado por autores como Almeida (2015)

e Santos et al. (2019), a fim de desenvolver estratégias eficazes para combater a discriminação e promover a equidade.

Portanto, o Serviço Social tem um papel estratégico no fortalecimento das lutas contra o racismo, sendo essencial que os profissionais compreendam as dinâmicas históricas e sociais que envolvem a população negra e, assim, se engajem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A implementação de práticas comprometidas com os princípios éticos da profissão é fundamental para garantir os direitos e a dignidade de todos, independentemente de sua cor, classe ou origem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

ALMEIDA, Sheila Dias. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Temporalis, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

BATISTA, José Carlos et al. **O Serviço Social e o combate às desigualdades raciais no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista brasileira de educação, p. 164-176, 2005.

DOS SANTOS, Conceição Aparecida Rezende; LEVYSKI, Ludmila Weizmann Suaid; DOS SANTOS ROCHA, Agda Yokowo. **O Serviço Social e a promoção da igualdade racial no tribunal de justiça do distrito federal e territórios**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.



EIXO 8

**SERVIÇO SOCIAL E
GERAÇÕES: INFÂNCIA,
JUVENTUDE, VELHICE E
ENVELHECIMENTO**



A ORALIDADE DE EXU REVELANDO AS ENCRUZILHADAS EXPERIENCIADAS PELAS JUVENTUDES DE TERREIRO

CARMEM LETÍCIA DOS SANTOS¹

INTRODUÇÃO

A mitologia africana iorubá, apresenta Exu (Èsú) a partir de uma complexidade do que seria esse Orixá, e que lugar ocupa nos processos ritualísticos das religiões afro-brasileiras. Desse modo, esse resumo nos permite conhecermos um pouco sobre Exu, a partir de algo bem peculiar, que este então seria o grande mensageiro entre os homens (Pereira, 2021).

Sendo assim, simbolicamente começamos a saudar (Laroyê Exu, Exu é Mojubá!), e a servi-lo, arriando um padé, pedindo que Exu se movimente e vá até a encruzilhada, e nos traga a comunicação que precisamos, problematizando as relações de poder e indagando a ordem. Nos fazendo assim questionar: Que estruturas ainda existem, ou melhor dizermos, quais são as energias que ainda nos aprisionam, que amordaçam nossa boca e fecham os nossos olhos?

Diante disso, consideramos que é a potencialidade da oralidade de Exu que desbloqueia os conceitos e nos leva a percorrer os caminhos e compreender por meio de outras epistemologias as estruturas (energias) de dominação e opressão. Estas

¹ Doutoranda e Mestre em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Especialista em Segurança Social, pela Faculdade Ademar Rosado – FAR. Graduada em Serviço Social, pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Umbandista do Terreiro de São Sebastião e Cosme e Damião – Ilê Axê Aganjú. Email: carmemleticiass01@gmail.com.

que não devem ser analisadas separadamente, fazendo-se necessário uma intersecção, de raça, gênero e classe, dentre outras, uma vez que Exu não está em uma única avenida! Exu está na encruzilhada! Abrindo os caminhos e interseccionando as estruturas!

De acordo com Akotirene (2019, p. 29), “a interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões”. A partir dessa dinâmica, chamamos atenção para as juventudes de terreiro².

As juventudes adeptas das religiões afro-brasileiras, se inserem nesse segmento religioso, a partir das necessidades espirituais e da sua relação com a ancestralidade. Contudo, as experiências fora dos terreiros, acabam expressando dentro desses espaços demandas sociais, nas quais estão presentes nas encruzilhadas experienciadas, isto é, nas avenidas (caminhos) de raça, gênero, sexualidade, classe, território, religiosidades, dentre outras.

As juventudes de terreiro, que em sua maioria são vítimas do racismo e das demais estruturas de poder, experienciam um contexto diferente das demais juventudes que pertence a outro grupo religioso (Santos, 2020). Entretanto, podemos perceber um debate pouco desenvolvido sobre as demandas sociais das juventudes de terreiro, tornando-os cada vez mais excluídos e invisibilizados.

De tal modo, que se faz necessário considerar o imaginário social construído sobre as religiões afro-brasileiras, desde do período escravocrata que perpetua até os dias atuais, levando tanto a esse segmento religioso, como aos seus adeptos a demonização e a criminalização (Pereira; Santos; Oleto, 2023), corroborando as condições de desigualdade e vulnerabilidade das juventudes de terreiro.

Portanto, esse resumo tem como objetivo dialogar com Exu, Orixá da comunicação revelando as estruturas de poder, que colocam as juventudes de terreiro no centro da encruzilhada, e denuncia como estes sujeitos experienciam condições de desigualdades e discriminação. Além disso, pela possibilidade de transitar por todos os caminhos e avenidas, esse trabalho apresenta a capacidade de Exu em

² O racismo praticado contra as religiões afro-brasileiras, leva esse segmento religioso a ocupar espaços específicos, como as periferias, na qual seu culto ocorre no fundo ou nos cômodos internos das casas, denominados de terreiro (Rêgo, 2006).

dialogar com outros saberes epistemológicos de combate ao racismo e demais estruturas de poder.

Palavras-chave: Exu. Encruzilhada. Juventudes de Terreiro.

METODOLOGIA

Esse resumo expandido parte da oralidade de Exu, valorizando sua contribuição, rompendo com as hierarquias dos saberes, e preservando os fundamentos que existem nos terreiros. De tal modo, que se faz necessário apresentar que Exu, também é o Orixá do movimento, presente no cotidiano e nas relações entre os homens (Pereira, 2021), considerado elemento central para revelar as encruzilhadas experienciadas pelas juventudes fora dos terreiros.

Além disso, a partir da perspectiva da troca de Exu, a metodologia se deu por meio de pesquisa bibliográfica, através do site de busca Google Acadêmico, com caráter explorativo, recorrendo a estudos interseccionais e decoloniais. Os critérios de inclusão se deram com artigos publicados nos anos de 2020 a 2024 e no idioma português, dentre outros que apresentavam discussões acerca da temática abordada, num primeiro momento a busca alcançou um total de 732 artigos e após o filtro, ficaram um conjunto de 8 textos que permitiu a construção da análise que ora se apresenta adiante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificarmos as juventudes apenas pela faixa etária, se torna reducionista diante das diversas subjetividades e experiências que envolve esses sujeitos. De tal modo, que as distinções e as particularidades nos fazem negar a sua homogeneidade. A partir desse leque de diversas existências juvenis, se faz necessário apresentar as dimensões de raça, gênero, classe, território, sexualidade, etnias, religiosidade e demais categorias relevantes, que compõe esses sujeitos.

Diante disso, destacamos as experiências das juventudes de terreiro, adeptos das religiões afro-brasileiras, como umbanda e candomblé, que se insere nesse segmento religioso para atender suas necessidades espirituais, a partir de uma relação com a ancestralidade. De tal modo, que se torna um espaço de acolhimento,

resistência cultural, afeto e de comunhão religiosa. “Isto é, trata-se de uma religião que busca religar de fato as pessoas, permeada de traços espirituais e afetivos, que agrega e acolhe independentemente da conduta na vida fora dos muros da casa de santo” (Pereira; Santos; Oleto, 2023, p. 11).

Contudo, ao se inserirem expressam dentro dos terreiros demandas específicas, que estão relacionadas com as condições nas quais estão submetidas. Conforme Santos (2020, p. 101), “a experiência dos jovens de terreiro, inevitavelmente, perpassa também por questões estruturais”. Diante disso, se faz necessário considerar que as vivências das juventudes de terreiros, são permeadas pela intersecção de categorias estruturais.

Nesse contexto, as demandas das juventudes de terreiro tornam-se específicas. Segundo Santos (2020, p. 34), “essa especificidade baseia-se no fato de que os negros são maioria entre os jovens de terreiro e sofrem racismo, sendo excluídos dos contextos sociais, com menos oportunidades em relação a outros jovens”.

Contudo, destaca-se pouco interesse em se discutir sobre as demandas das juventudes de terreiro, que em sua maioria, é negra e periférica (Ribeiro, 2019). As juventudes negras e periféricas, são em sua maioria, vítimas do desemprego, vivenciando condições de desigualdade, pobreza, e violações de direitos. Além disso, configuram-se como alvo do encarceramento, genocídio e da violência (Anunciação, Trad, Ferreira, 2020).

Destaca-se que a invisibilidade destinada as juventudes de terreiro, é concretizada a partir dos espaços que também ocupam na sociedade. De tal modo, que se faz necessário considerar o discurso de criminalidade e desordem construídos sobre esses espaços, uma vez que os terreiros são vistos como espaços que comportam sujeitos marginalizados (Pereira; Santos; Oleto, 2023).

Percebe-se assim, que as questões raciais, se torna um dos dispositivos de opressão e discriminação, que atua diretamente sobre grupos historicamente excluídos, como os povos de terreiro (Pereira; Santos; Oleto, 2023). De tal modo, que se faz necessário pensar que existe um contexto de desigualdade racial, experienciada por essa juventude fora dos terreiros.

É preciso considerar que as juventudes de terreiro, compõe um segmento religioso (religiões afro-brasileiras: umbanda, candomblé) que historicamente foram construídas sobre estruturas de poder, como o racismo. De tal modo, que tudo o que

pertencia a cultura negra, passa então a ser inferiorizada, demonizada e estigmatizada (Pereira, Santos, Oleto, 2023).

Na prática, as religiões afro-brasileiras e seus adeptos são perseguidos, destinados a exclusão, e sem acesso aos seus direitos (Pereira, Santos, Oleto, 2023). Deste modo, torna-se necessário considerar o processo de construção das religiões afro-brasileiras, e de que forma isso afeta as condições de vida dos seus praticantes, apontando a intersecção entre religião, raça, e demais estruturas de poder.

Portanto, provocados pelas categorias estruturais, buscamos Exu para problematizar e questionar (bagunçar as estruturas de ordem), as experiências e visualizar os diversos caminhos percorridos pelas juventudes de terreiro fora desse ambiente, uma vez que Exu ao transitar pelos sistemas de opressão revela as realidades desses sujeitos, promovidas pela manutenção do racismo-patriarcado-capitalismo.

Desse modo, por meio da oralidade de Exu é possível encontramos resistências ancestrais e outras epistemologias, diante das violências operadas pela colonialidade (Pereira, 2021), à medida que transgride os sistemas estruturais e rompe o silêncio, vivenciado pelas juventudes de terreiro.

Sendo assim, o que se apresenta enquanto possibilidade de enfrentamento, é a perspectiva da *encruzilhada*.

“O termo encruzilhada, utilizada como operador conceitual, oferece-nos possibilidade de interpretação dos trânsitos sistêmico e epistêmico [...]” (Martins, 2021, p. 34)

Isto é, uma epistemologia capaz de confrontar os múltiplos sistemas, e assim potencializar novos caminhos para serem percorridos.

A partir dessa perspectiva, compreendemos a valiosa contribuição da interseccionalidade. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade enquanto lente analítica, busca capturar as estruturas entre dois ou mais eixos de opressão potencializando e nos mostrando a existência de diversas encruzilhadas. Assim, a interseccionalidade se revela, como eficiente à medida que se insere no contexto e identifica as desigualdades e vulnerabilidades das juventudes de terreiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões aqui problematizadas, propõe-se pensar no fortalecimento do diálogo com a oralidade do saber ancestral e dos demais estudos de caráter interseccional que apontam sobre os sujeitos explorados/oprimidos, em especial, as juventudes de terreiro, uma vez que tais condições de desigualdade e vulnerabilidade vivenciada por esses sujeitos, estão relacionadas com questões históricas de raça e demais estruturas de opressão, que operam no cotidiano dos indivíduos.

Diante disso, destaca-se a potencialidade de Exu, que nos propõe a partir da encruzilhada, território da sua morada, a comunicação. Esta que nos instiga a produzir novos conhecimentos e conceitos, a partir do próprio movimento, que existe neste Orixá, um movimento que dinamiza o cotidiano e nos situa sobre os diversos caminhos que podemos seguir para o enfrentamento das estruturas de poder, a partir de uma resistência ancestral.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANUNCIAÇÃO, Diana. TRAD, Leny Alves Bonfim. FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.1, e190271, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002, pp.171-188.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

PEREIRA, Jefferson Rodrigues. SANTOS, José Vitor Palhares dos. OLETO, Alice de Freitas. “Eu respeito seu amém, você respeita meu axé?": um estudo etnográfico sobre terreiros de candomblé como organizações de resistência à luz de um olhar decolonial. **Cad. EBAPE.BR**, v. 21, nº 4, Rio de Janeiro, e2022-0149, 2023.

PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. Encruzilhadas epistêmicas: a estruturação dos princípios filosóficos dinamizadores presentes nos terreiros. **Revista Espaço Acadêmico** – n. 227 – mar./abr. 2021 – bimestral. p. 12-22.

RÊGO, Jussara. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, 2006. p. 31-85.

RIBEIRO, Rovana Patrocínio. Juventude negra e macumbaria: produções identitárias a partir dos candomblés. In: **IV Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES**. 05 a 08 de novembro de 2019, UFES, Vitória - ES.

SANTOS, Ellen Cirilo. **“ÀBÚRÒ N’ILÊ” - O Irmão mais novo da casa**: a formação histórica do movimento social juventude de terreiro em Alagoas (2012-2017). 127f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2020.



A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: um problema estrutural

MARIA LUIZA ALVES LIMA¹

INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é uma questão estrutural que reflete desigualdades históricas, sociais e culturais, estando diretamente ligada a fatores econômicos e políticos que perpetuam práticas violentas dentro da família e da sociedade. Sanchez (2004) destaca que esse fenômeno não pode ser analisado isoladamente, pois faz parte de um cenário mais amplo de violação de direitos que persiste ao longo da história do país. Apesar da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que consolidou a doutrina da proteção integral, a violência infantil continua sendo um problema grave, exigindo respostas intersetoriais eficazes (Brasil, 1990).

A infância no Brasil foi historicamente marcada por uma visão que não reconhecia crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Durante séculos, a sociedade legitimou práticas disciplinares violentas e negligenciou o cuidado infantil. Com a Constituição de 1988 e o ECA, houve um avanço significativo na proteção desse público, estabelecendo-se o dever do Estado, da família e da sociedade na garantia de seus direitos (Brasil, 1990). No entanto, Nunes; Sales (2016) apontam que

¹Discente do curso bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: maria.luiza.ml@ufpi.edu.br.

os índices de violência infantil continuam altos, principalmente devido à naturalização de práticas violentas e à dificuldade de implementação das políticas públicas.

Este estudo tem como objetivo analisar as principais formas de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, seus impactos no desenvolvimento infantil e os desafios enfrentados na efetivação das políticas públicas de proteção e prevenção.

Palavras- chave: Violência. Crianças e adolescentes. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Violação de direitos.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica de autores que discutem a violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Foram utilizados como referenciais principais Sanchez (2004), que aborda a violência como um fenômeno estrutural e de saúde pública, e Nunes; Sales (2016), que apresentam uma análise quantitativa e qualitativa dos diferentes tipos de violência infantil, incluindo negligência, violência física, psicológica e sexual.

A abordagem qualitativa permitiu uma reflexão crítica sobre as principais formas de violência infantil, seus impactos no desenvolvimento e a eficácia das políticas públicas no enfrentamento desse problema. A revisão da literatura foi essencial para compreender como a violência contra crianças se manifesta no Brasil e quais são os desafios para sua erradicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência infantil pode ser classificada em diferentes categorias, sendo as mais recorrentes a negligência, a violência física, psicológica e sexual. Segundo Nunes; Sales (2016), a negligência é a forma mais comum de violência contra crianças, representando cerca de 50% dos casos identificados. Ela ocorre quando os responsáveis falham em garantir as necessidades básicas do menor, como alimentação, higiene e acesso à saúde. Essa omissão pode levar a déficits cognitivos e emocionais severos, impactando o desenvolvimento da criança a longo prazo.

A violência física, frequentemente justificada como método disciplinar, também é amplamente praticada. Esse tipo de agressão pode resultar em traumas físicos e psicológicos, aumentando o risco de dificuldades de aprendizagem e comportamento agressivo na vida adulta Sanchez (2004). Nunes; Sales (2016) destacam que a violência psicológica, embora menos visível, causa impactos profundos, pois envolve humilhações, ameaças e rejeições que afetam a autoestima e o desenvolvimento emocional da criança.

A violência sexual, por sua vez, é uma das formas mais graves de violação de direitos, especialmente por envolver abuso de poder e confiança. A maioria dos casos ocorre dentro do ambiente familiar, com os agressores sendo figuras próximas à vítima. De acordo com Nunes; Sales (2016), as meninas são as principais vítimas desse tipo de violência, enquanto os meninos sofrem mais agressões físicas e negligência. A dificuldade na denúncia e a falta de apoio às vítimas dificultam a interrupção do ciclo de abuso.

A identificação e o enfrentamento dessas violações de direitos são desafios que exigem articulação entre diferentes setores da sociedade. O Brasil possui um arcabouço legal avançado para a proteção da infância, sendo o ECA um dos principais marcos nesse sentido. Criado em 1990, ele estabeleceu direitos fundamentais e mecanismos para punir agressores e garantir o acolhimento de vítimas (Brasil, 1990). Além disso, o país conta com o Sistema de Garantia de Direitos, que envolve conselhos tutelares, delegacias especializadas e serviços de assistência social.

Contudo, Sanchez (2004) aponta que a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como a falta de articulação entre setores e a insuficiência de recursos. Nunes; Sales (2016) destacam que a subnotificação dos casos de violência infantil é um dos principais obstáculos para a proteção integral, uma vez que muitas crianças não conseguem denunciar as agressões devido ao medo, à dependência financeira ou à ausência de canais acessíveis.

A prevenção da violência contra crianças e adolescentes requer ações integradas e contínuas. Sanchez (2004) enfatiza a importância de campanhas educativas para conscientizar a população sobre os direitos da criança e o impacto negativo da violência no desenvolvimento infantil. Nunes; Sales (2016) defendem a necessidade de capacitar profissionais da saúde, educação e assistência social para identificar precocemente casos de violência e encaminhá-los para os serviços

competentes. Além disso, políticas voltadas para a redução da pobreza e desigualdade social são essenciais para diminuir a vulnerabilidade desse grupo.

Ainda que o Brasil tenha avançado na criação de leis e diretrizes para a proteção infantil, a efetividade dessas normas depende de mudanças estruturais e culturais. A resistência de algumas famílias em reconhecer a violência como um problema, a precariedade dos serviços de assistência social em muitos municípios e a falta de suporte adequado às vítimas dificultam o rompimento do ciclo de agressões. Para que as políticas públicas sejam eficazes, é fundamental o fortalecimento das redes de proteção, garantindo que todas as crianças tenham acesso a um ambiente seguro e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil continua sendo um problema estrutural que demanda respostas urgentes e integradas por parte do Estado e da sociedade. Embora o país possua um dos marcos legais mais avançados na proteção da infância, a implementação dessas políticas ainda enfrenta barreiras, permitindo que diferentes formas de violência continuem ocorrendo. A negligência, a violência física e a violência sexual permanecem entre as principais violações de direitos, impactando milhares de crianças todos os anos.

Para enfrentar essa realidade, é essencial fortalecer a rede de proteção, aprimorar os serviços de denúncia e ampliar as estratégias de prevenção. Investir na capacitação de profissionais, garantir assistência social eficaz e promover mudanças culturais que rompam com a naturalização da violência são medidas fundamentais. O compromisso com a infância deve ser prioridade na agenda pública, pois somente assim será possível assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e protegidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciencia & saude coletiva**, v. 21, p. 871-880, 2016.

SANCHEZ, Raquel Niskier et al. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. **Violência faz mal à saúde**, p. 23-8, 2004.



AGEÍSMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios e estratégias para a promoção da inclusão e direitos da população idosa

ANANDRA VITÓRIO VASCONCELOS¹
GIVANIA DOS SANTOS MATOS²

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa como o ageísmo ainda se manifesta em diversas esferas da sociedade, como no mercado de trabalho, no acesso à saúde e em relações interpessoais, e como as políticas públicas podem ser ferramentas essenciais para garantir os direitos e promover a inclusão dos idosos. Além disso, busca-se identificar os principais desafios enfrentados por essa população e apresentar estratégias eficazes para assegurar uma velhice digna, ativa e com plena participação social.

Como Beauvoir (1970) sugere, a sociedade precisa reconfigurar sua percepção sobre a velhice, criando espaços de valorização e integração social, além de assegurar acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e oportunidades de participação cidadã. Assim, a discussão sobre ageísmo e políticas públicas se insere em uma reflexão mais ampla sobre como podemos superar os preconceitos que ainda cercam o envelhecimento e garantir que os idosos possam viver essa etapa da vida com plenitude, liberdade e direitos reconhecidos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portela. Email: anandra.seso@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí, campus Ministro Petrônio Portela. Email: gilvanciasmatos@gmail.com.

Palavras- chave: Ageísmo. Políticas Públicas. Pessoa Idosa.

METODOLOGIA

O trabalho foi elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando autores clássicos e contemporâneos que possuem dimensão crítica a respeito da Gerontologia Social, dentre os principais estão: Beauvoir (1970); Teixeira (2018); Debert (2005); Campelo e Paiva (2016); Carvalho (2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do ageísmo e das políticas públicas voltadas para a população idosa revela que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a discriminação por idade continua a ser um obstáculo significativo para a plena inclusão dos idosos na sociedade. Os resultados apontam que o ageísmo, tanto em nível individual quanto institucional, se reflete em diversos aspectos da vida dos idosos, desde o mercado de trabalho até a prestação de serviços de saúde, passando pelas relações sociais e culturais. Ao mesmo tempo, as políticas públicas, embora essenciais, ainda enfrentam desafios para garantir a eficácia na promoção da inclusão social dessa faixa etária.

Além disso, a revalência do ageísmo na sociedade contemporânea continua sendo uma forma de discriminação que afeta significativamente a qualidade de vida da população idosa. A sociedade frequentemente associa a velhice à fraqueza, à incapacidade e à perda de valor produtivo. Isso é particularmente evidente no mercado de trabalho, onde muitos idosos enfrentam barreiras para se manterem empregados ou para reentrar no mercado após a aposentadoria. Estereótipos negativos também se refletem nas relações interpessoais, onde os idosos muitas vezes são tratados com paternalismo ou negligência, ou ainda invisibilizados nas dinâmicas sociais.

Neste sentido Teixeira (2018) quanto Debert (2005) manifestam a defesa da implementação de políticas públicas justas e inclusivas para o bem-estar da população idosa. Enquanto a primeira manifesta o comportamento etarista do mercado de trabalho e explana a marginalização e exclusão dos idosos na dinâmica trabalhista, a segunda se ocupa de estudar as representações sociais em torno da velhice.

Essa visão discriminatória tem sérias consequências, não só para o bem-estar emocional e psicológico dos idosos, mas também para sua autonomia e participação plena na sociedade. O ageísmo limita suas oportunidades e reforça a ideia de que a velhice é uma fase de declínio, quando, na realidade, ela pode ser uma etapa de vida com grande potencial de contribuição social, econômica e cultural.

Carvalho (2013) aborda o ageísmo não apenas como um fenômeno de discriminação baseado na idade, mas também como uma construção social que está profundamente enraizada em normas culturais, políticas públicas e nas práticas sociais da sociedade contemporânea.

A sociedade, em grande parte, continua a associar a velhice à incapacidade e à decadência, desconsiderando as potencialidades que o envelhecimento pode oferecer. Isso se reflete no mercado de trabalho, onde muitos idosos enfrentam dificuldades para continuar trabalhando, sendo frequentemente descartados ou marginalizados por sua idade avançada.

Além disso, o ageísmo se manifesta nas relações sociais e familiares, onde os idosos são muitas vezes desvalorizados e tratados com condescendência ou negligência. Esse estigma contribui para a exclusão dos idosos da vida ativa e, frequentemente, resulta em uma diminuição da autoestima e qualidade de vida. A invisibilidade social da população idosa, alimentada por esses estereótipos, impacta negativamente a forma como eles são tratados, desde o atendimento em serviços de saúde até a participação em atividades comunitárias.

A resistência de alguns setores da sociedade em reconhecer o valor e os direitos dos idosos também contribui para a dificuldade de implementação dessas políticas de forma ampla e eficiente.

Campelo e Paiva (2016) discute que os velhos são vistos com estereótipos negativos que associam a velhice à dependência, à incapacidade e à perda de valor social. Segundo ela, esse preconceito tem raízes profundas nas transformações sociais e econômicas da sociedade moderna, especialmente no contexto do capitalismo, que prioriza a produtividade e a juventude como valores centrais.

Para combater o ageísmo e melhorar a eficácia das políticas públicas voltadas para os idosos, é necessário adotar uma abordagem multifacetada.

Dessa forma, é preciso criar estratégias urgentes como por exemplo: A promoção de campanhas de conscientização sobre a importância de respeitar e valorizar os idosos pode ajudar a desconstruir estereótipos e fomentar uma cultura de

inclusão. As escolas, os meios de comunicação e as organizações sociais têm um papel crucial nesse processo.

Por fim, podemos citar também a criação de espaços de participação para os idosos, como conselhos municipais, grupos de convivência e atividades intergeracionais, pode promover o empoderamento da população idosa, permitindo que ela tenha voz ativa na formulação e na avaliação das políticas públicas que a afetam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apreender a relação entre o ageísmo e as políticas públicas voltadas para a população idosa, com o sentido de entender como a discriminação por idade ainda afeta a inclusão social dos idosos e como as políticas públicas podem ser ferramentas essenciais para a promoção de seus direitos. Além disso, procurou discutir os desafios enfrentados pelos idosos no contexto social e institucional, identificar as estratégias adotadas para garantir sua participação ativa na sociedade e discutir as melhores práticas para superar o ageísmo e melhorar a implementação dessas políticas, assegurando uma velhice digna e respeitada.

Os resultados desta análise indicam que, embora o Brasil tenha avançado no reconhecimento dos direitos da população idosa, o ageísmo ainda representa um grande desafio para a plena inclusão social dessa faixa etária. As políticas públicas têm um papel fundamental em combater essa discriminação e promover a participação ativa dos idosos na sociedade.

No entanto, para que essas políticas sejam realmente eficazes, é necessário superar obstáculos relacionados à implementação, à falta de recursos e à resistência social. A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva passa, portanto, pela promoção de direitos, pela eliminação do ageísmo e pela criação de oportunidades para que os idosos possam viver com dignidade, autonomia e respeito.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

CAMPELO, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho noTempo deCapital**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARVALHO, Maria Irene. **Serviço Social no Envelhecimento**. Lisboa: Pactor, 2013.

DEBERT, Guita Grin. **Envelhecimento e Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Tempo Social, 2005.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: Implicações para a Proteção Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.



ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

ISABELLE SANTOS DE SOUSA¹
MARIA RICARDINA DE ALENCAR NETA²

INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe discutir a atuação do Serviço Social no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, serviço responsável por organizar o acolhimento de crianças e adolescentes, que foram afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras previamente cadastradas. Este tema é de grande relevância devido à importância do Serviço Social na garantia dos direitos das crianças e adolescentes afastados de suas famílias por medida judicial, bem como no acompanhamento das famílias acolhedoras, assegurando que o ambiente oferecido seja adequado ao desenvolvimento saudável e à proteção integral das crianças e adolescentes acolhidos.

Além disso, a atuação do profissional de Serviço Social neste contexto é essencial para a articulação com a rede de proteção social, a análise de possibilidades de reintegração familiar e o acompanhamento contínuo do processo de acolhimento, buscando sempre o melhor interesse da criança e do adolescente.

¹ Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: isabellesantos.ufpi@gmail.com.

² Graduanda do curso de bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí. E-mail: ricardinamaria76@gmail.com.

Este estudo é fruto de pesquisa bibliográfica e tem como objetivos caracterizar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, entender o papel do profissional de serviço social dentro deste serviço e quais as possibilidades de sua intervenção.

Palavras- chave: Serviço social; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; proteção social.

METODOLOGIA

A elaboração do presente resumo foi produzida por meio de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Severino (2017) é uma pesquisa realizada a partir de registros disponíveis, resultados de pesquisas em documentos, livros etc., que abordam aspectos ligados à temática. A partir dessa concepção, a pesquisa foi fundamentada em legislações e artigos científicos que contribuem e são de extrema relevância para o tema aqui exposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) é definido como um:

Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem (Brasil, 2014, p. 54).

Este serviço é organizado seguindo os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente no que diz respeito a excepcionalidade e à provisoriedade deste acolhimento, devendo haver investimento para a reintegração à família de origem, à preservação da convivência e dos vínculos afetivos entre irmãos, não deixando de haver articulação com a Justiça da Infância e da Juventude e a rede de serviços (Brasil, 2009).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) tem como objetivo organizar e acompanhar o acolhimento temporário de crianças e adolescentes em

residências de famílias acolhedoras, previamente selecionadas e preparadas pela equipe técnica, buscando oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar segura (Brasil, 2014). Sendo caracterizada como uma medida provisória e excepcional, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), podendo ser aplicada somente quando se esgotarem as possibilidades de manutenção segura da criança e/ou adolescente em sua família de origem.

Além disso, esse serviço tem como objetivo o cuidado individualizado da criança ou do adolescente; preservação do vínculo e do contato da criança e do adolescente com sua família de origem; o fortalecimento dos vínculos comunitários da criança e adolescente; a preservação da história da criança ou do adolescente e preparação da criança e do adolescente para o desligamento e retorno à família de origem (Brasil, 2009).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi intitulado como Política Pública na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), essa política é constituída por dois tipos de proteção social. A proteção social básica, que tem como objetivo a prevenção de situações de risco; e a proteção social especial, direcionada a indivíduos e famílias que se encontram em situações de risco pessoal e social, por decorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil entre outras.

Já a proteção social especial é dividida em proteção social de média complexidade, quando há violação de direitos, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, e proteção social de alta complexidade, que são os que garantem proteção integral “para as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário” (Brasil, 2004, p. 38). Nesse viés, os serviços buscam dar uma certa centralidade na família, tendo como premissa que esse espaço é fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, a reintegração familiar e a não reincidência das violações de direitos.

Nesse contexto, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes, objeto desse estudo, se insere como uma estratégia da proteção social de alta complexidade, oferecendo um ambiente de acolhimento temporário e seguro para as crianças e/ou adolescentes afastados de suas famílias

por medida judicial, assegurando assim a proteção integral e o suporte necessário em casos de risco.

Em conformidade com as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), o público-alvo deste serviço são crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos, que se encontram em medida protetiva e que indicam a possibilidade de retorno à família de origem. Cada família acolhedora tem a possibilidade de acolher uma criança/adolescente por vez, número que pode se ampliar quando se trata de um grupo de irmãos.

A equipe técnica responsável para atuar no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora está definida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (2011), sendo formada por Coordenador, Assistente Social e Psicólogo. Além disso, visando melhorar o trabalho desenvolvido, a equipe também pode contar com profissionais de outras formações, como educadores sociais, pedagogos, advogados e outros.

Segundo as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), a equipe técnica do programa de Acolhimento Familiar tem a responsabilidade de realizar a acolhida, avaliação, seleção, formação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras; preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; acompanhamento das crianças e adolescentes, possibilitar situações de escuta individual ao longo de todo o tempo de acolhimento a qualquer um dos envolvidos etc.

De forma geral, os profissionais devem adotar uma abordagem protetiva, evitando culpabilizar a família pela situação de vulnerabilidade em que se encontra, compreender o contexto social em que a criança e o adolescente estão inseridos e as problemáticas vivenciadas pela família de origem. Apenas com esse olhar mais reflexivo e abrangente que os profissionais que atuam no serviço de famílias acolhedoras irão intervir visando a proteção da família e a busca da garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes.

A atuação do (a) Assistente Social no programa de Acolhimento Familiar, assim como nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, busca intervir sobre as expressões da questão social que perpassam a vida dos indivíduos, assim como na busca pela efetivação e ampliação dos direitos de cidadania. Nesse sentido, com o objetivo de atender integralmente às famílias, o/a assistente social trabalha na

perspectiva de intersetorialidade com o sistema de proteção e acolhimento, realizando suas atribuições nos serviços socioassistenciais da assistência social, do sistema de garantia de direitos como o sistema judiciário, de saúde, instituições de educação, etc (Fávero, 2005 *apud* Laudino *et al* 2018). Ademais, o (a) Assistente Social busca realizar ações individuais, no sentido de um trabalho socioeducativo com as famílias como forma de suporte às mesmas (Cardoso, 2017).

O Serviço Social sendo uma profissão interventiva e com posicionamento ético-político que busca colaborar para a implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente Convivência Familiar e Comunitária, com o objetivo de promoção da proteção integral, tem como possibilidades a formulação e execução de ações lúdicas, educativas, para a potencialização da família no exercício de seu papel (Cardoso, 2017).

Assim, o profissional deve pautar sua intervenção na busca pela transformação da realidade social da criança e do adolescente, objetivando assegurar seus direitos sociais (Laudino *et al* 2018). Segundo Silva (2013 *apud* Laudino *et al* 2018) o exercício profissional implica no reconhecimento da realidade social como cenário e na sua conjuntura social, econômica e política como consequências das manifestações da questão social, que são constituintes do objeto de atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto no presente trabalho pode-se concluir que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) se apresenta como um serviço de singular importância na garantia do direito de crianças e adolescentes, principalmente no que diz respeito à convivência familiar. Esse serviço, ao integrar diversas políticas e áreas de atuação, reflete a importância da intersetorialidade para promover a melhoria da realidade social das crianças e adolescentes, com o foco na promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Ao buscar uma reintegração familiar, preservando os vínculos e oferecendo suporte adequado, o Serviço de Família Acolhedora (SFA) atua de forma alinhada aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e à Política Nacional de Assistência Social. Nesse contexto, a atuação da equipe técnica, especialmente do assistente social, é essencial para o desenvolvimento de intervenções que levem em

consideração o contexto social das famílias e possibilitem o fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Assim, é de suma importância o trabalho do profissional de Serviço Social dentro deste serviço, tendo em vista o caráter interventivo da profissão, além de seu olhar crítico sobre a realidade, representando uma ponte entre o serviço, a criança/adolescente e a família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **NOB-RH Anotada e Comentada.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 10 fev de 2025.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Resolução conjunta n.º 01, de 18 de junho de 2009. Brasília, CNAS, CONANDA, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 10 fev de 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 10 fev de 2025.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CARDOSO, Ana Valéria Matias. **Serviço de acolhimento institucional infanto-juvenil e trabalho do assistente social.** VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFMA, São Luís, 2017.

LAUDINO, Danielle Erica da Silva *et al.* **O SERVIÇO SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2017.



CONHECENDO O PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

KALYNNE SOUZA FERNANDES DE MOURA¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre o tema “Apadrinhamento” de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Esse trabalho é resultante da experiência de estágio curricular obrigatório I, na 1ª Vara da infância e juventude da comarca de Teresina-PI.

O “apadrinhamento” é regulamentado pela lei complementar Nº 13.509 de 2017, que altera o que está disposto no Estatuto da criança e Adolescente. De acordo com o art.19-B do ECA, o apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

O objetivo deste trabalho é disseminar o conceito de apadrinhamento, suas modalidades, e como este pode minimizar o impacto negativo do acolhimento institucional.

¹ Discente do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Piauí. e-mail: kalynne.moura@ufpi.edu.br

Dessa forma, o estudo busca apresentar de forma breve o conceito de “apadrinhamento” de crianças e adolescente em situação de acolhimento institucional. Apresenta ainda, as modalidades de apadrinhamento, e a importância dos padrinhos/madrinhas na vida dessas crianças e adolescentes. E como conclusão, apresenta como essa relação de padrinho/madrinha e crianças e adolescentes contribui positivamente no desenvolvimento pleno dos apadrinhados.

Palavras- chave: Acolhimento institucional; Apadrinhamento; Modalidades de apadrinhamento.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado a partir de um estudo bibliográfico. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica consiste na busca de materiais já publicados acerca do tema, como artigos científicos, livros, etc.

O interesse pelo tema surge a partir da proposta de intervenção, em desenvolvimento, no âmbito do estágio curricular obrigatório na 1ª vara da infância e juventude de Teresina-Pi. Buscando disseminar informações sobre o apadrinhamento, suas modalidades, e sua importância.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da proteção integral estabelecida no art. 101º do ECA, encontra-se como medida de proteção, o acolhimento institucional. Sendo uma medida protetiva e excepcional que visa garantir a proteção integral da criança ou do/a adolescente em situação de risco social, devendo ser temporária e ter como objetivo o retorno da criança ou do/a adolescente para a convivência familiar, sempre que possível. Essa medida protetiva somente deve ser aplicada nos casos em que a família ou os responsáveis legais não se encontram capazes de oferecer um ambiente seguro e acolhedor para a criança e/ou o/a adolescente, ou quando há risco iminente à sua integridade física, psicológica ou moral.

Segundo a lei nº 13.509/2017, o acolhimento deve ser excepcional e provisório, com prazo máximo de 18 meses, prorrogáveis por mais 06 meses, desde que justificado e autorizado judicialmente (Brasil, 2017).

O sistema de proteção à criança e ao/à adolescente é um conjunto de leis, políticas públicas e ações sociais que visam assegurar o desenvolvimento saudável e a proteção contra a violência, a exploração e a discriminação desses grupos, bem como assegurar a proteção integral, o desenvolvimento saudável e a participação ativa de crianças e adolescentes na sociedade.

Em suma, a proteção integral prevista no sistema de proteção à criança e ao/à adolescente abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, incluindo o físico, o psicológico, o moral e o social.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), aprovado em 2006, busca o fortalecimento da instituição familiar e define o direito à convivência familiar e comunitária como um direito fundamental. Tem como escopo materializar o direito fundamental de crianças e adolescentes a terem as condições necessárias para que o desenvolvimento de suas potencialidades.

Esse Plano constitui-se como um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente a manutenção dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2006).

O PNCFC (2006), destaca-se por ser considerado o marco da proteção integral e preservação dos vínculos familiares de crianças e adolescentes, pois rompe com os paradigmas conservadores e institucionalizados, que outrora condensaram os serviços destinados a esses sujeitos.

A defesa da convivência familiar e comunitária enquanto direito é uma conquista no que concerne à legislação destinada às crianças e adolescentes, pois proporciona as crianças e adolescentes todas as oportunidades que beneficiem ao seu desenvolvimento, respeitando as suas especificidades e particularidades, enquanto sujeitos que precisam de atenção, proteção e cuidados especiais. Segundo Silva (2021), "a convivência familiar é fundamental para que a criança se adapte à vida em sociedade, seus valores e a sua solidez prepara as relações com as adversidades culturais e sociais, características do período de maturidade" (Silva, 2021, p. 5).

Assim, o acolhimento institucional pode impactar negativamente o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes acolhidos, uma vez que a infância

e a adolescência se caracterizam por uma série de particularidades diante do processo de desenvolvimento físico, psicológico e social, inerentes a essas fases da vida.

O programa de apadrinhamento é criado então, para responder necessidades e demandas de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Neste sentido, o apadrinhamento apresenta-se como uma alternativa para amenizar o impacto negativos oriundos do acolhimento institucional na vida das crianças e adolescentes. E vislumbra a essas crianças e adolescentes em situação de acolhimento a possibilidade de ganharem uma nova referência de afetividade, orientação, uma vez que passam a conviver com seus padrinhos/madrinhas, embora permanecendo em situação de acolhimento.

Existem 3 modalidades de apadrinhamento, são elas: apadrinhamento afetivo, provedor e prestador de serviços (TJPI, 2021).

O apadrinhamento Afetivo consiste no desenvolvimento de “vínculos afetivos individualizados e duradouros entre crianças e/ou adolescentes abrigados e padrinhos/madrinhas voluntários, previamente selecionados e preparados, ampliando, assim, a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo” (CONANDA, 2006, p. 101).

O apadrinhamento afetivo é uma possibilidade para que crianças e adolescentes que não podem retornar ao convívio familiar ou ser inseridas em famílias substitutas, possam vivenciar situações familiares e comunitária. Da mesma forma Goulart e Paludo (2014) acrescentam:

O convívio com a rede de relações dos padrinhos permite aos apadrinhados, oportunidades de enriquecimento social, cultural e a definição de um exemplo e/ou modelo de convívio e práticas familiares. O exercício das frustrações, conquistas e emoções relacionadas ao convívio com um núcleo familiar, define e reafirma as práticas afetivas que contribuem com a formação da moral e social dos apadrinhados (Goulart; Paludo, 2014, p. 43).

Apadrinhamento prestador de serviços, é aquele em que o padrinho, pessoa física ou jurídica, por meio de ações de responsabilidade social junto às instituições, cadastra-se para atender às crianças e adolescentes participantes do projeto, conforme sua especialidade de trabalho ou habilidade, apresentando um plano de atividades. Já o apadrinhamento provedor, é aquele em que o padrinho, pessoa física ou jurídica, dá suporte material ou financeiro à criança ou ao adolescente, seja com a

doação de materiais escolares, vestuário, brinquedos, seja com o patrocínio de cursos profissionalizantes, reforço escolar, prática esportiva, idiomas ou contribuição financeira para alguma demanda específica da criança ou adolescente (TJPI,2021).

Como apresentado no apadrinhamento afetivo a criança ou adolescente tem uma representatividade de suporte, carinho, afeto, que fortalece uma relação de troca. Já a modalidade de apadrinhamento prestador de serviços, permite que os padrinhos/madrinhas através de seus conhecimentos contribuam de maneira ativa nas vidas das crianças e adolescentes. Enquanto o apadrinhamento provedor, evidencia a importância do apoio material e/ou financeiro para suprir as demandas específicas das crianças e adolescente que se encontram em instituições de acolhimento institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado, o projeto de apadrinhamento possibilita que as crianças e adolescentes que estejam em medida de acolhimento institucional tenham uma referência fora do ambiente do acolhimento, alguém que proporcione oportunidades e vivências de afeto, cuidado e proteção, em um ambiente familiar.

O apadrinhamento prestador de serviços permite que pessoas em suas especialidades de trabalho e/ou habilidades, ajudem de maneira voluntária, crianças e adolescentes contribuindo positivamente em seu desenvolvimento pleno; e o apadrinhamento provedor contribui financeiramente com a criança e/ou adolescente em suas necessidades essenciais (educação, saúde, vestuário etc.) e em relação a demandas financeiras que possam surgir durante o processo de desenvolvimento.

O programa de apadrinhamento é voltado para crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional com possibilidades remotas ou inexistentes de reintegração familiar ou adoção, com perspectiva de um longo período de acolhimento, como grupos de irmãos (incluindo adolescentes), crianças PCD e/ou doenças crônicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Disponível acolhidos, se://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 de jan. de 2025.

BRASIL. **Resolução CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009.** Orientações Técnicas para a Implementação Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 17 de jan. de 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006.

GOULART, Juliana Sonego; PALUDO, Simone dos Santos. Apadrinhamento Afetivo: Construindo Laços de Afeto e Proteção. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 35-44.

2014. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/download/12439/11439/>. Acesso em: 12 de jan. de 2025.

SILVA, Raquel Antunes de Oliveira. **A adoção de crianças no Brasil: Os entraves jurídicos e institucionais.** 2021. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/21.pdf>. Acesso em: 17 de jan. de 2025.

PIAUÍ. **Provimento conjunto nº 45 de 2 de julho de 2021.** Tribunal de Justiça do Piauí.



O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE NOVAS NARRATIVAS: experiências intergeracionais

GABRIELA DE FÁTIMA MOURA BEZERRA¹
ERLANE BENTO PONTES PEREIRA²
LUCAS CATARINO PEREIRA DE SOUSA³

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta uma proposta de discussão sobre o papel dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como espaços que promovem experiências intergeracionais. Isto implica em analisar os diversos aspectos relacionados as interações e particularidades dos diferentes públicos que participam das atividades.

A escolha deste tema se justifica pela importância dos SCFV no contexto da política pública de Assistência Social, especialmente no que tange à promoção da convivência comunitária e ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Portanto, os SCFV se apresentam como espaços propícios para o desenvolvimento de relações intergeracionais que podem enriquecer as narrativas pessoais e coletivas dos indivíduos envolvidos.

¹ Discente do 7°. Período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e Estagiária de Serviço Social no SCFV Integrar/ASA. Email: gabrielamourab013@gmail.com

² Discente do 7°. Período do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e Estagiária de Serviço Social no SCFV Integrar/ASA. Email: erlanebento@ufpi.edu.br

³ Assistente Social CRESS-PI 22° Região e Mestre em Políticas Públicas-PPGPP/UFPI. Email: lucas.catarino@ufpi.edu.br

É importante discutir também a importância das experiências intergeracionais no compartilhamento de conhecimentos, cultura e vivências, levando em consideração a diversidade de classe, étnico-racial, identidade de gênero, geracional, orientação sexual e das pessoas com deficiência.

O objetivo geral consistiu em analisar o papel dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como espaços de construção de novas narrativas sociais por meio das experiências intergeracionais. E os objetivos específicos foram: identificar as práticas intergeracionais desenvolvidas nos SCFV e suas metodologias; demonstrar como as práticas no SCFV ampliam as trocas culturais e vivências entre os participantes e analisar os benefícios e os desafios das práticas intergeracionais no SCFV.

Palavras-chave: SCFV; Experiências Intergeracionais; Construção de Narrativas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativa e exploratória, através de documentos legais e do Plano de Trabalho da SCFV implementado pela ASA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo “prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem” PNAS (2004, p. 34). Nesse contexto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, inserido no Serviço de Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social, atende famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas não tiveram seus vínculos rompidos, atuando na prevenção de situações de risco e no fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

O SCFV consiste em um conjunto de serviços realizados em grupos, de acordo com os ciclos de vida, que busca complementar o trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF/CRAS, e, pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos-

PAEFI/CREAS (Brasil, 2022). Diante disso, o público atendido no SCFV Integrar corresponde a crianças de 07 a 11 anos; adolescentes de 12 a 17 anos, jovens de 18 a 29 anos e pessoas idosas a partir de 60 anos e suas respectivas famílias, originários de diversos territórios presentes nas quatro zonas de Teresina, que em sua maioria referem-se à famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO), os quais possuem perfil de acordo com a resolução CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) nº 01/2013, Resolução CIT nº 01/2013 (Público prioritário do SCFV).

Nesse contexto, destaca-se que, embora o SCFV Integrar esteja localizado em uma área considerada "nobre" de Teresina, a maioria dos atendidos pertence a famílias de baixa renda, com condições habitacionais precárias, em que o principal sustento dessas famílias vem do programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e de trabalhos informais, que exigem pouca qualificação profissional e raramente oferecem remuneração superior a um salário-mínimo mensal. Em relação às condições habitacionais, alguns usuários possuem moradias adquiridas por invasão ou doação, apresentando a ausência de condições sanitárias adequadas.

Como consta no documento “Plano de Trabalho do SCFV Integrar - 2024” (2023), quanto à escolaridade, os usuários possuem níveis de ensino fundamental I e II, ensino médio e superior, com algumas situações de distorção idade/série. No entanto, identificou-se que algumas usuárias do serviço, embora não sejam de baixa renda, buscam o atendimento do serviço para participar de um espaço de convivência social, reintegração social após a aposentadoria, melhoria na qualidade de vida e maior integração social, buscando o atendimento devido a outras necessidades além da condição financeira, como o aumento convivência e reintegração social.

As atividades desenvolvidas por este serviço acontecem em dois espaços, no Núcleo da Pessoa Idosa (Praça Dom Avelar s/n, Bairro de Fátima/Núcleo Nossa Casa) e no Núcleo da Criança e Adolescente (Rua Marcos Parente, nº 1515, Bairro de Fátima). Com a meta de atender 280 usuários, sendo eles: crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas, o serviço oferta atividades lúdicas e criativas como: Orientação Social, Oficinas temáticas, Atividades de Recreação e Esporte, atividades intergeracionais, encontro com famílias, comemoração de datas festivas, passeios e outras atividades ofertadas através de parcerias, de acordo com as necessidades da demanda atendida.

Segundo a Rede de Serviços Socioassistenciais da SEMCASPI - 2024, o SCFV visa a ampliação de trocas culturais e de vivências como intuito de desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer os vínculos familiares, a convivência comunitária e prevenir a ocorrência de situações de risco. Nesse viés, além de prevenir situações de risco social, o SCFV Integrar promove o desenvolvimento de habilidades sociais, identifica necessidades específicas dos usuários e incentiva a cidadania ativa e a participação comunitária, ação pautada na defesa e afirmação de direitos, buscando garantir o acesso aos serviços e contribuir para a formação de uma rede de apoio sólida. Dessa forma, o SCFV não apenas atende às necessidades imediatas das pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também trabalha para construir um ambiente que fomente a construção de novas narrativas e a superação dessas condições, promovendo o desenvolvimento social e o fortalecimento das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, como visto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Sendo reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. O presente trabalho proporcionou uma maior reflexão sobre o serviço em comento, uma vez que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado pelos órgãos públicos que fazem parte da Política de Assistência Social. A relação entre o SCFV e a segurança de convívio instituída pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garante aos usuários o efetivo direito à convivência familiar e à proteção da família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes.

Desse modo, no que diz respeito ao âmbito da assistência social, há o reconhecimento de situações de desproteção social cujo impacto é maior entre pessoas ou grupos familiares que apresentam características socialmente desvalorizadas e discriminadas, como pessoas idosas, crianças, adolescentes e jovens, agravadas por condições precárias de vida, pela privação de renda ou de acesso aos serviços públicos.

O SCFV é uma intervenção social planejada, com conversações e fazeres em grupo, com vistas a informar e orientar os participantes sobre os seus direitos, além de oportunizar o seu exercício durante os encontros, de forma lúdica e protegida. Os encontros são situações de convivência que oferecem apoios e alternativas para prevenção e o enfrentamento de vulnerabilidades e riscos individuais e sociais. Além disso, as experiências promovidas no SCFV podem auxiliar os usuários a adquirirem e desenvolverem uma série de competências para vida, associadas à relação consigo, com os outros e com o território. Nesse sentido, o SCFV faz parte da rede de serviços socioassistenciais, pois ele concretiza ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais. A compreensão do impacto do SCFV na vida dos usuários vai além das atividades oferecidas, refletindo-se em mudanças significativas na forma como eles se relacionam. Estudar o SCFV é fundamental para futuras pesquisas na área social porque ele desempenha um papel essencial na proteção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes, pessoas idosas e famílias em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ASA Integrar. **Plano de Trabalho Integrar**. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): perguntas frequentes**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS** - Brasília, DF: MDS, 2005.

SEMCASPI. **Rede Socioassistencial SEMCASPI** Teresina-PI. 2024.



PROJETO ENGROSSANDO O CALDO: um relato de experiência

ÉRIKA CAROLINA PORTO DE GÓIS¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste resumo é relatar a experiência da autora, como assistente social atuante no CRAS, na condução do Projeto Engrossando o Caldo que de forma inovadora, reuniu representantes de instituições da Política de Saúde, Política da Assistência social, entidades do terceiro setor, entidades de controle social, participantes do SCFV para pessoas idosas com seus familiares ou amigos para dialogar sobre as competências de cada serviço, meios de acesso e usufruto dos direitos pelos idosos e reconhecimento do espaço físico dessas instituições. O referido projeto foi desenvolvido em um grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV) para pessoa idosa ofertado em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Parnaíba-Piauí. Objetivou-se promover ações de fortalecimento de vínculos familiar e comunitário entre idosos e sua rede de apoio com a rede socioassistencial da pessoa idosa do município de Parnaíba. Participaram do Projeto entre 25 a 30 idosos de maneira continuada e profissionais distintos dentre as diversas instituições parceiras da ação proposta. Foram realizadas sete atividades, entre oficinas e palestras, no período de maio a outubro de 2023, o fechamento do Projeto coincidiu com a semana da pessoa idosa. Participaram das

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Piauí (2011), mestra em sociologia pela Universidade Federal do Piauí (2018), atua como Técnica de Referência no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no município de Parnaíba- Piauí. E-mail: gois_erika@hotmail.com.

oficinas de apresentação da rede socioassistencial profissionais do Centro de Atenção Psicossocial II e III; Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); equipe multiprofissional da atenção primária à saúde e Conselhos municipal da Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. A experiência permitiu ao grupo de idosos conhecer as instituições que ofertam serviços de proteção para eles, aproximar as instituições da rede ao CRAS e propiciar o reconhecimento das estruturas físicas dessas instituições, nas quais muitos idosos não conheciam ou não compreendiam os serviços.

Para nortear as ações setoriais e intersetoriais para quem já vive a velhice, o Brasil elaborou na década de 90, a Política Nacional do Idoso (PNI) e a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) com a perspectiva de promoção de envelhecimento ativo e saudável. Lançou a Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, além de decretos e diretrizes nacionais de operacionalização e estratégias para qualificar o cuidado com a população idosa (BARROS e GOLDBAUN, 2018). Nesse rol de políticas, se inclui a Política de Assistência Social que tem como objetivo a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de risco, tendo um foco especial para proteção à velhice. Ademais, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais assegura o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para pessoa idosa.

Nesse viés que surgiu o Projeto Engrossando o Caldo: Fortalecimento de Vínculos da Família e da rede socioassistencial para pessoa idosa, com o intuito de propiciar vivências de estreitamento da rede de atendimento à pessoa idosa com o grupo do SCFV e além disso reconhecer a família, vizinhos ou amigos próximos como importante rede de apoio e proteção à pessoa idosa, que precisam ser amparados por essas políticas com o intuito de auxiliar na convivência com os mais velhos com respeito às suas particulares.

Palavras- chave: Fortalecimento de Vínculos. Pessoa Idosa. Redes.

METODOLOGIA

O Projeto Engrossando o Caldo: Fortalecimento de Vínculos da Família e da rede socioassistencial para pessoa idosa é uma ação do Serviço de Proteção e

Atendimento Integral à família (PAIF). Assim, foi criado como meio de auxiliar participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa do Centro de Referência da Assistência Social CRAS Piauí no acesso e usufruto de seus direitos.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Ademais, segundo essa orientação, o SCVF para pessoa idosa tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social (BRASIL, 2014). No entanto, como alcançar esses objetivos do PAIF e SCVF quando essa rede familiar e social que a pessoa idosa convive é muitas vezes desconhecida pela equipe multiprofissional da unidade? Como fortalecer a intersetorialidade das políticas sociais e a articulação entre os serviços e destes com as famílias na proposta de garantir os direitos da pessoa idosa?

O Projeto Engrossando o Caldo surgiu como uma proposta de trazer familiares e outras pessoas que convivem com os idosos que participam do Projeto Idoso Feliz no CRAS Piauí para as ações de convivência ofertadas na unidade. Idealizou-se uma estratégia de fortalecer a rede intersetorial e estreitar as intervenções entre proteção social básica da Assistência Social, através do CRAS Piauí, e os demais serviços municipais que atuam em benefício dos direitos da pessoa idosa.

O nome Engrossando o Caldo remete ao formato das intervenções propostas, onde em todo encontro, cada participante foi convidado a compartilhar de um ingrediente para preparar um caldo que serviam como lanche compartilhado. Propõe remeter a ideia de que as ações voltadas para o atendimento à pessoa idosa são mais ricas e consistentes quando vários agentes sociais estão envolvidos e unidos na condução dessas ações, desde a familiar até os diversos serviços responsáveis pelas garantias dos direitos desse público. Para além da representação empírica da partilha de ingredientes, desejou-se que cada participante idoso, familiares e representantes da rede socioassistencial se reconhecessem como ingredientes, ou seja, sujeitos

fundamentais para a garantia da convivência familiar e social necessária à proteção dos direitos da pessoa idosa.

No ano de 2023 o Projeto Engrossando o Caldo foi desenvolvido em um período de sete meses, através de metodologias ativas com ações vivenciais com formato de oficinas e visitas às instituições convidadas. Teve a periodicidade mensal, sempre com a condução de um serviço da rede de atendimento à pessoa idosa do município de Parnaíba dialogando sobre a competência do serviço, as ações ofertadas, a forma de acesso e meios de atendimento à pessoa idosa.

A primeira atividade do Projeto foi articular a rede intersetorial para elaboração de um cronograma semestral dos encontros a serem desenvolvidos. De modo a já firmar a parceria, apresentar possível data de abertura do projeto e qual mês a instituição seria responsável pela oficina. Essa articulação prévia foi importante também para esclarecer sobre o dia da abertura do Projeto, onde todos os profissionais deveriam estar para se conhecer, conhecer o grupo de idosos e participar da primeira oficina proposta, qual seja, apresentação do Projeto Engrossando o Caldo: Fortalecimento de Vínculos entre família e rede socioassistencial para pessoa idosa.

O fechamento desse projeto ocorreu no mês de outubro, por ensejo das comemorações do Dia Internacional do idoso, Dia Nacional da Pessoa Idosa e 20 anos da Lei 10741/2003, Estatuto da Pessoa Idosa ocorreu uma sessão solene na Câmara de Vereadores, em 03 de outubro de 2023 e posteriormente, ainda em outubro, a realização de um seminário aberto à idosos de outros CRAS e serviços que com algumas construções possíveis a partir do Projeto Engrossando o Caldo, especialmente sobre a experiência da intersetorialidade e reconhecimento dos locais de atendimento à pessoa idosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira atividade oficial do Projeto, Oficina de abertura, foi realizada em maio de 2023. Participaram desse momento: os idosos do SCFV, alguns estiveram com familiares e amigos; profissionais representando o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II e CAPS ad III, profissionais da Atenção Primária a Saúde, Conselheiras do Conselho Municipal dos direitos da pessoa idosa, representantes de organizações não

governamentais que atuam no território do CRAS Piauí, preceptora e estagiários de enfermagem do Hospital Estadual Dirceu Arcoverde (HEDA) e profissionais do CRAS Piauí. Outras instituições foram convidadas e não se fizeram presentes.

Constou da apresentação dos representantes da rede, idosos e familiares. Nessa ocasião cada presente levou um ingrediente, simbólico, para elaborar um caldo de carne que foi o lanche coletivo da atividade. Para isso, junto com a entrega do convite de abertura foi combinado qual ingrediente cada um levaria, ressalta-se apenas um ingrediente por pessoa, onerando o menos possível para cada participante. Os itens de maior custo como carne e farinha foram ofertados pela própria Unidade CRAS, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC) e o opcional de pães foi distribuído entre as outras instituições públicas que foram convidadas. O objetivo desse primeiro encontro foi de acolher os participantes e seus familiares e os representantes das instituições, firmando a ideia de que cada um é fundamental na rede de proteção a pessoa idosa, que precisa estar articulada e arranjada por um objetivo comum, a proteção social da pessoa idosa. Essa primeira atividade foi bem avaliada pelos participantes nos aspectos criatividade, organização, tempo, espaço físico e alcance dos objetivos.

Nos meses seguintes, uma ou duas instituições apresentaram seu trabalho, fluxograma, formas de acesso e ofertas à pessoa idosa. Nas ocasiões dedicadas ao CAPS II, CAPS ad e Conselhos municipais, o grupo de idosos foram para as sedes dessas instituições permitindo assim que conhecessem as suas instalações físicas, além de verificar como chegar. As demais instituições realizaram suas abordagens no próprio CRAS.

Assim, o Projeto Engrossando o Caldo, enquanto ação do PAIF através do SCFV para a pessoa idosa tornou-se importante instrumento de reunir equipe técnica do CRAS, profissionais da rede socioassistencial composta por Serviço de Proteção aos Vulneráveis, Estratégia de Saúde da Família, serviços de saúde mental, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselho Municipal de Assistência Social, segurança pública e outras instituições para compor ações conjuntas e continuadas junto aos participantes idosos do CRAS Piauí e assim contribuir com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e maior conhecimento dos idosos e seu núcleo familiar sobre a rede socioassistencial presente no município de Parnaíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas esse projeto contribuiu com os objetivos do SCFV para pessoa idosa em dialogar sobre os direitos, serviços de acesso e usufruto destes mecanismos de prevenção de riscos sociais e atos violentos, conflitos intergeracionais, culturais e outros assuntos que interessam à velhice. Permitiu que diálogo ocorresse não apenas para a pessoa idosa, que é o sujeito final, mas com os agentes que convivem com eles e são corresponsáveis junto ao Estado pela defesa dos direitos garantidos pelas legislações vigentes.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas destaca-se a disponibilidade de transporte institucional para o deslocamento do grupo até as instituições, desejou-se que o projeto proporcionasse a ida do grupo de idosos com seus familiares até as instituições que se apresentavam. Destaca-se também o pouco alcance da rede de apoio da pessoa idosa, seja familiar ou amigos, maior parte dos idosos participaram do projeto sem nenhum familiar ou amigo.

Considera que esse tipo de proposta é fundamental para o fortalecimento da rede intersetorial e promove maior conhecimento entre o grupo de idosos e idosas sobre os serviços disponíveis a eles e elas. Convém promover ações como essas de forma continuada e ampliando os tipos de instituições, sugere-se organizar por ano, escolhendo instituições dos tipos variados, por exemplo: terceiro setor, órgãos gestores, instituições de controle social e outras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Dispõe sobre a organização da assistência social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1993. Disponível em: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 2 maio 2024.

Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que apresenta o SCFV, elencando o seu público-alvo, os objetivos gerais e específicos para cada faixa etária, as provisões

necessárias para a sua oferta, bem como as aquisições que os usuários poderão conquistar por meio de sua participação, o impacto social esperado com o serviço, o período de funcionamento, entre outras informações.



RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: atuação do serviço social no Centro Social Padre Arrupe

MARIA MARYLLYA DE BRITO CUNHA BARROS¹
NYCOLLY HENKEL BEZERRA PONTES²
SÂMIA LUIZA COELHO DA SILVA³
IZABEL HERIKA GOMES MATIAS CRONEMBERGER⁴
NAYRANA KELLY DE ARAUJO SILVA⁵

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem se tornado uma realidade crescente no Brasil, exigindo adaptações nas políticas públicas para garantir a qualidade de vida da população idosa. Nesse sentido, é fundamental compreender o envelhecimento para além de seus determinantes biológicos (Teixeira, 2020), considerando as trajetórias individuais em sua relação com o contexto social no planejamento dessas políticas.

¹ Assistente Social residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

² Assistente Social residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

³ Doutora e Mestra em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Gestão Social (FAR) e Especialista em Educação em Saúde para Preceptoría no SUS (FIOCRUZ). Assistente Social. Preceptora do Programa em Saúde da Família (UESPI).

⁴ Doutora e Mestra em Políticas Públicas (UFPI). Especialista em Administração Pública em Recursos Humanos (UFPI) e Especialista em Educação em Saúde para Preceptoría no SUS (FIOCRUZ). Assistente Social. Preceptora do Programa em Saúde da Família (UESPI). Professora UNIFSA. E-mail: izabelherika@gmail.com.

⁵ Especialista em Família e Políticas Públicas e Especialista em Saúde da Família e Comunidade. Assistente Social. Preceptora do Programa de Residência em Saúde da Família. E-mail: nayranaraujo@gmail.com.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) se destaca como uma estratégia de proteção social básica, promovendo autonomia e inclusão social por meio de atividades socioeducativas.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF) no SCFV para a pessoa idosa no Centro Social Padre Arrupe (CSPA).

A relevância deste estudo reside em relatar como as atividades socioeducativas desenvolvidas pelo Serviço Social no PRMSF contribuem para a promoção da autonomia, cidadania e fortalecimento dos direitos dos idosos. O objetivo é analisar como essas ações são implementadas, compreender a percepção dos idosos sobre as atividades e refletir sobre sua contribuição para o envelhecimento social e autonomia dessa população.

Palavras- chave: Envelhecimento; Serviço Social; SCFV; Empoderamento; Residência Multiprofissional.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, com abordagem materialista dialética. A investigação se baseia na experiência da residência no serviço, utilizando pesquisa bibliográfica e documental como principais técnicas de coleta de informações. A análise será desenvolvida a partir de categorias teóricas fundamentadas nos referenciais da área, buscando compreender a atuação do Serviço Social no contexto do CSPA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CFESS (2010), em sua orientação, destaca e enfatiza que:

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle deles. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na

construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico da sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas (CFESS, 2010 pág.55).

Por conseguinte, ressalta-se que simplesmente fornecer, “jogar” informações ou esclarecimentos aos usuários não é suficiente. Essa abordagem tradicional traduz relações de poderes desiguais, onde os usuários se tornam passivos na busca por conhecimento e na tomada de decisões sobre sua saúde. O foco deve ser na autonomia dos indivíduos, capacitando-os a compreender as dinâmicas sociais, e a sua própria realidade. Essa abordagem também implica em reconhecer a experiência e conhecimento dos usuários como valiosos, buscando a construção.

Partindo dessa perspectiva, as atividades no Centro eram realizadas semanalmente com o objetivo de promover a reflexão da pessoa idosa sobre seus direitos e seu pertencimento aos espaços sociais. Cada encontro começava com uma acolhida, que introduziu o tema do dia, muitas vezes por meio de música, vídeo ou uma pequena dinâmica inicial, criando um ambiente propício para a discussão.

Em seguida, era realizada a explanação do assunto principal, sempre utilizando metodologias ativas. Em linha com a abordagem de Paulo Freire, nosso objetivo não era apenas "depositar" informações, mas envolver os idosos de forma ativa no processo de aprendizagem, garantindo que eles não fossem apenas receptores de informações.

Durante as atividades, exploramos diversas formas criativas de abordagem, como colagens, jogos de tabuleiro, jogos da memória e a produção de materiais como árvores, murais informativos, murais de sentimentos, balões e músicas, abordando temas como Acordos de Boa Convivência, Junho Violeta, Afeto nas Relações, Direitos da Pessoa Idosa, Setembro Amarelo, Memórias e Vivências, Autocuidado Social, Outubro Rosa e O que é ser Pessoa Idosa? Sempre buscamos entender as particularidades de cada idoso, acolhendo suas demandas e compreendendo as experiências que são significativas para sua identidade.

Ao final de cada atividade, reservamos um momento para refletir sobre o que foi aprendido, permitindo que os participantes compartilhassem o que ficou importante para eles de maneira pessoal. Muitos expressavam suas reflexões por meio de palavras, lembranças de momentos da vida, músicas, danças e outras formas de expressão, o que enriquecia ainda mais o processo de aprendizagem e troca.

A observação das dinâmicas do SCFV permite refletir sobre como esses espaços promovem escuta e troca, aspectos fundamentais para a construção de uma identidade positiva na velhice, desafiando os estigmas de que essa é uma fase marcada por perdas. Nesse sentido, corrobora-se com Rodrigues (2002), que aponta que o envelhecimento não deve ser encarado apenas como um período de declínio ou perda, mas sim como uma continuidade do processo de desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência no serviço demonstra a relevância das atividades socioeducativas no fortalecimento da autonomia e da participação social dos idosos. A interação no grupo favorece o fortalecimento de vínculos sociais e reconhecimento enquanto cidadãos de direitos. A atuação da categoria no PRMSF valoriza a experiência de vida dos idosos e proporciona espaços para reflexão e troca de saberes. No entanto, ainda existem desafios, como a necessidade de ampliar a oferta de atividades que atendam às demandas individuais dos participantes.

Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre os impactos de longo prazo das ações socioeducativas na vida dos idosos e explorem novas estratégias para potencializar sua autonomia e protagonismo social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas**. Brasília, 2012.

CFESS. **Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. GRUPO DE TRABALHO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE BRASÍLIA, MARÇO DE 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RODRIGUES, M. C. Envelhecimento: uma concepção do desenvolvimento como inacabado. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 12(1), 2002.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O trabalho do assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate. In: **TEIXEIRA, Solange Maria** (Org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. 1. ed. Teresina - PI: EDUFPI, 2020.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento, família e políticas públicas: em cena a organização social do cuidado. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, p. 135-154, 2020.

ORGANIZAÇÃO

Sofia Laurentino Barbosa Pereira



Professora da Universidade Federal do Piauí, em regime de Dedicação Exclusiva, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Assistente Social (CRESS/PI nº 2172/22ª região), Mestre e Doutora em Políticas Públicas (UFPI). Estágio Pós-Doutoral em andamento no Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora/ líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Serviço Social e Saúde Mental (UFPI/CNPq).

Conselheira na Gestão "Quando criei asas, lutei" do Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região - CRESS/PI e Coordenadora da Comissão de Formação Profissional, no triênio 2020-2023. Exerceu a função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI e Presidente do Núcleo Docente Estruturante, no biênio 2021 - 2023. Foi Coordenadora Geral do V Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP), promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, no ano de 2024. Tem experiência na docência, pesquisa e extensão na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Públicas, desenvolvendo, principalmente, os seguintes temas: Fundamentos do Serviço Social; Trabalho e formação profissional em Serviço Social; Política de Saúde e Saúde Mental; Saúde Mental e Serviço Social.

Teresa Cristina Moura Costa



Professora da Universidade Federal do Piauí, vinculada ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Possui Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2017), Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (2012), Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2000). Coordena o Curso de Serviço Social e o Projeto de Extensão Diálogos com o Sistema Único de Assistência Social. Compõe o Núcleo de Educação Permanente do SUAS do Estado do

Piauí (2024). Atuou como assistente social nas funções de execução, assessoramento e gestão na Política de Assistência Social no município de Teresina (PI), na docência do ensino superior em instituições privadas. Tem experiência em políticas públicas e na docência, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, Política Social, Proteção Social, Política de Assistência Social, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas, Formação e trabalho profissional das/os assistentes sociais.



PROGRAMAÇÃO

XI JORNADA CIENTÍFICA DE SERVIÇO SOCIAL UFPI

Tema: O Serviço Social e o debate da relação de classe, étnico-racial e de gênero no cotidiano da formação e do trabalho profissional

Data: 28 a 30 maio de 2025

Local: Universidade Federal do Piauí – Teresina (PI)

Promoção: Departamento de Serviço Social da UFPI, CRESS PI e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

Pré - programação: Encontro do Fórum Estadual de Supervisão de Estágio em Serviço Social do Piauí

Data: 28/05/2025 – 8h às 12h

Local: Auditório Noé Mendes - CCHL UFPI

Programação Geral

28/05/2025

Local: Auditório do CT – UFPI

13h – Credenciamento

14h – Atividade cultural: Espetáculo “Até quando?” – Casa de Zabelê

14h:30 – Mesa solene de abertura

15h – Conferência de abertura: Justiça ambiental, Serviço Social e as dimensões de classe, étnico-racial e de gênero: desafios à formação e ao trabalho profissional à luz do projeto ético-político

- Profa. Dra. Joana Valente Santana (Docente da UFPA; Presidenta da ABEPSS)

- Profa. Dra. Iara Fraga (Docente da UECE; Conselheira do CFESS)

- Mediação: Profa. Dra. Masilene Rocha Viana (Docente da UFPI) e Joacaz Oliveira Santos (discente do curso de Serviço Social da UFPI)

17h – Lançamento de livros e Feirinha de produtos artesanais e lanches

29/05/2025

Manhã: Salas de aula do CCHL – UFPI

8:30 às 12h – Apresentação de trabalhos

Tarde: Auditório do CT - UFPI

14h – Credenciamento

14h – Mesa Redonda 1 – Capitalismo dependente, questão social, trabalho e desigualdade de classe, étnico-raciais e de gênero no Brasil

- Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva (Docente da UFMA)
- Profa. Dra. Rosilene Marques Sobrinho de França (Docente da UFPI)
- Mediação: Profa. Dra. Teresa Cristina Moura Costa (Docente da UFPI) e Letícia Bispo Carvalho (Discente do curso de Serviço Social da UFPI)

15:30h – Debate

16h – Mesa Redonda 2 – As políticas sociais no enfrentamento das desigualdades no contexto de avanço do neoliberalismo e reinvenção do clientelismo

- Profa. Dra. Solange Maria Teixeira (Docente da UFPI)
- Profa. Dra. Edineia Figueira dos Anjos Oliveira (Docente visitante da UFPI; UFES)
- Mediação: Profa. Dra. Mauricéia Lígia Neves Carneiro (Docente da UFPI) e Grazyelly Campos (Discente do curso de Serviço Social da UFPI)

30/05/2025

Manhã: Salas de aula do CCHL – UFPI

8h às 12h – Minicursos simultâneos:

1. **Educação Popular** - Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva (Docente da UFMA)
– Auditório Socorro Lira (sala 340B)
2. **Trabalho em rede nas políticas sociais** – Me. Adriana Lima Barros
(Conselheira CRESS PI; Assistente Social Hospital Estadual Dirceu Arcoverde)
– Auditório da Pós-Graduação

3. **Letramento racial** – Hellen Beatriz (Comitê Antirracista do CRESS-PI) e Carmen Letícia (Comitê Antirracista do CRESS – PI) – Sala 356
4. **Fundamentos e realidade da Política de Cuidado no Brasil** - Dra. Nayara de Holanda Oliveira e Dra. Líbia Mafra Benvindo de Miranda (UFPI) – sala de vídeo 1
5. **Supervisão de estágio em Serviço Social** – Profa. Dra. Lúcia da Silva Vilarinho (UFPI) – Sala de vídeo 2

Tarde: Auditório do CT – UFPI

14h – Atividade cultural: Grupo de Capoeira – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Raios de Luz

14:30h – (Re)lançamento do site do Programa Memória do Serviço Social no Estado do Piauí: <https://sesopiaui.com.br/>

15h - Mesa de encerramento – O cotidiano profissional e os processos de trabalho das/os assistentes sociais: olhares a partir das relações de classe, de gênero e étnico raciais

- Dra. Ana Valéria Matias Cardoso (Assistente Social SEDUC)
- Esp. Stephanie Maria Pereira Santos (Mestranda PPGPP UFPI)
- Me. Lucélia de Oliveira Silva (Assistente Social SEMCASPI)
- Mediação: Profa. Dra. Sofia Laurentino Pereira Barbosa (Docente UFPI) e Renata Schynaider Alves de Sousa (Discente do curso de Serviço Social da UFPI)

17h – Mesa de encerramento

Representação das comissões organizadoras



REGISTROS













LESTU
Editora